



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dhyene Vieira dos Santos

“UNAMO-NOS, POIS, E CRIEMOS UMA SOCIEDADE”:  
CULTURA ASSOCIATIVA, FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE  
TRABALHADORA EM MANAUS (1869-1930)

Manaus  
2025

Dhyene Vieira dos Santos

“UNAMO-NOS, POIS, E CRIEMOS UMA SOCIEDADE”:  
CULTURA ASSOCIATIVA, FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE  
TRABALHADORA EM MANAUS (1869-1930)

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia, Ciências  
Humanas e Sociais da Universidade Federal do  
Amazonas como parte dos requisitos para a obtenção  
do título de Doutora em História, na área: Migrações,  
Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

Manaus  
2025

#### Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

S237u Santos, Dhyene Vieira dos  
“Unamo-nos, pois, e criemos uma sociedade”: Cultura Associativa,  
Formação e Organização da Classe Trabalhadora em Manaus (1869-1930)  
/ Dhyene Vieira dos Santos. - 2025.  
333 f. : il., p&b. ; 31 cm.

Orientador(a): César Augusto Bubolz Queirós.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de  
Pós-Graduação em História, Manaus, 2025.

1. Associativismo. 2. Trabalhadores. 3. Mutualismo. 4. Sindicalismo. 5.  
Manaus (1869-1930). I. Queirós, César Augusto Bubolz. II. Universidade  
Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 27/06/2025, considerou a candidata Dhyene Vieira dos Santos aprovada.

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós (UFAM)  
Prof. Dr. Aldrin Armstrong Silva Castellucci (UNEB)  
Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão (UNISINOS)  
Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles (UEA)  
Prof. Dr. Davi Avelino Leal (UFAM)

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas.*

## AGRADECIMENTOS

Meu mais sincero agradecimento à professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, que me apresentou à pesquisa histórica ainda na graduação, guiou generosamente meus passos no mestrado e foi a primeira orientadora desta tese. Seu afastamento por motivos de saúde foi sentido, mas o resultado de suas orientações fica evidente em cada página deste trabalho, principalmente, nas escolhas metodológicas e na sensibilidade com o uso das fontes.

Coube ao professor César Augusto Bubolz Queirós a tarefa de assumir a continuidade desta orientação, e o fez com respeito pela caminhada iniciada anos atrás pela professora Luiza. Sua presença constante e o incentivo diário foram fundamentais para o avanço desta investigação. Sou grata por isso.

Expresso minha gratidão aos professores Luciano Teles e Aldrin Castellucci, que integraram minha banca de qualificação e apresentaram contribuições essenciais para o andamento deste trabalho, e aos professores Davi Leal e Isabel Bilhão, que, junto com Luciano e Aldrin, participaram da defesa final, possibilitando a visualização de novas fontes e análises, como, por exemplo, o uso dos inventários e testamentos, importantes para nossa investigação sobre os trabalhadores e suas associações.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), e à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), minha alma mater e minha segunda casa no Amazonas. Aqui fui formada e desafiada constantemente. Aqui me reconheço como pesquisadora e como filha da Amazônia.

Essa pesquisa foi desenvolvida em um dos momentos mais difíceis da nossa história recente. Em Manaus, a tragédia ocasionada pela pandemia de Covid-19, foi gigante. Faltaram respiradores nos hospitais, o medo tomou as ruas e o luto se instaurou em muitas de nossas casas. Nesse contexto, a decisão sensata do PPGH-UFAM de suspender as atividades acadêmicas em 2020 foi um gesto de humanidade. Por isso, mesmo sendo da turma de 2020, me reconheço como uma pesquisadora que só pôde prosseguir na pesquisa do doutorado em 2021. Esse contexto é indissociável da trajetória desta tese, principalmente, pelas dificuldades encontradas ao tentar acessar os arquivos, tendo em vista, que só fomos voltar a utilizar os espaços físicos a partir de 2022.

Agradeço também aos profissionais dos arquivos que passei ao longo dessa jornada. Cada documento localizado foi também fruto de um acolhimento. Agradeço aos coordenadores do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA-UFAM), hoje parte do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA), nas figuras da professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro e dos professores Luis Balkar Sá Peixoto

Pinheiro e César Augusto Bubolz Queirós, por terem sido fundamentais no mapeamento da imprensa operária do Amazonas. Ao Museu Amazônico da UFAM, pelas obras e almanaques disponibilizadas. Ao Arquivo do 1º Cartório Rabelo, pela disponibilidade dos registros de fundação de algumas associações. Ao Arquivo do Poder Judiciário do Amazonas, na pessoa de Juarez Silva Junior, pela cessão dos processos e inventários que sustentam análises essenciais deste trabalho. Ao Arquivo Público do Estado do Amazonas, agradeço com emoção ao Nonato Braga, coordenador da sala de pesquisa, que durante anos me acompanhou na leitura dos Diários Oficiais entre 1893 e 1930, vibrando junto a cada estatuto encontrado. Ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, na figura do querido amigo Geraldo dos Anjos, que não apenas me acolheu no IGHA, mas também me incentivou a concorrer a uma cadeira na instituição - honra conquistada em agosto de 2024 e assumida em abril de 2025. Agradeço ainda aos profissionais do Arquivo Público Municipal, Biblioteca Arthur Reis, Biblioteca Mário Ypiranga, Arquivo Central da Amazonas Energia, Arquivo da Câmara Municipal de Manaus e Arquivo da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. Vocês fizeram parte da minha rotina por muitos anos, agradeço cada conversa e atenção durante esse percurso.

À minha família, meu porto e meu sustento, agradeço aos meus pais, Henrique André dos Santos e Diana da Costa Vieira, por me ensinarem, desde cedo, que a educação é o melhor caminho. Hoje, sendo a primeira da família a concluir um doutorado, compartilho com eles cada conquista, cada linha escrita, cada silêncio enfrentado. Ao meu companheiro de vida, Thiago Rodrigo Alves, minha escuta diária, meu riso depois da exaustão, obrigada por ter caminhado ao meu lado com leveza e afeto. Sem vocês, esse momento não teria sido prazeroso.

Aos amigos, em especial, Davi Abreu, Jailson Soares, Robert de Souza, Michele Pires e César Aquino, pelas conversas diárias sobre pesquisa, história e vida, pela cumplicidade e pelos conselhos. Agradeço ainda, os amigos e amigas: Cariston Souza, Cindel, Cristiano Paiva, Dragomir Mitzov, Fernando Lopes, Gabriela Eto, Hudson Lima, Isabel Saboia, Jordana Caliri, Leonardo Mota, Luciane Dantas, Marineide Ribeiro, Matheus Azevedo, Paulo Holanda, Roger Kennedy, dentre tantos outros que gostaria de colocar aqui, minha gratidão pela presença constante, pelo apoio, pelas pausas necessárias e pela alegria compartilhada. Foi muito importante atravessar a pós-graduação junto com vocês.

Finalmente, gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), cujo apoio financeiro, através da bolsa POSGRAD – Edição 2020-2021 e 2022-2023, tornou possível a realização deste trabalho. O investimento em ciência e tecnologia é fundamental para o desenvolvimento de nossa região.

## RESUMO

Esta tese analisa o processo de formação e organização da classe trabalhadora em Manaus entre 1869 e 1930, considerando as particularidades do associativismo em meio à economia da borracha. Partindo da constatação de que, apesar dos avanços da historiografia social do trabalho nas últimas décadas, a Amazônia ainda permanece como fronteira pouco explorada, especialmente quanto às formas organizativas dos trabalhadores urbanos. O objetivo central foi compreender como os trabalhadores desenvolveram formas próprias de solidariedade, resistência e pertencimento coletivo, fundamentadas tanto em práticas mutualistas quanto em estratégias de mobilização. A pesquisa insere-se no campo da História Social do Trabalho e dialoga com autores como E. P. Thompson, Beatriz Loner, Claudio Batalha e Silvia Petersen. Metodologicamente, trata-se de uma investigação qualitativa e documental, baseada na análise de conteúdo de um amplo conjunto de fontes primárias, tais como os estatutos, atas, relatórios, periódicos, processos judiciais, testamentos e inventários, provenientes de diferentes arquivos do Amazonas. Os resultados apontam que, em Manaus, associações beneficentes e sindicais coexistiram no final do século XIX e início do XX, articulando práticas de assistência e resistência de acordo com as conjunturas políticas, econômicas e sociais. Essa dinâmica demonstrou uma cultura associativa, capaz de mobilizar greves, como a de 1919, ao mesmo tempo em que fortalecia vínculos solidários por meio de rituais, sessões magnas, festividades e iniciativas educacionais. A partir dessas análises, apresentamos uma contribuição aos estudos da história social do trabalho no Amazonas.

**Palavras-Chave:** Associativismo operário. Cultura Associativa. Classe Trabalhadora. Mutualismo. Sindicalismo. Manaus (1869-1930).

## ABSTRACT

This thesis analyzes the formation and organization process of the working class in Manaus between 1869 and 1930, considering the particularities of associativism within the rubber economy. It starts from the observation that, despite the advances in the social historiography of labor in recent decades, the Amazon region remains a largely unexplored frontier, especially regarding the organizational forms of urban workers. The main objective was to understand how workers developed their own forms of solidarity, resistance, and collective belonging, based both on mutualist practices and mobilization strategies. The research is situated within the field of Social History of Labor and engages with authors such as E. P. Thompson, Beatriz Loner, Claudio Batalha, and Silvia Petersen. Methodologically, it is a qualitative and documentary investigation, based on content analysis of a wide range of primary sources, such as statutes, minutes, reports, periodicals, legal proceedings, wills, and inventories from different archives in Amazonas. The results indicate that, in Manaus, beneficent and union associations coexisted in the late 19th and early 20th centuries, articulating practices of assistance and resistance according to political, economic, and social contexts. This dynamic demonstrated an associative culture capable of mobilizing strikes, such as the one in 1919, while simultaneously strengthening solidarity bonds through rituals, magna sessions, festivities, and educational initiatives. Based on these analyses, we present a contribution to the studies of the social history of labor in Amazonas.

**Keywords:** Labor Associativism. Associative Culture. Working Class. Mutualism. Unionism. Manaus (1869-1930).



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABOCCA</b>	Associação Beneficente dos Operários da Construção Civil do Amazonas
<b>ABOIP</b>	Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública
<b>ACA</b>	Associação Comercial do Amazonas
<b>ACCM</b>	Associação dos Construtores Cíveis de Manaus
<b>ACMO</b>	Associação dos Construtores e Mestres de Obras
<b>AECA</b>	Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas
<b>CGT</b>	Confederação Geral do Trabalho
<b>COA</b>	Centro Operário Amazonense
<b>COB</b>	Congresso Operário Brasileiro
<b>COM</b>	Centro Operário em Manaus
<b>CTA</b>	Confederação do Trabalho no Amazonas
<b>FAPEAM</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
<b>FM</b>	Federação Marítima
<b>FMA</b>	Federação Marítima do Amazonas
<b>FOA</b>	Federação Operária Amazonense
<b>IGHA</b>	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
<b>LABUHTA</b>	Laboratório de Estudos sobre História Política e Mundos do Trabalho na Amazônia
<b>LHIA</b>	Laboratório de História da Imprensa no Amazonas
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>PPGH</b>	Programa de Pós-Graduação em História
<b>SBECA</b>	Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas
<b>SBPA</b>	Sociedade Beneficente de Práticos no Amazonas
<b>SBPMCA</b>	Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas
<b>SBUFM</b>	Sociedade Beneficente União dos Foguistas de Manaus
<b>SNBA</b>	Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas
<b>SPAGA</b>	Sociedade Protetora das Artes Gráficas do Amazonas
<b>STG</b>	Sindicato dos Trabalhadores Gráficos
<b>STT</b>	Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia
<b>UCPA</b>	União de Classe dos Pedreiros no Amazonas
<b>UFAM</b>	Universidade Federal do Amazonas
<b>UOBME</b>	União Operária Beneficente Mútua dos Estivadores

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Paulino Montenegro Toscano de Britto - Presidente da CTA (1909) .....	64
<b>Figura 2</b> - Jornal Confederação do Trabalho (1909) .....	65
<b>Figura 3</b> - Manoel Teixeira Cardoso da Silva, presidente da SBUFM.....	76
<b>Figura 4</b> - Targino Mariani - Fundador do Sindicato dos Estivadores .....	84
<b>Figura 5</b> - Inquérito procedido com relação ao acidente sofrido pelo estivador Francisco Ferreira no batalhão de descarga do navio “São Luiz”, da “The Amazon River” .....	119
<b>Figura 6</b> - Cursino Dias da Gama - Liderança operária da UOA .....	131
<b>Figura 7</b> - Escola Noturna da União Operária Amazonense .....	133
<b>Figura 8</b> - João Raymundo Mendes - presidente da União dos Chauffeurs .....	163
<b>Figura 9</b> - Trabalhadores da construção civil na praça Tamandaré, Manaus (1902) .....	186
<b>Figura 10</b> - O Constructor Civil, ano de 1920 .....	188
<b>Figura 11</b> - Fachada do Teatro Alcazar em Manaus (1933).....	191
<b>Figura 12</b> - Interior do Cine Teatro Alcazar durante reunião da colônia portuguesa em 1917 .....	191
<b>Figura 13</b> - Rua Barroso em Manaus, ano de 1906 .....	202
<b>Figura 14</b> - Fotografia do jornal O Malho mostra os trabalhadores do comércio de Manaus após almoço patrocinado pelo comerciante José da Trindade (1910) .....	222
<b>Figura 15</b> - Prédio da AECA, Rua Barroso, n. 28 .....	239
<b>Figura 16</b> - Tribuna do Caixeiro, Manaus, 13 de dezembro de 1908.....	246
<b>Figura 17</b> - Brasão da AECA (1914).....	247
<b>Figura 18</b> - Polyanthéa A Recordação (1911) .....	272
<b>Figura 19</b> - Alfredo Gonçalves Bahia - Presidente da ABOIP .....	283
<b>Figura 20</b> - Jornal A Lucta Social (1914).....	297
<b>Figura 21</b> - Jornal Vida Operária (1920) .....	306
<b>Figura 22</b> - Jornal O Extremo Norte (1920) .....	310

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Associações de trabalhadores em Manaus (1890-1930).....	42
<b>Quadro 2</b> - Benefícios ofertados pelas associações de trabalhadores em Manaus .....	48
<b>Quadro 3</b> - Análise comparativa da SBUFM .....	78
<b>Quadro 4</b> - Trabalhadores recorrentes e suas associações (1910-1930).....	101
<b>Quadro 5</b> - Resultado Geral dos Exames do Curso, ano letivo de 1911 .....	255
<b>Quadro 6</b> -Relação das diretorias da SPAGA (1911-1927) .....	268
<b>Quadro 7</b> - Jornais Operários e as associações de trabalhadores que agregavam .....	295

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Associações de auxílio mútuo e beneficência no Brasil (1882-1942).....	39
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1: OS PRIMEIROS INTENTOS ORGANIZACIONAIS DA CLASSE TRABALHADORA EM MANAUS .....</b>	<b>32</b>
1.1. O perfil das sociedades de trabalhadores e a dinâmica organizativa.....	38
1.2. As demandas sociais das organizações de trabalhadores .....	46
1.3. Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas .....	54
1.4. Centro Operário em Manaus.....	58
1.5. Confederação do Trabalho no Amazonas.....	61
1.6. Associações Marítimas no raiar do século XX.....	66
1.6.1. Clube União Marítima .....	67
1.6.2. Corporação dos Maquinistas do Amazonas.....	69
1.6.3. Sociedade Beneficente de Práticos no Amazonas .....	71
1.6.4. Sociedade Beneficente União dos Foguistas .....	74
1.7. Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas .....	80
1.8. Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores .....	87
<b>CAPÍTULO 2: A ESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO: SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES EM MANAUS.....</b>	<b>90</b>
2.1. A organização sindical em Manaus nas décadas .....	91
2.2. Federação Marítima.....	108
2.3. Federação Operária do Amazonas .....	111
2.4. Centro Operário do Amazonas .....	117
2.5. União Operária Amazonense.....	129
<b>CAPÍTULO 3: A GREVE COMO ESTRATÉGIA: AÇÕES DIRETAS E CONFLITOS DOS TRABALHADORES EM MANAUS .....</b>	<b>147</b>
3.1. A mobilização dos Cocheiros em Manaus (1908-1909) .....	150
3.2 A greve dos padeiros e a crise da borracha (1913).....	153
3.3. União dos Chauffeurs, Carroceiros e Boleiros (1914) .....	157
3.4. A revolução da União dos Alfaiates de Manaus (1915).....	164
3.5. O caminho das oito horas e a greve geral de 1919 em Manaus.....	168
<b>CAPÍTULO 4: ENTRE ANDAIMES E ASSEMBLEIAS: O ASSOCIATIVISMO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....</b>	<b>185</b>
4.1. Os trabalhadores da construção civil e suas formas organizativas em Manaus .....	186
4.2. O caso do botequim “A Reforma”: conflito operário e disputas na Sociedade das Quatro Artes (1925-1926).....	200

<b>CAPÍTULO 5: “E PLURIBUS UNAN”: O ASSOCIATIVISMO DOS CAIXEIROS EM MANAUS.....</b>	<b>220</b>
5.1. Ações Iniciais da AECA.....	229
5.2. Crises internas, renúncias e desafios organizativos.....	234
5.3. Produção Cultural e Educação Associativa.....	241
5.4. A construção de redes nacionais e o projeto de congresso.....	250
5.5. Ensino, profissionalização e mutualismo na AECA.....	253
5.6. A Educação das mulheres na AECA.....	257
5.7. Descanso Dominical e Fechamento de Portas.....	258
<b>CAPÍTULO 6: INFORMAR, POLITIZAR E ORGANIZAR: O ASSOCIATIVISMO DOS TRABALHADORES DAS ARTES GRÁFICAS E A IMPRENSA OPERÁRIA.....</b>	<b>262</b>
6.1. Os Tipógrafos e a Organização Operária em Manaus.....	262
6.2. Sociedade Protetora das Artes Graphicas.....	266
6.3. Sindicato dos Trabalhadores Gráficos e Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia....	276
6.4. Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública.....	282
6.5. A imprensa operária como estratégia de organização dos trabalhadores urbanos em Manaus.....	284
6.6. Projetos de identidade dos trabalhadores nos jornais operários amazonenses.....	293
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>313</b>
<b>FONTES DA PESQUISA.....</b>	<b>315</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>321</b>

*“Saudando”*

*Mais uma vez, alegre e satisfeito,  
A minha Associação venho saudar  
Lastimando só ter pra lhe ofertar  
Um soneto sem graça e sem preceito.*

*Mas para desferrar esse feito  
(Se defeito é não ter mais para lhe dar),  
A noite irei lá testemunhar  
A sua direção todo o meu preito.*

*Então nesse reduto proletário,  
Palmas darei ao seu aniversário  
com mais fé, mais vigor e devoção.*

*Que mais desejar poderei eu,  
Ao ver em cada sócio um irmão meu,  
No lar da nossa Mãe, a Associação.*

*LUAARIER*

*(O Constructor Civil, Manaus,  
n. 01, 5 de janeiro de 1920)*

## INTRODUÇÃO

“A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente em seu próprio fazer-se”. Edward Thompson observou que a classe operária não era apenas um produto da industrialização, mas um sujeito ativo em seu próprio *fazer-se*. Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson demonstrou que a consciência de classe surgia não só das condições materiais, mas das experiências cotidianas, das lutas e das formas de organização dos trabalhadores.<sup>1</sup> Se na Inglaterra do final do século XVIII e início do século XIX esse processo se deu nas fábricas e nos movimentos cartistas, em Manaus, entre 1869 e 1930, ele se desenrolou nos armazéns portuários, nas oficinas, na construção civil, nos bondes elétricos, enfim, nos espaços onde trabalhadores construíram identidades coletivas através da sua organização.

Aqui, longe dos grandes centros industriais do Sudeste, a formação da classe trabalhadora assumiu contornos próprios, distintos pela economia da borracha e seus ciclos de expansão, decadência e crise. Se Thompson via a classe como um fenômeno tanto *objetivo* (condicionado pela exploração capitalista) quanto *subjetivo* (construído na luta e na cultura), em Manaus essa dualidade se manifestou de forma particular. As sociedades mutualistas do final do século XIX, combinavam auxílio médico e funeral com práticas de solidariedade que preparavam o terreno para formas mais combativas de organização. Já nas primeiras décadas do século XX, greves como a dos estivadores da *Manáos Harbour* (1911) ou dos motoristas e condutores de bondes da *Manáos Tramways* (1911) revelavam uma crescente consciência de direitos, ainda que enraizada nas tradições associativas anteriores. Como argumenta Oliveira, a consciência de classe não se limitava aos sindicatos ou partidos, mas se manifestava em “expressões culturais variadas”, desde os jornais operários até as festas das associações.<sup>2</sup>

Esta tese se debruça sobre a organização dos trabalhadores em Manaus, investigando como estruturavam suas associações, quais eram suas características e de que modo evoluíram ao longo do tempo. Essas organizações desenvolveram traços específicos, moldados pela economia da borracha, pela composição multicultural da mão de obra e pelas tensões de uma cidade que oscilava entre o esplendor e a crise.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, 3 vol., RJ, Paz e Terra, 1987, p. 9.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

<sup>3</sup> DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880 -1920*. Manaus: Valer, 1999.

Nesse sentido, o período de 1869 a 1930 não foi escolhido ao acaso. Ele permite observar a gênese e a consolidação dessas associações, desde os primeiros mutualismos oitocentistas, muitas vezes inspirados em modelos estrangeiros, até o surgimento de organizações com estratégias mais combativas, como a greve geral de 1919. Entre esses dois momentos, assistimos a um processo dinâmico em que a classe trabalhadora manauara *se fez*, não sob a sombra das fábricas, mas no *vai e vem* dos armazéns portuários, nas linhas dos bondes e nas oficinas das tipografias.

Ao reconstituir essa trajetória, nosso objetivo não foi apenas mapear instituições, mas compreender a cultura associativa que as sustentava. Como ocorriam as disputas internas nas diretorias? Que valores permeavam os estatutos? Como os trabalhadores interpretavam suas próprias lutas? Essas questões nos possibilitam contribuir com as discussões do campo historiográfico sobre o associativismo no Amazonas e, ao mesmo tempo, aprofundar a compreensão da história do movimento operário brasileiro, demonstrando que a formação da classe trabalhadora em Manaus foi um fenômeno autêntico e complexo, cujas particularidades só podem ser compreendidas quando olhamos para dentro de suas organizações e lutas.<sup>4</sup>

Sociedades de socorros mútuos, centros operários, federações, uniões e sindicatos articularam-se em torno de práticas simultâneas de assistência e luta, respondendo tanto às instabilidades do mercado quanto às demandas por dignidade e reconhecimento. Essa cultura associativa manifestou-se em três dimensões complementares: (1) na estrutura das organizações, onde associações mutualistas conviviam com mecanismos de greve, caixas de resistência e ações coletivas; (2) nas trajetórias individuais, pois muitos trabalhadores transitavam entre associações beneficentes, centros operários e sindicatos; (3) nos discursos públicos, especialmente na imprensa operária, onde se articulavam referências globais de luta com os valores locais de moralidade “do bom operário”, trabalho honrado e solidariedade cotidiana.

---

<sup>4</sup> VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro de 2010. Importante destacar que para a região Norte, podemos mencionar os seguintes trabalhos que tratam sobre o associativismo dos trabalhadores: PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Para o Amazonas, temos a publicação da tese de doutorado do historiador Caio Giuliano de Souza Paião. Paião, Caio Giuliano. *Os lugares da marinhagem: trabalho e associativismo em Manaus, 1905-1919*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2022.



Nosso objetivo com esta tese é, portanto, demonstrar como, em um contexto marcado pela instabilidade da borracha e pela ausência de uma industrialização clássica, os trabalhadores construíram formas próprias de organização e identidade. Essa abordagem nos permite, por um lado, contestar visões que consideram o associativismo amazônico como “atrasado” e, por outro, discutir como crises como a ocasionada pela economia gomífera, não apenas fragilizaram as associações, mas também as reinventaram.

Todo estudo de classe, em situações concretas e determinadas, é, ao mesmo tempo, um estudo universal e específico, pois a classe participa ativamente do processo de construção e desorganização. Como observa Beatriz Loner, “o desenvolvimento da sociedade será influenciado pela forma como acontece sua atuação, pela orientação de suas lutas e pelo resultado prático delas, num processo dialético e constante”.<sup>5</sup> Essa perspectiva nos permite entender por que investigar o associativismo em Manaus entre 1869 e 1930 vai além de um mero estudo local, ao analisar como os trabalhadores urbanos organizaram suas sociedades de auxílio mútuo e, posteriormente, suas entidades de resistência, estamos compreendendo as dinâmicas de uma cidade que se modernizava.

Nos últimos trinta anos, a historiografia brasileira sobre os mundos do trabalho tem produzido contribuições fundamentais para essa abordagem. Desde os estudos clássicos de Azis Simão<sup>6</sup> sobre sindicalismo até as pesquisas mais recentes de Cláudio Batalha<sup>7</sup> sobre culturas associativas, passando pelas análises de Beatriz Loner<sup>8</sup> e Silvia

---

<sup>5</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999, p. 2.

<sup>6</sup> SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus Editora, 1966.

<sup>7</sup> BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: Identidade e diversidade na Formação do Operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Orgs.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2017. BATALHA, Claudio. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Alves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. BATALHA, Cláudio. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*, In Cadernos AEL. pp. 43-67, v.6, nº10/11, Campinas, Unicamp, 1999. BATALHA, Claudio. *Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, n.08, p. 91-97, 1997. BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: Identidade e diversidade na Formação do Operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

<sup>8</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

Petersen<sup>9</sup> sobre o operariado gaúcho e Claudia Viscardi<sup>10</sup> sobre mutualismo, consolidou-se um arcabouço teórico que nos permite compreender a formação da classe trabalhadora como fenômeno complexo, onde estruturas econômicas, culturas políticas e agência histórica se entrelaçam.<sup>11</sup> Contudo, como já destacamos a partir de Viscardi, essa produção tem se concentrado no eixo Sul-Sudeste, deixando em segundo plano regiões como a Amazônia, onde a economia da borracha criou suas próprias configurações de trabalho e associativismo. É importante destacar que, com a implantação do Programa de Pós-Graduação em História, no âmbito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 2006, essa configuração tem mudado consideravelmente.

Essa lacuna é particularmente inquietante quando consideramos a riqueza documental disponível sobre o associativismo em Manaus. Apesar de fragmentadas, as fontes - como demonstram os trabalhos de Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro<sup>12</sup> sobre os mundos do trabalho na cidade da borracha - permitem entrever além das estruturas das organizações, também os aspectos das experiências cotidianas dos trabalhadores. Ao dialogar com essas fontes e com a bibliografia que trata do tema, nossa pesquisa busca contribuir com a historiografia social dos mundos do trabalho e dos trabalhadores na cidade de Manaus.

---

<sup>9</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *“Que a união operária seja a nossa pátria!”*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

<sup>10</sup> VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro de 2010.

<sup>11</sup> De forma geral, registramos que existe uma literatura que enfoca a temática dos mundos do trabalho e dos trabalhadores, levando em consideração tanto o eixo da análise dos sindicatos, lideranças e organizações da classe, como também, que trata do operário comum. Dos autores destacados buscamos não apenas inspiração temática teórica e metodológica, como também, e principalmente, a possibilidade de estabelecermos um diálogo. Dentre clássicos e contemporâneos, para pensar o mutualismo, associativismo e sindicalismo: Azis Simão (1966), José Albertino Rodrigues (1968), Luiz Werneck Vianna (1978), Paulo Sergio Pinheiro e Michael Hall (1981), Tania Regina de Luca (1990), Ronaldo Pereira de Jesus (1999, 2007 e 2009), Beatriz Loner (1999), Aldrin Castellucci (2001), Luigi Biondi (2002), Paula Nomellini (2007 e 2010), Uassyr de Siqueira (2008), Vitor Manoel M. da Fonseca (2008), Claudio Batalha (1998, 1999, 2000, 2003, 2009 e 2014), Marcel Van der Linden (2013), Marcelo Mac Cord (2014), Rafael Cruz (2015), Claudia Viscardi (2010 e 2016), David P. Lacerda (2011 e 2016); o estudo de correntes políticas: Edgar Rodrigues (1969, 1979 e 1969), Boris Fausto (1976), J. W. F. Dulles (1977), Silvia Magnani (1982), Antonio Prado (1986), Claudio Batalha (2000), Paul Singer (2009), Deivison Gonçalves Amaral (2015); a análise de eventos referenciados no contexto geral: Silvia Petersen (1979 e 1995); Francisco Foot Hardman (1982 e 2002), Alexandre Fortes (1999); Lucas Poy (2015); além de estudos voltados para categorias de trabalhadores urbanos: Maria Celia Paoli (1982), Cornelius Castoriadis (1985), Heloisa de Faria Cruz (1900 e 2000); Francisca Deusá Costa (2001), Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003), Fernando Teixeira da Silva (2003), Carlos Jose Ferreira dos Santos (2008). Sobre a dominação e formas cotidianas de resistências: James C. Scott (1992); legislação dos trabalhadores no final do século XIX e início do século XX: José Albertino Rodrigues (1968), Kazumi Munakata (1981), Angela de Castro Gomes (2002, 2005 e 2014); dentre tantos outros trabalhos de historiadores, sociólogos e antropólogos que são importantes para a compreensão do problema central de nossa proposta de investigação.

<sup>12</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha*: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

\*\*\*\*\*

O estudo do associativismo operário no Brasil tem se mostrado um campo em plena expansão, superando as antigas sínteses sociológicas que propunham uma divisão rígida em fases cronológicas - do mutualismo pré-1888 ao sindicalismo “competitivo” do pós-1945.<sup>13</sup> Como demonstra Claudio Batalha, a produção recente divide-se em duas vertentes interpretativas principais: de um lado, pesquisadores como Tânia Regina de Luca, Adhemar Lourenço da Silva Junior, Claudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus, que enfatizam o mutualismo como um fenômeno amplo e socialmente diversificado; de outro lado, historiadores como Silvia Regina Petersen, Beatriz Loner, Marcelo Badaró, Paula Nomelini, Rafaela Leuchtenberg, Osvaldo Maciel, Benito Smidht, Alexandre Fortes e Claudio Batalha, que destacam a simultaneidade entre mutualismo e sindicalismo, com sociedades beneficentes muitas vezes incubando práticas de resistência.<sup>14</sup> É nesse debate que nossa pesquisa se insere, propondo que em Manaus essa simultaneidade assumiu contornos particulares, como evidenciam as agremiações analisadas nesta tese, que combinavam auxílios mútuos aos seus associados com apoio a greves por melhores condições de vida e trabalho.

Essa renovação historiográfica tem se manifestado em importantes veículos especializados. Os dossiês dos *Cadernos AEL* (1999)<sup>15</sup> e da revista *Mundos do Trabalho* (2010)<sup>16</sup>, demonstram como o mutualismo deixou de ser visto como “estágio primitivo” do movimento operário, passando a ser entendido como uma experiência complexa, onde proteção social e militância se entrelaçavam. Essa perspectiva aparece em obras coletivas como *Culturas de Classe* (2004)<sup>17</sup> e *Organizar e Proteger* (2014)<sup>18</sup>, que ampliaram o escopo geográfico dos estudos, incluindo pesquisas sobre o Nordeste.

Como mencionado anteriormente, nos últimos anos, os programas de pós-graduação na região Norte do país têm incentivado pesquisas que começam a alterar esse

---

<sup>13</sup> RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. Imprensa: São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

<sup>14</sup> BATALHA, Claudio. H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 12-22, 2010.

<sup>15</sup> *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, Campinas: IFCH/Unicamp, v. 6, n. 10/11, 1999.

<sup>16</sup> MAC CORD, Marcelo; MACIEL, B. A. Apresentação. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2011.

<sup>17</sup> BATALHA, Claudio H. M. SILVA; Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

<sup>18</sup> CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e Proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

cenário. Trabalhos como os de Deusa Costa,<sup>19</sup> Maria Luiza Ugarte Pinheiro,<sup>20</sup> Dorinthe Bentes,<sup>21</sup> Benta Praia,<sup>22</sup> Alba Pessoa,<sup>23</sup> Kleber Moura,<sup>24</sup> Claudia Barros,<sup>25</sup> Pedro Andes,<sup>26</sup> Caio Giuliano Paião,<sup>27</sup> Richard Candido,<sup>28</sup> Luís Balkar Pinheiro,<sup>29</sup> Moisés Araújo<sup>30</sup> e Luciano Teles,<sup>31</sup> dentre outros, sobre Manaus, demonstram como a classe trabalhadora amazonense desenvolveu formas próprias de organização e cultura política, influenciadas pelo contexto extrativista. No entanto, como alerta Pinheiro, esses estudos enfrentam a “desorganização crônica dos arquivos” amazonenses.<sup>32</sup> Apesar desses obstáculos, documentos como os estatutos das agremiações, atas das entidades e jornais operários revelam dimensões pouco exploradas da experiência operária no Amazonas, incluindo suas estratégias de resistência cotidiana.

<sup>19</sup> COSTA, Francisca Deusa Sena. Manaus e a imprensa operária: o discurso do trabalhador também exclui. *Amazônia em Cadernos*. Manaus: UFAM/Museu Amazônico, n.2//3, p.221-232, 1993/94.

<sup>20</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2003. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas*. Manaus: EDUA, 2015.

<sup>21</sup> BENTES, Dorinthe dos Santos. *Outras faces da história: Manaus de 1910-1940*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

<sup>22</sup> PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

<sup>23</sup> PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

<sup>24</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

<sup>25</sup> BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2015.

<sup>26</sup> ANDES, Pedro Marcos Mansour. *Trabalhadores em Movimento: associativismo e paredes de trabalhadores em Manaus (1945-1967)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

<sup>27</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Os lugares da marinhagem: trabalho e associativismo em Manaus, 1905-1919*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2022. PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Para além das chaminés: memória, trabalho e cidade – a navegação a vapor no Amazonas (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

<sup>28</sup> CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. *“Salve aurora do dia 1º de Maio”: Associativismo operário, gênero e cor na cidade de Manaus durante a Primeira República (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019.

<sup>29</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma. 2017a. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017b.

<sup>30</sup> ARAÚJO, Moisés Dias de. *O grito dos trabalhadores: movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

<sup>31</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *A imprensa operária no Amazonas (1891-1920): algumas dimensões*. Manaus: Editora UEA, 2020. TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus: UFAM, 2008. TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

<sup>32</sup> PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma. 2017a, p. 5.

A cultura associativa manauara manifestava-se não apenas em estruturas formais, mas também através de rituais coletivos, como as comemorações do 1º de maio. Conforme analisa Loner, essa data, que foi criada como “demonstração universal de força”<sup>33</sup> na Segunda Internacional, adquiriu em cidades como Manaus um caráter diversificado, envolvendo procissões cívicas com bandas musicais e discursos perante autoridades, e mais tarde, nos anos de 1920, incorporou elementos do anarquismo (como a memória dos “mártires de Chicago”)<sup>34</sup> e do comunismo. Essa evolução reflete a própria dinâmica do movimento operário, que soube articular reivindicações internacionais com suas demandas. Ao mesmo tempo, datas como o 13 de maio, ressignificadas pelos trabalhadores negros e republicanos, demonstram como o calendário operário era um espaço de disputa de memórias e identidades.<sup>35</sup>

\*\*\*\*\*

A concepção de classe como uma relação histórica é fundamental para entendermos aspectos do associativismo em Manaus. Como enfatiza Loner, “ela é um processo, uma relação a ser construída com outros indivíduos que compartilham idênticas características”,<sup>36</sup> consolidando-se não pela posição econômica isolada, mas pela experiência compartilhada nos locais de trabalho, nas greves ou nas sedes das sociedades. Essa abordagem permite compreender por que, na Manaus do período da borracha, trabalhadores urbanos com diferentes ofícios e salários, articularam demandas comuns durante as greves na cidade. A identidade de classe emergiu menos de uma condição

<sup>33</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. cit., p. 318.

<sup>34</sup> Segundo nota publicado no jornal *A Lucta Social* em 1914. Afirmava-se: “*A Lucta Social* saúda ao operariado em geral pela data que hoje passa e convida-o para assistir ao comício que, em homenagem aos matyres de Chicago se realiza hoje, às 16 horas, no largo de São Sebastião, e no qual far-se-ão ouvir diversos oradores, seguindo depois em direção ao teatro Alcazar, onde haverá uma sessão magna. Salve 1º de Maio!”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

<sup>35</sup> Aqui é importante destacar uma notícia que circulou no jornal *A Lucta Social* em 1914. Onde afirmava que: 13 de maio – Eis que desta data, em 1888, o Brasil se coloca ao lado dos países civilizados. Como não?! Não levou a ‘lei’ naquele dia, sancionando a libertação dos escravos, as condições sociais de seres humanos, que apenas a influência natural de sua origem os diferenciava dos seus ‘donos’?. [...] É a evolução que nos deve conduzir a suprema e integral Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Mas, como é que o homem pode alcançar-se em tal perfeição, se a solidariedade indispensável é estorvada pelos executores da lei? Sim; a Solidariedade a ação propulsora da evolução é um atributo indispensável aquela briologia. Todavia, a ação legislativa, é tão perniciosa e nefasta, que não permite que a humanidade avolume o seu ideal emancipador. Vejamos o que sucede nas reivindicações operarias. E enquanto a imprensa ressalta a *magnanimidade das leis*, nós observamos, numa terra tão fértil como esta, que seres humanos, doentios e esqueléticos, morrem à mingua. Quantas criaturas, sem um palmo de terra para cultivar, nem uma casinha para se abrigar das intempéries e quanta enormidade de terreno deserto! - Sois livre – dizem-nos. No entanto não temos casa para viver, nem terra para produzir alimentos. A civilização aparece-nos assim com efeitos negativos. – Aurora Fausto. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de junho de 1914. Para essa discussão, consultamos o trabalho de: LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Op. cit., p. 318.

<sup>36</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. cit., p. 36.

econômica estática e mais do que Loner define como “reconhecimento de interesses comuns” forjado na coletividade.<sup>37</sup>

O caráter inacabado e dinâmico da formação de classe torna-se ainda mais importante no contexto amazônico. Loner adverte que as classes “nunca estão prontas”, pois se remodelam continuamente através das lutas e até dos rituais associativos. Em Manaus, essa flexibilidade explicava a dualidade das organizações. A mesma organização que oferecia auxílio mútuo, muitas vezes organizava caixas de resistência para greves, demonstrando que, como afirma Loner, “o processo de construção de classe é permanente”, mesmo em períodos de aparente estabilidade.<sup>38</sup> A decadência e crise da borracha aceleraram essas transformações, convertendo espaços mutualistas em espaços de luta.

A identidade coletiva dos trabalhadores, longe de ser homogênea, era resultado de uma mistura de influências econômicas, políticas e culturais. Como sintetiza Thompson, “classe e consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras fases do processo histórico real”.<sup>39</sup> Em Manaus, essa construção de consciência ocorria precisamente nos espaços associativos, como nas assembleias formais das sociedades e nos encontros informais nos bares do centro. O caso da greve de 1911 na *Manáos Harbour* demonstrou que o que começou com um pequeno protesto transformou-se, através desses espaços de sociabilidade, em um movimento com contornos classistas claros, evocando demandas que transcendiam o local. Essa dinâmica confirma a tese de Przeworski sobre a consciência de classe como construção cotidiana, mas acrescenta a ela a dimensão espacial específica de uma cidade-porto onde o fluxo constante de pessoas e ideias acelerava o processo de politização.<sup>40</sup>

De acordo com Loner sobre a natureza dinâmica da experiência dos trabalhadores:

A classe se faz, enquanto vive sua própria história, em sua definição mais conhecida. Este fazer-se deve ser entendido como o resultado de suas lutas, experiências, vivências, valores e tradições culturais, em sua vida cotidiana e em seu trabalho, na forma como enfrenta os patrões e o Estado. Enfim, no conjunto múltiplo de influências que sofre e, ao mesmo tempo, produz. A classe (e sua consciência) é o resultado deste processo, sempre em perpétua transformação, embora, aos poucos, solidifique certo número de tradições e costumes comuns, formas de pensar e hábitos culturais próprios.<sup>41</sup>

<sup>37</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. cit., p. 36.

<sup>38</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. cit., p. 37.

<sup>39</sup> Thompson, Edward Palmer. *La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?* In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial* Barcelona: Editorial Crítica, 1989, p. 37.

<sup>40</sup> PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. Op. Cit., p. 111.

<sup>41</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 24.

Essa compreensão dinâmica da formação de classe manifestou-se de maneira particularmente rica no contexto manauara, especialmente através das práticas de cultura associativa. Se, como Loner afirma, a classe se faz na “perpétua transformação”<sup>42</sup> entre heranças culturais e enfrentamentos concretos. Em Manaus, esses processos materializaram-se nas formas como trabalhadores adaptaram modelos mutualistas às necessidades locais. As mesmas entidades que organizavam bailes beneficentes serviam de base para articular greves quando situações do cotidiano e do trabalho exigia respostas mais combativas. Essa adaptabilidade das associações exemplifica o que Batalha definiria como cultura associativa:

Por cultura associativa entendo, como já foi dito, o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antigas, como as corporações.<sup>43</sup>

A cultura associativa que emergia desses espaços manifestava-se entre os trabalhadores em Manaus. Nas comemorações do 1º de maio, essa cultura oscilou entre um caráter festivo e reivindicatório, conforme a correlação de forças do momento. E mesmo nos rituais fúnebres, que poderiam parecer meramente assistenciais, reforçariam-se laços de solidariedade que, mais tarde, sustentariam ações coletivas. Como demonstra Viscardi, esse “fraternalismo”<sup>44</sup> operário, preparava o terreno para formas mais explícitas de resistência, criando o que James Scott chamaria de “infraestrutura para o discurso oculto”.<sup>45</sup> Esses espaços associativos também revelaram uma dimensão importante desenvolvida por James Scott:

Os grupos subordinados desenvolvem estratégias de sobrevivência e formas de simulação que se destinam a ocultar a sua revolta e resistência perante relações que consideram injustas e humilhantes, que são constantemente sujeitas a avaliação e criticadas nos espaços sociais subtraídos a vigilância dos dominadores, onde o discurso oculto pode ser partilhado e discutido entre iguais alimentando subculturas dissidentes.<sup>46</sup>

<sup>42</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Op. Cit.

<sup>43</sup> BATALHA, Claudio H. M. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. Op. Cit., p. 99.

<sup>44</sup> VISCARDI, Claudia. O ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 196.

<sup>45</sup> SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. 1º edição, tradução Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 18.

<sup>46</sup> SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*. Op. Cit., p. 08.

Em Manaus, essa dinâmica materializava-se, por exemplo, nas sedes das sociedades, que aparentemente promoviam a paz e cujos estatutos destacavam a “harmonia social”. No entanto, na prática funcionavam como verdadeiros “santuários do discurso oculto”. Nesses locais, os trabalhadores compartilhavam relatos de abusos nos ambientes de trabalho, organizavam fundos de resistência para futuras greves e discutiam jornais operários, longe da vigilância dos patrões e autoridades.<sup>47</sup>

Longe de ser meramente uma “estratégia previdenciária”,<sup>48</sup> essa aparente ambiguidade era, nas palavras de Scott, “a arte política dos subalternos”<sup>49</sup>: a habilidade de cultivar na mesma organização tanto os rituais de respeitabilidade mutualista quanto os germes da ação sindical. Essa síntese operária só se tornou possível porque, em Manaus, o mutualismo não foi estágio pré-político, mas sim uma “linguagem de sobrevivência” que, em contextos como a crise da borracha, podia se transformar em uma ferramenta de resistência.

É precisamente nesse diálogo que nossa pesquisa oferece sua contribuição teórica. Ao demonstrar como, em Manaus, mutualismo e sindicalismo não se opuseram, mas se entrelaçaram de forma criativa, chamamos isso de “hibridismo organizacional”. Assim, pretendemos nos somar aos trabalhos sobre os mundos do trabalho no Amazonas e possibilitar a abertura de novas chaves para entender a formação da classe trabalhadora, onde as relações de trabalho e as formas de organização assumiram configurações que desafiavam as categorias tradicionais da história social.

\*\*\*\*\*

Esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica que articulou técnicas de pesquisa documental e análise de conteúdo qualitativa para compreender a formação e organização das sociedades operárias em Manaus entre 1869 e 1930. A pesquisa segue a perspectiva de estudiosas como Loner,<sup>50</sup> que destaca a importância de utilizar diferentes técnicas e documentos em contextos de fontes fragmentadas, especialmente, em cenários como o de Manaus, onde a dispersão arquivística e a natureza do associativismo operário exigem um tratamento metodológico cuidadoso.

---

<sup>47</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

<sup>48</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

<sup>49</sup> SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*. Op. Cit.

<sup>50</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Op. Cit.



A análise qualitativa da documentação seguiu a proposta metodológica de René Zicman, organizada em três fases principais: a primeira referente ao enunciado das hipóteses e formulação dos objetivos; a segunda relacionada à definição do campo de observação dos documentos; e a terceira consistindo na classificação dos elementos levantados segundo critérios previamente estabelecidos.<sup>51</sup> Essa abordagem permitiu sistematizar o trabalho com documentos heterogêneos, garantindo rigor na interpretação das evidências e uma análise mais aprofundada do processo de formação da classe trabalhadora em Manaus. Complementando esta perspectiva, recorreremos às reflexões de Eric Hobsbawm sobre os desafios metodológicos da história operária, particularmente sua ênfase na necessidade de combinar diferentes níveis de análise (socioeconômico, político e cultural) e tipos de fontes para captar a complexidade do fenômeno estudado.<sup>52</sup>

A imprensa constitui uma fonte fundamental para a pesquisa histórica, mas exige do pesquisador uma abordagem crítica e metodológica rigorosa. Como destacam Cardoso e Araújo<sup>53</sup>, os periódicos não são meros reflexos da realidade, mas construções discursivas que expressam posicionamentos políticos e projetos específicos. No caso desta pesquisa, a análise complementar entre jornais comerciais e operários revelou como um mesmo evento podia ser narrado de formas diferentes, dependendo dos interesses em jogo. Essa constatação reforça a necessidade de cruzar sistematicamente as informações da imprensa com outros tipos de documentos, como processos judiciais e atas de associações, para alcançar uma compreensão mais equilibrada dos fenômenos estudados.

A imprensa operária, em particular, possibilitou avançarmos na discussão sobre a cultura associativa dos trabalhadores. Ao lado das associações, constituiu-se em um importante instrumento de organização. Representava um espaço de divulgação de ideias, promoção de debates sociais e apresentação de posições políticas. Além disso, informava a categoria sobre as atividades que ocorriam em âmbito local, nacional e internacional. O jornal operário, nesse contexto, pode ser compreendido como um lugar propício para abordar questões relacionadas aos mais variados aspectos do cotidiano. Dessa forma, a imprensa foi uma importante aliada das associações e contribuiu na articulação e na mobilização dos trabalhadores.

---

<sup>51</sup> ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v. 4, p.47-54, 1985.

<sup>52</sup> ERIC J. Hobsbawm. *Mundos do trabalho*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 25-30.

<sup>53</sup> CARDOSO, Alcina Maria de Lara; ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. Jornais Operários – Metodologia para análise história do discurso operário na Primeira República. *Revista História: Questões & debates*, Curitiba, 4(6): 99-110 jun. 1983, p. 101.

Para Alcina Cardoso e Silvia Araújo, os jornais representam fontes primárias ímpares para a reconstrução do pensar operário. É um material produzido no próprio meio, sendo abundante em conteúdos teóricos que possibilitam aos historiadores uma compreensão aprofundada do universo dos trabalhadores, bem como de seu processo de conscientização e organização.

O seu estatuto de documentação primária permite detectar as lutas cotidianas dos operários e verificar até que ponto essa prática jornalística atende às funções de arregimentação, doutrinação e orientação do operariado, formando as bases de sua consciência social; possibilita, sobretudo, recuperar o discurso operário, deixado ao descaso pelo poder estabelecido.<sup>54</sup>

Conforme enfatiza Silvia Petersen, a imprensa operária representa uma das fontes mais ricas para a pesquisa sobre as associações, pois, frequentemente, os jornais operários atuavam como intermediários das organizações, refletindo suas aspirações, alianças, críticas e cisões. Segundo a autora, esses jornais “são muito menos porta-vozes da classe do que de grupos de militantes mais visíveis, que parecem ou de fato se colocam como aqueles que procuram despertar os companheiros da apatia ou fazer com que entendam a necessidade de se organizarem para enfrentar os opressores.”<sup>55</sup>

A história da imprensa operária, enquanto meio de comunicação e organização, se entrelaça com a própria história da classe operária, abarcando diversas formas de organização, como associações, sindicatos, partidos operários, escolas, entre outras. Em uma época em que o jornal era o principal veículo de comunicação de massa, a imprensa operária foi fundamental na disseminação de ideias, uma responsabilidade da qual suas lideranças estavam plenamente cientes. Para Jorge Jardim:

As principais características da imprensa operária mantêm uma correlação direta com muitas das peculiaridades do movimento operário, principalmente quanto aos seus objetivos de propaganda contra o capitalismo e de resistência a dominação e como tal esta imprensa também sofre reação por diversas instâncias de poder na sociedade.<sup>56</sup>

<sup>54</sup> CARDOSO, Alcina Maria de Lara; ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. Jornais Operários – Metodologia para análise história do discurso operário na Primeira República. *Revista História: Questões & debates*, Curitiba, 4(6): 99-110 jun. 1983, p. 100.

<sup>55</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editora ufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001, p. 56.

<sup>56</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892- 1923)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1990, p. 15.

Jardim observa que uma história da imprensa operária é também uma história das instituições operárias, das ideologias, dos líderes e até de conjunturas específicas. Essa relação é direta e orgânica, estando intrinsecamente ligada às lutas e à organização dos trabalhadores. Em outras palavras, os jornais se apresentam como fontes essenciais para a compreensão dos mundos do trabalho e das organizações, permitindo visualizá-lo como elementos mobilizadores e organizadores no contexto das atividades laborais.

Em cada organização operária que se fundava, uma das primeiras providências era a publicação de um jornal, além disso grupos isolados, embora não ligados a uma categoria profissional específica, mas que se propunham a falar em nome dos trabalhadores, também publicavam os seus periódicos.<sup>57</sup>

Nesse sentido, os jornais, passaram cada vez mais a serem utilizados nas investigações no campo da História Social, pois têm possibilitado aos historiadores acesso às condições cotidianas, visões culturais, políticas e sociais que os documentos considerados “oficiais” não tinham condições de entregar. Assim, de acordo com Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, a imprensa operária, enquanto fonte, viabiliza ao pesquisador uma opção possível de se captar a resistência do operariado.<sup>58</sup>

Ao contrário da imprensa de grande circulação, a imprensa operária emerge como uma fonte reveladora de questões específicas da classe trabalhadora, abordando tópicos como a organização em associações, aspectos da cultura associativa, questões relacionadas ao voto, educação, formas de luta e resistência, experiências culturais, entre outros. Conforme aponta a historiadora Maria de Nazareth Ferreira, a distinção da imprensa operária reside no fato de que ela: “[...] não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações e propostas, produzido pela coletividade e para ela mesma”.<sup>59</sup>

Laura Antunes Maciel, ao questionar os variados sentidos do intenso investimento na imprensa periódica por parte de associações operárias e outras entidades de classe, problematiza o movimento de expansão e transformação dessa imprensa e a constituição de novos sujeitos sociais. Na perspectiva da autora, a organização de jornais e revistas criados e mantidos pelos próprios trabalhadores destacava projetos, lutas sociais e posicionamentos políticos desses sujeitos na cidade:

<sup>57</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância*. Op. cit., p. 26.

<sup>58</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 97.

<sup>59</sup> FERREIRA, Maria de Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 6.

Abordo a imprensa operária ou jornalismo sindical e classista materializado em jornais e revistas criados e mantidos por trabalhadores manuais urbanos apreendidos em sua diversidade – seja em termos dos ofícios e atividades profissionais, seja pela abrangência étnica, regional ou nacional –, de modo a reconhecer a pluralidade dos espaços e sujeitos sociais que se constituíram por meio da imprensa para evidenciar outros projetos e lutas sociais e políticas, além daqueles que mobilizavam os trabalhadores fabris.<sup>60</sup>

Refletir sobre a imprensa que era produzida pelos trabalhadores, nos ajudam a repensar aspectos tradicionalmente utilizados para caracterizá-la. A historiadora Beatriz Loner observa que os jornais operários contribuíram para a formação da identidade de classe e que não deveriam ser confundidas com as associações, “porque os jornais, normalmente, possuíam uma linha política definida e congregavam apenas alguns já posicionados em relação àquela orientação ou em torno de um ideal”.<sup>61</sup>

Nesta pesquisa, contornamos essa limitação analisando os jornais operários em conjunto com documentos internos das associações, como estatutos, relatórios e livros de atas, que permitiram confrontar o discurso público com as práticas cotidianas do associativismo. Essa triangulação metodológica demonstrou, por exemplo, como certas retóricas de unidade classista presentes na imprensa contrastavam com tensões internas documentadas nas atas das sociedades.<sup>62</sup>

Os estatutos das associações operárias foram documentos fundamentais para compreender não apenas a estrutura formal das organizações, mas também os valores e práticas que orientavam o associativismo manauara. Seguindo a perspectiva de Batalha, analisamos esses documentos como expressões dinâmicas da cultura operária em transformação, onde artigos aparentemente burocráticos refletiam concepções de classe, solidariedade e cidadania.<sup>63</sup> A análise minuciosa de estatutos possibilitou identificar como essas normas evoluíram ao longo do tempo, incorporando desde elementos das tradições mutualistas europeias até adaptações locais às especificidades da economia da borracha.

Para extrair o máximo potencial analítico desses documentos, desenvolvemos um sistema de categorização que organizava as informações em três eixos principais: estrutura organizacional (composição de diretorias, sistemas eleitorais), sistemas de participação (critérios e admissão e exclusão de sócios) e mecanismos de assistência

<sup>60</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores?”. *Revista História & Perspectiva*, Uberlândia (39): 89-135, jul-dez, 2008, p. 91.

<sup>61</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. cit., p. 367.

<sup>62</sup> Podemos observar e constatar essa afirmação com as análises sobre a sociedade *União Operária Amazonense* (1918). Ver capítulo 3 sobre os primeiros intentos sindicais e federativos em Manaus.

<sup>63</sup> BATALHA, Cláudio. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*, In: Cadernos AEL. pp. 43-67, v.6, nº10/11, Campinas, 1999.

(caixas de auxílio, benefícios). Ao cruzarmos essas informações com dados da imprensa operária e processos judiciais, foi possível reconstituir como as regras formais se traduziam nas práticas cotidianas do movimento operário em Manaus.

Os processos judiciais constituíram uma fonte importante para acessar as dinâmicas cotidianas dos mundos do trabalho, por meio deles, foi possível visualizar conflitos e tensões que muitas vezes não apareciam em outras documentações. Esses documentos permitem reconstituir não apenas os eventos em si, mas as diferentes versões e percepções dos atores sociais envolvidos, conforme a perspectiva metodológica proposta por Sidney Chalhoub.<sup>64</sup> Através dos depoimentos dos sujeitos envolvidos, foi possível identificar como as associações operárias atuavam como espaços de sociabilidade, mas também de controle moral, assim como visualizar as complexas relações entre organização de classe, disciplinamento interno e repressão policial em um contexto de intensificação dos conflitos entre trabalhadores.

A análise cruzada desses processos com outras fontes possibilitou ir além do “enredo factual” e compreender as estratégias de resistência e negociação cotidianas dos trabalhadores. Complementarmente, os inventários e testamentos, como os localizados no arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas e no 1º Cartório Rabelo, foram fundamentais para compreendermos as condições materiais de vida, redes de solidariedade e estratégias de acumulação patrimonial dos sujeitos localizados, demonstrando como as experiências de classe eram mediadas por fatores como gênero, raça e classe.

\*\*\*\*\*

Esta tese estrutura-se em seis capítulos, com o objetivo de examinar de forma aprofundada os processos de formação, consolidação e organização das associações de trabalhadores em Manaus, no período de 1869 a 1930. A organização adotada visa destacar as particularidades de distintos segmentos da classe trabalhadora, considerando suas formas de articulação coletiva, manifestações culturais e embates políticos que caracterizavam o associativismo em Manaus ao longo desse período.

O primeiro capítulo, intitulado *Os primeiros intentos organizacionais da classe trabalhadora em Manaus*, analisa os primeiros movimentos de organização da classe trabalhadora entre 1869 e 1910, um período caracterizado por turbulências políticas e pela coexistência de práticas mutualistas com iniciativas mais combativas. Com base em

---

<sup>64</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 40.

documentos como estatutos, atas e publicações tanto da imprensa operária quanto da comercial, delineiam-se os contornos das sociedades de ofício. Esses registros revelaram a estrutura interna dessas organizações, os mecanismos de auxílio mútuo que sustentavam seus membros e os valores compartilhados que fundamentavam o associativismo. Mais do que mapear estruturas, buscou-se compreender como essas práticas contribuíram para o fortalecimento dos laços de solidariedade e para a constituição de um campo associativo em constante formação.

O segundo capítulo, intitulado *A estruturação do movimento operário: sindicatos, federações e confederações em Manaus* é dedicado à investigação do processo de institucionalização do sindicalismo e à formação das federações operárias em Manaus. A pesquisa considerou experiências influenciadas pelo sindicalismo revolucionário, embora preservando características herdadas do mutualismo tradicional. São analisados, entre outros documentos, os estatutos da *Federação Marítima* e da *Federação Operária do Amazonas*, bem como as histórias do *Centro Operário Amazonense* e da *União Operária Amazonense*. Esta última, em particular, oferece um conjunto diversificado de atas, cuja análise possibilita um aprofundamento nas práticas internas dessas instituições. Tais fontes revelam não só tensões ideológicas, mas também os desafios enfrentados por um sindicalismo em construção, ainda em busca de formas eficazes de atuação.

No terceiro capítulo, intitulado *A greve como estratégia: ações diretas e conflitos dos trabalhadores em Manaus*, o foco recai sobre o ciclo de greves e mobilizações operárias entre 1911 e 1920, um momento decisivo para o amadurecimento das estratégias coletivas. Durante esse tempo, consolidou-se o modelo das sociedades de resistência. Utilizando as categorias analíticas propostas por Marcel Van der Linden, as greves são interpretadas como espaços de disputa simbólica e política, nas quais diferentes frentes de luta se entrecruzam. O ponto culminante desse ciclo foi a greve geral de 1919, que reuniu uma ampla diversidade de categorias e evidenciou o crescente engajamento político da classe trabalhadora e seu papel nas transformações urbanas de Manaus.

No quarto capítulo, intitulado *Entre andaimes e assembleias: o associativismo dos trabalhadores da Construção Civil*, a atenção volta-se para as formas de sociabilidade e cultura associativa entre os trabalhadores da construção civil. Utilizando uma diversidade de fontes, como estatutos, notícias da imprensa e processos judiciais, o capítulo investiga o papel da *Sociedade das Quatro Artes da Construção Civil* e de outras associações similares na formação de redes solidárias e mecanismos autônomos de regulação do trabalho. Um episódio ocorrido em 1925, no botequim “A Reforma”, foi destacado como

exemplo das tensões entre laços de fraternidade e exigências disciplinares dentro dessas categorias. As práticas culturais, os rituais e os códigos de conduta que permeavam esse ambiente associativo são apresentados como elementos centrais na constituição da identidade operária do setor.

O quinto capítulo, intitulado “*E Pluribus Unan*”: *o associativismo dos caixeiros em Manaus*, acompanha a trajetória da *Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas* (AECA) no período de 1906 a 1930. Utilizando fontes como relatórios anuais, jornais e estatutos, reconstituiu-se a evolução da entidade em suas múltiplas dimensões, desde as primeiras reivindicações e ações políticas até os momentos de crise interna, abrangendo atividades culturais e educacionais, tentativas de articulação em nível nacional e a luta por pautas como o descanso aos domingos e o fechamento do comércio nesse dia.

Por fim, o sexto capítulo, intitulado *Informar, politizar e organizar: o associativismo dos trabalhadores das artes gráficas e a imprensa operária*, dedica-se ao exame do universo dos trabalhadores associados à imprensa pública e às artes gráficas. A trajetória de entidades como a *União Tipográfica*, a *Sociedade Protetora das Artes Gráficas*, o *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos*, o *Sindicato dos Tipógrafos* e a *Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública*, é analisada como uma expressão de uma cultura associativa própria, voltada para a defesa de interesses coletivos. O desenvolvimento dessas organizações demonstrou como o setor gráfico se tornou um espaço privilegiado de politização, especialmente entre os trabalhadores letrados da capital amazonense. Nesse capítulo também se discute o papel estratégico da imprensa operária e dos canais de comunicação utilizados pelas associações na disseminação de informações, na politização e na organização dos trabalhadores. A análise de jornais e boletins evidenciou como a palavra impressa foi empregada de maneira deliberada como instrumento de luta simbólica.

## CAPÍTULO 1

**OS PRIMEIROS INTENTOS ORGANIZACIONAIS DA CLASSE TRABALHADORA EM MANAUS**

É, pois, muito difícil classificar um mundo associativo que se apresenta como um verdadeiro mosaico. O que parece importante guardar aqui é a característica fundamental que diferenciou as associações ao longo de sua história. Algumas manifestam o interesse dos indivíduos de juntos, se sentirem bem. São uma espécie de refúgio em que se pode, de uma forma ou outra, dar um certo grau de satisfação pessoal. Outras, ao contrário, desenvolvem atividades que se inscrevem na lógica da ação coletiva militante e da historicidade. Isto é: sua finalidade é a ação sociopolítica que busca a construção de um mundo que lhes parece melhor, mediante a mobilização dos participantes, baseadas num ideal de justiça e solidariedade.<sup>65</sup>

Tomando de empréstimo as palavras da pesquisadora Anne Marie Waltier para refletir sobre a diversidade associativa ao longo da história, considera-se difícil classificar de forma rígida as várias associações existentes, dada a sua variedade de objetivos, estruturas e propósitos. Como aponta a autora, é possível agrupá-las em dois grandes blocos, conforme suas motivações e especificidades. O primeiro caracteriza-se pela reunião de indivíduos em busca de bem-estar, funcionando como um refúgio que proporciona satisfação pessoal. Tais associações concentram-se em atividades recreativas, sociais e culturais, visando atender às necessidades e interesses individuais de seus associados. O segundo grupo possui um propósito mais amplo e engajado, estando comprometido com a ação coletiva militante voltada para a melhoria da situação da classe e da sociedade. Elas mobilizam seus membros em torno de um ideal de justiça e solidariedade, buscando construir um mundo melhor por meio de atividades políticas e sociais.<sup>66</sup> Cabe ressaltar que as associações de trabalhadores podiam exercer ambas as funções simultaneamente, atuando tanto na assistência em situações de adversidade quanto na luta por melhores condições de vida e trabalho.

Este capítulo analisa a dinâmica associativa e as características das primeiras sociedades de trabalhadores em Manaus entre 1869 e 1910. Para tanto, recorre-se a uma variedade de estatutos das associações, jornais operários e comerciais, com o intuito de identificar a diversidade nas relações de trabalho, suas formas organizativas, os sistemas de auxílio mútuo, os padrões de comportamento e demais práticas associativas. Como

---

<sup>65</sup> WAUTIER, Anne Marie. *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*. Ijuí (RS): Unijuí, 2001, p. 31.

<sup>66</sup> WAUTIER, Anne Marie. *A construção identitária e o trabalho nas organizações*. Op. cit., p. 31.



bem demonstra June Hahner, “os trabalhadores urbanos no início da República enfrentavam salários diminutos, longas jornadas e condições herdadas do período escravista”,<sup>67</sup> uma realidade que tornava a ação coletiva uma necessidade premente.

Já na década de 1870, Costa Goodolphim identificava a associação mutualista como uma solução fundamental para as necessidades dos trabalhadores. Ele observou que, por meio dela, era possível obter auxílio em momentos de doença ou outras adversidades sem que o indivíduo precisasse vender, empenhar ou renunciar a seus poucos recursos. Goodolphim descrevia que chegava um dia em que “a velhice e a enfermidade lhe invalidam o braço, a mulher está também cansada, os filhos, se os tem, mal ganham para sustentar as novas famílias que fundaram, impelidos na mocidade pelo amor e pela lei fatal da criação”.<sup>68</sup> Diante desse cenário, o autor via no ato de associar-se a principal forma de prevenir tal destino.

Aldrin Castellucci destaca que a formação de associações era motivada por um duplo condicionante que levava as pessoas a se agruparem em associações, são eles “os fatores objetivos, relacionados às condições de vida e trabalho e à luta contra a adversidade, combinava-se com os subjetivos, relacionados à construção de identidades”.<sup>69</sup> Dessa forma, a associação pode ser compreendida como a união de indivíduos que partilham algo em comum, na qual se observa um senso de ligação entre os seus membros e um forte sentimento de pertencimento e compromisso mútuo, ambos baseados em uma experiência compartilhada. Nesse mesmo sentido, Isabel Bilhão ressalta que a busca pelo reconhecimento e a valorização dos trabalhadores são elementos intrínsecos da identidade operária. Para a autora:

[...] o processo de construção da identidade operária pode ocorrer tanto pela aproximação com os iguais quanto pela oposição aos “outros”. A aproximação aos iguais ocorreria, nesse caso, pela valorização do trabalho e pela sua transformação em emblema de reconhecimento; ao passo que a diferença passaria tanto pela denúncia da oposição de interesses, em relação aos “exploradores capitalistas”, quanto pela demonstração das diferenças dos operários, em relação às classes perigosas”.<sup>70</sup>

<sup>67</sup> HAHNER, June. *Pobreza e Política: Os pobres urbanos no Brasil*. Op. Cit., p. 96.

<sup>68</sup> GOODOLPHIM, Costa. *A Associação: História e desenvolvimento das associações portuguesas*. Typographia Universal – de Thomaz Quintino Antunes, Impressor da Casa Real, Lisboa, 1876, p. 05.

<sup>69</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, Marcelo Marc; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 48.

<sup>70</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 36-37.

Em sua investigação sobre o processo de construção da identidade dos operários de Porto Alegre entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Isabel Bilhão levantou três hipóteses que são fundamentais para nossa análise. A primeira postula que a identidade operária se constrói por meio do reconhecimento entre pares e da valorização do trabalho. A segunda hipótese ressalta que as identidades coletivas não existem de forma isolada, mas são forjadas, conforme a autora, “da relação, convivência ou conflito com outras identidades que interagem em sua construção”.<sup>71</sup> Por fim, a terceira hipótese sustenta que a construção identitária dos trabalhadores envolve a apropriação e a invenção de símbolos, bem como a formação de uma memória histórica herdada.<sup>72</sup>

As associações de trabalhadores, enquanto instituições sociais pautadas por um conjunto de regras, normas coletivas e valores compartilhados, constituem locais privilegiados para a construção da identidade operária. As agremiações analisadas nesta tese demonstram que, a partir de suas características institucionais, os trabalhadores se organizavam na busca por melhores condições de vida e trabalho. Desse modo, torna-se fundamental analisar suas práticas, comportamentos, compromissos e dinâmicas internas para compreender os mecanismos da ação coletiva e os processos de tomada de decisão.

Uma das razões que fazia um trabalhador buscar a participação em uma associação era a tentativa de amenizar os riscos do cotidiano, como, por exemplo, a impossibilidade de trabalhar por doença, o desemprego, o custeio de enterros e o pagamento de pensão às famílias dos sócios falecidos. O historiador Rafael Cruz observa que a vulnerabilidade com relação a esses fatores era maior entre as famílias dos trabalhadores, daí o motivo do mutualismo ter sido tão presente na vida desse grupo.<sup>73</sup>

Organizar-se nas associações respondia a uma gama enorme de questões que se colocavam como problemas reais para os trabalhadores e tornou-se uma importante estratégia para evitar demissões e perseguições individuais. Em uma publicação intitulada “Organização de classes”, o jornal *O Extremo Norte*,<sup>74</sup> referindo-se ao reconhecimento das agremiações e à necessidade de adesão a esse formato de organização que nascia na cidade de Manaus, afirmava que:

---

<sup>71</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*. Op. cit., p. 37.

<sup>72</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*. Op. cit., p. 38.

<sup>73</sup> CRUZ, Rafael Almeida. *Associações mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História: Niterói, 2015, p. 16.

<sup>74</sup> O jornal *O Extremo Norte*, de cunho socialista, apareceu na cena histórica manauara, no ano de 1920. Tinha como diretor Nicoláo Pimentel e como redatores de suas páginas Raul Braga, Luiz Amorim e Themistocles dos Reis. Seu programa, de acordo com o cabeçalho do jornal é “a defesa da causa do proletariado, baseado nos princípios do socialismo contemporâneo”.

É certo que um operário só, ou os operários de uma só fábrica isolada das outras, não tem meios para defender-se, pois o patrão é quem pode exigir e ditar as condições. Recusando o pedido de seus operários, o patrão está certo da vitória, porque as necessidades de manter a família, e a própria fome, os forçarão, em poucos dias, a capitulação ao trabalho. De facto, o patrão pode registrar longo tempo; o operário só, não.<sup>75</sup>

Para o articulista do periódico, só com a união seria possível garantir uma maior pressão sobre o patronato e se opor às péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos. Se os trabalhadores solicitassem demandas particulares e estivessem desamparados de apoio de seus companheiros, as probabilidades de suas reivindicações serem atendidas tornavam-se menores. Aqui observa-se uma importante função da associação entre os trabalhadores, ultrapassando os muros do mutualismo. São de situações como essas que nasceu a necessidade das associações que se multiplicaram por toda a parte e com rapidez.

Os estudos sobre as associações mutualistas no Brasil têm levado em consideração a sua função basilar, ou seja, que visa principalmente ao socorro aos sócios em momentos de necessidade, buscando perceber, em particular, o modelo organizativo, as características dos sócios e a representatividade. No entanto, pesquisadores que se debruçam sobre as associações na perspectiva de uma sociedade classista vão além dessa perspectiva, observando elementos como as relações sociais, as disputas internas, considerando os interesses e conflitos presentes no seio da classe trabalhadora. Tais experiências corroboraram a formação da classe, constituindo um espaço que permitia aos operários se organizar para melhorar as suas vidas.

As primeiras associações no Brasil tinham como principais características o mutualismo e cumpriam o papel de fortalecer os laços de solidariedade e valorização da profissão, do trabalho e do próprio trabalhador. Para Isabel Bilhão, essa era uma das características presentes na identidade coletiva dos trabalhadores, a delimitação de fronteiras, isto é, a demarcação que passava pela constituição da imagem dos semelhantes e dos diferentes. Ao analisar a importância do trabalho na construção da identidade operária, a autora notou que um dos traços marcantes da identidade operária, era a própria condição do trabalhador e do valor de seu trabalho. Assim, importantes lutas precisavam ser travadas para que o trabalhador pudesse encontrar em seu cotidiano a valorização merecida.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, 20 de maio de 1920.

<sup>76</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*. Op. cit., p. 71.

Além dessa demarcação de fronteiras, as associações tinham como objetivo oferecer proteção aos seus associados diante da ausência de mecanismos formais de previdência pública. Cláudia Viscardi observa que as sociedades com esse perfil eram muito complexas e sofreram variações conforme o tempo e o lugar. Para a autora:

Em linhas gerais, podemos dizer que um dos objetivos das sociedades mutualistas era propor a arrecadação mensal financeira. A ausência de intervenção na implementação de políticas sociais (inexistência principalmente de uma legislação trabalhista) fez com que muitos trabalhadores (principalmente os de baixa renda) se organizassem em instituições que lhes conferissem alguns socorros mais emergenciais, como doenças, desemprego ou morte.<sup>77</sup>

Na perspectiva de Viscardi, as organizações com características mutualistas tinham como objetivo a prestação de socorro a seus integrantes em momentos de necessidade. Os trabalhadores que participavam de organizações com esse sistema almejavam tornar suas vidas mais viáveis e menos arriscadas. Ao mesmo tempo em que ofereciam assistência, essas organizações também se tornavam espaços de sociabilidade em um período em que as alternativas de lazer eram limitadas para a classe trabalhadora.<sup>78</sup>

O mutualismo entre os trabalhadores não se limitava apenas à sua natureza exclusivamente assistencial. Além disso, ele se manifestava como um instrumento de ação dos trabalhadores e de defesa dos seus interesses, em algumas situações aproximando-se das práticas sindicais contemporâneas e, em outras, preservando tradições das antigas corporações de ofício. Essas formas mostraram uma complexa interação entre continuidade e ruptura dentro de organizações compartilhadas por diferentes categorias de trabalhadores a partir da segunda metade do século XIX, aos quais foram moldadas no âmbito das sociedades de auxílio mútuo.<sup>79</sup>

As associações mutualistas existiram por muito tempo, independentemente do período histórico definido nas divisões cronológicas e eram imprescindíveis para os trabalhadores, haja vista que não havia garantia de assistência a eles.<sup>80</sup> Nesse ínterim, a historiadora Claudia Viscardi, seguindo os apontamentos de Tânia de Luca, destaca que

<sup>77</sup> VISCARDI, Claudia. O ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil* (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 194.

<sup>78</sup> VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. Definição de Mutualismo. FGV CPDOC, s/n. p. 01.

<sup>79</sup> BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores... Op. Cit., p. 41-68.

<sup>80</sup> Diferente das sínteses sociológicas que defendem uma divisão cronológica da história do movimento operário sindical brasileiro em cinco fases - período mutualista (antes de 1888), período de resistência (1888-1919), período de ajustamento (1919-1934), período de controle (1934-1945) e período competitivo (1945-1964) -, os historiadores que pesquisam a temática das associações apontam para um caminho contrário da “concepção de que existe uma evolução contínua nos padrões organizatórios da classe operária.

os estudos romperam com a ideia de que as organizações mutualistas existiram em um certo período da história e que antecederam as organizações sindicais.<sup>81</sup>

Aldrin Castellucci salienta que os estudos mais recentes demonstram que o “associativismo mutualista conviveu e se expandiu de modo distinto e paralelo aos chamados sindicatos de resistência, criados durante a Primeira República, não tendo nenhuma relação de anterioridade lógica com essas organizações”, visto que tinham intenções e objetivos diferentes.<sup>82</sup> A concepção de que as novas sociedades de resistência substituíram as antigas sociedades mutualistas ou que teriam sido embrião direto dos sindicatos não se sustenta. Segundo Claudio Batalha, “as sociedades mutualistas puras nunca desapareceram inteiramente”.<sup>83</sup> O autor salienta que, em determinados lugares, como no Rio de Janeiro, algumas sociedades anteciparam funções próprias dos sindicatos e, em outros casos, não, o que permite identificar os elementos de continuidade e ruptura. A sua hipótese parte da concepção de que, em alguns momentos históricos, organizar-se em sociedades mutualistas era a única forma legal de organização da classe trabalhadora livre.<sup>84</sup>

Em alguns casos, como veremos mais para a frente, além da ajuda mútua entre os seus sócios, as sociedades também reivindicavam melhores condições de trabalho e salários mais dignos. Conviviam em um mesmo contexto de sociedades ditas sindicalistas, sendo “fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre elas”.<sup>85</sup>

Organizar-se era, portanto, uma estratégia essencial para a sobrevivência dos trabalhadores. A extensão da cobertura naturalmente estava condicionada aos recursos disponíveis nas associações, os quais estavam diretamente ligados ao número de membros e ao poder aquisitivo dos sócios. De acordo com Alexandre Fortes:

A criação de formas associativas voltadas ao atendimento das demandas dos trabalhadores por proteção frente a doença, a velhice, ao desemprego e as condições adversas ligadas a morte de um familiar tem sido talvez um dos elementos mais característicos do movimento operário em diferentes contextos históricos. Tão antigo quanto a existência do mutualismo é também a polêmica sobre o seu papel no

<sup>81</sup> VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo*. Op. Cit., p. 32-33.

<sup>82</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 40-77, 2010, p. 41.

<sup>83</sup> BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX. Op. cit., p. 47.

<sup>84</sup> BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX. Op. cit., p. 47.

<sup>85</sup> BATALHA, Claudio H. M., Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil. Op. cit., p. 16-17.

desenvolvimento de um processo de organização classista e de luta pelos interesses coletivos dos trabalhadores.<sup>86</sup>

Alexandre Fortes sugere que a formação de associações com características mutualistas era um elemento distintivo do movimento dos trabalhadores. Enquanto o mutualismo ofereceria proteção social e econômica aos trabalhadores, a questão crítica apontada pelo autor era se essas formas associativas contribuíram efetivamente para o desenvolvimento de uma consciência de classe e para a mobilização em prol dos interesses coletivos. Esse debate continua sendo uma questão relevante e, historicamente, gerou diferentes perspectivas dentro do contexto das lutas operárias.

### 1.1. O PERFIL DAS SOCIEDADES DE TRABALHADORES E A DINÂMICA ORGANIZATIVA

No decorrer da pesquisa, foi possível localizar um conjunto de documentos das associações que possibilitou dimensionar a vida associativa dos trabalhadores.<sup>87</sup> Embora se possa argumentar que esse tipo de fonte seja bastante repetitivo, apresentando poucas variações de uma associação para outra, foi justamente esse padrão existente que permitiu traçar um panorama geral das associações. Para Silvia Petersen, a padronização dos estatutos, muitas vezes uma imposição necessária para a aprovação, “indicava não apenas a conformidade às exigências legais, mas também uma tentativa de unificação de princípios e objetivos”.<sup>88</sup>

Aí se encontram inúmeras informações sobre as preocupações que povoavam a mente destes trabalhadores no limiar do mundo do capitalismo e sobre as formas com que procuraram prevenir-se das adversidades, onde ressalta um especial cuidado em institucionalizar e regular detalhadamente as condições do mútuo amparo, talvez como garantia de que esta corrente, na qual depositavam parte de sua esperança de fazer frente aos imprevistos, afinal não se rompesse por um elo frágil.<sup>89</sup>

Por meio dos estatutos, foram encontradas informações como o ano de fundação, os programas que orientavam os sócios, objetivos e finalidades das sociedades. No

<sup>86</sup> FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na Primeira República do século XX. In: *Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 06, n.10/11, 1999, p. 174.

<sup>87</sup> As principais fontes mapeadas e já mencionadas anteriormente, diz respeito aos estatutos das associações, localizadas nos *Diários Oficiais* de 1893 a 1930, extratos e folhetos de estatutos e relatórios das associações localizados no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e no Arquivo Público do Amazonas. Somado a documentação das associações, é importante salientar que os periódicos de grande circulação e os operários que circularam no Amazonas, foram fundamentais para que pudéssemos ter contato com a dimensão cotidiana das entidades na cidade.

<sup>88</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001, p. 35.

<sup>89</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”. Op. Cit., p. 35.

entanto, foi desafiador qualificar outro conjunto de dados, como as datas de encerramento das atividades associativas e o número de sócios filiados. Para esses casos, recorremos às informações divulgadas nos periódicos locais, que, muitas vezes, se mostraram fragmentadas e lacunares.<sup>90</sup>

Os dados que possuímos por meio dos estatutos e da imprensa local nos possibilitaram considerar a forte presença republicana dessas associações, sendo que os anos entre 1910 e 1920 tiveram o maior número de entidades fundadas na cidade. O levantamento desse material, possibilitou visualizar um panorama geral das associações de trabalhadores existentes em Manaus, quantidade que diverge dos dados levantados pelos censos estatísticos oficiais. O quadro a seguir nos dá uma dimensão matemática quanto à existência das mutuais e sociedades de resistência, configurando-se como um retrato panorâmico de sua distribuição no Brasil. Esses números demonstram algumas fragilidades, como a ausência de dados estatísticos uniformes que são importantes, porém, não foram sistematizados adequadamente para o Amazonas.

**Tabela 1** - Associações de auxílio mútuo e beneficência no Brasil (1882-1942)

Estados	Nº de associações			
	1917	%	1942	%
Distrito Federal	816	23,28	-	-
Alagoas	57	1,63	49	4,68
Amazonas	35	1,00	16	1,53
Baía	165	4,71	87	8,30
Ceará	87	2,48	78	7,44
Espírito Santo	19	0,54	17	1,62
Goiás	28	0,80	6	0,57
Maranhão	73	2,08	18	1,72
Mato Grosso	26	0,74	3	0,29
Minas Gerais	760	22,54	105	10,02
Pará	50	1,43	40	3,82
Paraíba	39	1,11	20	1,91
Paraná	81	2,31	43	4,10
Pernambuco	103	2,94	106	10,11
Piauí	13	0,37	15	1,43
Rio de Janeiro	144	4,11	68	6,49
Rio Grande do Norte	37	1,06	11	1,05
Rio Grande do Sul	104	2,97	149	14,22
Santa Catarina	52	1,48		
São Paulo	744	21,23	197	18,80
Sergipe	36	1,03	17	1,62
Acre	06	0,17	3	0,29
<b>TOTAL</b>	<b>3505</b>	<b>100,00</b>	<b>1048</b>	<b>100,00</b>

<sup>90</sup> Osvaldo Maciel ao analisar o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió, observa que em relação a sobrevivência das entidades que tiveram atuação nos anos de 1879 a 1917, a imensa maioria possuiu vida curta, sendo poucas as sociedades que conseguiram passar dos cinco anos de funcionamento. Ao examinar a presença das associações de trabalhadores nos jornais que circularam no Amazonas, podemos constatar que o tempo de vida da maioria das associações se assemelha ao de Maceió. MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 36.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Ano II – 1936, Rio de Janeiro: Tip. Do Dep. de Publicidade, 1936, p.307; Instituto Brasileiro de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Ano VI – 1941/1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946, p. 375-376.

De acordo com a tabela acima, no ano de 1917, no estado do Amazonas, havia em funcionamento 35 associações de auxílios mútuos e beneficência, correspondendo a 1,00% das associações existentes no Brasil. Adhemar da Silva Júnior acredita que nesta conta estejam contempladas as demais entidades previdenciárias no conjunto total das mutuais computadas.<sup>91</sup> Ao observar-se o ano de 1942, percebe-se uma redução significativa do número de associações mutuais e beneficentes na maioria dos estados brasileiros; no entanto, os números do Amazonas, em termos absolutos houve uma redução de mais de 50%. Em termos de porcentagem, houve um aumento, correspondente a 1,53%.

O fenômeno associativo em Manaus, de acordo com esses dados, caracterizou-se por ter atingido sua expansão nos primeiros anos do século XX. Ainda, inferiu-se que persistiu em termos numéricos por mais tempo do que o ocorrido no restante do Brasil, se considerarmos os dados da tabela 1. De qualquer forma, assim como Osvaldo Maciel o faz para Alagoas, é importante ponderar o quanto estas conclusões são parciais, inclusive, levando em conta os números absolutos apresentados em escala bastante reduzida.<sup>92</sup>

Durante esse período, Manaus vivenciou profundas transformações, impulsionadas principalmente pelo “boom” da borracha, que atingiu valores máximos no mercado mundial, promovendo um notável processo de urbanização. O rápido crescimento da cidade revelou uma intensa metamorfose, conforme destacado por Pinheiro, evidenciando um progresso permeado por lutas e pelas “fisionomias dos excluídos”. Embora presentes na cidade, esses excluídos eram frequentemente escondidos pelos governantes, revelando assim contrastes expressos nos conflitos urbanos.<sup>93</sup> Esse processo de urbanização também atraiu um número significativo de migrantes e imigrantes, resultando em um aumento populacional expressivo e em uma diversidade cultural sem precedentes na região. Assim, pode-se observar que as transformações vivenciadas pela cidade, atingiram diretamente as condições de vida e trabalho dos indivíduos mais pobres, dentre eles, os trabalhadores.

---

<sup>91</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004, p. 53.

<sup>92</sup> MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros*. Op. Cit., p. 34.

<sup>93</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros*. Op. Cit., p. 47.



Os trabalhadores enfrentaram uma realidade desafiadora, com jornadas extensas, salários insuficientes para as necessidades básicas e frequentes acidentes no trabalho. A economia, baseada principalmente na produção e exportação de látex da borracha, teve seu momento de oscilação, experimentando um período de expansão, decadência e crise. Esse contexto propiciou a fundação de várias organizações, uma resposta às difíceis condições de vida e trabalho enfrentadas pela população. As oportunidades encontravam-se reduzidas e o volumoso número de mão-de-obra disponível refletia-se nos baixos salários, especialmente para aqueles sem uma profissão específica. Além das questões laborais, os trabalhadores foram impactados pelas transformações urbanísticas da cidade. Forçados a se afastarem do centro, instalavam suas residências em áreas determinadas pelo Estado, que buscava controlar de maneira autoritária a infraestrutura urbana.<sup>94</sup>

Diante dos desafios inerentes a esse contexto, os trabalhadores buscavam se organizar para diminuir os riscos da vida. As sociedades mutualistas representavam para eles a promessa de um futuro menos incerto para si e seus familiares, assumindo um importante papel de representá-los nos diferentes momentos da vida. O crescimento das mutualidades na década de 1910, parece estar intrinsecamente relacionado com todas essas questões de exclusão, proporcionando aos trabalhadores a oportunidade de vivenciar de maneira mais intensa a cultura associativa que permeava a cidade. Nossa análise sugere que a necessidade de organização própria da classe trabalhadora, surge como resposta às condições objetivas e subjetivas que enfrentavam.

Em presença destas condições, podemos indicar que tais fatores contribuíram no impulsionamento da formação de associações de trabalhadores em Manaus. Pinheiro e Pinheiro observam que neste momento as pessoas começaram a perceber a necessidade de organização em espaços que pudessem, principalmente, visar à garantia de assistência e à defesa de seus direitos. Assim, é provável que o número de associações fundadas esteja relacionado com esses aspectos pertinentes à realidade e dinâmica da cidade.<sup>95</sup>

Uma observação atenta da cronologia nos possibilita reforçar a hipótese de que a criação e desenvolvimento das agremiações estiveram atreladas à expansão e à decadência da economia gomífera, ou seja, a fundação de novas associações acompanhou os períodos de riqueza e de crise, tornando-se assim um indicador suplementar das

---

<sup>94</sup> COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando o Viver Ameaça à Ordem Urbana*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, 1987.

<sup>95</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017.

flutuações cíclicas na economia amazonense. Ao tempo que apresentamos uma de nossas hipóteses, é interessante observar que, infelizmente, a dificuldade de conseguir números detalhados quanto à evolução dos associados e características específicas do cotidiano de cada associação, impediu-nos de possuir um segundo indicador que permitisse confirmar ou não nossa sugestão. Na tabela abaixo, visualiza-se de forma ampla o panorama das associações em funcionamento na cidade de Manaus.

**Quadro 1** - Associações de trabalhadores em Manaus (1890-1930)

ANO	AGREMIações DIVERSAS
1890	Associação Indústria e Comércio
1891	Associação Artística Tipográfica
1892	União tipográfica
1895	Sociedade Beneficente 15 de agosto
1895	Grêmio Artístico Amazonense
1896	Grêmio Operário
1897	Sociedade União Beneficente
1898	Associação Beneficente Amazonense
1898	Associação dos Empregados do Comércio Amazonense
1900	Sociedade “Clube União Marítima”
1902	Associação de Auxílios Mútuos, Limitada dos Empregados Públicos do Estado do Amazonas
1903	Associação de Classe dos Panificadores de Manaus
1904	Centro Operário em Manaus
1904	Associação dos Panificadores de Manaus
1904	Clube dos Maquinistas do Amazonas
1905	Grêmio de Maquinistas em Manaus
1905	Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas
1906	Associação Beneficente dos Práticos do Amazonas
1906	Corporação dos Maquinistas do Amazonas
1906	Corporação dos Foguistas e Carvoeiros
1906	Sociedade Beneficente União dos Foguistas de Manaus (AM)
1906	Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas
1907	Associação dos Pilotos da Amazônia
1908	Confederação do Trabalho no Amazonas
1908	Associação Beneficente dos Oficiais Aduaneiros de Manaus
1908	União Operária Beneficente Mútua dos Estivadores
1910	Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas
1910	Associação Beneficente do Funileiro
1910	Sociedade Beneficente dos Empregados de Marchantaria
1910	Sociedade Protetora das Artes Graphicas do Amazonas
1910	Sociedade Beneficente dos Guardas da Alfandega de Manaus
1910	Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas
1910	Sociedade Protetora dos Guardas da Alfândega
1911	Liga Operária
1911	Associação dos Mestres de Pequena Cabotagem do Amazonas
1911	Associação dos Pilotos da Marinha Mercante da Amazônia
1911	Centro Beneficente dos Maquinistas do Amazonas
1911	Sociedade Beneficente dos Carroceiros
1912	Sociedade Proletária Beneficente Amazonense
1914	Federação do Trabalho no Amazonas
1914	Federação Marítima do Amazonas

1914	Federação Operária do Amazonas
1914	Comitê Obreiros Unidos
1914	Associação Beneficente dos Barbeiros no Amazonas
1914	Associação Beneficente dos Funcionários Públicos
1914	Federação Marítima
1914	Sindicato dos Manipuladores de Pão
1914	Sindicato dos Operários Sapateiros
1914	Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Amazonas
1914	União dos Marinheiros e Moços
1914	União de Práticos da Amazônia
1914	União dos Choferes, Carroceiros e Bolieiros
1915	União dos Oficiais de Alfaiates de Manáos
1915	Associação dos Funcionários Públicos Federais
1916	Associação Beneficente Postal do Amazonas
1917	Associação Beneficente Caixeiral
1917	Associação dos Empregados da Manáos Harbour
1917	União Operária Nacional
1918	Centro Operário Amazonense
1918	Associação Beneficente Postal
1918	Associação Beneficente dos Guardas Aduaneiros
1918	União de Classes dos Pedreiros no Amazonas
1919	Associação Beneficente dos Oficiais Aduaneiros de Manaus
1919	Coligação das Sociedades Operárias
1919	Sindicato dos Sapateiros
1920	Associação Amazonense de Cirurgiões dentistas
1920	Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil
1920	Associação dos Construtores Civis de Manáos
1920	União dos Alfaiates
1920	Sindicato dos Estivadores
1920	Sindicato dos Cigarreiros
1921	União Beneficente de Taifeiros no Amazonas
1921	Sociedade de Mestres e Construtores da Construção Civil
1922	Associação Beneficente de Mestres e Práticos do Amazonas
1922	Associação Beneficente dos Carroceiros de Manáos
1922	Associação Beneficente dos Mestres da Pequena Cabotagem
1923	Associação Beneficente dos Carreiros
1923	Associação Beneficente dos Empregados Públicos Federais do Amazonas
1924	Associação Beneficente da Classe de Barbeiros no Amazonas
1925	Sociedade “União Beneficente dos Empregados da Diretoria de águas e Esgotos”
1925	União dos Padeiros
1926	Sociedade Beneficente dos Guardas Aduaneiros da Alfandega de Manaus
1926	Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia
1927	Associação Beneficente dos Empregados da Manáos Tramways
1927	União Beneficente dos Condutores, Motoristas de Bondes e Classes Anexas do Amazonas
1927	Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Publica
1928	Associação dos Despachantes do Amazonas
1928	Sociedade Beneficente dos Cigarreiros
1928	União Beneficente dos Marinheiros do Amazonas
1928	Sociedade Beneficente dos Marítimos da Alfandega de Manáos
1930	Sociedade Amazonense de Professores
1930	Centro Social Econômico e Beneficente dos Talhadores de Manáos

**Fonte:** *Diários Oficiais*, 1893-1930, Imprensa Pública e Imprensa Operária. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte.

*Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

Nesta tese, intenta-se uma análise qualitativa das organizações de trabalhadores, tendo em vista que não tivemos acesso à totalidade da documentação das associações em funcionamento no período estudado, acessamos apenas informações lacunares e incompletas, impossibilitando assim uma análise quantitativa de forma aprofundada, por isso importa indicar o grau de confiabilidade do levantamento que realizamos, para não correremos o risco de conduzir a análises equivocadas.<sup>96</sup>

Nessa direção, iniciando nossas reflexões sobre a estrutura das agremiações, observou-se um padrão nos estatutos, suficientes para concluir que a admissão de novos sócios envolvia uma série de passos burocráticos e um controle rigoroso por parte das associações. Ao aprofundar-se nessa discussão, percebe-se uma visível persistência da barreira de gênero de quem poderia se associar.

Em dois estatutos, constata-se menções sobre a participação das mulheres nas associações, ambas nos anos iniciais do século XX. A primeira delas em 1902, na *Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados Públicos*, na qual, no artigo 60, do Capítulo que trata das Disposições Gerais, observa que:

Art. 60. As senhoras casadas que fizerem parte da Associação, poderão ser eleitas para qualquer cargo e quando não queiram comparecer as reuniões de eleição poderão ser representadas por seus maridos ou procuradores que nestes casos deverão apresentar ao Presidente, antes dos trabalhos de eleição, a competente procuração, podendo os mesmos procuradores, desta forma por suas constituintes, exercerem o direito de voto.<sup>97</sup>

Claudio Batalha descreve o ambiente da associação como um “mundo masculino”, não apenas pela efetiva “ausência de mulheres na maioria dos ofícios”, mas também pela resistência dos operários à entrada feminina no mercado de trabalho, visto como uma forma de concorrência desleal que poderia resultar na desqualificação e

---

<sup>96</sup> No mapeamento, consideramos as entidades que tinham presença mista de trabalhadores e patrões, por exemplo, as associações mutualistas de empresas. Optamos, neste momento não aprofundar nossas análises nas associações étnicas, de bairros ou esportivas, para não correr o risco de fugir do foco do trabalho, no entanto, é importante mencionar que os trabalhadores imigrantes garantiram presença massiva em tais entidades. Para maiores informações: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte Pinheiro. Da proteção à projeção: o associativismo espanhol em Manaus (1901-1919). *Revista História*, v. 40, e2021039, São Paulo, 2021. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Presença espanhola na cidade da borracha. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, p. e35761, 2021. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres em cena: mundos do trabalho e associativismo feminino em Manaus (1900-1920). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 74, p. 122–149, 2022.

<sup>97</sup> “Estatutos da Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados Públicos” - 1902. IGHA, Arm. I, cx. 15.

redução salarial.<sup>98</sup> No caso da *Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados Públicos*, as mulheres podiam até mesmo compor diretorias da entidade, diferente do que observamos em 1907, na *Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas*, que no artigo 51 e 52, do capítulo que trata das Disposições Gerais, observa que:

Art. 51. As classes de sócios criadas por estes Estatutos poderão pertencer as senhoras com os respectivos encargos de cada uma.

Art. 52. As senhoras admitidas a fazer parte do quadro social terão direito a todos os benefícios garantidos nestes Estatutos, não lhes sendo, porém, permitido votar nem ser votadas.<sup>99</sup>

Silvia Petersen assinala que a mulher até poderia ser associada numa organização operária, “mas não lhe era concedido o direito de votar e ser votada”. Para a historiadora, ao contrário dos sócios do sexo masculino, a quem era exigido “bom comportamento” como requisito para pertencer a uma sociedade, “para a mulher constava expressamente a condição de ‘reconhecida moralidade e procedimento irrepreensível’”.<sup>100</sup>

Nestes termos, embora algumas associações aceitassem mulheres como membros, elas quase nunca as escolhiam para posições de liderança. Observa-se que as sociedades de auxílios mútuos geralmente mantinham uma relação com as mulheres apenas na condição de dependentes dos associados homens, tanto durante a vida destes, quanto após seu falecimento, tornando-se beneficiárias de suas pensões, abrangendo viúvas e filhas solteiras.<sup>101</sup> De acordo com Osvaldo Maciel, essa tradição, que influenciou aspectos do movimento operário moderno, contribuiu para a persistência de desafios relacionados à participação feminina no sindicalismo brasileiro.<sup>102</sup>

Nesse cenário, as análises de Maria Luiza Ugarte Pinheiro são fundamentais para compreender a posição das mulheres no mundo do trabalho e na cultura operária amazonense. Diante da escassez de registros produzidos por trabalhadoras, a autora procurou amparar suas análises sobre o associativismo feminino na documentação produzida pela imprensa amazonense. Ela propõe uma série de questões que atravessam este campo de investigação:

Saber quem foram essas mulheres, como se vinculavam aos mundos do trabalho, como participaram da constituição da cultura operária amazonense, como interagiram com os diversos segmentos da

<sup>98</sup> MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros*. Op. Cit., p. 48.

<sup>99</sup> “Estatutos da Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados Públicos” - 1902. IGHA, Arm. I, cx. 15.

<sup>100</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”. Op. Cit., p. 47.

<sup>101</sup> BATALHA, Claudio. *Sociedades de trabalhadores*. Op. Cit., p. 65.

<sup>102</sup> MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros*. Op. Cit., p. 49.

sociedade - principalmente com o patronato e com as associações de trabalhadores -, como foram percebidas por seus contemporâneos.<sup>103</sup>

Maria Luiza Ugarte Pinheiro observa que a presença das mulheres no espaço informal do trabalho era antiga, atuando como costureiras, bordadeiras, vendedoras ambulantes, muitas vezes delegando aos filhos a tarefa de comercialização dos produtos como forma de preservar-se da exposição nas ruas. Com o tempo, esse comportamento de clausura feminina foi sendo superado.<sup>104</sup> Já nas primeiras décadas do século XX, o crescimento urbano de Manaus e a expansão do setor de serviços ampliaram os espaços tradicionalmente ocupados pelas mulheres, agora contratadas como cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, amas e outras funções domésticas, inclusive em estabelecimentos comerciais. Elas também passaram a atuar no setor manufatureiro, como nas fábricas de confecções e no beneficiamento de produtos extrativos.<sup>105</sup>

Conforme podemos observar até aqui, dois estatutos da época ofereceram evidências mínimas, mas significativas, da participação das mulheres no interior das organizações, ainda que subordinada, no quadro social das entidades. A simples menção à possibilidade de associação, mesmo com restrições, configura-se um indicativo documental de sua presença institucionalizada.

## 1.2. AS DEMANDAS SOCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES

A historiografia sobre as associações de trabalhadores no Brasil frequentemente categoriza os benefícios oferecidos, agrupando determinados serviços de assistência. Ao examinar o caso do Rio de Janeiro, Claudio Batalha observou que associações mutualistas ofereciam serviços bastante semelhantes entre si. Há um conjunto de serviços mínimos praticados por essas instituições, como auxílio funeral, pensão para a família em caso de falecimento e pensão por invalidez. Algumas também oferecem assistência em casos de prisão e para trabalhadores impossibilitados de exercer suas atividades profissionais.<sup>106</sup>

Adhemar da Silva Júnior, em sua pesquisa no Rio Grande do Sul, sistematizou as categorias de benefícios sob a rubrica de “assistência à saúde”, que incluía pagamentos médicos, cirurgias, medicamentos, diárias por doenças, construção de hospitais e internação hospitalar. A “assistência jurídica” abrangia o pagamento de advogados e

<sup>103</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres em cena: mundos do trabalho e associativismo feminino em Manaus (1900-1920). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 74, p. 122-149, 2022, p. 126.

<sup>104</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres em cena. Op. Cit., p. 127.

<sup>105</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres em cena. Op. Cit., p. 128-130.

<sup>106</sup> BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária, In: *Cadernos AEL*, p. 43-67, v.6, nº10/11, Campinas, 1999, p. 60.

diárias por prisão. Os “socorros pecuniários” englobavam diárias, pecúlios ou pensões em caso de falecimento, doença incapacitante ou pobreza, além da concessão de empréstimos e fianças. A “assistência ao ensino” envolvia a manutenção de aulas ou escolas, pagamento em estabelecimentos de ensino e construção de bibliotecas. A “assistência em caso de morte” compreendia enterros e sufrágios. A “assistência quanto ao trabalho” cobria a intermediação e o apoio em casos de desemprego. Para fechar o bloco, a “assistência em mudança ou viagem” incluía pagamentos relacionados a alterações nas oportunidades de emprego ou indicações médicas.<sup>107</sup>

Na cidade de Maceió, Osvaldo Maciel destacou a presença de benefícios comuns, como assistência médica, farmacêutica, jurídica, auxílio para funerais, pensões para herdeiros de sócios falecidos, cuidados com a instrução, e a organização de eventos como quermesses, festas e bailes dançantes.<sup>108</sup>

Observando a realidade dos trabalhadores no norte do país, no estado do Pará, Adriano Craveiro de Oliveira identificou 10 categorias de benefícios oferecidos aos trabalhadores. Estes estavam relacionadas à morte, saúde, trabalho, justiça, instrução, recreação, cultura, bens e valores materiais, política, filantropia e necessidades genéricas, sendo esta última classificada assim devido à falta de especificidade quanto aos benefícios concedidos.<sup>109</sup>

Na pesquisa conduzida em Manaus, seguindo a abordagem de estudos anteriores, especialmente a de Adhemar Silva Júnior, a classificação das categorias de benefícios é semelhante, embora apresente algumas variações em relação à sua abordagem. Antes de proceder à classificação, é fundamental apresentar a tese defendida, especificando o conjunto de benefícios que servirá de base para uma reflexão sistemática mais detalhada.

Nossa tese propõe que a busca por benefícios específicos gerou uma dinâmica única na formação de sociedades, caracterizada por predominâncias distintas, conversões institucionais e a oferta de benefícios semelhantes por associações de naturezas diversas, mas unidas por recorrências de matriz beneficente. Dentro dessa lógica, observou-se que as associações de trabalhadores em Manaus ofereciam uma variedade de benefícios, delineando o perfil inicial dessas sociedades em sua extensão. Conforme apresentado no

---

<sup>107</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004, p. 151-152.

<sup>108</sup> MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió* (1879-1917). Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2011, p. 50.

<sup>109</sup> OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2019, p. 40.

quadro a seguir, os tipos de benefícios oferecidos pelas sociedades de trabalhadores poderiam ser classificados em oito categorias gerais, que, quando agrupadas, contemplavam benefícios específicos.

**Quadro 2** - Benefícios ofertados pelas associações de trabalhadores em Manaus

<b>Categoria geral</b>	<b>Benefícios contemplados</b>
Assistência à saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência farmacêutica</li> <li>• Assistência médica</li> <li>• Auxílio financeiro aos enfermos</li> <li>• Auxílio transporte aos enfermos</li> <li>• Cirurgias Médicas</li> <li>• Internação hospitalar</li> </ul>
Assistência jurídica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência jurídica</li> <li>• Auxílio financeiro aos presos</li> </ul>
Assistência ao ensino	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bibliotecas</li> <li>• Escolas noturnas</li> <li>• Instrução técnica</li> </ul>
Assistência em caso de morte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auxílio Funeral</li> <li>• Auxílio Luto</li> <li>• Auxílio para família de falecido</li> <li>• Compra de Grinalda Fúnebre</li> <li>• Missa para falecidos</li> <li>• Pecúlio por morte</li> </ul>
Assistência quanto ao trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auxílio financeiros para impossibilitados de trabalhar</li> <li>• Auxílio financeiro por acidente de trabalho</li> <li>• Pensão para desempregados</li> <li>• Pensão por invalidez</li> </ul>
Lazer ou entretenimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esporte</li> <li>• Lazer e festas</li> <li>• Comemorações do aniversário da associação</li> <li>• Realização de atividade em alusão ao dia 1º de maio</li> </ul>
União e solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Bem-estar” aos sócios</li> <li>• Socorro nas dificuldades</li> </ul>
Defender interesses	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conferências, comícios e alistamentos eleitorais</li> </ul>

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora, com base nos estatutos de 24 sociedades de trabalhadores em Manaus.

Como pode-se observar no quadro, os benefícios oferecidos pelas sociedades de trabalhadores abrangiam desde assistência à saúde até a defesa dos interesses laborais. A preocupação em evitar erros na autorização de um benefício refletia-se nas exigências estabelecidas para sua concessão. Era prática comum que os pedidos fossem feitos por meio de requerimento dirigido à diretoria, como, por exemplo, na *Associação dos Funcionários Públicos Federais* que previa (art. 6.º, §único): “o requerimento poderá ser



escrito pelo associado ou por pessoa pelo mesmo autorizada”.<sup>110</sup> Os socorros seriam prestados imediatamente após o pedido, sendo, no entanto, necessário que o beneficiado instrísse seu pedido com atestado médico e documentos que comprovassem que ele estava quite com os cofres sociais.

Em relação à assistência à saúde, tomando como exemplo a *Sociedade Beneficente União dos Foguistas*, qualquer sócio que estivesse em conformidade com as normas dos estatutos e em dia com sua mensalidade poderia solicitar benefícios em caso de necessidade. Estavam previstos auxílios para situações de enfermidade, garantindo ao sócio uma diária de 3\$000 (três mil réis) durante 60 dias, e, a partir daí, 1\$000 (um mil réis), sem prejuízo da assistência médica e de medicamentos para seu tratamento, desde que tudo fosse comprovado com atestado médico. Os auxílios financeiros mencionado anteriormente não seriam aplicados se o sócio precisasse tratar sua doença no hospital, ficando internado, pois, nessas condições, perderia as diárias anunciadas. Outra situação prevista era se o sócio precisasse se retirar da cidade de Manaus para receber tratamento em outra localidade; nesse caso, ele receberia apoio da associação no valor de 200\$000 (duzentos mil réis), desde que comprovasse a necessidade com atestado médico.<sup>111</sup>

No que se refere à assistência relacionada ao trabalho, em situações em que o sócio se tornasse incapaz de exercer sua função, estando em pleno gozo de seus direitos sociais previstos nos estatutos, ele receberia uma pensão mensal de 60\$000 (sessenta mil réis). Este sócio, sendo parte da Caixa de Pensões instituída pela sociedade, também receberia a pensão correspondente à contribuição de todos os sócios inscritos na mesma Caixa de Pensões. Os sócios que estivessem recebendo auxílio ou fossem considerados inválidos, conforme os estatutos, estariam isentos de suas contribuições. Em caso de acidente, o sócio deveria informar a diretoria imediatamente, solicitando auxílio.<sup>112</sup>

Em relação à assistência aos trabalhadores, que abrangia auxílio por impossibilidade de trabalhar, acidentes de trabalho, e a oferta de pensão para desempregados e por invalidez, pode-se citar as ações da *Associação dos Constructores Civis de Manáos* como exemplo. Esta entidade, fundada no dia 4 de junho de 1919, era composta por um número ilimitado de sócios, sem distinção de nacionalidade, cuja profissão estivesse ligada à construção civil em geral.

---

<sup>110</sup> “Estatutos da Associação dos Funcionários Públicos Federaes”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 7814, 28 de novembro de 1920.

<sup>111</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 6, 26 de junho de 1930.

<sup>112</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 6, 26 de junho de 1930.

A *Associação dos Constructores Cívicos* adotava uma postura de defesa dos interesses da categoria, buscando promover a solidariedade entre os trabalhadores. Seu compromisso estava em incentivar boas relações entre os associados, para que os construtores civis fortalecessem cada vez mais os laços de solidariedade em defesa de seus interesses. Nos estatutos, não se identifica a oferta de beneficência como uma finalidade da organização, nos termos apresentados por outras agremiações. No entanto, a associação criou uma *Caixa de Socorros dos Acidentes no Trabalho*, com o objetivo de “auxiliar as vítimas dos acidentes ocorridos, desde que elas sejam operários dos associados, e isto, depois de preenchidas as formalidades da lei”.<sup>113</sup> Algumas exigências eram feitas, conforme manifestado nos estatutos:

Parágrafo 1.º - É obrigatório a todos os associados enviar a Diretoria até o dia 10 de cada mês a cópia da folha de pagamento de seus operários (seja de ordenado ou de empreitada), a fim de a mesma cientificar-se da importância com que deve cada associado contribuir para a “Caixa de Socorros dos Acidentes no Trabalho”.<sup>114</sup>

Quanto à assistência em caso de falecimento, a *Sociedade União dos Foguistas* estipulava em seus estatutos a oferta de serviços funerários, caso fosse desejado pela família ou nos casos em que o sócio falecido não tivesse ninguém para organizar o funeral. Se o sócio tivesse familiares próximos, a família receberia a quantia de 100\$000 (cem mil réis). Na ausência de herdeiros ou funerais, a contribuição do sócio seria revertida para os cofres sociais.

Quando a sociedade organizava o funeral, uma comissão de seis membros era designada para acompanhar o féretro, que deveria ser coberto com a bandeira da sociedade durante o ato, além de providenciar a compra de uma Grinalda Fúnebre. Ademais, a sociedade oferecia um “auxílio luto” para a viúva do sócio, no valor de 300\$000 (trezentos mil réis), mediante a apresentação de documentos que comprovassem o casamento.

Art. 8.º, § 9.º - Só terão direito aos favores discriminados no §8º do artigo 19, as viúvas que provarem a sua honestidade, antes e depois da viuvez, os filhos menores, quando não tiverem suprimento de idade; as filhas maiores, quando solteiras; a genitora do de cujus, quando viúva ou desamparada; o progenitor do de cujus, quando maior de 50 anos; as

---

<sup>113</sup> “Estatutos da Associação dos Constructores Cívicos de Manaus”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 87928, 17 de março de 1920.

<sup>114</sup> “Estatutos da Associação dos Constructores Cívicos de Manaus”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 87928, 17 de março de 1920.

irmãs do de cujos, quando solteiras ou viúvas e sendo o morto o único amparo.<sup>115</sup>

O auxílio funeral e luto concedidos à família do associado, mediante requerimento acompanhado da certidão de óbito, estavam sujeitos à avaliação da diretoria ou da Comissão de Sindicância. Essa avaliação levava em conta as informações registradas no livro de inscrição da sociedade. Ao estabelecer diretrizes para a concessão de benefícios, algumas sociedades implementavam restrições para evitar que indivíduos se associassem em períodos de enfermidade ou idade avançada. De acordo com a *Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas*, apenas foguistas e carvoeiros que atuassem nas profissões marítima, fluvial ou terrestre, e que fossem trabalhadores com mais de 16 anos e menos de 45 anos, poderiam ser admitidos como sócios.

Art. 1.º § único. – Para satisfazer-se os requisitos do artigo 3º, faz-se necessário que estejam, no momento, de perfeita saúde; que não tenham defeitos físicos que os impossibilitem do trabalho para o futuro, e não estejam envolvidos em processo criminal.<sup>116</sup>

Nesse contexto, estabelecia-se um prazo mínimo, geralmente de seis meses, para que o sócio começasse a usufruir dos benefícios, conforme evidenciado no artigo 1.º, do capítulo 1 dos estatutos. Outro aspecto notável nesse mesmo parágrafo era o envolvimento de sócios em processos criminais. Muitas associações ofereciam apoio jurídico aos sócios detidos, desde que não fosse por crimes “contra a moral”. Em casos não criminais, a sociedade concentrava esforços na liberação do sócio. Entretanto, em situações de denúncia, a assistência cessava na maioria das vezes, e o sócio poderia perder o direito à pensão, correndo ainda o risco de ser expulso da associação.

Em relação à assistência ao ensino, as associações planejavam a construção e manutenção de espaços como bibliotecas, escolas noturnas e ofereciam instrução técnica aos sócios filiados. A *Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas*, por exemplo, destinava seus rendimentos, entre outras finalidades, para a manutenção da escola noturna.<sup>117</sup> Já o *Centro Beneficente de Maquinistas no Amazonas* dedicava um capítulo inteiro de seus estatutos à instrução técnica, abordando relatórios, conferências,

<sup>115</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 6, 26 de junho de 1930.

<sup>116</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 6, 26 de junho de 1930.

<sup>117</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 72186, 14 de fevereiro de 1917.

aulas e biblioteca. A instrução técnica dos sócios do *Centro de Maquinistas* era realizada pelos seguintes meios:

1) Observação constante dos fenômenos mecânicos e experiências adquiridas no exercício da profissão; 2) Conferências sobre assumptos mecânicos (ciência, arte, aparelhos etc.); 3) Aulas de desenho e português; 4) Biblioteca. § único. – Podem ser criadas outras aulas desde que o Centro esteja em condições prósperas.<sup>118</sup>

Em suma, esses elementos indicavam fortemente que, pelo menos para parte das sociedades de trabalhadores, a função de auxílio mútuo foi importante. Destaca-se que essas organizações assumiam papéis que iam além da simples mutualidade, abordando de maneira efetiva as demandas sociais cotidianas de seus membros.

### 1.2.1. OBJETIVOS E FINALIDADES

No contexto efervescente de Manaus entre 1889 e 1930, o aparecimento de associações de trabalhadores foi importante na formação e consolidação da cultura associativa. Essas organizações, intrinsecamente ligadas ao movimento operário, não apenas representaram uma resposta organizada às demandas dos trabalhadores da época, mas também encarnaram um aspecto social e histórico único.

O alcance dessas associações ia além do mero suporte financeiro aos seus membros, adentrando em esferas mais amplas de apoio e solidariedade entre os trabalhadores de Manaus. Com efeito, observa-se que as finalidades das associações eram diversificadas. Em oito agremiações, destacava-se a preocupação com o “socorro e proteção aos familiares”, evidenciando um compromisso não apenas com os sócios diretos, mas também com o bem-estar de suas famílias. Além disso, algumas dessas organizações demonstravam um enfoque abrangente, oferecendo serviços educacionais como bibliotecas e escolas noturnas, corroborando o empenho em promover a “instrução” de seus membros. A *Sociedade União Beneficente dos Empregados da Diretoria de Águas e Esgotos*, por exemplo, previa “instituir uma escola, para os filhos de seus associados, quando as suas finanças o permitirem e organizar uma biblioteca de obras instrutivas”.<sup>119</sup>

A oferta de “assistência jurídica” reforçava o comprometimento das associações em proteger os direitos e interesses de seus associados perante questões legais. No que

<sup>118</sup> “Estatutos do Centro Beneficente de Machinistas no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 57135, 15 de novembro de 1911.

<sup>119</sup> “Estatutos da Sociedade União Beneficente dos Empregados da Diretoria de Águas e Esgotos”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma. 2017<sup>a</sup>, p. 361.

tange ao “lazer e sociabilidade”, as associações buscavam não apenas fortalecer os vínculos entre os trabalhadores, mas também proporcionar momentos de recreação e convívio social, proporcionando “divertimentos úteis, baseado no princípio da ação moral, tais como, representações teatrais, com peças de propaganda, música, passeios recreativos e leitura úteis, criando uma biblioteca”.<sup>120</sup>

Por fim, a preocupação com a “propaganda associativa” sugeria um esforço em promover e difundir os valores e benefícios oferecidos pelas agremiações, com o objetivo de atrair novos membros e consolidar a importância dessas organizações no contexto social e profissional em Manaus. Segundo o *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos*, um de seus objetivos era “promover a propaganda associativa e a educação, por meio de reuniões sociais, conferências e palestras educativas”,<sup>121</sup> assim como a *Sociedade União Beneficente dos Foguistas no Amazonas*, que aspirava “desenvolver a propaganda escrita dos seus princípios por meio de um jornal e promover conferências instrutivas em prol da classe”.<sup>122</sup>

Essas finalidades demonstram que, embora o caráter beneficente se destacasse como o principal aspecto da organização, o estatuto incorporava valores que iam além das simples preocupações assistencialistas. Esse perfil de sociedade já estava profundamente entrelaçado à cultura operária, sendo uma característica comum em diversas agremiações. No contexto empírico de Manaus, as experiências das sociedades, em seu sentido estrito, integravam interesses e preocupações que circundam minhas análises. Conforme argumentam Viscardi e Jesus, “o fato de as mutuais não terem como propósito a luta política em favor dos trabalhadores não implica que estivessem indiferentes as mesmas”.<sup>123</sup> Essa questão aponta para um ponto chave de nossa pesquisa, onde as associações, com um perfil ou outro, poderiam adotar práticas não previstas em seus programas.

As sociedades de trabalhadores tinham uma variedade de finalidades, sendo as mais comuns a busca pelo auxílio mútuo e a defesa dos interesses da categoria. Essas organizações prosperaram em um cenário marcado pela diversidade de sujeitos e grupos sociais, criando um ambiente propício para as representações simbólicas de identidades

<sup>120</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 72186, 14 de fevereiro de 1917.

<sup>121</sup> “Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos”. *A Lucta Social*, Manaus, n. 04, 1 de set. de 1914.

<sup>122</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 72186, 14 de fevereiro de 1917.

<sup>123</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; DE JESUS, Ronaldo Pereira, A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 1: A formação da Tradução, p. 33.

coletivas. Associar-se não era apenas uma estratégia de proteção econômica, mas também uma afirmação de identidade coletiva, uma resposta consciente às adversidades da vida urbana em Manaus nos primeiros anos do século XX.

### 1.3. SOCIEDADE NACIONAL BENEFICENTE DO AMAZONAS

As primeiras experiências associativas em Manaus remontam à década de 1860 com a fundação da *Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas* (SNBA). A Sociedade tinha como propósito a proteção e a oferta de benefícios pecuniários aos seus associados e membros de suas famílias. Poderiam fazer parte como sócios os “cidadãos brasileiros residentes em Manaus, com idade superior a 18 anos, que não tivessem cometido crime infamante, que exercessem efetivamente um emprego ou que possuíssem uma profissão que lhes garantisse os meios de subsistência” (art. 3.º). Dentre os benefícios previstos em seus estatutos, constavam:

Art. 24. A sociedade é obrigada a prestar aos seus associados e suas famílias na ordem estabelecida no §7 do art. 25, legal proteção em que quer parte ou lugar em que se achem, enviar seus esforços ante as autoridades e particulares para que sejam amparados em suas justas pretensões e bem-estar.

Art. 25. Além do que fica especificado no artigo antecedente, é ainda a sociedade obrigada a ofertar aos sócios contribuintes e as suas famílias benefícios pecuniários [...].<sup>124</sup>

A SNBA, instalada no ano de 1869, nasceu da iniciativa de Felismino Rodrigues Coimbra, que, durante o ano corrente, manifestou a alguns amigos o interesse de criar na cidade uma associação beneficente. Conforme nota divulgada no jornal *Amazonas*, “este pensamento achou apoio entre eles, e no dia 22 de agosto reuniram-se em número de 15 para levarem a efeito tão sublima ideia”.<sup>125</sup> Nesta ocasião, elegeram os membros responsáveis por formar uma mesa provisória e uma comissão para elaborar os estatutos, composta por Henrique Barboza de Amorim, Nicoláo Jozé de Castro e Costa, e João Carlos da Silva Pinheiro.

A presença de Henrique Barboza de Amorim e Nicoláo Jozé de Castro e Costa no início da SNBA, ao lado de Felismino Rodrigues Coimbra, demonstrava muito mais do que uma adesão pontual à causa mutualista. Os nomes inscritos na comissão de estatutos pareciam cumprir o papel de legitimação social do projeto, dotando-o de respeitabilidade e prestígio institucional. Henrique Amorim, empregado público, figura nos autos de 1869

<sup>124</sup> “Estatutos da Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas”. *Amazonas*, Manaus, 18 de nov. de 1869.

<sup>125</sup> *Amazonas*, Manaus, 13 de novembro de 1869.

requerendo judicialmente a guarda de uma órfã menor, com a justificativa de que sua esposa a instruiria “em prendas domésticas” gesto que, à primeira vista, se revestia de paternalismo cristão, mas que, sob a superfície, inscrevia-se numa lógica de tutela doméstica, onde a menor era incorporada à prática do “trabalho invisível”, quase sempre feminino e subordinado.<sup>126</sup>

Já Nicoláo Jozé de Castro e Costa, falecido em 1893, emergiu nos autos de inventário como chefe de uma família numerosa, proprietário de bens de grande valor, com vínculos residenciais que atravessavam Manaus, Santos e Cabo Frio. A variedade e distribuição dos herdeiros, a organização jurídica da herança e a descrição detalhada dos imóveis, com varandas assoalhas, salões, corredores e obras em construção, sugerem um ordenamento patrimonial típico das elites locais que buscavam inscrever-se na história da cidade.

No mesmo dia, mês, ano e lugar, já declarados no termo anterior, pela mesma inventariante, foi dito que seu marido Nicoláo José de Castro e Costa, faleceu nesta cidade, intestado, no dia vinte e sete de abril do corrente ano, deixando os seguintes herdeiros:

Filhos: (1) Luiza Castro e Costa de Miranda Leão de trinta e um anos de idade, casada com Manoel de Miranda Leão, residente em Manáos; (2) Francisco José de Castro e Costa, de vinte e nove anos de idade, casado com D<sup>a</sup> Celuia Barbosa de Castro e Costa, residente em Manáos; (3) José Pedro de Castro e Costa, de vinte oito anos de idade, solteiro, residente em Santos; (4) Benedicta Castro e Costa Pereira de Vinte e sete anos de idade, casada com Ernesto Baptista Pereira, residente em Manáos. (5) Manoel Joaquim de Castro e Costa, de vinte e cinco anos de idade, casado com D<sup>a</sup> Maria Amorim de Castro e Costa, residentes em Manáos. (6) Virgílio Augusto de Castro e Costa, [idade ilegível], solteiro, residente em Manáos; (7) Maria de La Salette de Aguiar Cardozo, de vinte e três anos de idade, casado com o doutor José Matheus de Aguiar Cardozo, residente em Cabo Frio. (8) José de Castro e Costa, de vinte anos de idade, solteiro, residente em Manáos; (9) Anna Sita de Castro e Costa, de dezoito anos de idade, solteira, residente em Manáos; (10) Joaquim de Castro e Costa, de dezoito anos de idade, solteiro, residente em Manáos; (11) Izabel sita de Castro e Costa, de cinco anos de idade, solteira, residente em Manáos. [Assinatura] Heloisa Monteiro de Castro e Costa.<sup>127</sup>

O inventário de Nicoláo, aberto poucos meses após seu falecimento em 1893, evidenciava uma cidade onde as distâncias sociais se materializavam em alvenaria,

<sup>126</sup> [Termo de falecimento e herdeiros] AMAZONAS. Juízo de Órphãos da Comarca do Alto Amazonas. *Autos de tutela de Henrique Barboza de Amorim*. Manaus, 1869. Fundo Justiça, Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas, Manaus.

<sup>127</sup> AMAZONAS. Juízo Municipal do 2º Distrito da Comarca do Amazonas. *Inventário dos bens de Nicoláo Jozé de Castro e Costa*. Manaus, 1893. Fundo Justiça, Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Fls. 4.

esquadrrias e varandas, e onde os nomes dos herdeiros indicavam trajetórias inscritas em diferentes localidades no âmbito nacional. A casa principal, localizada na rua Conselheiro Furtado, reunia múltiplas salas, varanda de madeira corrida e forro de telhas. A segunda propriedade, um terreno em processo de edificação, sugeria o desejo de continuidade e expansão, dando a impressão de ser um projeto de permanência. O detalhamento da avaliação dos imóveis, incluindo as medidas, os nomes dos vizinhos e os limites do lote, evidenciava o valor da ordenação espacial como extensão da ordem familiar.<sup>128</sup>

A atuação desses sujeitos na fundação da SNBA deve, portanto, ser compreendida dentro de um campo mais amplo de experiências em que a beneficência estava intrinsecamente ligada à autoridade pública, e a solidariedade fundamentava-se em critérios sociais, resultando tanto em redes de proteção quanto em exclusão.

Em paralelo às primeiras iniciativas mutualistas na Amazônia, outras regiões do Brasil também assistiram à constituição de entidades de socorro mútuo, refletindo suas dinâmicas próprias de organização dos trabalhadores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a mais antiga sociedade identificada foi fundada em 1877 por imigrantes italianos e recebeu o nome de *Sociedade Operários de Socorro Mútuo e Beneficência Vitória Emanuel II*. Segundo Silvia Petersen, essa entidade já contava, em 1892, cerca de quatrocentos associados. A autora destaca ainda a existência de sociedades beneficentes organizadas exclusivamente por negros e pardos, como a *Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho* (1891), de Rio Grande, além de várias outras associações em Pelotas, como a *Sociedade Beneficente Socorro dos Artistas* (1890), a *Sociedade Beneficente Fraternidade Artística* e a *Sociedade S. Amparo Mútuo* (1890). Silvia Petersen observa que “algumas agruparam associados de diferentes categorias, outras eram de uma mesma categoria”.<sup>129</sup>

Voltando para a *Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas*, após várias discussões em diversas sessões presididas pelo Sr. Braule Pinto e pelo secretário Felismino Coimbra, os participantes chegaram a um entendimento sobre o estatuto, que foi submetido à aprovação do presidente da província para a nova organização. Conforme a Portaria n. 285, de 28 de outubro de 1869, o estatuto da SNBA foi aprovado com modificações. De acordo com o documento:

<sup>128</sup> AMAZONAS. Juízo Municipal do 2º Distrito da Comarca do Amazonas. *Inventário dos bens de Nicoláo José de Castro e Costa*. Manaus, 1893. Fundo Justiça, Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Fls. 8.

<sup>129</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: ed. UFSM; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, p. 35.



João Wilkens de Mattos, oficial da ordem da Rosa, cavalheiro de Cristo, tenente-coronel da guarda nacional, e presidente da província do Amazonas. Usando da autorização que me confere a 2ª parte do §1 do art. 2º da lei n. 1.083 de 22 de agosto de 1860, aprovo os Estatutos da *Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas* criada nesta capital, com as modificações que abaixo vão transcritos. Palácio do governo em Manáos, 28 de outubro de 1869.<sup>130</sup>

A SNBA foi instalada oficialmente no dia 6 de novembro de 1869, reunindo cerca de 50 sócios, além de autoridades locais e chefes de repartições que foram convidados para prestigiar o momento. Compareceram o chefe de polícia, comandante de armas, Dr. Juiz de direito, Dr. Juiz municipal, promotor público, presidente da Câmara Municipal, inspetor da tesouraria da fazenda, vice-cônsul de Portugal, capelão do hospital militar, uma comissão de representantes da sociedade *Atheneu das Artes*, e outros funcionários da cidade.<sup>131</sup> Durante a cerimônia de instalação:

A sala da sessão achava-se decorada com elegância, tendo um retábulo por traz da cadeira da presidência, e sobre ele uma fita descrevendo o título Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas, contendo na parte superior a coroa nacional, trabalho este arranjado primorosamente pelo sr. Mota, maquinista de uma lancha da flotilha. Na varanda do edifício estava a música dos educandos, que por ordem do Exm. Sr. Presidente se apresentou para mais abrilhantar o ato.<sup>132</sup>

A solenidade foi marcada pela formalização da primeira diretoria oficial da entidade. Durante a sessão, os membros prestaram juramento aos seus cargos, o qual foi dirigido pelo presidente da província e prestado nas mãos do Sr. Oliveira Gomes, nomeado o novo presidente da entidade. A nova diretoria foi composta por: “vice-presidente, José Justiniano Braule Pinto; 1.º secretário, Felismino Rodrigues Coimbra; 2.º secretário, Manoel Maria de Souza Barradas; e tesoureiro, Manoel da Fonseca Bernal”. Ao final do ato, o presidente declarou instalada a nova sociedade e encerrada a sessão de posse da nova diretoria.<sup>133</sup>

No ano seguinte, em 1870, o número de sócios aumentou consideravelmente, sendo anunciado nos jornais que, naquele ano, o número ultrapassava os cem membros. Os dirigentes reconheciam a importância de manter a sociedade em funcionamento e compreendiam a necessidade de uma instituição como a SNBA para promover o espírito social, a instrução e a beneficência:

<sup>130</sup> *Amazonas*, Manaus, 07 de novembro de 1869.

<sup>131</sup> *Amazonas*, Manaus, 13 de novembro de 1869.

<sup>132</sup> *Amazonas*, Manaus, 13 de novembro de 1869.

<sup>133</sup> *Amazonas*, Manaus, 13 de novembro de 1869.

Reconhecemos na província a necessidade de instituições que desenvolvam o espírito social, a instrução e a beneficência, de que o homem por mais bem colocado no mundo cercado de uma brilhante fortuna, pode um momento para outro carecer.<sup>134</sup>

A SNBA demonstrava um crescimento tanto no número de sócios quanto na receita. No entanto, ao analisarmos o relatório de 1872, observa-se que os números sofreram pequenas alterações. Até o fim do ano de 1871, o número de sócios era de 105 membros, sendo que 3 foram desligados e outros 3 faleceram, totalizando 99 sócios. A distribuição desses membros era a seguinte: contribuintes - 99, não contribuintes - 3. Do total de 99 membros, um sócio honorário e seis efetivos residiam fora da província. Os demais, que viviam no Amazonas, eram compostos por 35 sócios efetivos no interior e 56 na capital.<sup>135</sup>

Após o relatório de 1872 da SNBA, as fontes tornam-se escassas, sugerindo um período de arrefecimento no movimento associativo em Manaus. Contudo, esse interstício precedeu uma significativa efervescência. A partir da década de 1890, Manaus testemunhou o surgimento de um vigoroso movimento associativo que redefiniu as formas de organização dos trabalhadores.

As primeiras associações de trabalhadores por ofício em Manaus emergiram nos anos iniciais da República, caracterizadas por um forte espírito mutualista. A *Associação de Indústria e Comércio* (1890), destinada a comerciantes e pequenos industriais, e a *União Tipográfica* (1892), que reunia gráficos da cidade, exemplificam esses esforços pioneiros de organização. Conforme demonstram os historiadores Pinheiro e Pinheiro, “o processo associativo, assim como a mobilização e luta dos trabalhadores avançaria de forma mais significativa com a chegada do século XX”<sup>136</sup>, quando essas entidades começariam a incorporar pautas mais reivindicativas.

#### 1.4. CENTRO OPERÁRIO EM MANAUS

A fundação do *Centro Operário em Manaus* (COM), em 1904, representou um marco na organização dos trabalhadores amazonenses, sintetizando tanto as potencialidades quanto as contradições do movimento operário local. Segundo Pinheiro e Pinheiro, sua instalação formal, em 5 de fevereiro de 1905, foi antecedida por reuniões preparatórias desde setembro de 1904, nas quais foram esboçados seus estatutos, “visando definir o seu perfil,

<sup>134</sup> *Amazonas*, Manaus, 03 de novembro de 1870.

<sup>135</sup> “Relatório da Sociedade Beneficente Nacional do Amazonas”. *Amazonas*, Manaus, 20 de jan. de 1872.

<sup>136</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 108.

estrutura administrativa e o programa de ação da nova associação”.<sup>137</sup> Na segunda reunião preparatória, foi estabelecida a diretoria provisória para conduzir os trabalhos da nova agremiação. A proposta de José Antônio de Carvalho foi aclamada por unanimidade, e a mesa ficou composta da seguinte maneira:

Alfredo de Vasconcelos Lins, presidente; Manoel Athanásio Gonçalves, vice-presidente; Eduardo Lourenço Teixeira, 1º secretário; Gaspar Ribeiro Júnior, 2º secretário; Manoel Pacheco, Tesoureiro e Francisco Luiz Bezerra e Manoel Madruga, vogais.<sup>138</sup>

A cerimônia de instalação do Centro Operário, que reuniu cerca de 500 pessoas, incluindo familiares dos trabalhadores, intelectuais, jornalistas e autoridades públicas, destacou o caráter plural da entidade.<sup>139</sup> Ela também evidenciou a riqueza da cultura associativa que, conforme Batalha, abarcava “o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias”, herdadas tanto das corporações de ofício quanto de novos repertórios políticos.<sup>140</sup> Cada elemento da decoração do salão, dos escudos que exibiam lemas como “Proletariado de todos os países, uni-vos!” e retratos de Marx e Kropotkin, funcionava como um artefato cultural que dava forma a ideias abstratas, enquanto a própria estrutura do evento com discursos, poesias de Alfredo Vasconcellos Lins, aclamações, seguia um ritual meticulosamente planejado.

Ladeando um grande escudo, de efeito maravilhoso via-se em letras de ouro o nome da sociedade e mais dois escudos menores com estas inscrições: - Um por todos e todos por um! – Proletariado de todos os países, uni-vos! Distribuídos pelas paredes estavam mais outros escudos com estes dísticos: - Os homens são iguais! – Nem escravos e nem senhores! – Humanidade Livre! – Trabalho, paz e felicidade! E os nomes dos grandes doutrinários Marx, Pedro Kropotkin e etc.<sup>141</sup>

Essa simbologia, que mesclava “tradições mutualistas” com “linguagens revolucionárias”, demonstrava como o movimento operário manauara ressignificava diferentes heranças culturais para construir sua identidade coletiva. Segundo Pinheiro e Pinheiro, o evento evidenciou a capacidade de articulação do movimento operário local ao reunir diversos segmentos sociais em torno de um projeto coletivo de organização.<sup>142</sup>

<sup>137</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 127.

<sup>138</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 228, 21 de novembro de 1904.

<sup>139</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 9 de fevereiro de 1905.

<sup>140</sup> BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: Identidade e diversidade na Formação do Operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 99.

<sup>141</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 353, 09 de fevereiro de 1905.

<sup>142</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 127.

Sob a liderança de Alfredo de Vasconcelos Lins, o COM caracterizou-se por um projeto educativo e cultural que buscava formar a consciência de classe. Isso foi alcançado através da criação de bibliotecas, com obras doadas sobre o socialismo e da organização de cursos noturnos para a formação dos trabalhadores. Simultaneamente, promovia as celebrações do 1.º de Maio como um dia de protesto e solidariedade.<sup>143</sup>

Sendo o 1.º de Maio o dia escolhido universalmente pelas classes artístico-operárias para essa grandiosa festa de protesto ou de comemoração de importantes fatos ocorridos na vida dessa parte de um dos poderes constituintes da Sociedade, na Europa e na América, fatos que determinaram glórias imorredouras para as mesmas, o operariado do Amazonas vai festejá-lo condignamente. E solidário com as sociedades co-irmãs de todos os Estados da União Brasileira e do estrangeiro, realizará a sua Festa consagrada ao Trabalho e de homenagem ao dia do operariado, - 1.º de Maio.<sup>144</sup>

Essas iniciativas, conforme registrado pelo *Jornal do Comércio*, em 1905, incluíam debates sobre temas como alcoolismo e emancipação feminina, demonstrando uma agenda ampla que ia além das reivindicações imediatas dos trabalhadores. Contudo, a entidade enfrentou limitações em sua representatividade, especialmente entre as categorias menos organizadas do operariado amazonense, além de depender excessivamente de lideranças individuais como Alfredo Lins,<sup>145</sup> cuja partida para Maceió em 1905 foi amplamente noticiada pela imprensa local.

Seguiu ontem para Maceió o sr. Alfredo Lins, presidente do Centro Operário de Manáos, conforme noticiamos. Vários amigos do viajante e membros do Centro acompanharam-no até a bordo de paquete “Manáos” demonstrando assim a estima em que tem o incansável moço.<sup>146</sup>

A identidade operária em Manaus construía-se precisamente nesses espaços associativos. Como argumenta Edward Palmer Thompson, “classe e consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras fases do processo histórico real”.<sup>147</sup> O *Centro Operário* tornou-se um espaço fundamental para essa consciência, onde suas bibliotecas,

<sup>143</sup> Conforme publicado no *Jornal do Comércio*: “Inaugurar-se-á, às três horas da tarde na sede desta florescente corporação a Avenida Eduardo Ribeiro, n. 35, a biblioteca da mesma que principiará ilustrado de muitos volumes bons, ofertas que lhe foi gentilmente feitas. e, para resistência da qual acha-se convidada a sociedade amazonense.” *Jornal do Comércio*, Manaus, 1 de maio de 1905.

<sup>144</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 421, 29 de abril de 1905.

<sup>145</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 134.

<sup>146</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 479, 5 de julho de 1905.

<sup>147</sup> THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial* Barcelona: Editorial Crítica, 1989, p. 37.

curso e celebração do 1.º de Maio transformavam experiências individuais em uma linguagem coletiva.

Assim, o *Centro Operário* deve ser compreendido dentro do contexto mais amplo do movimento operário brasileiro no início do século XX. Por um lado, sua ênfase na educação e na construção de redes de sociabilidade antecipou formas mais combativas de organização que emergiriam nas décadas seguintes. Por outro lado, sua curta duração e dificuldades, de representação refletiam os desafios específicos enfrentados pelos trabalhadores na Região Amazônica. Como Aldrin Castellucci demonstra no caso baiano, esse padrão de associações de vida efêmera, mas com forte impacto ao longo dos anos, não era exclusivo do Amazonas, evidenciando as contradições inerentes ao processo de formação de uma cultura de classe no período republicano.<sup>148</sup>

### 1.5. CONFEDERAÇÃO DO TRABALHO NO AMAZONAS

A análise da *Confederação do Trabalho no Amazonas* (CTA), fundada em Manaus em 5 de setembro de 1908, é fundamental para compreendermos as formas de organização dos trabalhadores manauaras durante o apogeu da economia gomífera. Seus estatutos, aprovados pelo Decreto Estadual n. 883 de 15 de outubro de 1908, evidenciavam um projeto ambicioso de organização operária. O artigo 1.º estabelecia a filiação de “todos os artífices e operários do Estado do Amazonas, de ambos os sexos”, mas o artigo 9.º impunha algumas restrições: apenas maiores de 20 anos com “moralidade reconhecida e que nunca tivessem sofrido penas infamantes” poderiam associar-se. Essa contradição entre uma retórica inclusiva e a rigidez no acesso marcaria toda a trajetória da CTA.<sup>149</sup>

Assim como o *Centro Operário de Manaus*, de 1904/1905, a *Confederação do Trabalho* também não se voltava para categorias específicas, pretendendo falar em nome do conjunto da classe operária manauara. Embora se apresentasse como uma agremiação voltada para os trabalhadores, a Confederação, da forma como idealizada por Antonio Sampaio e dirigida por Paulino de Brito, afigurava-se muito próxima dos segmentos patronais, apresentando pretensões de exercer controle e direção sobre o operariado local. Isso explica o porquê de sua condenação as greves e aos conflitos de classes.<sup>150</sup>

<sup>148</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 40–77, 2010, p. 48.

<sup>149</sup> “Estatutos da Confederação do Trabalho do Amazonas”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma. 2017<sup>a</sup>, p. 303.

<sup>150</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 133.

Sob a liderança do industrial Paulino Montenegro Toscano de Brito, a entidade foi criada com um projeto educacional detalhado no artigo 2.º dos estatutos: o Liceu de Artes e Ofícios, que oferecia “instrução primária e secundária” sob a supervisão do Conselho Supremo (art. 24-d), responsável por nomear professores e aprovar seu regulamento. O financiamento provinha de 20% das mensalidades (art. 3.º-a) e 30% das arrecadações dos comitês municipais (art. 44-c), corroborando como a educação operária estava subordinada à estrutura hierárquica da agremiação.<sup>151</sup>

Essas ações, financiadas por doações e aplicações na Caixa Econômica Federal (art. 3.º dos estatutos), atendiam às demandas imediatas dos trabalhadores, mas sob uma perspectiva paternalista. Por exemplo, o projeto assistencial da CTA se manifestou principalmente no Liceu de Artes e Ofícios, seguindo modelos corporativos europeus, e no programa de repatriação de imigrantes, que custeava o retorno de trabalhadores estrangeiros a seus países de origem. Essa iniciativa, como observa Francisco Costa, “assumia um papel do Estado”<sup>152</sup>, ao mesmo tempo em que reforçava um ideário de harmonia social entre patrões e operários, característico da visão paternalista que marcou a entidade desde sua fundação em 1908.

O projeto assistencial incluía ainda o artigo 50, que assegurava auxílio aos trabalhadores em caso de acidente de trabalho. A esses trabalhadores, era oferecido “a terça parte de seu salário” se tivessem família, além de atendimento médico. No entanto, o artigo 48 revelava, simultaneamente, um controle centralizado pois tanto o médico quanto o advogado da Confederação do Trabalho eram nomeados diretamente pelo presidente da agremiação, e não pelos trabalhadores.<sup>153</sup>

A centralização do poder evidenciava-se no artigo 26, que determinava: “o presidente nomeava o 1.º secretário e todas as comissões”. O artigo 38 estabelecia eleições trienais em 1.º de maio, mas restritas aos sócios “quites” (art. 40), enquanto o artigo 54 conferia ao Conselho Supremo o poder de “apurar as eleições”, mecanismos que asseguravam o domínio das elites. Essa estrutura hierárquica se estendia aos municípios por meio dos artigos 41-45, que previam a criação de comitês locais, os quais remetiam 50% de suas arrecadações à sede em Manaus (art. 44-c), enquanto inspetores

<sup>151</sup> “Estatutos da Confederação do Trabalho do Amazonas”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Op. Cit., p. 303.

<sup>152</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Foi só para espantar o inglês... Entre o labor e a lei: a luta por direitos sociais e trabalhistas no Amazonas (1907-1917)*. São Paulo: Editora Biblioteca 24 horas, 2023, p. 73.

<sup>153</sup> “Estatutos da Confederação do Trabalho do Amazonas”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Op. Cit., p. 303.

gerais controlavam “centúrias” e “secções”, formando uma rede estadual sob rígido controle central.<sup>154</sup>

A CTA mostrou um interesse especial em incorporar associações menores, como evidenciado em um episódio ocorrido com a *União Operária Beneficente Mútua dos Estivadores* (UOBME) em novembro de 1908. De acordo com o *Jornal do Comércio*, em 22 e 23 de novembro do mesmo ano, o presidente da UOBME enviou um ofício convidando o presidente da CTA, Sr. Toscano de Britto, e os deputados da agremiação para uma reunião conjunta entre as entidades. A diretoria da CTA aceitou participar da reunião na sede dos estivadores, localizada na rua Dr. Moreira, n. 21, indicando uma estratégia de expansão orgânica.

A vista disto o presidente da Confederação submeteu o dito convite a votação e foi pela mesma assembléa resolvido irem todos incorporados assistir a dita reunião. Em seguida o sr. Presidente suspendeu os trabalhos e reunidos dirigiram-se aquela sociedade, sendo ali recebidos pelo presidente e o tesoureiro os quais declararam que, não tendo havido número legal, deixava de realizar-se a sessão que tinham convocado.<sup>155</sup>

Contudo, durante o encontro, enquanto os estivadores propuseram “tratar de assuntos de reais interesses da classe”, a Confederação enviou uma comissão para “estudar o assunto” da incorporação da UOBME à CTA, uma postura que revelava mais interesse em controle do que em uma articulação genuína.<sup>156</sup> Apesar do discurso de união (art. 1.º), sua atuação concreta seguia o artigo 47-c, que subordinava qualquer ação coletiva à aprovação da cúpula. Quando os estivadores cancelaram a reunião por falta de *quórum*,<sup>157</sup> pode-se acreditar que isso ocorreu como um ato de resistência à ingerência da Confederação. Em resposta, a entidade criou uma comissão burocrática, uma tática típica para postergar decisões, conforme previsto no art. 24-h sobre “resolver sobre todos os fins sociais”. Essa dinâmica antecipava o fracasso posterior em consolidar uma federação operária na cidade.<sup>158</sup>

Outra observação importante refere-se à criminalização da autonomia operária, manifestada no artigo 47-c/d, que exigia que os conflitos fossem “comunicados imediatamente ao presidente” e proibia paralisações sem a autorização do Conselho. Essa cláusula, em conjunto com o artigo 46, que previa expulsão e “comunicação a todos os

<sup>154</sup> “Estatutos da Confederação do Trabalho do Amazonas”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Op. Cit., p. 303.

<sup>155</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1678, 23 de novembro de 1908.

<sup>156</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1677, 22 de novembro de 1908.

<sup>157</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1678, 23 de novembro de 1908.

<sup>158</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1678, 23 de novembro de 1908.

centros operários aos dissidentes, mostrava o caráter disciplinador do projeto.<sup>159</sup> Como sintetiza Francisco Costa, tratava-se de uma “entidade classista” que, sob retórica operária, exercia “controle sobre o proletariado local”.<sup>160</sup>

O presidente da Confederação, Paulino Montenegro Toscano de Britto, foi uma figura central na liderança da entidade. Reconhecido por sua “energia de ferro”, Paulino de Brito destacou-se por conduzir a CTA com firmeza, recebendo frequentes elogios da imprensa. Conforme relatado pelo jornal *Confederação do Trabalho*, que circulava tanto na capital quanto no interior do Amazonas e se apresentava como “Orgam das classes laboriosas”, foi publicado em 28 de novembro de 1909 que “o capitão Paulino Montenegro Toscano de Brito tem sabido impor-se ao respeito e ao conceito de todos aqueles que acompanham seu exemplar procedimento”.<sup>161</sup>

**Figura 1** - Paulino Montenegro Toscano de Britto - Presidente da CTA (1909)



**Fonte:** *Confederação do Trabalho*, Manaus, 14 de novembro de 1909.

A Confederação publicava seu próprio periódico, intitulado “Confederação do Trabalho”, que funcionava como um meio de propaganda e comunicação direta com os trabalhadores. Na sua primeira edição, datada de 14 de novembro de 1909, o jornal enfatizava que “a nossa revista será um jornal de propaganda e de combate em prol dos

---

<sup>159</sup> “Estatutos da Confederação do Trabalho do Amazonas”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Op. Cit., p. 303.

<sup>160</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Foi só para espantar o inglês*. Op. Cit., p. 73.

<sup>161</sup> *Confederação do Trabalho*, Manaus, Anno I, n.1, 14 de novembro de 1909.



interesses do proletariado. Não temos filiação partidária, mas não seremos indiferentes aos destinos políticos de nossa pátria”.<sup>162</sup>

Figura 2 - Jornal *Confederação do Trabalho* (1909)



Fonte: *Confederação do Trabalho*, Anno I, n.1, Manaus, 14 de novembro de 1909.

O jornal *Confederação do Trabalho*, fundado na cidade de Manaus em 1909, defendia a integração dos trabalhadores ao sistema político vigente, com ênfase na participação eleitoral e no diálogo com as elites. Dentre as características do jornal, pode-se destacar a defesa do programa republicano e da maior participação política dos trabalhadores. Seus editores compartilhavam a visão de que a mobilização institucional era um caminho viável para a conquista de direitos, como evidenciado em manifesto publicado em 14 de novembro de 1909, direcionado “ao eleitorado, ao povo e a todas as classes laboriosas do Estado do Amazonas”:

(...) Só nos resta, portanto, concorremos as urnas e elegermos os cidadãos cujos nomes vos apresenta a Confederação do Trabalho, associação que não é filiada a qualquer facção partidária, motivo pelo qual selecionou dentre os seus associados das próprias agremiações políticas e de outras classes laboriosas do Estado, os homens que melhor poderão corresponder as justíssimas aspirações do povo, trabalhando pelos seus interesses e bem estar e pelo engrandecimento e prosperidade deste maravilhoso Estado.<sup>163</sup>

As pautas do *Confederação do Trabalho* gravitavam em torno de questões presentes no cotidiano dos trabalhadores do comércio, tais como o descanso dominical, um dia para que os trabalhadores pudessem restaurar suas forças, ficar com a família e

<sup>162</sup> *Confederação do Trabalho*, Manaus, Anno I, n. 1, 14 de novembro de 1909.

<sup>163</sup> *Confederação do Trabalho*, Manaus, Anno I, n. 1, 14 de novembro de 1909.

descansar. Outra pauta presente era voltada para a instrução, que assumia um significado de ascensão social no interior da atividade comercial, distinto das concepções educacionais propagadas por outros grupos, que vinculavam a educação à emancipação classista. Não havia, em suas páginas, questionamentos à estrutura social vigente, mas sim propostas de reformas dentro do sistema estabelecido.

O encerramento da Confederação coincide precisamente com a crise da borracha e a radicalização do movimento operário. Seu modelo conciliador, que proibia greves sem autorização (art. 47) enquanto oferecia educação e repatriamento de imigrantes, tornou-se obsoleto quando os trabalhadores começaram a exigir direitos, não esmolas. No entanto, sua experiência deixou aspectos importantes a serem destacados: as redes de sociabilidade que ajudou a criar, como a celebração do 1.º de Maio, estariam presentes mais tarde nas organizações mais combativas, enquanto seu fracasso em representar os trabalhadores comprovava o limite das soluções paternalistas em uma sociedade marcada por desigualdades extremas.

#### 1.6. ASSOCIAÇÕES MARÍTIMAS NO RAIAR DO SÉCULO XX

Durante esse mesmo período, Manaus viu nascer um vigoroso associativismo entre os trabalhadores marítimos, refletindo diretamente a expansão da navegação a vapor na Amazônia. Como destaca Caio Paião, “a iniciativa das primeiras associações por ofício no Amazonas foi justamente dos marítimos”,<sup>164</sup> com ênfase no *Clube União Marítima* (1899) e na *Sociedade Beneficente União dos Foguistas* (1905). Essa mobilização foi caracterizada por uma fragmentação identitária, onde diferentes categorias, agrupadas por Paião em oficiais (pilotos, mestres, práticos e maquinistas), trabalhadores do fogo (foguistas e carvoeiros) e de convés (marinheiros, moços e taifeiros), se organizaram para defender seus interesses particulares.<sup>165</sup>

Essa dinâmica contrastava com modelos federativos adotados em outras regiões, como no Rio Grande, onde Loner registra a formação de entidades pluriprofissionais, como a *Sociedade Protetora dos Serventes e Marinheiros da Alfândega* (1907).<sup>166</sup> Em Manaus, como observa Paião, a valorização da identidade fragmentada impediu o surgimento de “uma identidade marítima pluriprofissional” bem sucedida, revelando tanto a complexidade das hierarquias a bordo quanto os projetos políticos divergentes

---

<sup>164</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem: trabalho e associativismo em Manaus, 1905-1919*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022, p. 160.

<sup>165</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 161-162.

<sup>166</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária*. Op. Cit., p. 180-181.

entre oficiais e marinhagem.<sup>167</sup> Os oficiais, em particular, buscavam, através do associativismo, reforçar as noções de hierarquia e disciplina do mundo embarcado, enquanto foguistas e marinhagem lutavam por cidadania.

O aumento do volume de viagens fluviais resultou em uma maior concentração de trabalhadores nos portos, além de promover a circulação de ideias e modelos associativos. Dessa conjuntura, surgiram as primeiras entidades, que combinavam assistência mútua com pautas profissionais específicas. Seus estatutos evidenciam tensões latentes, enquanto associações de oficiais, como a *Corporação dos Maquinistas* (1906), buscavam preservar privilégios hierárquicos e alianças com o Estado, as organizações de foguistas e marinhagem tendiam a adotar posturas mais reivindicatórias, especialmente diante das jornadas exaustivas e dos baixos salários. Essa divisão refletia os diferentes “projetos de identidade coletiva” que coexistiam no universo marítimo.<sup>168</sup>

#### 1.6.1. CLUBE UNIÃO MARÍTIMA

Conforme publicado no *Diário Oficial* de 18 de abril de 1900, o *Clube União Marítima*, foi fundado em Manaus, no dia 11 de novembro de 1899, com os seguintes propósitos definidos no artigo 2.º de seus estatutos:

Estabelecer um meio de manter a independência da classe marítima, protegendo-a sobre todos os pontos de vista; estabelecer meios de collocar-a em condições vantajosas de modo a ser ella considerada na altura que merece, já procurando a collocação de seus associados, já socorrendo e protegendo as suas famílias nos momentos críticos da vida, e enfim estabelecer entre os seus associados tabelas para ornados.<sup>169</sup>

Caio Paião observa que essa agremiação reunia especificamente “pilotos, maquinistas, práticos e arrais (pilotos de pequenas embarcações)”, constituindo uma elite dentro do universo marítimo, que representava 479 trabalhadores qualificados em meio a mais de cinco mil subalternos.<sup>170</sup> O perfil do *Clube União Marítima* exemplifica a complexidade do mutualismo analisado por Viscardi, “o fato de as mutuais não terem como propósito a luta política em favor dos trabalhadores não implica que estivessem indiferentes às mesmas”.<sup>171</sup>

<sup>167</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 161-162.

<sup>168</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 161.

<sup>169</sup> “Estatutos do Club União Marítima”. *Diário Oficial*, n. 1.822, Manaus, 18 de abril de 1900.

<sup>170</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 165.

<sup>171</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; DE JESUS, Ronaldo Pereira, A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 33.

Os estatutos confirmavam essa ambiguidade, enquanto o artigo 22 previa auxílio a sócios em “condições precárias”, o artigo 2.º avançava na defesa corporativa ao propor “tabelas para ordenados”. Essa dualidade, como argumenta Cláudia Viscardi, demonstra que “a aproximação entre mutualismo e sindicalismo ocorreu de modo mais externo”, sem que as associações perdessem seu caráter assistencial.<sup>172</sup> No caso do Clube, essa tensão era resolvida pela seletividade de seu recrutamento (art. 9.º), que privilegiava o oficialato qualificado em detrimento dos trabalhadores subalternos.<sup>173</sup>

A estratificação social do *Clube União Marítima* era evidente em seu sistema de membresia, conforme detalhado nos artigos 6.º e 9.º dos estatutos. Os sócios eram divididos em quatro categorias: fundadores (signatários da ata de criação), efetivos (profissionais marítimos admitidos após indicação e comprovação de “bom comportamento” mediante caderneta de matrícula), honorários (que podiam ser civis, desde que prestassem “relevantes serviços” ou doassem mais de 200 mil-réis) e beneméritos (doadores de valores superiores a 500 mil-réis). Como observa Paião, essa estrutura criava uma “emoção do ambiente de bordo”, as assembleias solenes, cujas sessões não podiam ser interrompidas, reproduziam a disciplina naval, enquanto os critérios de admissão reforçavam distinções sociais. A suspensão de direitos por inadimplência ou “desordens” completava esse quadro, mostrando como o Clube operava como um espaço de sociabilidade seletiva, onde o acesso a benefícios dependia da conformidade a normas rígidas e da manutenção de hierarquias profissionais.<sup>174</sup>

A atuação do Clube estava intrinsecamente ligada à figura de Alexandre Lecoq de Oliveira, fiscal de navegação que, segundo Paião, era a “peça-chave do interesse de lucro dos empresários”,<sup>175</sup> com quem negociava melhores salários para o oficialato. Os estatutos do Clube Marítimo revelavam uma entidade que transitava entre o mutualismo tradicional e um projeto corporativo voltado para a defesa dos interesses específicos do oficialato marítimo. A análise de sua estrutura interna demonstrava como ela reproduzia a ordem social embarcada, transformando privilégios profissionais em distinção associativa. A ênfase no estabelecimento de “tabelas para ordenados” e sua ligação com figuras como Lecoq indicavam que, mais do que uma simples sociedade beneficente, o Clube funcionava como um instrumento de negociação coletiva para categorias privilegiadas dentro do mundo marítimo.

---

<sup>172</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. Op. Cit., p. 47.

<sup>173</sup> “Estatutos do Club União Marítima”. *Diário Oficial*, n. 1.822, Manaus, 18 de abril de 1900.

<sup>174</sup> “Estatutos do Club União Marítima”. *Diário Oficial*, n. 1.822, Manaus, 18 de abril de 1900.

<sup>175</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 166.

O Clube Marítimo evidenciava as contradições do associativismo na Amazônia do início da República, isto é, enquanto buscava “manter a independência da classe marítima” (art. 2.º), também reforçava divisões internas através de critérios de exclusão que marginalizavam trabalhadores menos qualificados. Sua breve existência demonstrou como as hierarquias profissionais do mundo naval se refletiam nas formas de organização coletiva, criando associações que, mesmos sob o discurso da proteção mútua, perpetuavam desigualdades dentro da classe trabalhadora marítima.

Assim, o *Clube União Marítima* teve uma existência breve e marcada por algumas adversidades que de acordo com Caio Paião, já no primeiro ano de atividade, “quase todas as reuniões foram canceladas” devido a um surto de varíola que atingiu os filhos do presidente Alexandre Sussuarana, em setembro de 1900, paralisando temporariamente a agremiação.<sup>176</sup> O golpe definitivo veio com o trágico assassinato de seu principal fundador, Lecoq de Oliveira, “esfaqueado numa briga de bar, aos 26 anos de idade”, poucos dias antes do primeiro aniversário do Clube. A morte de Lecoq, figura central na articulação política da entidade, determinou seu fim prematuro, embora, como disse Paião, “suas premissas tenham sido ecoadas nas posteriores associações de pilotos e práticos”.<sup>177</sup> Com o desaparecimento do Clube, os pilotos se fragmentaram em grupos rivais, envolvidos em acusações mútuas de favoritismo perante a Capitania dos Portos, divisões exacerbadas pelo processo de militarização da marinha mercante, que inibiu por anos a formação de novas associações neste formato em Manaus.

#### 1.6.2. *CORPORAÇÃO DOS MAQUINISTAS DO AMAZONAS*

Os maquinistas ocupavam uma posição estratégica na navegação amazônica, organizados em uma hierarquia rígida de até quatro categorias. Conforme Paião, o 1.º maquinista, frequentemente chamado de *maquinista-chefe*, possuía patente de oficial e era encarregado de coordenar a equipe, calcular turnos e gerenciar o consumo de combustível. Já o 2.º maquinista, por sua vez, supervisionava as caldeiras e as máquinas auxiliares, enquanto os demais atuavam como retaguarda técnica. No início da navegação a vapor, a escassez desses profissionais qualificados fez com que os 1.º maquinistas recebessem salários superiores aos dos próprios comandantes, um privilégio que se manteve mesmo após a expansão das rotas comerciais no final do século XIX. Essa elite

---

<sup>176</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 167.

<sup>177</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 167.

técnica, composta em grande parte por imigrantes britânicos, alemães e portugueses, distinguia-se por seu perfil étnico, o que influenciaria sua cultura associativa.<sup>178</sup>

Fundada em outubro de 1906, a *Corporação dos Maquinistas do Amazonas* substituiu o antigo *Grêmio dos Maquinistas*, adotando um perfil claramente profissionalizante.<sup>179</sup> Seus estatutos (art. 2.º, §4) restringiam a membresia a maquinistas legalmente diplomados, sem distinção de nacionalidade, mas excluindo subalternos como foguistas e carvoeiros. Como destaca Paião, a entidade não mencionava assistencialismo ou resistência em seus documentos;<sup>180</sup> seu objetivo central (art. 8.º) era “manter os acordos realizados entre armadores e seus membros”,<sup>181</sup> consolidando as conquistas da greve que realizaram no ano de 1906.

Caio Paião observa que os maquinistas eram menos coerentes que os foguistas, em parte devido à diversidade étnica de seus membros (britânicos, alemães, portugueses) e à Lei de Expulsão de Estrangeiros<sup>182</sup> que pode ter minado sua mobilização. Após as conquistas salariais de 1906, muitos maquinistas se apropriaram de seus privilégios profissionais e étnicos para distanciar-se dos subalternos, negros e mestiços que compunham a maioria dos foguistas e carvoeiros.<sup>183</sup> Essa fragmentação explica por que, após um ano de atividade regular, a Corporação desapareceu dos jornais em 1908, ressurgindo apenas em 1911, sob a forma do *Centro Beneficente dos Maquinistas*. Diferentemente da Corporação de 1906, que concentrava-se exclusivamente na defesa técnica e na manutenção de acordos trabalhistas,<sup>184</sup> o Centro incorporou explicitamente o assistencialismo em sua atuação, refletindo, talvez, a necessidade de ampliar sua base de apoio após os revezes da Lei de Expulsão de Estrangeiros. Como observa Paião, essa mudança não significou um abandono de seus privilégios profissionais; pelo contrário, a adesão continuou restrita a maquinistas diplomados, perpetuando a exclusão de foguistas e carvoeiros.<sup>185</sup>

<sup>178</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 104.

<sup>179</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 177.

<sup>180</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 178.

<sup>181</sup> “Estatutos da Corporação dos Maquinistas do Amazonas”. *Diário Oficial*. Manaus, 26 out. 1906.

<sup>182</sup> Brasil. Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providência sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 9 jan. 1907a. Seção 1, p. 194.

<sup>183</sup> Sobre essas categorias ver: LIMA, Sérgio Carvalho de. *Carvoeiros: trajetória do trabalho e dos trabalhadores da carvoaria em Manaus (1945-1967)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, 2017. PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit.

<sup>184</sup> “Estatutos da Corporação dos Maquinistas do Amazonas”. *Diário Oficial*. Manaus, 26 out. 1906.

<sup>185</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 178.

### 1.6.3. SOCIEDADE BENEFICENTE DE PRÁTICOS NO AMAZONAS

A *Sociedade Beneficente de Práticos no Amazonas* (SBPA), fundada em 30 de setembro de 1906, destacou-se como uma das instituições mais bem organizadas e duradouras entre as associações marítimas de Manaus. Seus estatutos, publicados no *Diário Oficial* em 9 de dezembro de 1906, evidenciavam uma estrutura que combinava objetivos mutualistas com uma clara defesa profissional. O artigo 1.º definia a sociedade como uma entidade beneficente voltada especificamente para os práticos dos rios e lagos da Amazônia, enquanto o artigo 2.º estabelecia seus três pilares de atuação:

- 1.º - Estabelecer meios de manter a independência da classe de práticos;
- 2.º - Promover a colocação dos associados em condições vantajosas e estabelecer tabelas para os seus ordenados;
- 3.º - Criar um fundo de beneficência com que possa socorrer, nos termos do regulamento que for aprovado, sócio que cair em indigência e a viúva e órfãos do que falecer nessas condições.<sup>186</sup>

Os membros eram divididos em quatro categorias: fundadores, efetivos, honorários e beneméritos, cada uma com requisitos específicos. Para se tornar sócio efetivo, o candidato precisava ser indicado por um membro e aprovado por votação secreta da diretoria (art. 8.º), além de comprovar sua qualificação como prático titulado. Os artigos 11 e 12 delineavam os direitos e deveres dos associados, incluindo o direito de participar das assembleias e o dever de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. As penalidades por infrações variavam desde suspensão temporária (por mau comportamento ou inadimplência) até a expulsão definitiva em casos de condenação criminal infamante.<sup>187</sup>

O sistema administrativo da sociedade era minuciosamente regulamentado, a exemplo, a Assembleia Geral, convocada ordinariamente em 31 de janeiro de cada ano (art. 15), era o órgão máximo de deliberação, encarregado de eleger a diretoria e as comissões, aprovar contas e reformar estatutos. As votações seguiam diferentes formatos, poderiam ser secretas, simbólicas ou nominais, dependendo da natureza da decisão. A diretoria, composta por presidente, vice-presidente, dois secretários e tesoureiro (art. 25), administrava o cotidiano da entidade, com atribuições específicas para cada cargo. O presidente, além de representar oficialmente a sociedade, supervisionava toda a administração (art. 30), enquanto o tesoureiro gerenciava as finanças com rigor, mantendo registros detalhados e depositando excedentes em instituições bancárias (art. 34).<sup>188</sup>

<sup>186</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente de Práticos no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 35528, 9 de dezembro de 1906.

<sup>187</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente de Práticos no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, 9 de dez. 1906.

<sup>188</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente de Práticos no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, 9 de dez. 1906.

Além da estrutura estabelecida nos estatutos, a SBPA demonstrava solidez em suas práticas administrativas. Conforme o artigo 25, a sociedade era dirigida por uma diretoria composta por presidente, vice-presidente, dois secretários e tesoureiro, todos eleitos anualmente. Em 13 de março de 1907, a posse da primeira diretoria ocorreu no salão do Clube Internacional, com Zeferino Peixoto de Alencar (vice), Eneas Brasil e Deocleciano Bentes (secretários), e Domingos Abreu (tesoureiro). O evento foi marcado por discursos, como o do Dr. Araújo Filho, que destacou o papel da entidade no fortalecimento da categoria, demonstrando como os rituais institucionais reforçavam tanto a organização interna quanto o prestígio externo da categoria.<sup>189</sup>

A experiência da SBPA dialoga com as análises de Marcel Van der Linden sobre as sociedades mútuas dos séculos XIX e XX. Conforme o autor demonstra, essas associações combinavam duas dimensões complementares, uma função primária, voltada para a proteção financeira contra riscos como morte ou desemprego por meio de fundos coletivos, e uma função secundária, de caráter social, que incluía atividades como a formação de bibliotecas e a promoção de laços comunitários.<sup>190</sup> O fundo de beneficência da SBPA (art. 2.º) garantia auxílio a sócios em situação de indigência, enquanto eventos solenes em espaços como o Clube Internacional reforçavam identidades profissionais. Contudo, uma especificidade da SBPA, que transcendia a ajuda mútua, estava relacionada à incorporação de objetivos corporativos explícitos, como o tabelamento salarial, mostrando como essas fronteiras eram porosas no contexto amazônico. A fusão de diferentes associações de práticos em uma única entidade indicou o avanço de uma mentalidade associativa, sustentada pela solidariedade e pelo reconhecimento mútuo.

Em 1914, o jornal *A Lucta Social* celebrou esse momento, retratando a unificação como fruto direto de um despertar político da classe:

Não há dúvida que é a experiencia que nos mostra os defeitos e os erros que necessitamos acabar ou onde devemos exercer a nossa acção reformadora, sem esquecer a solidariedade que deve approximar e unir todos os que trabalham. E os Práticos, observando isto, dão-nos a prova da sua mentalidade progressiva, que desperta do lethargo profundo em que teem estado mergulhados. [...] Foi grande a satisfação e o regojiso que observamos no dia da posse da nova directoria, onde vários camaradas falaram, exortando a classe ao interesse pela sociedade e a

<sup>189</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 972, 13 de março de 1907. Importante destacar que em 1916, foram eleitos para a Associação Beneficente de Práticos no Amazonas, o seguinte corpo dirigente: Presidente – Ignacio Loyola de Azevedo (reeleito); Vice-presidente – Alberto da Serra Freire; Primeiro e segundo Secretários – Anselmo Gonçalves (reeleito) e Enéas Brasil Corrêa; Tesoureiro – Thomas Pimenta (reeleito); Presidente do conselho de admissão – Felismino Furtado (reeleito). *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4273, 17 de março de 1916.

<sup>190</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma história global*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas – SP: Ed. Unicamp, 2013, p. 129-130.



propaganda dos seus fins de solidariedade.<sup>191</sup>

O evento contou com a presença de diversas lideranças de entidades marítimas e gráficas, formando um quadro plural de solidariedade interclassista. Nomes como Antonio de Castro e Silva, Angelo Cruz, Andre Santos, Benedicto Teixeira Pinto e Tercio de Miranda evidenciavam a articulação da cultura organizativa e a densidade das redes que atravessavam as águas e as gráficas amazonenses. A presença da *Federação Marítima* e de representações como a dos foguistas e mestres da pequena cabotagem apontava para um esforço coordenado para legitimar a nova SBPA como um polo federativo. A escolha de Ignacio Loyola de Azevedo como presidente da sessão e a composição cerimonial da mesa, com dois secretários e dois vice-presidentes, sugeria um cuidado com a representação institucional que ia além do mero formalismo.

Este momento de convergência discursiva e organizativa faz parte de um processo mais amplo de construção de uma identidade operária fluvial, cujos marcos não se limitavam às reivindicações materiais, mas também avançavam sobre a discussão da solidariedade e da disciplina. A menção à dissidência na *União dos Foguistas* “por motivos de dissidência que originaram a sua orientação, imposta por elementos estranhos”, expõe as tensões internas nas entidades e o desejo de se afastar de influências externas. Aqui, a crítica à ingerência externa caminha lado a lado com a reafirmação de uma autonomia política da classe, em consonância com a estratégia de institucionalização que a SBPA vinha cultivando desde sua fundação.

Dois aspectos merecem destaque na estrutura interna da SBPA. Primeiramente, o sistema de comissões permanentes de fiscal e de beneficência que assegurava o controle interno e a gestão de recursos assistenciais. A comissão fiscal (art. 36) examinava livros e contas, enquanto a de beneficência gerenciava o fundo social, avaliando pedidos de auxílio e propondo suspensões quando necessário. Em segundo lugar, o simbolismo institucional, no artigo 47 autorizava os sócios a usarem a bandeira da sociedade como “jeque” em suas embarcações, um privilégio que reforçava a identidade profissional e o orgulho associativo.

As finanças eram tratadas com especial cuidado, por exemplo, o fundo de beneficência (art. 42-43) era constituído por 2% da receita geral, doações específicas e rendimentos de aplicações em apólices da dívida pública ou imóveis. As contribuições variavam conforme a categoria de sócio: fundadores pagavam 5\$000 (cinco mil-réis) mensais, mais joias de 30\$000 (trinta mil-réis), enquanto efetivos contribuía com

---

<sup>191</sup> *A Lucta Social*, Manaus, ano I, n. 1, 29 de março de 1914.

10\$000 (dez mil-réis) mensais. Esse sistema possibilitou à sociedade manter suas atividades por quase duas décadas.<sup>192</sup> Como observa Paião, enquanto outras associações marítimas enfrentavam descontinuidades, a SBPA manteve-se ativa até 1922, quando se transformou na *Associação Beneficente de Mestres e Práticos do Amazonas*.<sup>193</sup>

#### 1.6.4. SOCIEDADE BENEFICENTE UNIÃO DOS FOGUISTAS

Os foguistas e carvoeiros constituíam a base operária mais explorada da navegação a vapor em Manaus, refletindo as contradições do “progresso” no período da borracha. Enquanto os foguistas controlavam as caldeiras dos navios, trabalhando em ambientes que podiam alcançar temperaturas de até 60°C em porões sem ventilação, os carvoeiros eram encarregados do transporte e manejo da lenha, operando em depósitos escuros e insalubres.<sup>194</sup>

No clima quente e úmido da Amazônia o trabalho podia ser insuportável. Não havia ventilação nem ar fresco nos porões e perto dos fornos a temperatura variava entre 54 e 60 °C. Na companhia dos foguistas estavam os carvoeiros, que atuavam em depósitos de combustível escuros e empoeirados; moviam a lenha até os fornos em carrinhos de mão ou nas costas; limpavam o depósito, onde recolhiam com pás quilos e mais quilos de pó preto.<sup>195</sup>

Essa divisão do trabalho seguia uma hierarquia racializada, comum nos vapores amazônicos, onde os cargos técnicos eram ocupados por brancos ou imigrantes, enquanto os postos mais pesados ficavam com negros, mestiços e indígenas. Contudo, como destaca Paião, os foguistas desenvolviam um conhecimento técnico sofisticado sobre tipos de combustão e prevenção de explosões, embora fossem frequentemente tratados como meros trabalhadores braçais.<sup>196</sup>

A *Sociedade Beneficente União dos Foguistas de Manaus* (SBUFM), fundada em 1905 e regulamentada pelo Decreto nº 755 de 29 de janeiro de 1906, surgiu como uma entidade que combinava assistência mútua e ação coletiva. Seu estatuto original estabelecia um fundo de beneficência para auxiliar associados em casos de doença, invalidez ou morte (art. 4.º), refletindo o modelo mutualista predominante na época.<sup>197</sup> Como observa Francisco Costa, a SBUFM já apresentava em seus dispositivos,

<sup>192</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente de Práticos no Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 35528, 9 de dezembro de 1906.

<sup>193</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit.

<sup>194</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 105.

<sup>195</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 105.

<sup>196</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 105.

<sup>197</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas de Manaus”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense*. Op. Cit., p. 316.

Neste dispositivo aparece a questão do assistencialismo ou beneficência, aos que se encontrarem em situação de vulnerabilidade social e econômica, ou seja, a Sociedade arcará com o apoio material necessário na ajuda de seus associados.<sup>198</sup>

A SBUFM emergiu como um desdobramento da *União dos Foguistas do Rio de Janeiro*, mantendo laços por meio de correspondências transportadas pelos vapores. Seus estatutos, publicados em 1906, incluíam propostas como escolas noturnas e “doutrinação socialista” (art. 1.º), refletindo o perfil combativo da categoria.<sup>199</sup>

A atuação dessas sociedades foi marcada por tensões que expunham as contradições do “progresso” em Manaus. A primeira grande prova da SBUFM ocorreu durante a greve de setembro de 1906, em meio à crise da borracha. Em uma estratégia engenhosa, foguistas e maquinistas criaram “corporações” fantasmas para disfarçar a ação das sociedades registradas. Das 168 matrículas de maquinistas em Manaus, 84 assinaram as demandas, incluindo profissionais que viajavam entre Belém e Manaus para fortalecer o movimento.<sup>200</sup>

A primeira diretoria da sociedade, empossada em 1905, era composta por Manoel Teixeira Cardozo Filho, como presidente, Antônio Lopes da Silva, como vice-presidente, Manoel Francisco de Moura e Leoncio Faria, como 1.º e 2.º secretários e Pedro Alves de Araújo e João de Deus Rodrigues, como 1.º e 2.º tesoureiro, respectivamente. Essa estrutura organizativa visava garantir uma representação adequada da classe. Em 1914, a liderança da sociedade foi assumida por Francisco Gonçalves Rodrigues, que se tornou presidente, com Manoel Joaquim de Souza como vice-presidente, Raimundo Nonato Ribeiro como 1.º secretário, Manuel Soares de Carvalho como 2.º secretário e José Severino do Nascimento Gaya como orador. Essa continuidade na administração demonstra que a organização perdurou por muitos anos.<sup>201</sup>

<sup>198</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Foi só para espantar o inglês...* Op. Cit., p. 70.

<sup>199</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas de Manaus”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense*. Op., Cit., p. 316.

<sup>200</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., 2022, p. 177.

<sup>201</sup> Em 1917, foram eleitos para a Diretoria da Sociedade: presidente: Francisco Gonçalves Rodrigues; Vice-Presidente: Manoel Joaquim de Souza; 1º secretário: Raimundo Nonato Ribeiro; 2º dito: Cícero Pinto Ribeiro; 1º Tesoureiro: Ananias Alves de Oliveira; 2º dito: Manoel Soares de Carvalho; Orador - José Severiano do Nascimento Gaya. Para Conselho Fiscal: Elpídio Dias, Raymundo Pery, José Calazans Sampaio, José Maria dos Santos, Terêncio de Souza e Antonio Bentes Corrêa. Para o ano de 1920, foram eleitos para a Diretoria: Presidente: Alfredo de Lima (reeleito); Vice-presidente: Adelino Gonçalves Areias; 1º secretario: Ivo Alves de Almeida Filho; 2º secretario: Amane o Rebello Nery; 1º tesoureiro: Ananias Alves de Oliveira (reeleito); 2º tesoureiro: José Maria dos Santos (reeleito). Compõe o Conselho Fiscal: Estevam Francisco de Oliveira, Bernardino Chrispim de Oliveira, Antonio Telles de Menezes, Manoel Feliciano Motta, Elpidio Dias, Fausto Torres Cavalcanti.

**Figura 3** - Manoel Teixeira Cardoso da Silva, presidente da SBUFM



**Fonte:** *O Primeiro de Maio*, edição especial, Manaus, 1 de maio de 1928.

O papel da sociedade destacou-se especialmente durante as mobilizações dos trabalhadores. Em 1914, por exemplo, durante um incidente com o vapor Alto Acre, a diretoria interveio diretamente, denunciando a falta de pessoal no navio e solicitando providências ao capitão do porto. Conforme relatado pelo *Jornal do Comércio*, “o comandante do Alto Acre demonstrou cabalmente que o seu navio fora despachado obedecendo a todas as exigências das leis de navegação”. No entanto, a diretoria da sociedade manteve sua posição, evidenciando o esforço contínuo da entidade em defender melhores condições de trabalho para os foguistas, mesmo diante de decisões desfavoráveis das autoridades portuárias.<sup>202</sup>

Dois anos depois, em 1916, uma greve da categoria trouxe à tona as tensões existentes entre os trabalhadores, os armadores e as autoridades portuárias. O capitão do porto, José Martini, relatou em carta publicada no *Jornal do Comércio* que os grevistas haviam utilizado métodos coercitivos para impedir que outros trabalhadores ocupassem seus postos.

[...] Note-se que esta providência foi por mim tomada, não porque alguns ou muitos foguistas se recusassem ao trabalho, o que era direito seu, mas porque estes impedissem, obstassem por completo que outros embarcassem, intimando-os, ameaçando-os, ostentando a força das armas e do número, e mesmo arrebatando-os a viva força de bordo dos

<sup>202</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3502, 25 de janeiro de 1914.

navios; chegando à audácia ao ponto de tornar-se efetivamente, durante dois ou três dias, o seu chefe a primeira autoridade naval do porto.<sup>203</sup>

Ele continuou declarando: “A atitude insólita, porém, dos grevistas, carretando a liberdade dos colegas [...] impunha a esta repartição a repressão imediata de tão desvalada conduta e a adoção de medidas preventivas que permitissem o trabalho a quem o quisesse exercer”.<sup>204</sup> A greve demonstrou a crescente disposição dos foguistas em utilizar a força coletiva para pressionar por melhorias nas condições de trabalho, mesmo sob intensa repressão.

Essa greve, que se estendeu por vários dias, provocou uma reação das autoridades locais e federais devido aos impactos na navegação fluvial. A Capitania dos Portos, sob a liderança do capitão José Martini, adotou uma postura firme para assegurar o funcionamento das atividades comerciais, mesmo com a ausência dos grevistas. Em suas palavras, “não me será difícil tornar cada vez menos eficaz a ação do medo sobre os não grevistas, e irão aparecendo foguistas para tripular os navios”.<sup>205</sup> Apesar da repressão, a greve de 1916 também destacou a capacidade organizativa dos foguistas. A mobilização contou com o apoio da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas*, que articulou reuniões e garantiu a continuidade do movimento por meio de seu fundo de resistência. Embora o desfecho não tenha trazido conquistas imediatas, a greve foi importante para a solidariedade dos foguistas e representou um grande passo dos trabalhadores na luta por mais direitos.

Voltando alguns anos, em setembro de 1913, o *Jornal do Comércio* anunciava a reativação da SBUFM após uma reunião clandestina no bairro dos Tocos (atual Aparecida), um local estratégico devido à sua distância das delegacias e da Capitania dos Portos. Como pode-se constatar, a escolha do bairro foi estratégica, tendo em vista que, abrigava marítimos que cediam suas casas para encontros, criando uma “geografia da resistência operária”.<sup>206</sup> Apesar do êxodo de trabalhadores para o Pará, a sessão reuniu 70 sócios, um número expressivo considerando as 54 matrículas locais de foguistas. A reforma dos novos estatutos, publicados no dia 1 de outubro de 1913, introduziu ajustes que refletiam o contexto da crise. A ausência dos fundadores na nova diretoria indicava uma renovação geracional, com líderes mais alinhados ao sindicalismo combativo.

<sup>203</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4332, 17 de maio de 1916.

<sup>204</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4332, 17 de maio de 1916.

<sup>205</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4332, 17 de maio de 1916.

<sup>206</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit.

Ao analisarmos os estatutos reformados da SBUFM, percebemos que o perfil inicial das sociedades de foguistas foi gradualmente moderado ao longo da década de 1920. Em 1930, a “Caixa de Resistência” e as referências ao socialismo foram eliminadas, restando apenas as escolas noturnas e os auxílios funerários. Essa adaptação refletia o contexto político da época, marcado pela centralização do Estado Novo, que demandava moderação. Outra leitura que podemos fazer a respeito da exclusão da “Caixa de Resistência” e da propaganda socialista é que se tratava de uma estratégia de sobrevivência institucional. A sociedade buscava preservar sua existência em um ambiente político cada vez mais centralizador, priorizando suas raízes mutualistas e de assistência social. Essa mudança parece ter sido essencial para evitar conflitos com as novas diretrizes impostas pelo Estado e garantir a continuidade de suas atividades de apoio aos trabalhadores.

Apesar dessas mudanças, outros elementos permaneceram nos estatutos publicados em 1930. A assistência mútua, como os auxílios funerários previstos nos artigos 19 a 23, continuava sendo uma prioridade central da sociedade. Os fundos sociais também mantinham objetivos importantes, como a construção de uma sede própria e a manutenção de uma escola noturna, demonstrando o compromisso da entidade com a educação da classe trabalhadora. Assim, observa-se que as alterações nos estatutos refletiram os desafios impostos pela conjuntura da época, evidenciando sua importância como uma organização central no movimento dos foguistas e carvoeiros na cidade de Manaus.

**Quadro 3** - Análise comparativa da SBUFM

<b>Elemento</b>	<b>Estatuto de 1913</b>	<b>Estatuto de 1930</b>
Objetivos	Combate a cortes salariais + doutrinação socialista	Amparo mútuo + defesa legal
Estrutura	Diretoria com 11 cargos	Diretoria com 6 cargos
Admissão	Foguistas maiores de 16 anos, sem distinção de nacionalidade e exigência de comprovação de experiência profissional	Idade 16-45 anos, saúde comprovada, proibição em admitir envolvidos em processos criminais
Penalidades	Expulsão por grevismo	Eliminação por crimes infamantes
Auxílios	Diárias por doença (60 dias)	Pensões para inválidos + viúvas
Educação	Escolas noturnas + doutrinação socialista + Bibliotecas e aulas	Escolas noturnas sem conteúdo político / diretoria sob o controle da biblioteca
Fundo social	Caixa de resistência (greves) + 10% para construção de sede	3 caixas separadas (defesa da classe/sede/pensões)
Filiação Política	Alinhamento socialista declarado	Neutralidade declarada

**Fonte:** organizada pela autora.

Em 1913, a SBUFM apresentava-se como uma associação combativa, com uma clara orientação classista, defendendo a “doutrinação socialista” e mantendo uma caixa de resistência voltada para o apoio às greves. A estrutura interna era descentralizada, com diversos cargos e comissões que incentivavam a participação dos sócios. Observava-se também uma admissão mais flexível, possibilitando o ingresso de foguistas a partir dos 16 anos sem exigência de comprovação de saúde ou ficha criminal. No entanto, essa configuração não pode ser vista como uma etapa linear rumo à “radicalização”, pelo contrário, o desenvolvimento associativo dos foguistas foi caracterizado por inflexões, condicionado por conjunturas adversas e múltiplas estratégias de sobrevivência.

Em 1930, a SBUFM adotou um perfil mais moderado e burocrático, eliminando a Caixa de Resistência e as referências ao socialismo, o que refletiu uma adaptação ao contexto político da época, quando o Estado passou a exercer um controle mais rígido sobre as organizações de trabalhadores. A diretoria foi simplificada, centralizando o poder e reduzindo a autonomia das bases, enquanto as regras de admissão se tornaram mais restritivas, excluindo, por exemplo, trabalhadores com mais de 45 anos ou envolvidos em processos criminais. Apesar disso, a SBUFM manteve e até ampliou seus mecanismos de assistência, como auxílios funerários e pensões para inválidos, garantindo assim sua sobrevivência institucional. Assim, o modelo de 1913 não foi simplesmente substituído pelo de 1930, mas reformulado diante das pressões políticas que se intensificaram nos anos seguintes, demonstrando que o itinerário das associações operárias esteve longe de ser contínuo ou progressivo.

Em contrapartida, ao examinarmos a imprensa a partir de 1920, percebemos uma fase de maturidade institucional da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas*, caracterizada principalmente por uma estabilidade diretiva e práticas cotidianas de solidariedade. A edição de 8 de abril de 1920, do jornal *O Extremo Norte* noticiava:

A directoria da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas*, pede por nosso intermédio o comparecimento de todos os consórcios, no dia 13 do corrente, às 8 horas, a fim de se proceder as eleições dos membros que tem de dirigir os destinos da mesma, de 1.º de Maio do corrente anno, á igual data de 1921.<sup>207</sup>

A formalidade dos procedimentos era acompanhada de práticas administrativas ordinárias, como demonstrava outra nota da mesma edição: “passando a ordem do dia, foram discutidos vários assumptos. Em seguida foi proposto e aceito como sócio o sr. Casemiro Paes de Andrade e marcando o dia 18, às 8 horas, para a eleição do Conselho

---

<sup>207</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 13, 8 de abril de 1920.

Diretor”.<sup>208</sup> Essas práticas cotidianas consolidavam a SBUFM como espaço de exercício de cidadania operária. As cerimônias de posse da diretoria, por sua vez, assumiam contornos simbólicos importantes. Em 1.º de maio de 1920, o jornal registrava:

A Directoria da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas*, distinguio-nos com um convite delicado para assistirmos a sessão solemne de posse de sua nova Directoria, que terá logar em sua sede a rua Municipal, n. 46, no dia de hoje, às 20 horas, em comemoração à data da confraternização do Operário [...] tem como seu presidente o sr. Alfredo Lima, que acaba de ser reeleito e que muito se tem esforçado para mostrar o principal escopo desta associação, que é estabelecer a comunhão de ideias no seio da classe e, baseada na união, colher todo proveito possível para os seus associados.<sup>209</sup>

Além da dimensão institucional, as práticas de solidariedade também se manifestaram em notas simples, como a publicada em abril de 1920, que dizia: “guarda o leito já alguns dias o nosso bemquisto companheiro de ofício, Pedro Affonso Correia, sócio da União dos Foguistas. Fazemos votos pelo seu prompto restabelecimento”.<sup>210</sup>

Por fim, é importante destacar a defesa da educação como caminho de emancipação dos trabalhadores, evidenciada na visita do advogado Edgard Castro à sede da sociedade. No *Vida Operária*, foi publicado: “A instrução é a verdadeira pedra angular do progressivo desenvolvimento de uma nacionalidade”.<sup>211</sup> Essas ações reforçavam a existência de uma cultura associativa madura, que integrava tanto rituais públicos quanto a solidariedade no cotidiano dos trabalhadores. Notícias como as mencionadas aqui foram frequentes na imprensa nos anos seguintes.

A *Sociedade Beneficente União dos Foguistas*, que nos anos 1910 articulava greves e defendia a luta de classes, transformou-se em uma entidade voltada para benefícios individuais, abandonando a confrontação direta com patrões e autoridades. Contudo, sua trajetória também revela a resistência dos trabalhadores em manter espaços de organização mesmo em contextos adversos, adaptando-se sem desaparecer completamente.

### 1.7. SOCIEDADE BENEFICENTE DOS ESTIVADORES E CARROCEIROS DO AMAZONAS

A fundação da *Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas* (SBECA), no dia 26 de junho de 1910, ocorreu em um contexto de consolidação das entidades associativas em Manaus. Sua criação não foi um fenômeno isolado, mas parte

<sup>208</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 13, 8 de abril de 1920.

<sup>209</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 16, 1 de maio de 1920.

<sup>210</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 10, 11 de abril de 1920.

<sup>211</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 1, 8 de fevereiro de 1920.



de um processo mais amplo de organização da categoria, caracterizado pela expansão do mutualismo e pelo surgimento de sociedades de resistência em meio à economia da borracha. Como observa Pinheiro, esse período foi marcado por uma “experimentação associativa”, na qual os trabalhadores buscavam formas de organização que lhes permitissem enfrentar as adversidades de um mercado de trabalho instável e desigual.<sup>212</sup>

Os estatutos da SBECA, publicados em 26 de agosto de 1910, apresentavam uma estrutura organizacional que ia muito além do simples auxílio funerário ou médico, incorporando elementos de luta da categoria. O artigo 2.º estabelecia como objetivos:

- a) Promover a união da classe dos estivadores e carroceiros, conduzindo-a de modo a estabelecer um núcleo poderoso que a fortifique e proteja em todas as emergências sociais; b) Pugnar pelos interesses da classe, patrocinando todas as causas justas em que ela se empenhe, que afetem aos direitos da coletividade quer aos de cada sócio em particular; c) Distribuir beneficência aos associados que possam necessitar.<sup>213</sup>

Essa dupla função, beneficente e reivindicativa, refletia a cultura associativa da época, que, segundo Batalha, não se limitava a meras atividades assistenciais, mas incluía “o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações”.<sup>214</sup> A sociedade organizava comemorações do 1.º de Maio, reforçando uma identidade operária que se articulava com movimentos trabalhistas em outras partes do Brasil e do mundo.

A vitalidade da SBECA manifestou-se claramente nos registros de suas assembleias. Uma notícia publicada no *Jornal do Comércio* em 19 de dezembro de 1910, documenta a presença massiva de trabalhadores em assembleia convocada pela entidade:

Com a presença de cento e quarenta e seis sócios realizou-se hontem anunciada assembléa geral da *Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros no Amazonas*. Depois de propostas e discutidos momentos os assuntos de interesse social, ficou deliberada a eleição dos novos corpos dirigentes para o dia 1.º de janeiro próximo. A sociedade por proposta unanimemente aceita, resolveu passar um telegrama de condolências à família do deputado federal Monteiro Lopes, falecido ultimamente na capital da república.<sup>215</sup>

<sup>212</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2003, p. 142.

<sup>213</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 53900, 26 de agosto de 1910.

<sup>214</sup> BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: Identidade e diversidade na Formação do Operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 99.

<sup>215</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 19 de dezembro de 1910.

Da notícia, observa-se a capacidade de mobilização dos trabalhadores, reunindo quase 150 associados em uma assembleia. Pode-se extrair também do texto, o caráter democrático de suas deliberações, com eleições marcadas para nova diretoria; e, seu engajamento político, evidenciado no gesto de solidariedade ao falecido deputado federal. Como analisa Pinheiro, essas práticas associativas combinavam “o cotidiano das lutas por melhores condições de trabalho com uma inserção mais ampla no espaço público”,<sup>216</sup> demonstrando como os trabalhadores não se limitavam a reivindicações corporativas, mas buscavam construir uma presença política na cidade.

A direção da associação era formada por uma diretoria eleita anualmente, composta por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, além de um advogado contratado para defender os interesses dos sócios em disputas judiciais. Essa estrutura administrativa demonstrava um alto grau de institucionalização, contrastando com a imagem muitas vezes difundida de que os trabalhadores manauaras eram desorganizados ou pouco politizados.<sup>217</sup>

O processo de organização dos trabalhadores portuários em Manaus seguiu um caminho não linear, caracterizado por avanços e retrocessos. Como pondera Pinheiro:

As “etapas” de organização da categoria que pudemos perceber ao longo do período, se aparentemente sugerem a existência de um processo linear de amadurecimento e conscientização, trazem também em seu seio um sem-número de contradições e ambiguidades que precisam ser exploradas sob pena de se tomar a forma pelo conteúdo.<sup>218</sup>

Pinheiro destaca que, inicialmente, durante as greves de 1899, os trabalhadores da estiva caracterizaram-se por ações diretas, sem a mediação de associações formais, apresentando-se genericamente como “os estivadores”. No entanto, entre 1909 e 1914, tinha-se um segundo momento marcado pelo aparecimento de associações mutualistas legalizadas, com estatutos definidos e lideranças eleitas em assembleias gerais. De acordo com Pinheiro, “em 1909, criou-se a *União Operária Mútua dos Estivadores*, de cuja existência efêmera restaram apenas poucas referências”. Ainda nesse segundo momento, em 1910 foi fundada a *Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas*, presidida por Manuel Rufino da Silva, um comerciante português estabelecido em Manaus. O terceiro momento, a partir de 1914, viu a criação de entidades com perfil mais sindical, com o *Sindicato dos Estivadores*, que liderou várias greves, incluindo as

---

<sup>216</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 152.

<sup>217</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 53900, 26 de agosto de 1910.

<sup>218</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 140.

de 1919, 1923, 1924 e 1925. Pinheiro adverte que essa aparente evolução não deve ser entendida de forma mecânica.

A criação de três associações distintas num espaço de tempo tão reduzido (6 anos) não deve levar a uma percepção de que a organização de uma categoria como a dos estivadores fosse algo fácil de ser realizado. Na verdade, se esses dados indicam que estava havendo um debate interno e que tal debate estivesse apontando para a necessidade da criação de entidades congregadoras para levar a frente às reivindicações dos trabalhadores [...] por outro lado, a própria sucessão destas entidades indica, ou a dificuldade de manutenção desses organismos por parte dos estivadores, ou a ineficácia dessas associações para conduzir uma pauta mínima de reivindicações.<sup>219</sup>

Cada uma dessas formas organizativas refletia tanto as possibilidades do momento quanto as limitações impostas pelo contexto econômico e político da Manaus da borracha, mostrando um processo dinâmico e não linear de construção do associativismo operário.

Vistas em conjunto, estas sucessões de nomes e termos (e mesmo a sua ausência, como em 1899) indica já uma direção [...] positiva que vai da inexistência total de um organismo congregador, passando por associações mutualistas e beneficentes onde o poder patronal ainda intervém, até chegar a uma formulação política tradicionalmente tida como mais moderna, o sindicato.<sup>220</sup>

Como temos feito até agora, a utilização da imprensa operária e comercial tem sido fundamental para visualizarmos a trajetória das organizações de trabalhadores em Manaus, que, em momentos oportunos, registravam as atividades associativas. Por exemplo, em 17 de junho de 1908, o *Jornal do Comércio* anunciava a convocação para uma reunião da *Sociedade União Operária Beneficente Mútua dos Estivadores*:

Por ordem do sr. Presidente Eurico Ezell Martine, convido a todos quantos já se inscreveram para sócio fundador desta sociedade [...] para uma reunião no domingo, 21 do corrente, as 3 horas d atarde [...] a fim de tratar de assuntos do real interesse da classe como na mesma sessão pessoa competente plantar no pensamento de cada um dos assistentes o que é o socialismo.<sup>221</sup>

Esse registro demonstra como as novas agremiações não se limitavam às funções assistenciais, promovendo em seus espaços a educação política de seus membros e inserindo-os em debates ideológicos mais amplos. A transição para formas sindicais de organização tornou-se evidente na década seguinte, quando o mesmo jornal noticiou em 23 de março de 1920: “recebemos uma circular comunicando que foi fundado, nesta

<sup>219</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 142.

<sup>220</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 145.

<sup>221</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 17 de junho de 1908.

cidade, o *Sindicato dos Estivadores do Amazonas*”.<sup>222</sup> A consolidação do sindicato foi marcada por solenidades públicas, como a posse de sua primeira diretoria em 1.º de maio de 1920, composta por figuras que já atuavam no movimento, como Targino Mariani (presidente) e Joaquim Felix Pessoa (vice-presidente), demonstrando continuidade nas lideranças mesmo com a mudança do modelo organizativo.<sup>223</sup>

**Figura 4** - Targino Mariani - Fundador do Sindicato dos Estivadores



**Fonte:** *O Primeiro de Maio*, edição especial, Manaus, 1 de maio de 1928.

As greves empreendidas pelas categorias de estivadores e carroceiros em Manaus no final do século XIX e início do XX constituíram um processo contínuo de construção de consciência de classe e de métodos de luta. Maria Luiza Pinheiro, que analisou a história dos trabalhadores da estiva, destaca que:

No período estudado eles foram seguramente à categoria que mais se envolveu em manifestações públicas de protestos e de enfrentamento com o patronato, parando (literalmente) a cidade em vários momentos e deixando seus moradores em suspense por dias seguidos.<sup>224</sup>

Se, a princípio, as reivindicações se concentravam em aumentos salariais imediatos, gradualmente passaram a incluir demandas mais estruturais. A ação política da sociedade tornou-se evidente nas greves de 1911, quando os estivadores e carroceiros paralisaram o porto de Manaus em protesto contra as condições de trabalho impostas pela *Manáos Harbour*. A greve, que contou com a adesão de mais de dois mil trabalhadores, foi um dos maiores movimentos paredistas da cidade até então, demonstrando a capacidade de mobilização da categoria. Pinheiro descreve o impacto do movimento:

<sup>222</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5707, 23 de março de 1920.

<sup>223</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5746, 30 de abril de 1920.

<sup>224</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 138.

Como foi programado, a greve eclodiu na data marcada e contou com a adesão integral dos estivadores, sendo paralisado todo o trabalho no porto. Já às seis horas da manhã, os estivadores convocados a entrar para o serviço, recusaram-se ocupando a praça do Comércio. Perto dali, as lideranças do movimento começavam nesse momento as primeiras negociações. Por volta das 3 horas da tarde, mais de 2000 pessoas acotovelavam-se nas dependências do “Alhambra”, importante teatro da cidade, transformando em palco das Assembleias dos grevistas.<sup>225</sup>

A pauta de reivindicações incluía aumentos salariais, a regulamentação da jornada de trabalho e garantias em casos de acidentes, mostrando que os trabalhadores não lutavam apenas por melhorias imediatas, mas por mudanças estruturais em suas condições de trabalho. Essa consciência coletiva tornou-se ainda mais evidente na greve geral de 1919, quando estivadores, carroceiros e outras categorias uniram-se na luta pela jornada de oito horas, somando-se às mobilizações dos movimentos operários de outras regiões do país.

Essa aparente linearidade esconde algumas contradições, que cabe aqui mencionar, por exemplo, o próprio fato de que a maioria das greves após 1911 ocorreu sob a égide do sindicato não significa que este fosse o único fator determinante da mobilização operária. A associação já exercia um papel na articulação das lutas, mesmo sob estruturas consideradas “menos avançadas”. A própria greve de 1911, organizada pela sociedade, demonstrava uma capacidade de mobilização que desafiava a noção de que apenas o sindicato poderia conduzir ações eficazes. Portanto, o que se observa é uma sobreposição de formas organizativas, cada uma respondendo a demandas específicas e a contextos políticos em mudança.

Simultaneamente à organização dos estivadores, os carroceiros de Manaus também constituíram suas próprias instituições representativas, como evidenciado pela frequência das convocações de reuniões no *Jornal do Comércio*, em diferentes momentos, nos anos de 1922, 1923, 1924 e 1926:

*Associação Beneficente dos Carroceiros de Manaus* - Convido os srs. sócios quites com os cofres sociais, a comparecerem à reunião de assembleia geral, ordinária que se realiza no dia 25 de dezembro corrente, pelas 20 horas, a fim de dar-se cumprimento ao que determina o art. 45, parágrafo único dos estatutos. Manaus, 23 de dezembro de 1922. Antonio F. da Silva Ribeiro - 1.º secretário da mesa da assembleia geral.<sup>226</sup>

*Associação Beneficente dos Carroceiros* - De ordem do sr. presidente, convido, aos srs. sócios desta associação a comparecerem na sede

<sup>225</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 165.

<sup>226</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 6685, 24 de dezembro de 1922.

social, no dia 7 do corrente mês, às 20 horas para se tratar de assuntos associativos. Manáos, 4-7-1923. Manoel R. Almeida – 1.º secretário da assembleia Geral<sup>227</sup>

*Associação Beneficente dos Carroceiros* - Por ordem do sr. presidente da Assembleia Geral convido todos os sócios que estiverem quites com os cofres sociais a comparecerem a sessão, no dia 20 do corrente, às 20 horas, para tratar das eleições para os novos corpos dirigentes para o ano de 1925. José Carlos Fernandes – 1.º secretário.<sup>228</sup>

*Associação Beneficente dos Carroceiros de Manáos* - De ordem do sr. presidente, convido a todos os sócios desta associação a comparecerem em sua sede social no dia 2 de setembro, às 8 horas da noite, para uma reunião extraordinária. Pede-se o comparecimento de todos para não alegarem ignorância. - Manáos, 30 de agosto de 1926 - Joaquim F. Martins, 1.º secretário.<sup>229</sup>

A regularidade dessas convocações atestava a vitalidade dessas organizações, que mantinham calendários assembleares rigorosos e estruturas administrativas estáveis. A longevidade do movimento associativo dos estivadores e dos carroceiros torna-se evidente ao observarmos as sucessivas diretorias do Sindicato registradas na imprensa comercial. Conforme identificado por Luciano Teles em seu estudo sobre as redes sociais no Amazonas, figuras como Targino Mariani e José Calazans Sampaio exemplificam essa elite militante que atuou como “costureira” de relações entre os trabalhadores e com setores médios e elites locais, característica das redes pequenas e densas que estruturavam o associativismo na região.

Essa constatação dialoga com a tipologia proposta por Luciano Teles, que identificou níveis de articulação, onde o núcleo duro, era composto por lideranças persistentes, como as que mencionamos aqui. Outra constatação diz respeito as redes pequenas e densas, formadas por grupos militantes nas associações e as redes amplas e fluídas, descritas como articulações interclassistas e geográficas. No caso específico dos estivadores, a recorrência de certos nomes nas diretorias sindicais sugeria uma estratégia organizativa consciente, ou seja, a de manter experiências acumuladas em posições-chave enquanto renovava parcialmente seus quadros, equilibrando continuidade e renovação nas lutas. Essa dinâmica explica, em parte, a resistência do movimento mesmo após o declínio da economia da borracha, demonstrando que a força das organizações de trabalhadores derivava das redes sociais tecidas por essas lideranças.<sup>230</sup>

<sup>227</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 6873, 05 de julho de 1923.

<sup>228</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7385, 17 de dezembro de 1924.

<sup>229</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7965, 30 de agosto de 1926.

<sup>230</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018, p. 92-101.

### 1.8. SOCIEDADE BENEFICENTE E PROTETORA DOS MOTORISTAS E CONDUTORES

A fundação da *Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas* (SBPMCA), em 14 de fevereiro de 1910, em Manaus, ocorreu em um contexto de crescimento urbano e reorganização econômica, quando a cidade passava por transformações urbanísticas impulsionadas pela economia da borracha. Segundo noticiado no *Jornal do Comércio*:

Ante-hontem, a rua Oriental, n. 14, fundou-se uma associação beneficente dos condutores e motoristas da Manáos Tramways, sendo aclamada a seguinte diretoria: presidente – Gaston Rezende; 1.º secretário, Pedro Germano; 2.º dito, Alfredo Borges; thesoureiro, Olympio Gomes. Compareceram 26 condutores e motoristas, ficando marcada uma nova reunião para 8 horas da manhã de segunda-feira próxima.<sup>231</sup>

A notícia, que menciona a presença de 26 trabalhadores na reunião de fundação, demonstrava a participação dos motoristas e condutores no processo. A escolha da Rua Oriental como local de reunião, próximo aos trilhos dos bondes, não foi casual, mas estratégica, facilitando o acesso dos trabalhadores após suas exaustivas jornadas de 12 a 14 horas diárias.<sup>232</sup> Os estatutos da SBPMCA, publicados no *Diário Oficial* em 2 de setembro de 1910, evidenciavam uma estrutura com objetivos que iam além da assistência aos sócios. De acordo com o artigo 2.º, suas finalidades eram:

§ 1º. – Promover a união de todos os condutores e motoristas da “The Manáos Tramways Company Limited” ou da empresa que suceder e de outras companhias de igual natureza que se venham a fundar no Estado, tornando os seus associados um núcleo, que os proteja e auxilie em todas as emergências individuais ou sociais. § 2º. – Pugar pelos interesses de seus associados, patrocinando todas as causas justas em que se empenhem, quer afetem os direitos da Sociedade, que os de cada membro em particular. § 3º - Ter um fundo mortuário de contribuições especiais, para socorrer as despesas dos funerais dos sócios que venham a falecer. § 4º - Distribuir beneficência entre os sócios necessitados e auxiliar as famílias dos sócios falecidos no gozo de seus direitos. § 5º - Promover os meios de defesa do socio preso em virtude de incidentes dados no exercício da profissão ou por legítima defesa de sua liberdade, de sua vida, honra e propriedade.<sup>233</sup>

<sup>231</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 2114, 18 de fevereiro de 1910.

<sup>232</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

<sup>233</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 53961, 2 de setembro de 1910.

A hierarquia interna da SBPMCA, conforme detalhado nos Capítulos II e IX dos estatutos demonstrava uma estrutura bem organizada, com cinco categorias de sócios (fundadores, efetivos, remidos, honorários e beneméritos) e uma diretoria composta por oito cargos, incluindo orador e procurador, este último responsável pela defesa jurídica dos membros (art. 41). A rigidez normativa, especialmente nas punições por faltas (art. 15-18), evidencia a influência de modelos externos adaptados à realidade local.

Os fundos sociais, que exemplificavam o pragmatismo da entidade, eram divididos em permanentes, reservas, disponíveis e mortuários, e geridos com rigor contábil, proibindo empréstimos e exigindo depósitos em bancos (art. 12). Essa gestão meticulosa foi fundamental para garantir a autonomia financeira frente às incertezas da economia da borracha. A assistência médica (art. 20-22) foi uma resposta à negligência frequentemente enfrentada pelos trabalhadores da concessionária *Manáos Tramways*, cujos acidentes de trabalho, como o do condutor João Antônio da Silva, ocorrido em 1912, eram frequentemente noticiados como exemplos de desumanidade patronal.<sup>234</sup>

Um dos aspectos mais notáveis da sociedade estava relacionado à sua abordagem, a exemplo, os associados contribuíam financeiramente para a manutenção das atividades da organização e tinham acesso a benefícios em casos de doença, acidentes ou falecimento. Essa prática criava uma rede de suporte que ajudava a mitigar os impactos das adversidades enfrentadas por eles no exercício do seu ofício.

Essa rede de apoio se materializava em iniciativas como a *União Beneficente dos Condutores, Motoristas de Bondes e Classes Anexas do Amazonas*, que, em 1927, convocou uma assembleia geral para aprovar estatutos na Rua da Instalação, n. 17, conforme registrado pelo *Jornal do Comércio* em 2 de junho daquele ano.<sup>235</sup> O anúncio demonstrava como essas organizações mantinham mecanismos de inclusão permanente, possibilitando que novos trabalhadores usufruíssem dos direitos conquistados, ao mesmo tempo em que reforçavam a identidade coletiva. Essa prática dialoga com a observação de Dhyene Santos sobre como as reuniões e eventos promovidos pela SBPMCA consolidavam um espaço de debate político essencial, transformando o mutualismo em ferramenta de conscientização da categoria de trabalhadores.<sup>236</sup>

Além do aspecto assistencial, a sociedade foi fundamental no desenvolvimento da cultura associativa e no fortalecimento da identidade coletiva dos motoristas e condutores. Eventos comemorativos, como celebrações do Dia do Trabalho e aniversários da

<sup>234</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus*. Op. Cit., p. 69.

<sup>235</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 2 de junho de 1927.

<sup>236</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus*. Op. Cit. p. 91.



associação, eram organizados com o intuito de reforçar os laços entre os membros e celebrar as conquistas alcançadas. Entre as maiores contribuições da sociedade estava sua capacidade de mobilizar os membros em momentos de crise. Durante as greves que marcaram a história dos trabalhadores do tráfego de bondes em Manaus (em 1902, 1910, 1911, 1919, 1925 e 1927), a sociedade foi um elemento central na organização das paralisações e na defesa dos direitos dos grevistas. Essas greves evidenciavam tanto a combatividade dos motoristas e condutores quanto a habilidade da entidade em articular ações coletivas da categoria.<sup>237</sup>

No âmbito das relações sociais, a sociedade atuou para estreitar os laços entre os trabalhadores e suas famílias, promovendo eventos culturais e atividades de lazer que fortaleciam a comunidade operária. Essas iniciativas eram importantes para criar um senso de pertencimento entre os membros. Com efeito, é possível constatar que as conquistas da SBPMCA transcendiam o âmbito assistencial, conformando o que Dhyene Santos identifica como um “discurso de unidade e identidade” entre os trabalhadores.<sup>238</sup> Seu papel educativo manifestava-se não apenas na alfabetização de sócios, mas especialmente na capacitação política, evidenciada durante os momentos de luta, como na greve de 1910, quando conseguiram articular apoio de foguistas e estivadores. Essa capacidade de construir alianças inter-categorias, como destacou o *Jornal do Comércio* ao noticiar os “graves transtornos” causados pela paralisação em 15 de abril de 1910, demonstrava a maturidade organizativa em poucos meses de existência. A pressão enfrentada não impediu que consolidassem vitórias parciais, como a redução da jornada para 10 horas em algumas linhas, pavimentando o caminho para as lutas posteriores.<sup>239</sup>

As associações analisadas neste capítulo sugerem a diversidade organizativa, que vai desde o *Centro Operário em Manaus*, de caráter pluriprofissional, até as sociedades de ofício específicas como a *União dos Foguistas* e a *Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas*, onde os trabalhadores experimentaram formatos variados que combinavam assistência mútua com a luta por direitos. Além disso, a resistência, demonstrada por agremiações de estivadores, carroceiros, motoristas e condutores de bondes evidenciava não apenas sua capacidade de reinvenção perante as adversidades, mas também como lançaram as bases para as mobilizações combativas que marcariam as décadas seguintes.

---

<sup>237</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus*. Op. Cit., p. 100.

<sup>238</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus*. Op. Cit. p. 100.

<sup>239</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus*. Op. Cit. p. 100.

## CAPÍTULO 2

**A ESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO: SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES EM MANAUS**

Iniciado na década final do século XIX, o processo associativo em Manaus avançou de forma mais célere nas duas décadas iniciais do século XX, não sem enfrentar dilemas e dificuldades impactantes ao longo do período. Em primeiro lugar, não há como desconsiderar o fato de que as mutações dramáticas sofridas pela economia de exportação da borracha, transitando da expansão à decadência nesse lapso de tempo, afetaram direta e radicalmente o universo do trabalho, provocando conjunturas bastante diferenciadas, diante das quais os trabalhadores amazonenses viram-se obrigados a repensar suas práticas e estratégias organizativas.<sup>240</sup>

O historiador Luís Balkar Pinheiro sintetiza o cenário de transformações que caracterizou o movimento associativo em Manaus entre 1910 e 1920. Enquanto a expansão econômica da borracha no fim do século XIX possibilitou a criação de sociedades como o *Clube União Marítima* (1899) e a *Associação dos Empregados no Comércio* (1898), a crise da economia gomífera, por seu turno, exigiu novas formas de organização. Como destacou Pinheiro, a “derrocada econômica da borracha [...] jogaria a classe operária amazonense em sua mais dramática condição”,<sup>241</sup> o que conduziu ao surgimento de entidades como a *Federação Marítima* (1914) e a *Federação Operária Amazonense* (1914).

Essas federações inspiravam-se em modelos internacionais, como bem demonstra a análise de Lucas Poy sobre Buenos Aires: “el proceso de consolidación de sociedades gremiales de resistência [...] implico un avance en la delimitación de una identidad de clase”.<sup>242</sup> Em Manaus, essa identidade foi moldada por contradições locais. A *União de Classe dos Pedreiros* (1918), por exemplo, combinava em seus estatutos a defesa da ação direta com o mantimento de caixas de auxílio mútuo. Essa dualidade, no âmbito da entidade dos pedreiros, refletia tanto a influência da *Confederação Operária Brasileira* quanto a necessidade de adaptação ao contexto de crise.

Neste capítulo, propõe-se a analisar esse momento de experimentação sindical e federativa, questionando até que ponto essas organizações conseguiram superar o corporativismo das primeiras associações e em que medida permaneceram vinculadas a

<sup>240</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma. 2017<sup>a</sup>, p. 155.

<sup>241</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias*. Op. Cit., p. 157.

<sup>242</sup> POY, Lucas. *Las Orígenes de la clase obrera argentina*. Huelgas, sociedades de resistência y militancia política em Buenos Aires, 1888-1896. 2da. Buenos Aires: 2015, p. 208.

práticas mutualistas. Para isso, tomar-se-ão como eixos duas questões centrais: a influência da COB e do sindicalismo revolucionário nos estatutos da *Federação Marítima* e da *Federação Operária Amazonense* e as divisões étnicas e ideológicas que marcaram o movimento, especialmente após 1918, quando o nativismo do *Centro Operário Amazonense* excluiu estrangeiros de seus quadros de sócios. Por fim, serão destacados os aspectos organizacionais da *União Operária Amazonense*, entidade que reuniu diversas agremiações em Manaus e foi a única cujas atas de reuniões conseguiu-se acessar, o que viabilizou compreender melhor os aspectos da cultura associativa.

## 2.1. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM MANAUS NAS DÉCADAS

Até o ano de 1910, duas legislações fundamentais estruturaram o sindicalismo brasileiro, refletindo as tensões entre autonomia operária e controle estatal. O Decreto n. 4.775, que regulamentava a Lei n. 973 de 1903, estabelecia o registro facultativo de títulos e documentos, englobando as associações de trabalhadores rurais. O artigo 1.º facultava “aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses”, enquanto o artigo 9.º ampliava suas atribuições para incluir funções creditícias e comerciais.<sup>243</sup> Por outro lado, o Decreto n. 1.637 de 1907, conforme análise de José Arouca, tinha como objetivo “a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais dos seus membros”, conforme expresso em seu artigo 1.º. Este diploma legal inovava ao prever, no artigo 8.º, a função conciliatória, transformando os sindicatos em “representantes legais da classe integral dos homens”.<sup>244</sup> Ambos os dispositivos mantinham a exigência de registro no Cartório de Hipotecas, sistema que seria radicalmente alterado em 1931 com a criação do Ministério do Trabalho, momento em que o Estado assumiria o controle direto sobre o reconhecimento das entidades classistas.

As sociedades de resistência ganharam força após 1906, ano em que ocorreu o I Congresso Operário Brasileiro (COB). O Congresso contribuiu para a consolidação dessa nova concepção de estrutura organizativa do movimento sindical brasileiro. Nesse importante espaço de deliberação sobre temas de interesse da classe trabalhadora, havia a prescrição de que as sociedades de resistência não deveriam manter atividades beneficentes. Como observa Hahner, os congressos operários buscavam “facilitar o

<sup>243</sup> Lei 173, de 10/09/1893 – Diário Oficial da União – Seção 1 – 13/9/1893, página 3973. Coleção de Leis do Brasil – 1893, página 45, vol. 1.

<sup>244</sup> AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil: passado – presente – futuro(?)*. 2. Ed. – São Paulo: LTr, 2019, p. 186.

intercâmbio inter-regional” em um movimento operário ainda incipiente, onde os anarcossindicalistas, embora em menor número, demonstraram “determinação e disciplina” ao bloquear propostas de participação política nos sindicatos.<sup>245</sup>

Analisando as resoluções do I Congresso Operário Brasileiro, observa-se que, a partir do encaminhamento das deliberações, estabeleceu-se a discussão de que se podia verificar “clara a predominância do anarcosindicalismo como tendência orgânica do proletariado no Brasil, naquele momento”.<sup>246</sup> No entanto, os historiadores Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall apresentam divergências quanto a essa visão, apontando que, apesar da nítida influência do sindicalismo revolucionário, as resoluções eram mais sindicalistas do que revolucionárias.<sup>247</sup>

Edgar Rodrigues, na obra *Alvorada Operária*, apresenta as resoluções que foram encaminhadas nos congressos e que são primordiais para a compreensão desse formato de organização associativa. A respeito da orientação no I Congresso Operário Brasileiro, debateu-se se as sociedades de trabalhadores deveriam aderir ou não a uma política de partido ou se deveriam conservar a sua neutralidade. O I COB aconselhou que:

O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.<sup>248</sup>

O I COB aconselhou que os trabalhadores tivessem a resistência como única base, daí a importância de adotar o nome de “sindicato”, como forma de exteriorizar, até pelo nome, o seu objetivo. Para o historiador Alexandre Fortes, esses argumentos justificavam-se para que o trabalhador não se esquecesse de que a resistência era o objetivo primordial da organização.

A reiteração do termo resistência e sua sobreposição a qualquer outro objetivo da organização operária, indica a opção por uma estratégia centralmente conflitiva e o receio do envolvimento com mecanismos organizativos e institucionais que signifiquem ordem estabelecida. Nesse sentido, a recusa à mutualidade está articulada à rejeição à

---

<sup>245</sup> HAHNER, June. *Pobreza e Política: Os pobres urbanos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1996, p. 261.

<sup>246</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982, p. 338.

<sup>247</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil, 1889-1930*. Vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 41.

<sup>248</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Editora Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1979, p. 101.

legislação de proteção ao trabalho e à participação na política partidária. Por outro lado, a alusão aos “aderentes sem iniciativa e sem espírito de resistência” liga-se à aposta na ação sindical a partir de uma minoria militante organizada [...].<sup>249</sup>

Outra ponderação importante a respeito do perfil da organização referia-se a se ela deveria ser por ofício, por indústria ou por várias profissões. O Congresso aconselhou que se desse preferência a todos os ofícios nas grandes empresas ou companhias; no caso de profissões isoladas ou independentes, que a organização fosse por ofício; quando vários ofícios estivessem ligados à mesma indústria, que fosse por indústria. E, por fim, defendia-se que a união de vários ofícios constituiria o último caso, desde que tivesse como finalidade facilitar e estimular a formação dos sindicatos de ofícios diversos.<sup>250</sup>

Do período do I Congresso para o II, que decorreu de 1906 a 1913, cresceu no Brasil o número de sociedades de trabalhadores. No I COB, o Amazonas não contou oficialmente com nenhum representante; já no II COB, o Amazonas participou por meio da *Associação das Artes Gráficas*, de Manaus, tendo como representante o trabalhador Rozendo dos Santos. Com isso, pode-se observar que o II COB ampliou a representação regional, com cinquenta e nove associações, incluindo uma do Amazonas. Para Hahner, essa expansão contrastava com a permanência de desafios organizativos, pois, como adverte a autora, “uma definição plena da relativa força das diferentes formas de organização operária [...] permanece um problema para futuros pesquisadores”.<sup>251</sup>

O que chamou a atenção no II COB foi a resolução sobre a necessidade ou não de as associações elaborarem estatutos ou regulamentos para os sindicatos. De acordo com o encaminhamento, os participantes levaram em consideração:

Considerando que as associações operárias são organizadas com o fim de desenvolver, por meio da solidariedade o mais largamente possível, a capacidade de todos e de cada um dos seus membros; Considerando que o meio associativo deve tender sempre à elevação da mentalidade dos trabalhadores, com o fim de prepará-los para etapas mais relacionadas com a evolução social; Considerando que os estatutos sindicais devem ter por fim estabelecer bases livres de acordo; Considerando ainda que o Sindicato Operário necessita da mais ampla liberdade de ação para conseguir os seus fins, razão pela qual os seus estatutos devem cogitar unicamente de estabelecer bases livres de acordo.<sup>252</sup>

<sup>249</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educ; Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 246-247.

<sup>250</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Op. Cit., p. 103.

<sup>251</sup> HAHNER, June. *Pobreza e Política*. Op. Cit., p. 266.

<sup>252</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Op. Cit., p. 130.

O II COB aconselhou aos trabalhadores que abolissem das sociedades de resistência os estatutos ou regulamentos calcados em “fórmulas burocráticas e coercitivas, restringindo-os, exclusivamente, a simples normas administrativas, despidas de qualquer determinação que fira a autonomia individual dos associados”, sustentando o argumento com base nos “considerandos” apresentados anteriormente.<sup>253</sup> Tiago Bernardon interpreta essa problemática da burocracia nos sindicatos, principalmente no que diz respeito ao emprego de funcionários e à remuneração dos diretores sindicais, como algo condenado pelos anarquistas da Europa desde o início do século XX, cuja influência chegou ao Brasil.<sup>254</sup> No III COB, realizado em 1920, o objetivo central era fortalecer e consolidar uma orientação de princípios, ideias e doutrinas que pudessem guiar os trabalhadores em suas bases. No que tange à participação do Amazonas, houve a presença da *Associação das Quatro Artes da Construção Civil*, que se uniu a delegados dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pernambuco, Pará e Mato Grosso.<sup>255</sup>

Enquanto esses congressos delineavam, em nível nacional, os rumos do movimento, a realidade em Manaus era marcada por uma efervescência combativa. Durante a década de 1910, a cidade presenciou uma série de greves que mobilizaram diversos trabalhadores urbanos, configurando um ciclo de paralisações sem precedentes na história. A diversidade de categorias envolvidas, muitas delas organizadas em torno de comissões provisórias ou associações mutualistas, evidenciava um momento de fortalecimento da consciência coletiva, cuja radicalidade vinha sendo cultivada desde os anos anteriores por meio de pequenos conflitos entre os trabalhadores e um incipiente projeto de unidade operária. No entanto, as vitórias eram frequentemente temporárias, como destacam Pinheiro e Pinheiro ao observar que, naquele início do século XX, “muitas conquistas, como as salariais foram bastante efêmeras, o que não permitia que houvesse uma melhoria significativa nas condições materiais de existência desses trabalhadores”.<sup>256</sup>

A irrupção das greves de 1911 em Manaus não pode ser vista como um evento repentino ou desconectado das formas de sociabilidade operária que, desde as décadas anteriores, vinham se desenvolvendo na cidade. Mesmo antes do surgimento formal das

---

<sup>253</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Op. Cit., p. 130.

<sup>254</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*. Op. Cit., 145-146.

<sup>255</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Op. Cit., p. 161.

<sup>256</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017, p. 119.

organizações sindicais, o campo associativo já contava com uma diversidade de entidades que, sob denominações como “uniões”, “associações beneficentes” ou “sociedades de classe”, promoviam práticas de solidariedade e de defesa coletiva dos trabalhadores.

O que os jornais denominaram de “as classes laboriosas em greve”, que atingiu seu ápice nos meses de janeiro e fevereiro de 1911, representou a passagem de um associativismo com características mutualistas para formas de organização mais ofensivas, voltadas para a conquista de direitos e para o enfrentamento direto ao patronato e às empresas estrangeiras. Trabalhadores de diversas categorias, incluindo estivadores, motoristas, condutores, carroceiros, canoeiros, padeiros, foguistas e gráficos, constituíram uma rede articulada de paralisações que mobilizou a cidade de Manaus.

Embora os ganhos das greves nem sempre se convertessem em conquistas duradouras, é possível perceber, naquele período, uma crescente incorporação da luta coletiva como ferramenta cotidiana de negociação. A efemeridade dos avanços materiais não anulava o impacto simbólico e político das mobilizações, cujos efeitos se manifestavam na articulação entre categorias, na ocupação dos espaços públicos e no fortalecimento de uma consciência de classe em construção. Como analisam Pinheiro e Pinheiro, as paralisações tornaram-se parte do cotidiano da cidade, naturalizando-se como expressão da luta operária no espaço urbano, o que demonstrava a centralidade da resistência no movimento operário local.<sup>257</sup>

A constatação dialoga com a crítica feita por Bernardon à visão linear da formação sindical, ao sugerir que o sindicalismo de resistência deve ser compreendido como uma prática social articulada ao cotidiano dos trabalhadores, não se limitando à institucionalidade, mas constituindo-se como uma estratégia de luta e formação coletiva. No contexto analisado, a ação direta foi ganhando espaço à medida que a legislação permanecia omissa e a repressão política era constante. Assim, o sindicato não se firmava como um fim em si mesmo, mas como “a principal forma de organização dos trabalhadores, onde a ação direta é estimulada e corretamente orientada”.<sup>258</sup> Essa perspectiva ajuda a compreender por que entidades como a *União Beneficente dos Estivadores* ou a *Sociedade dos Sapateiros*, mesmo que juridicamente registradas como associações, operavam na prática como sindicatos, reivindicando jornada de oito horas, salários justos e respeito à dignidade dos ofícios. Tais práticas, como afirma Arouca,

---

<sup>257</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017, p. 119.

<sup>258</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardo de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*. Op. Cit., p. 45.

revelavam a variedade de formas sindicais no período, que poderiam ser “verticais, horizontais, abertas ou fechadas”,<sup>259</sup> conforme a base profissional ou o nível de organização frente ao Estado.

As notícias da época, publicadas tanto na imprensa comercial quanto na operária, possibilitam perceber como essas formas organizativas se materializavam em ações práticas. Em janeiro de 1911, por exemplo, motoristas e condutores de bondes paralisaram suas atividades em protesto contra o chefe do tráfego da empresa inglesa *Manáos Tramways*, acusado de abusos e perseguições. A greve, organizada com o apoio da *Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas*, rapidamente conquistou o apoio de outras categorias, como os estivadores da *Manáos Harbour*. A imprensa destacou o envolvimento do advogado Souza Brazil, que representou os trabalhadores nas negociações com a chefia de polícia e os diretores da companhia. Em poucos dias, os trabalhadores deflagraram um conjunto de mobilizações em frente à Praça da Usina, que culminou em um dos momentos mais intensos de resistência da categoria dos motoristas e condutores de bondes em Manaus.<sup>260</sup>

O episódio mencionado teve como desdobramentos uma forte repressão policial e a demissão de trabalhadores. Apesar disso, os protestos continuaram, o que resultou na paralisação de boa parte dos serviços urbanos e obrigou o governo a mediar um acordo. A greve, nesse caso, revelou-se uma forma de pressão direta, fortalecendo os vínculos entre as diferentes associações operárias. O surgimento de sindicatos, ainda em estágio inicial, coexistia com sociedades mutualistas que, diante da conjuntura, assumiam funções reivindicatórias. Como observou o trabalhador Cursino Gama no periódico *A Lucta Social*, “o sindicato é a associação de classe, onde o operário fortifica sua consciência e estuda as questões que interessam às suas necessidades”<sup>261</sup>, o que aponta para o caráter formativo dessas entidades.

A mobilização de janeiro de 1911 prenunciou uma importante mudança no associativismo operário de Manaus. O uso da greve e a articulação entre diferentes categorias indicavam uma nova fase do movimento, na qual a ação direta e a construção de instrumentos sindicais tornaram-se centrais na luta por direitos. Mesmo quando não reconhecidos oficialmente como “sindicatos”, os agrupamentos operários adotavam a linguagem da resistência. Em sua coluna na *Vida Operária* um militante resumiu essa mudança ao afirmar que “a organização é o mais forte baluarte, é a arma de defesa, é o

<sup>259</sup> AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil: passado – presente – futuro(?)*. Op. Cit., p. 98.

<sup>260</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 2434, 16 de janeiro de 1911.

<sup>261</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 29 de março de 1914.



reduto impenetrável da conquista dos direitos de uma classe, de um povo”.<sup>262</sup> Essa afirmação demonstrava como a organização coletiva, longe de se limitar ao plano burocrático, era vivida como prática política e cultural de enfrentamento.

A experiência acumulada nas greves da primeira década do século XX, juntamente com a circulação de ideias socialistas e anarquistas e a repressão estatal, influenciou os caminhos do movimento operário em Manaus. Nesse cenário, a fundação de sindicatos representou sua reconfiguração em um sentido mais combativo. A construção de uma consciência de classe, ainda que incipiente, fragmentada e em disputa, começou a se manifestar na ocupação das ruas, nos boletins e jornais e no fortalecimento dos laços entre trabalhadores de diferentes ofícios. Em nossa leitura, o ciclo iniciado em 1911 inaugurou um período no qual o operariado amazonense se reconhecia, cada vez mais, como sujeito coletivo em ação.

A fundação dos primeiros sindicatos em Manaus, entre os anos de 1914 e 1919, foi uma continuidade, quase inevitável, das formas de organização já desenvolvidas nas associações de ofício, onde os trabalhadores começavam a se perceber como parte de algo maior. Existia, pois, uma base de experiências compartilhadas, tentativas de solidariedade e uma vontade cada vez mais consciente de lutar por direitos coletivos. Os resquícios das greves de 1911 ainda reverberavam, e a cidade, abalada por crises econômicas e tensões sociais, parecia pronta para uma nova etapa de enfrentamento, agora mais formalizada, mais articulada, mais decidida.

As experiências acumuladas nas greves de 1911, somadas ao ambiente de efervescência política e à circulação de ideias socialistas e anarquistas, serviram de base para a constituição formal dos sindicatos. Em meio às dificuldades impostas pela repressão policial, pela escassez de recursos e pela fragmentação da classe trabalhadora, o surgimento de sindicatos como o dos cigarreiros, dos padeiros, dos gráficos e dos sapateiros evidenciou o esforço em construir entidades mais estáveis, voltadas tanto à assistência quanto à luta direta por melhores condições de trabalho.

Os jornais da época noticiaram com frequência reuniões, eleições e conflitos internos nessas novas organizações, demonstrando que o caminho da consolidação sindical foi repleto de disputas, cisões e tentativas de afirmar autoridade interna. No caso do *Sindicato Operário dos Cigarreiros*, por exemplo, as assembleias gerais registravam desde a eleição de diretorias até expulsões por inadimplência ou quebra de confiança,

---

<sup>262</sup> *Vida Operária*, Manaus, 7 de março de 1920.

como ocorrido nas sessões de janeiro de 1920.<sup>263</sup> Entre os padeiros, o confronto com os proprietários das padarias ganhou destaque na imprensa, especialmente em 1915, quando foi denunciado um suposto “trust dos padeiros” que aumentava os preços do pão de forma abusiva. A denúncia partiu do *Jornal do Comércio* e ganhou força em manifestações públicas e críticas diretas à exploração dos trabalhadores. Em resposta, os panificadores divulgaram balanços financeiros questionáveis, alegando trabalhar “por amor à arte”, com lucros irrisórios. A redação do jornal retrucou com um artigo irônico, no qual se lia:

Ficamos, diante de todos estes dados, que a razão continua conosco. São expressivos, não permitem dúvidas, os algarismos, que não falham. E não nos alonguemos, desta vez. A praça de São Sebastião, às dezesseis horas de hoje, segundo comunicado que toda a imprensa estampou, realizar-se-à o meeting de protesto contra o aumento do preço do pão.<sup>264</sup>

Esse cenário de enfrentamento direto com o patronato e a ampliação das reivindicações refletia uma mudança na atuação das entidades operárias. A luta por melhores salários, pela jornada de oito horas, por condições dignas e contra abusos patronais tornou-se o eixo central de mobilização das novas organizações. Como destaca Bernardon, o sindicato passou a ser reconhecido como “a principal forma de organização dos trabalhadores, onde a ação direta é estimulada e corretamente orientada”<sup>265</sup>, servindo como escola de resistência e formação política da classe.

Outro exemplo foi a formação do *Sindicato dos Sapateiros*, cuja assembleia de fundação ocorreu em maio de 1919, no Grupo Escolar Saldanha Marinho, em meio às mobilizações da greve geral dos trabalhadores na cidade. Mais de cinquenta trabalhadores se reuniram e decidiram pela criação do sindicato, cuja diretoria foi eleita no mesmo dia, com duas propostas imediatas: salário fixo por tarefa e jornada de oito horas.<sup>266</sup> A aprovação dessas pautas e o envio de circulares aos patrões sinalizavam uma clara disposição para o embate, que se somava às articulações já em curso entre gráficos, estivadores, padeiros e outras categorias.

Fundemos sociedades de classe, porém, não essas sociedades caçanikeis, denominadas beneficentes – porque ellas são a negação absoluta das ideias reivindicadoras. Organizemo-nos, repito, mas dentro das mais modernas aspirações libertárias, nas bases sólidas do syndicalismo puro – única forma adoptada na escola operária-racionalista; isto é, no Socialismo Libertário, porque só de seu seio

<sup>263</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de janeiro de 1920.

<sup>264</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3929, 4 de abril de 1915.

<sup>265</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardo de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*. Op. Cit., p. 45.

<sup>266</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5397, 13 de maio de 1919.

surgirá a aurora redemptora da liberdade iluminando a senda d'uma Sociedade Nova, de Paz e de Concordia.<sup>267</sup>

Esse trecho mostra que havia uma discussão entre os trabalhadores sobre a melhor forma de organização e qual tipo de agremiação seria aceito pelo grupo mais alinhado aos ideais anarquistas. Para estes, os sindicatos não deveriam depender nem do governo nem dos patrões. Além disso, rejeitavam-se alianças com partidos políticos. Acreditava-se que o sindicato era uma forma prática de iniciar a construção de uma nova sociedade, baseada na solidariedade e na liberdade.

Segundo Arouca, os objetivos sindicais não podem ser vistos apenas como assistenciais ou jurídicos. Em sua análise, os sindicatos possuem múltiplas funções, entre elas a defesa de direitos coletivos e a organização da cultura operária até a disputa por espaço político em uma ordem desigual. Nas palavras do autor: “os fins predominantes são profissionais e não políticos, mas mesmo assim, há matizes e variedades [...] o sindicalismo vai-se modificando em suas próprias formas”.<sup>268</sup>

Essa visão mais ampla refletiu-se também nas atividades culturais e recreativas promovidas por algumas entidades. O *Sindicato dos Cigarreiros*, por exemplo, criou em 1928 um café sindical, chamado “Quatro de Agosto”, que servia como ponto de encontro dos trabalhadores. Em reportagem publicada na *Vida Operária*, descrevia-se:

Foi o nosso companheiro, a convite do presidente da referida sociedade, gentilmente recebido por um dos seus dignos sócios, o sr. Augusto Borges, gerente do mesmo estabelecimento [...] Uma regular concorrência de operários estavam presentes no momento.<sup>269</sup>

As fronteiras entre mutualismo e práticas de resistência nem sempre eram claras, e frequentemente as mesmas entidades exerciam funções híbridas, adaptando-se às necessidades da categoria. Por fim, a fundação dos primeiros sindicatos em Manaus, entre 1914 e 1919, inaugurou uma nova fase de organização operária. A cidade assistia ao nascimento de formas mais estruturadas de mobilização coletiva, movidas pelas manifestações recentes que tinham como aspiração a luta por um futuro mais justo para os operários.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a persistência da crise da borracha, as organizações operárias em Manaus intensificaram suas atividades, buscando consolidar o que haviam iniciado nos anos anteriores. A *Vida Operária*, um dos principais veículos

<sup>267</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 1, 29 de março de 1914.

<sup>268</sup> AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil*. Op. Cit., p. 182.

<sup>269</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 24, 29 de agosto de 1920.

de imprensa do movimento sindical local, registrava semanalmente as reuniões, festas, eleições internas, sessões magnas e até mesmo as exclusões por inadimplência ou transgressões disciplinares. Era por meio dessas práticas que os sindicatos construíam sua legitimidade e fortaleciam os laços de solidariedade entre os trabalhadores.

Entre todas as categorias, os estivadores se destacaram pela organização interna, por meio do *Sindicato dos Estivadores do Amazonas*, que passou a funcionar como uma espécie de vanguarda sindical, promovendo sessões solenes, realizando eleições regulares, organizando as celebrações do 1.º de Maio e, sobretudo, mantendo um histórico de greves e mobilizações constantes. Em 1924, por exemplo, organizaram missas, festas e manifestações para comemorar o primeiro aniversário da conquista da jornada de oito horas. Como noticiado na imprensa local:

Com o fim de comemorar o primeiro aniversário da fixação das oito horas de trabalho, o Sindicato dos Estivadores realiza hoje várias festas. Às oito horas será celebrada a missa em ação de graças na igreja dos Remédios, pelo padre Ananias Câmara. No prédio número quarenta e sete, da avenida Sete de Setembro, sede da União Beneficente dos Foguistas, cedida por sua diretoria, haverá às vinte horas uma sessão solene.<sup>270</sup>

Durante esse mesmo período, os cigarreiros também mantiveram uma presença expressiva no cenário sindical. A criação do Café Quatro de Agosto, administrado por membros do *Sindicato dos Cigarreiros*, exemplificava como a organização ia além das reivindicações salariais, expandindo-se para as esferas cultural e social. Segundo noticiou a *Vida Operária*, havia “uma regular concorrência de operários presente no momento”.<sup>271</sup> Esses espaços funcionavam como centros de convivência e articulação das lutas, mas também estavam sujeitos a disputas internas, com exclusões, divergências e frequentes reorganizações.

Os jornais operários *A Lucta Social* e a própria *Vida Operária* estavam repletos de textos que questionavam a exploração do trabalho, denunciavam a repressão policial e conclamavam os trabalhadores a se organizarem em sindicatos de resistência. Como escreveu um articulista anônimo em 1914: “Associa-te, organiza-te em associações onde encontrarás o antídoto poderoso que ajudar-te-á a levar a cabo a grande obra da regeneração humana”.<sup>272</sup>

<sup>270</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7210, 8 de junho de 1924.

<sup>271</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 24, 29 de agosto de 1920.

<sup>272</sup> *A Lucta Social*, Manaus, suplemento ao n. 1, 29 de março de 1914.

Entre as imagens simbólicas mais poderosas encontravam-se a comemoração do 1.º de Maio e da conquista da jornada de oito horas. Essas datas foram incorporadas ao calendário dos sindicatos como marcos de mobilização e memória coletiva. As festas, além de momentos de descontração, serviam para afirmar a importância do movimento operário, como quando os estivadores celebraram a conquista da jornada reduzida com missa e sessão solene em 1924.<sup>273</sup>

Entre os muitos nomes que figuram nos registros do sindicalismo amazonense das décadas de 1910 e 1920, alguns se destacam pela frequência com que aparecem, delineando uma elite operária local que transitava entre diferentes associações, ocupando cargos diretivos e atuando como oradores, articuladores e representantes públicos da classe trabalhadora. Trata-se de um grupo de trabalhadores que, além de exercerem suas funções cotidianas, assumiam responsabilidades políticas e administrativas dentro dos sindicatos. Carlos M. Reis, por exemplo, foi presidente do *Sindicato dos Cigarreiros*, liderou a organização de eventos e envolveu-se diretamente na criação de espaços culturais, como o Café Quatro de Agosto. Targino Mariani, por sua vez, esteve presente na fundação do *Sindicato dos Estivadores* e retornou à presidência, demonstrando sua capacidade de mobilização. Manoel Sérvulo, outro nome recorrente, foi o articulador inicial de diversos sindicatos e reuniões, incluindo a fundação do *Sindicato dos Estivadores* em 1920.

**Quadro 4** - Trabalhadores recorrentes e suas associações (1910-1930)

Nome	Associação e Cargo
Carlos M. Reis	Presidente do Sindicato dos Cigarreiros do Amazonas (1920); expulso da entidade (1921).
Augusto Borges da Silva	Relator do Conselho Diretor dos Cigarreiros (1919); Diretor do sindicato (1920); renunciou ao cargo (1920).
José Freire Cavalcante	Segundo secretário do Sindicato dos Cigarreiros (1920); reeleito como 2º secretário (1921).
Targino Mariani	Presidente do Sindicato dos Estivadores (1920); Presidente novamente em 1929.
Firmo Araújo	Vice-presidente do Sindicato dos Estivadores (1920); Presidente em 1928.
Joaquim Gomes Evangelista	Vice-orador do Sindicato dos Estivadores (1918); segundo secretário do Sindicato dos Estivadores em 1920.
Manoel Sérvulo da Silva	Fundador e proponente do Sindicato dos Estivadores (1920); membro da diretoria dos cigarreiros (1921).
José Calazans Sampaio	Primeiro secretário do Sindicato dos Estivadores (1922); Relator do Conselho Fiscal em 1932.
Antonio Leal da Silva	Vice-presidente do Sindicato dos Estivadores (1922); secretário em 1923.
Anacleto José dos Reis	Vice-presidente e orador da União Operária (1919-1922); Orador do Partido Operário Amazonense (1920).

<sup>273</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7210, 8 de junho de 1924.

Francisco Gonçalves Rodrigues	Presidente da Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Amazonas em duas ocasiões (1914 e 1917).
Ananias Alves de Oliveira	Tesoureiro na União dos Foguistas (1917, 1920).
José Maria dos Santos	2º tesoureiro da Sociedade Beneficente União dos Foguistas (1917 e 1920).
Pedro Ribeiro da Silva	União Operária Nacional (1920-1923); União Operária Amazonense (1924-1927). Tesoureiro, primeiro secretário e presidente em diferentes anos.
Cursino Gama	Secretário e orador da União Operária Nacional (1922-1923); orador da União Operária Amazonense (1924-1928).
José Freire Cavalcante	Secretário do Sindicato dos Cigarreiros (1920 e 1928).

**Fonte:** Mapeamento geral organizada pela autora, com base nos jornais comerciais, jornais operários e estatutos das agremiações.

A atuação desses militantes não se limitava a uma única agremiação, muitos transitavam entre diferentes sindicatos, acumulando cargos e funções. A vida sindical exigia uma dedicação intensa, que envolvia a organização de assembleias, a redação de boletins, o enfrentamento de conflitos internos e, por vezes, a mediação com o poder público.

A construção desses perfis militantes deve ser pensada em articulação com os mecanismos de formação política interna dos sindicatos. As frequentes eleições, os debates públicos, as sessões magnas e os conflitos institucionais eram momentos de aprendizado e confronto, que possibilitavam o surgimento de lideranças reconhecidas. Em certa medida, pode-se dizer que os sindicatos, além de representarem os trabalhadores, também contribuíam para a formação de novos quadros dirigentes.

Essa formação de lideranças e a composição de uma elite operária não eram fenômenos exclusivos de Manaus. Em São Paulo, figuras como Edgard Leuenroth e Everardo Dias cumpriam papéis semelhantes, articulando imprensa, sindicalismo e política. No Rio de Janeiro, ferroviários e gráficos também forjaram lideranças de destaque. Conforme argumentam Pinheiro e Pinheiro, “em Manaus, como em outros centros urbanos do país, o processo de consolidação do sindicalismo foi acompanhado pela emergência de sujeitos coletivos que conferiram densidade à experiência operária”.<sup>274</sup>

A presença frequente de nomes como Targino Mariani, Manoel Sérvulo e José Calazans em atas, notícias de jornais e estatutos indicava uma centralidade que sugeria um grau de reconhecimento interno, ainda que não isento de disputas, como demonstravam as reconfigurações das diretorias.<sup>275</sup>

<sup>274</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha*. Manaus: Editora da UEA, 2017, p. 147.

<sup>275</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 91.

Outro nome de destaque foi José Freire Cavalcante, que atuou como segundo secretário no *Sindicato dos Cigarreiros* e na *Sociedade Beneficente dos Cigarreiros* e, posteriormente, integrou diretorias reformuladas em momentos de crise interna, como na reorganização de 1920 após diversas exclusões e renúncias. Anacleto José dos Reis, por sua vez, destacou-se como presidente do *Centro Proletário Beneficente* (1912), vice da *União Operária Nacional* (1917), presidente da *União Operária Nacional* (1920) e orador da mesma entidade em 1922, demonstrando que sua liderança perdurou por muitos anos no seio da classe trabalhadora. Para o historiador Luciano Telles,

É considerável salientar que, entre os membros de algumas diretorias de associações, especialmente do Sindicato dos Cigarreiros, da União Operária e da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, estão presentes os personagens do núcleo duro: Joaquim Azpilicueta, João Cursino da Gama, Anacleto José dos Reis, Raymundo Tribuzy, Antônio de Vasconcellos e Virgílio Xavier de Souza. Pode-se pensar numa rede estruturada a partir das ações desse núcleo.<sup>276</sup>

A diversidade de nomes, que se repetia em diferentes momentos, reforça a existência de redes sociopolíticas sustentadas por uma densidade de vínculos que extrapolava o interior de cada sindicato. Nesse sentido, a análise de Telles possibilita compreender essas conexões ao propor a existência de três esferas de articulação ao analisar as redes sociais no Amazonas:

[...] é possível verificar que, nas variadas relações sociais empreendidas, diferentes níveis e densidades foram estabelecidos e, embora não se possa demonstrar isso de forma absoluta, por força da utilização de “fontes parcas” [...] é possível reconhecer nesta pesquisa no mínimo três intensidades: a primeira corresponde ao que foi denominado de núcleo duro, a segunda à rede pequena e densa (onde se podem incluir os grupos de militantes operários, mas também aquelas lideranças de origem não-operária, em articulação nas associações, na imprensa e partidos operários) e a terceira à rede ampla e fluida, de dois tipos: em função da diversificação social e devido à diversidade geográfica.<sup>277</sup>

Essas diferentes intensidades ajudam a entender como certos nomes atravessavam espaços tão variados, desde jornais como *A Lucta Social* até a tribuna dos congressos, passando por entidades beneficentes e manifestações públicas. A própria circulação desses indivíduos entre categorias, como gráficos, padeiros, estivadores e alfaiates,

<sup>276</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 101.

<sup>277</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 94.

indicava um tipo de politização orgânica, construída no cotidiano da militância e sustentada por redes interindividuais e institucionais.

A presença reiterada de certos indivíduos em várias diretorias e assembleias também sugere a existência de formas de sociabilidade que ultrapassavam os limites formais de cada associação. Tratava-se, antes de tudo, de um universo associativo interconectado, onde o prestígio de um dirigente podia ser transferido de uma entidade para outra, funcionando como uma ponte entre diferentes categorias profissionais e entre projetos associativos com diferentes finalidades.

A fundação do *Sindicato dos Padeiros*, do *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos* e do *Sindicato Operário dos Cigarreiros* entre 1914 e 1915, ainda que com uma estrutura incipiente, representava um momento inaugural para o sindicalismo em Manaus. Essas entidades começaram a se reunir em sedes próprias, realizar eleições periodicamente e emitir circulares para a classe trabalhadora, consolidando uma organização até então restrita às associações de auxílio mútuo.

A mobilização sindical também passou a adotar uma nova linguagem, afastando-se da retórica beneficente e moralizante das associações anteriores. As assembleias transformaram-se em espaços de disputa, onde resoluções eram votadas, membros inadimplentes eram expulsos e estratégias de enfrentamento patronal eram definidas. O *Sindicato dos Cigarreiros*, por exemplo, destacou-se especialmente entre 1919 e 1920, aparecendo nas páginas do *Jornal do Comércio*, tanto por sua organização interna quanto pela instabilidade resultante de disputas internas. Em janeiro de 1920, uma matéria relatava a expulsão de vários membros:

Em sessão de assembléa geral realizada a 18 do corrente, foram eliminados do Syndicato de O. dos Cigarreiros do Amazonas os seguintes syndicatários: Virgilio Gomes, Carlos Pinto, Ignacio Alves da Gama; Euclydes A. Chacon, Antonio Freire, Luiz Gonzaga de Salles, Henrique L. Corrêa, Luiz O. da Rocha Fournier, Pedro Ferreira de Lima, Francisco Chaves Nascimento, Alvaro S. dos Santos, Luiz N. de Souza.”<sup>278</sup>

Como discutido neste tópico, a formação de lideranças operárias foi um aspecto decisivo desse período. Nomes como Francisco Gonçalves Rodrigues (dos foguistas), Anacleto José dos Reis (da União Operária Nacional) e Targino Mariani (dos estivadores) aparecem recorrentemente nos registros das diretorias sindicais nas décadas de 1910 e 1920, sinalizando a consolidação de quadros dirigentes. A trajetória de Anacleto dos Reis

---

<sup>278</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de janeiro de 1920.



é particularmente notável, natural do Maranhão, foi um dos fundadores da União Operária Nacional, como veremos ainda neste capítulo. Ele, além de presidir entidades, atuou como orador em diversos eventos públicos, articulador de movimentos interassociativos e delegado político junto à redação de jornais. Em 1919, a imprensa noticiava: “Para delegado da mesma sociedade junto à redação desta folha, a fim de tratar dos interesses do operariado, foi designado o sr. Anacleto José dos Reis”.<sup>279</sup>

Embora os primeiros sindicatos tenham enfrentado disputas internas, exclusões e problemas estruturais, eles também representaram uma conquista histórica em termos de linguagem e organização coletiva. Termos como “classe”, “protesto”, “exploração” e “direitos” passaram a integrar o vocabulário cotidiano das atas, relatórios e anúncios sindicais. A luta por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho e pela dignidade no trabalho concretizou-se em entidades que fincaram raízes e abriram caminho para os avanços das décadas seguintes.

No contexto manauara, ainda atravessado pelas crises da borracha e pelas transformações no mercado de trabalho urbano, os sindicatos representaram uma tentativa concreta de autodefesa coletiva. O fato de associações como a dos gráficos, dos padeiros, dos sapateiros e dos cigarreiros terem persistido, mesmo diante de dissensões internas e de repressão externa, indicava a consolidação de uma cultura de mobilização. Esses sindicatos foram a expressão organizada de uma classe trabalhadora em formação, que buscava, na ação coletiva, um instrumento de visibilidade, dignidade e negociação.

Se os anos anteriores foram marcados por instabilidade e tentativas organizativas ainda incipientes, o início da década de 1920 destacou-se pela proliferação de entidades sindicais formais e pela continuidade de lideranças na condução política das associações. Foi nesse período que a cultura associativa sindical começou a se enraizar mais fortemente em segmentos do proletariado urbano de Manaus, especialmente entre aqueles ligados ao porto e às empresas concessionárias de serviços públicos.

O fato de o *Sindicato dos Estivadores do Amazonas*, fundado em março de 1920, ter passado a organizar assembleias de forma regular sugeria um amadurecimento institucional importante. Foram publicadas diversas convocações e anúncios no *Jornal do Comércio*, como a posse da diretoria em maio de 1925, composta por José Júlio de Araújo (presidente), Manoel Ribeiro da Costa (vice-presidente), Anysio Maurício do Nascimento (1.º secretário), Raymundo B. dos Santos (2.º secretário), Targino Mariani

---

<sup>279</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 31 de janeiro de 1919.

(tesoureiro) e um conselho fiscal que incluía José B. Santarém, J. Marcellino de Azevedo e Francisco Augusto Pereira.<sup>280</sup>

Outro exemplo de continuidade política poderia ser observado na atuação de Pedro Ribeiro da Silva, reeleito sucessivamente como presidente da *União Operária Nacional* e da *União Operária Amazonense*, mantendo-se como uma das principais lideranças sindicais do período. Sua permanência à frente da entidade e seu envolvimento em protestos, reuniões, pronunciamentos e articulações com outras lideranças da época, como Cursino Gama e Ernesto do Nascimento, evidenciavam a formação de um “núcleo duro” do sindicalismo local. Esses nomes, recorrentes em cargos de presidência, oratória e finanças, demonstravam uma rede de confiança que atravessava as organizações e as categorias de trabalhadores.

Diretoria: presidente, Pedro Ribeiro da Silva; vice-dito, Amadeu de Almeida e Silva; primeiro secretário, Ernesto Francisco do Nascimento; segundo dito, João Carvalho Costa; orador, Cursino Dias da Gama; vice-dito, Eduardo Costa Lima; thesoureiro, João Ramos de Almeida Silva; procurador, Silverio Teixeira Barbosa.<sup>281</sup>

A ação desses militantes dava-se, muitas vezes, em articulação com formas simbólicas, a exemplo disso, pode-se mencionar a comemoração do primeiro aniversário da fixação da jornada de oito horas pelos estivadores, em 1924, que incluiu uma missa solene na Igreja dos Remédios e uma sessão na sede cedida pela *União Beneficente dos Foguistas*. A incorporação da religiosidade e do civismo operário como parte das lutas dos trabalhadores representava uma ponte entre resistência e reconhecimento público.

Com o fim de comemorar o primeiro aniversário da fixação das oito horas de trabalho, o Sindicato dos Estivadores realiza hoje várias festas. Às oito horas será celebrada a missa em ação de graças na Igreja dos Remédios, pelo padre Ananias Câmara. No prédio número quarenta e sete, da avenida Sete de Setembro, sede da União Beneficente dos Foguistas, cedida por sua diretoria, haverá às vinte horas, sessão solene.<sup>282</sup>

A partir de 1920, observa-se também uma ampliação na atuação sindical dos trabalhadores, com dirigentes começando a integrar conselhos fiscais, organizar comissões de sindicância, articular encontros entre categorias distintas e promover eventos cívicos de maneira constante. Reuniões conjuntas, comunicados assinados em bloco e articulações em torno da jornada de oito horas de trabalho demonstravam a

<sup>280</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7573, 22 de maio 1925.

<sup>281</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 14 de maio de 1923.

<sup>282</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7210, 8 de junho de 1924.

construção de um campo de solidariedade operária, ainda que restrito a núcleos mais organizados. Em maio de 1919, por exemplo, o *Comitê de Operários do Amazonas* recebeu apoio de diversas firmas e promoveu a reunião dos oficiais sapateiros, que decidiu pela fundação do sindicato da categoria. As propostas aprovadas na ocasião, como a fixação do preço mínimo de mil réis e a instituição da jornada de oito horas, foram entregues aos patrões por uma comissão eleita em assembleia.

Na sede do Comitê haverá, hoje, às dezesseis horas, uma reunião a fim de dar solução definitiva ao caso da limitação do trabalho. [...] Falou depois o snr. Antonio José Dias, que propôs que a sociedade em formação tomasse a denominação de Sindicato dos Officiais de Sapateiros. [...] Essas propostas foram aprovadas unanimemente.<sup>283</sup>

O processo de sindicalização, que alcançou gráficos, sapateiros, padeiros, estivadores, cigarreiros, entre outras categorias, consolidou uma nova fase no movimento operário em Manaus, caracterizada por maior organicidade. A confluência entre militância e política de alianças conferia densidade à ação sindical. Como observa Beatriz Kushnir ao tratar da cultura operária no Brasil do início do século XX, “as associações operárias não eram apenas espaços de reivindicação e luta, mas também instâncias de sociabilidade, identidade e construção de um mundo próprio”.<sup>284</sup>

O panorama delineado neste tópico permite observar que, apesar das limitações estruturais do contexto da Primeira República, os sindicatos em Manaus desenvolveram formas consistentes de organização e mobilização operária. A alternância entre estabilidade e conflito, visível nas dinâmicas internas, não enfraquecia necessariamente as instituições. A longa permanência de alguns dirigentes, como Targino Mariani, Pedro Ribeiro da Silva e Cursino Gama, não inviabilizou a incorporação de novos militantes; ao mesmo tempo, os mecanismos disciplinares e as assembleias gerais funcionavam como espaços de regulação das tensões e de atualização das estratégias de luta.

A análise das primeiras experiências sindicais em Manaus evidencia que o sindicalismo não foi apenas uma resposta à precariedade das relações de trabalho, mas também o produto de um processo histórico de construção de identidades e projetos coletivos de transformação social. Os trabalhadores, em seus ofícios e organizações, forjaram sua condição coletiva nas lutas cotidianas, e, sobretudo, nas disputas travadas no interior de suas entidades.

<sup>283</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5397, 13 de maio de 1919.

<sup>284</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996. p. 94.

A ausência de legislação que protegesse os trabalhadores, a repressão da polícia e, muitas vezes, a perseguição política impunham limites à ação sindical na cidade de Manaus. Contudo, essa experiência demonstrou que tais limites não resultaram em paralisia. Ao contrário, os sindicatos assumiram funções que ultrapassavam o escopo do trabalho, organizaram festas, campanhas de alfabetização, atos públicos, jornais, denúncias, enterros solenes e sessões magnas. A cultura sindical construída em Manaus, portanto, deve ser lida como uma experiência própria, atravessada por múltiplas influências. Como observa Arouca, o sindicalismo da Primeira República no Brasil “não se limitavam a pautas salariais, mas disputavam o reconhecimento, a moralidade pública e a reforma da sociedade”.<sup>285</sup>

## 2.2. FEDERAÇÃO MARÍTIMA

A *Federação Marítima do Amazonas* (FMA), criada em 1914, representou uma tentativa de unificar o associativismo dos trabalhadores do rio sob uma estrutura que reproduzia as mesmas hierarquias presentes a bordo dos navios. Conforme analisou Caio Paião, tratava-se de uma “experiência coletiva conduzida pelo oficialato”,<sup>286</sup> na qual maquinistas e pilotos buscavam impor um modelo de organização que, ao mesmo tempo, disciplinava os subalternos e negociava com armadores e o Estado. Sua fundação no Teatro Amazonas,<sup>287</sup> em 1.º de maio de 1914, com a presença do governador Jônatas Pedrosa, políticos, autoridades locais e o capitão do porto, evidenciava essa contradição estrutural, enquanto autoridades celebravam a “ordem associativa”, o correspondente anarquista Cablesil registrava seu espanto diante do caráter “burguês” do evento, onde só se viam “autoridades representadas” e não uma reunião de trabalhadores.<sup>288</sup>

A cerimônia de fundação da federação, que começou às 20 horas sob a presidência do prefeito Dorval Porto, destacou-se por um cerimonial que explicitava seu alinhamento com as elites. Como observou Pinheiro:

Sintomaticamente os gráficos criticaram de forma contundente a atitude política da Federação Marítima que foi criada no 1º de maio, em solenidade “festiva” com a participação das principais autoridades do Estado. Para eles o 1.º de Maio era dia de luta contra o capitalismo e os trabalhadores deveriam buscar formas autônomas de organização, afastando-se da manipulação do patronato e de “certos políticos arregimentadores de operários”.<sup>289</sup>

<sup>285</sup> AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil: passado – presente – futuro(?)*. Op. Cit., p. 58.

<sup>286</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 190.

<sup>287</sup> *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 3.581, 16 de abril de 1914.

<sup>288</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 151.

<sup>289</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 151.

O próprio Tércio Miranda, líder anarquista presente no Teatro Amazonas, manifestou apoio cauteloso em editorial do jornal *A Lucta Social*, alertando que a federação só teria sucesso se permanecesse fiel às lutas sociais:

Hoje os trabalhadores marítimos estão em festa á qual nos associamos também. Porém, não devem esquecer-se, no meio do seu jubilo de protestar contra as injustiças revoltantes, as iniquidades perversas e monstruosidades sem nome, de que tem sido vítimas o operariado mundial, nosso irmão em lutas e trabalho. Devem lembrar-se, pois, que a data de hoje é um dia que certos políticos arregimentadores de operários, querem considerar de festa.<sup>290</sup>

Apesar da crítica moderada no editorial de 1.º de maio, a cobertura da sessão de posse da *Federação Marítima*, publicada dias depois pelo mesmo jornal, demonstra a crescente desilusão de parte da imprensa operária em relação à cerimônia institucionalizada que marcou a fundação da entidade. Tércio Miranda interpretou o evento como uma antítese do espírito combativo do 1.º de Maio. Segundo ele:

A noite a Federação Marítima realizou a sessão de posse de seus membros diretores a qual teve lugar no Teatro Amazonas. Esta sessão foi presidida pelo superintendente da capital, tendo ao seu redor o capitão do Porto de Manáos, representante do governador e vários elementos civis e militares. [...] O nosso companheiro Tércio Miranda que ali se encontrava por convite da Federação, fez uso da palavra; lamentando bastante que aquela reunião fosse a antítese da causa operária. Não se devia confundir, - acrescentou o orador a data do 1º de maio; ela não era de festa nem de música, nem regozijos vãos, - mas sim de revolta, de protesto à tirania dos governos, que assassinaram impunemente os nossos camaradas de Chicago, por terem eles a ombridade de reclamar a jornada de oito óras. [...] portanto, - disse ainda Tércio Miranda, clamemos bem alto, contra os poderosos senhores que pretendem desvirtuar o cunho verdadeiro do 1º de maio, encovando-o como de Festa, para desviar assim os trabalhadores da obra que trará a sua emancipação.<sup>291</sup>

Essa denúncia, feita durante a própria cerimônia oficial, destacava o conflito entre dois projetos de classe. De um lado, a formalização disciplinada e hierárquica da federação; de outro, a tradição do 1.º de Maio como dia de luta e memória dos mártires de Chicago. Ainda na mesma edição, o jornal relatava que, antes da cerimônia no Teatro Amazonas, trabalhadores e estudantes haviam se reunido no Largo de São Sebastião para uma manifestação de rua. O cortejo percorreu a cidade, saudando a sede da *Federação Marítima*, onde discursaram Fernández Varela e o comandante Cruz, antes de seguir até

<sup>290</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 2, 1 de maio de 1914

<sup>291</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 3, 1 de junho de 1914.

a Fábrica de Roupas Amazonense. A fala de Varela resumia o espírito do momento: “concitando aos marítimos a unirem-se solidamente tendo por divisa o trabalho e por lema a justiça”.<sup>292</sup>

A composição da primeira diretoria, dominada por oficiais como o tenente-maquinista Luís Tirelli e o piloto Ângelo Cruz, evidenciava o caráter segregacionista do projeto. Das sete associações filiadas, apenas a *União dos Foguistas* representava trabalhadores braçais, e mesmo assim sob rígida vigilância. Entidades mais combativas, como a *União dos Marinheiros e Moços*, foram excluídas sob alegação de “quebra de hierarquia”.<sup>293</sup> Isso demonstrava como a federação naturalizava desigualdades que transcendiam a esfera do trabalho. O projeto de Tirelli, que viajou pelo país para difundir o modelo, esbarrou na resistência dos subalternos; em 1915, foguistas, liderados por José Gaya, romperam com a federação, antecipando a greve de 1916 que ocorreria sem seu aval.<sup>294</sup>

Luís Tirelli, principal articulador da *Federação Marítima*, era natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1883. Filho de imigrantes italianos, seguiu a carreira típica dos maquinistas navais.<sup>295</sup> Sua trajetória refletia o perfil dos dirigentes da federação, ou seja, homens que viam no profissionalismo e na “moralidade” instrumentos de distinção social em relação aos trabalhadores braçais. Como observa Paião, tratava-se de uma experiência coletiva conduzida pelo oficialato, na qual se reproduzia a subalternidade dos marítimos, muitas vezes através de lógicas de racialização dissimuladas no discurso da disciplina.<sup>296</sup>

Anos depois, em 1917, sob a presidência de Mário Nery, filho do ex-governador Silvério Nery, a entidade foi reorganizada e tornou-se claramente um braço da Capitania do Porto. A eclosão da Primeira Guerra Mundial acelerou sua transformação em um instrumento de controle, como demonstrou a notícia publicada em *A Capital*:

O sr. Coronel José Tapajós [presidente interino] declarou-nos, peremptoriamente, que a Federação Marítima do Amazonas não apoia a parede de sua colega do Pará [...] ‘Compreende que fora um acto impatriótico esse de uma greve agora, no momento em que o Brasil, aceitando o estado de guerra com a Alemanha, precisa da união e solidariedade de todos.’<sup>297</sup>

<sup>292</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 3, 1 de junho de 1914.

<sup>293</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 236.

<sup>294</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 253.

<sup>295</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 235.

<sup>296</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 190.

<sup>297</sup> *A Capital*, Manaus, n. 138, 3 de dezembro de 1917.

A postura “patriótica” da direção intensificou o “divórcio” com as bases. Enquanto a *Federação Marítima do Pará* mobilizava-se por aumentos salariais, a *Federação Amazonense*, agora localizada no Mercado Público, limitava-se a debates infrutíferos sobre a “nacionalização da marinhagem”. Seu esvaziamento tornou-se irreversível e, em 1918, dissolveu-se “como um clube de oficiais”, enquanto marinheiros e foguistas radicalizavam suas lutas à margem das estruturas federativas.<sup>298</sup>

O declínio da *Federação Marítima* entre 1917 e 1918 expôs as contradições insolúveis de um projeto associativo que pretendia representar os trabalhadores sem romper com as estruturas de poder vigentes. A postura da entidade durante a greve dos marítimos no Pará em 1917 evidenciou seu alinhamento com os interesses do Estado e dos armadores, em vez de apoiar as reivindicações dos trabalhadores. Essa cisão tornava-se cada vez mais evidente à medida que foguistas e marinheiros, enfrentando salários aviltantes e péssimas condições de trabalho, passaram a buscar formas de organização mais combativas e autônomas.

Assim, pode-se observar que o caso da *Federação Marítima* sugeriu que, no Amazonas da Primeira República, os projetos de organização dos trabalhadores que não rompessem radicalmente com a lógica patronal-estatal estavam fadados a se transformar em meros instrumentos de mediação de conflitos, incapazes de responder às demandas mais urgentes dos trabalhadores. Enquanto a federação discutia protocolos e lealdades patrióticas, os marítimos organizavam-se por conta própria em suas associações de ofício, criando as bases para as greves e mobilizações que marcariam as décadas seguintes.

### 2.3. FEDERAÇÃO OPERÁRIA DO AMAZONAS

A tentativa de criar a *Federação Operária Amazonense* (FOA) em 1914 insere-se no contexto mais amplo do movimento operário brasileiro da Primeira República, marcado pela busca de articulações federativas que superassem o isolamento das associações por ofício. Como observa Loner, as federações surgiam como “espécies de centrais sindicais”, cuja sobrevivência dependia da mobilização operária e da capacidade de agregar demandas dispersas. No Amazonas, essa iniciativa refletia a influência da *Confederação Operária Brasileira*, criada em 1908 sob princípios anarcossindicalistas, que defendiam a ação direta como método de luta.

Como enfatizavam os próprios militantes, o federalismo assegurava “a mais ampla autonomia do indivíduo no sindicato, na Federação e da Federação na

---

<sup>298</sup> PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Os lugares da marinhagem*. Op. Cit., p. 283-284.

Confederação”, preservando a liberdade das bases enquanto estabelecia estruturas de coordenação nacional.<sup>299</sup> Essa estrutura atendia ao “irreprimível espírito de liberdade” do movimento operário, mas também a necessidades práticas, como por exemplo, em um estado caracterizado pela diversidade de categorias e pela presença de associações mutualistas étnicas, apenas um modelo flexível poderia reunir tantos interesses distintos sem suprimir particularidades locais.

Enquanto a *Confederação Operária Brasileira* (COB) organizava-se em seções regionais, incluindo uma seção sediada em Belém, a realidade amazonense apresentava obstáculos únicos, tais como a vastidão territorial, a crise da economia gomífera e a repressão patronal. Se o federalismo era teoricamente a forma mais avançada de organização operária, sua aplicação em Manaus testaria os limites entre princípios libertários e as exigências da luta concreta.

O projeto da FOA foi divulgado no jornal *A Lucta Social*, sob a direção de Tércio Miranda, um militante com uma trajetória no movimento operário português e vinculado à COB. Seus estatutos, publicados em 1.º de maio de 1914, delineavam objetivos ambiciosos que refletiam a influência direta da agremiação nacional e do modelo francês de sindicalismo revolucionário.

Esta federação surge com o propósito de promover e considerar que a solidariedade, é indispensável a todos os que trabalham, para garantia e bom êxito das suas reivindicações. Pois esta deve existir dos indivíduos para com as sociedades, não deve ser desprezada destes para com as respectivas federações e destas para com a confederação. Por fim, os proponentes que se identificam com o grupo operário, em torno do lema “A Lucta Social”, entendem e acreditam em que agrupamento das sociedades operárias, pela propaganda e educação irradiadas resulta o desenvolvimento dos laços de solidariedade o aproximamento da Humanidade para a sua emancipação, num aumento constante de felicidade e bem-estar.<sup>300</sup>

O preâmbulo do estatuto estabelecia a solidariedade como eixo central, não apenas entre indivíduos, mas também como uma cadeia hierárquica que ligava sociedades, federações e a confederação nacional. Essa visão federativa, inspirada na *Carta de Amiens* (1906) da CGT francesa, buscava superar o isolamento das associações por ofício, que até então atuavam de forma fragmentada em Manaus.<sup>301</sup>

<sup>299</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardo de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*. Op. Cit., p. 246.

<sup>300</sup> “Estatutos da Federação Operária do Amazonas”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

<sup>301</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 50.



O artigo 1.º explicitava os fins da FOA, destacando três eixos fundamentais. Primeiro, a união transnacional, que rejeitava distinções de nacionalidade.<sup>302</sup> Em segundo lugar, a emancipação por meio da educação, alinhando-se à crença anarquista na pedagogia operária como ferramenta de libertação.<sup>303</sup> Por fim, a produção de dados econômicos, representando uma tentativa pioneira de sistematizar informações sobre a exploração do trabalho em um contexto de ausência de estatísticas oficiais.

Art. 1.º - Fica organizada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, e filiada à Confederação Operária Brasileira com sede no Rio de Janeiro, a Federação do Trabalho no Amazonas, com o fim de: - Promover a união de todos os salarizados, neste Estado, sem distinção de nacionalidade, para a defesa dos seus interesses morais, materiais, econômicos e materiais; - Estudar e propagar os meios da emancipação do operariado e defender em público as reivindicações, servindo-se de todos os meios de propaganda; - Reunir e publicar dados estatísticos da vida econômica regional, movimentando operários e coalisões do trabalho em todo o país.<sup>304</sup>

Os estatutos da FOA adotavam um modelo federativo descentralizado (art. 2.º), no qual os sindicatos mantinham autonomia interna, mas submetiam-se a decisões coletivas em congressos bianuais (art. 8.º). Essa estrutura, semelhante à da COB, tinha como objetivo evitar a burocratização.<sup>305</sup>

Art. 2.º A F. T. agrupa entre si sindicatos que, à falta de União Local não estejam federados, federações profissionais e de indústria, e sociedades corporativas mistas de localidades no Estado em que não hajam federações.

Art. 8.º A Comissão Administrativa deverá convocar de dois em dois anos um congresso regional, no qual se façam representar os sindicatos e federações, deste Estado, sendo representados cada organismo por três delegados. Os jornais ou grupos operários que não defendam ideias políticas ou religiosas, também podem ser representados nos congressos.<sup>306</sup>

A suspensão de entidades inadimplentes (art. 6.º), embora necessária para manter a organização, podia excluir associações mais pobres, como as de carroceiros informais, devido às exigências de quotas mensais (art. 20). A revogabilidade de mandatos (art. 11),

<sup>302</sup> BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 12.

<sup>303</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Foi só para espantar o inglês... Entre o labor e a lei: a luta por direitos sociais e trabalhistas no Amazonas (1907-1917)*. São Paulo: Editora Biblioteca 24 horas, 2023, p. 74.

<sup>304</sup> “*Estatutos da Federação Operária do Amazonas*”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

<sup>305</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardo de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*. Op. Cit., p. 145.

<sup>306</sup> “*Estatutos da Federação Operária do Amazonas*”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

por sua vez, estabelecia critérios subjetivos como “incompetência” ou “tendências desviantes”, o que abria espaço para conflitos internos e disputas pelo poder.

Art. 11. A F. T. será constituída por 3 delegados de cada federação existente no Estado e os sindicatos não federados, até que constituam suas federações, terão também os seus delegados. Os grupos e jornais de propaganda operária também podem nomear delegados até contraria decisão dos congressos. Assim como os organismos do interior do Estado podem nomear delegados residentes nesta cidade, não podendo estes acumular mais de três representações. Os mandatos de delegados são revogáveis em todo o tempo, quando os mesmos hajam perdido a confiança das respectivas corporações; e o conselho federal, quando reconheça em algum dos delegados falta de assiduidade, incompetência, incompatibilidade moral, ou tendências para desviar dos fins, a organização federativa, demiti-lo-á e participará à corporação que ele representa o motivo da sua demissão. O mandato dos delegados é válido por dois anos.<sup>307</sup>

O Conselho Federal (art. 11-15) constituía o núcleo decisório da organização, com funções que variavam desde o apoio a greves até a defesa de perseguidos políticos (art. 12). No entanto, a proibição de remuneração para dirigentes (art. 17, §3) limitava a profissionalização da liderança, tornando a federação dependente do voluntarismo militante.<sup>308</sup>

Os estatutos formalmente declaravam a FOA como “apolítica” (art. 3.º), proibindo expressamente filiações partidárias ou religiosas. Essa postura, característica do sindicalismo revolucionário, visava evitar divisões ideológicas que pudessem fragmentar o movimento operário.<sup>309</sup> Contudo, o artigo 12 introduzia uma contradição ao prever apoio explícito a perseguidos políticos.

Art.12. O conselho federal, que será composto de todos os delegados à Federação, pertence: [...]. § 1º Em casos de greve os organismos operários em luta participarão à Federação os seus motivos e o número dos indivíduos que carecem de auxílio. § 2º Em casos de perseguições políticas, proceder-se-á da mesma forma, fornecendo-se à Federação todos os elementos elucidativos, para que esta possa exercer a sua ação.<sup>310</sup>

Essa ambiguidade refletia uma tensão também presente na COB, que, apesar de sua retórica de neutralidade, funcionava efetivamente como um polo de agitação anticapitalista.<sup>311</sup> A presença de lideranças estrangeiras no movimento operário

<sup>307</sup> “Estatutos da Federação Operária do Amazonas”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

<sup>308</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 164.

<sup>309</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 25.

<sup>310</sup> “Estatutos da Federação Operária do Amazonas”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

<sup>311</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardo de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*. Op. Cit., p. 83.

amazonense, como o português Tércio Miranda, evidenciava o caráter transnacional do anarcossindicalismo na Primeira República. Miranda trouxe experiências do movimento operário europeu, defendendo princípios como a ação direta e a neutralidade política dos sindicatos. Sua atuação em Manaus não foi isolada; muitos imigrantes portugueses, espanhóis e italianos integravam associações, ocupando posições de destaque devido à sua experiência prévia em organizações operárias.<sup>312</sup>

Durante a crise da borracha, a competição por empregos intensificou discursos xenófobos, especialmente contra portugueses, que eram acusados de receber privilégios patronais. Os estatutos da FOA, ao defender a união “sem distinção de nacionalidade” (art. 1.º), buscavam superar essas divisões, mas enfrentavam a realidade de sociedades mutualistas étnicas, como a *Sociedade Beneficente dos Práticos do Amazonas* (1906), que mantinham laços culturais fechados.<sup>313</sup>

Enquanto anarquistas como Tércio Miranda viam os imigrantes como agentes da consciência de classe, setores nacionalistas os associavam à exploração capitalista. Esse duplo condicionamento aparecia na imprensa operária. O jornal *A Lucta Social*, por exemplo, denunciava tanto a precarização do trabalho quanto as leis que reservavam empregos públicos para brasileiros, consideradas demagógicas. A FOA, nesse contexto, tentou atuar como uma ponte entre grupos étnicos, mas sua proposta de federação enfrentou resistências estruturais.

A questão étnica ainda se entrelaçava com hierarquias no trabalho. Oficinas gráficas e empresas marítimas frequentemente preferiam imigrantes para cargos especializados, como mestres cervejeiros alemães ou tipógrafos portugueses.<sup>314</sup> Isso gerava uma aristocracia operária estrangeira, distanciando-a dos trabalhadores não qualificados, em sua maioria, brasileiros. A FOA, ao incluir no estatuto a defesa de todos os “assalariados” (art. 1.º), ignorava parcialmente essas divisões, o que limitava seu apelo entre os trabalhadores menos favorecidos.

A *Confederação Operária Brasileira* (COB), fundada em 1908, era a referência central para a FOA, tanto em termos organizacionais quanto ideológicos. Inspirada pela CGT francesa, seu modelo de sindicalismo revolucionário pregava a ação direta e a greve

---

<sup>312</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 180-181.

<sup>313</sup> ARAÚJO, Moisés Dias de. *O grito dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 83.

<sup>314</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 37.

geral como caminhos para a emancipação, rejeitando alianças com partidos e com o Estado.<sup>315</sup>

No Brasil, a grande central sindical da República Velha foi a Confederação Operária Brasileira (COB), que teve deliberada sua criação no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906, no Rio de Janeiro. Sua estruturação incluía um sistema federativo com ampla autonomia das entidades, sendo a COB formada pelas federações que, por sua vez, reuniam entidades ou sindicatos de resistência, cujos sócios seriam exclusivamente trabalhadores assalariados. Fundada em 1908, ela sobreviveu até o ano seguinte e sua principal atuação, naquele momento, foi a promoção de comícios pacifistas e de protestos, assim como o lançamento e sustentação do jornal *A Voz do Trabalhador*.<sup>316</sup>

No Amazonas, este projeto enfrentou obstáculos, começando pela distância geográfica. Enquanto a COB atuava principalmente no eixo Rio-São Paulo, Manaus permanecia isolada dos grandes centros industriais, o que dificultava a circulação de militantes e recursos.<sup>317</sup>

A estrutura federativa da COB, que garantia autonomia aos sindicatos, mostrou-se ambivalente na prática. Por um lado, permitia que associações locais ajustassem suas lutas à realidade regional; por outro, enfraquecia a coordenação nacional. No Amazonas, onde muitas organizações ainda mantinham um caráter mutualista, a adesão a princípios como a neutralidade política era incipiente.<sup>318</sup> Quando a COB tentou se reorganizar em 1913, apenas um sindicato de Manaus participou do congresso, sinalizando o isolamento do movimento local.<sup>319</sup>

A COB dependia das contribuições dos filiados e da venda de jornais como *A Voz do Trabalhador*, mas no Amazonas, onde a economia estava em colapso após a crise da borracha, até mesmo as modestas cotas da FOA (como 300 réis por agremiação) eram difíceis de arrecadar.<sup>320</sup> Sem fundos regulares, projetos como a educação operária ficavam inviáveis, ao contrário de cidades como Rio ou Santos, onde escolas libertárias prosperaram.<sup>321</sup> Enquanto a COB no Rio de Janeiro enfrentava perseguições esporádicas, em Manaus, onde as elites locais temiam a “agitação anarquista”, as associações operárias eram rigorosamente vigiadas.

<sup>315</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*. Op. Cit., p. 50.

<sup>316</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 164.

<sup>317</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 164.

<sup>318</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardo de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*. Op. Cit., p. 83.

<sup>319</sup> HARDMAN, F.F; e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982, p. 249.

<sup>320</sup> “Estatutos da Federação Operária do Amazonas”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

<sup>321</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*. Op. Cit., p. 25.

A FOA representou uma tentativa importante e prematura de estabelecer o sindicalismo revolucionário em Manaus. Seus estatutos, inspirados na COB e no modelo francês, avançavam em princípios como solidariedade transnacional e ação direta, mas não conseguiram resolver contradições locais, como a desconfiança entre imigrantes e nacionais e a fragilidade financeira das associações.<sup>322</sup>

Conforme observam Hardman e Leonardi, a curta duração da FOA refletiu os limites do movimento sindical no Amazonas. Enquanto federações no Sul e Sudeste sobreviviam à crise, a FOA sucumbia ao isolamento geográfico, à crise econômica e à repressão das elites locais, que viam na organização operária uma ameaça à ordem estabelecida. Assim, pode-se deduzir que a ideia de unir diversos grupos de trabalhadores em uma única agremiação não saiu do papel. Mas, como veremos a seguir, anos mais tarde, duas novas agremiações apareceram: o *Centro Operário do Amazonas* e a *União Operária do Amazonas*.<sup>323</sup>

#### 2.4. CENTRO OPERÁRIO DO AMAZONAS

A fundação do *Centro Operário do Amazonas* (COA), em 22 de dezembro de 1918, resultou diretamente de um processo de acumulação de experiências organizativas entre os trabalhadores urbanos em Manaus nas primeiras décadas do século XX. Durante esse período, marcado por greves de grande repercussão e pelo aumento das associações mutualistas, delineou-se entre o operariado a necessidade de criar uma entidade de âmbito mais amplo, com pretensões de representar os interesses da classe trabalhadora de forma mais centralizada. A escolha do termo “Centro”, indicava um projeto de congregação das diversas categorias profissionais, que até então atuavam de forma fragmentada em estruturas associativas setoriais. Assim, o COA, emergiu como uma tentativa de responder à demanda por uma representação mais geral, mas sob um modelo institucional disciplinado, como demonstram seus estatutos aprovados na Assembleia Geral de 14 de abril de 1919.

Desde os seus primeiros meses, o Centro buscou se tornar visível na cena pública manauara. A título de exemplo, em fevereiro de 1920, conforme noticiado pelo jornal *Vida Operária*, a sede da entidade recebeu a visita de um representante do periódico, que foi acolhido durante sessão da diretoria:

---

<sup>322</sup> TELES, Luciano Everton Costa. Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914). *Revista Mundos do Trabalho*, Porto Alegre, vol. 9, n. 17, jan-jul de 2017, p. 101-119, 2017, p. 108.

<sup>323</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982, p. 249.

Recebido distintamente pelos camaradas em plena sessão, após a leitura do expediente, de posse da palavra expoz numa brilhante alocução o fim de sua visita: entre outras cousas, disse o nosso companheiro, que se achando o operariado amazonense organizado e forte, tornava-se preciso antes de tudo, manter em nosso meio um jornal que fosse a sua legítima defesa, sendo as suas últimas palavras abafadas por uma estrondosa salva de palmas.<sup>324</sup>

De acordo com os dispositivos legais estabelecidos em seu estatuto, o Centro visava incluir um número ilimitado de sócios, aceitando trabalhadores “de ambos os sexos, artista ou operário em qualquer ramo da atividade humana” (art. 8.º, §1).<sup>325</sup> Essa formulação sugeria um amplo escopo de inserção, pelo menos no plano formal, sinalizando uma tentativa de representar a totalidade da força de trabalho urbana, superando a segmentação por ofícios. Ao mesmo tempo, o estatuto fixava critérios restritivos, como a exigência de ser brasileiro nato e de não estar respondendo a processo criminal (art. 8.º, §2), o que demonstrava um certo ideal de respeitabilidade e conformidade legal. Em termos de estrutura dirigente, o Centro foi liderado por trabalhadores já inseridos no meio associativo da cidade, com destaque para Hilário Augusto Colares, Elesbão do Nascimento Luz, Anacleto José dos Reis e Marçal Martins, todos signatários da ata de promulgação dos estatutos. A escolha desses trabalhadores reforçava o argumento de continuidade de trajetórias militantes anteriores e a presença de um núcleo dirigente com capacidade organizativa consolidada.<sup>326</sup>

Além das atividades formais, a entidade interagiu com figuras públicas e autoridades, como evidenciado em relato de março de 1920, quando o deputado federal Antônio Monteiro de Souza foi recebido em sessão solene do Centro:

Disse que se achava bastante satisfeito por achar se entre operários pois que o operário de hoje representava uma grande alavanca do progresso mundial. [...] Pelo sr. Presidente foi designado o orador oficial desta sociedade para agradecer, o que fez num belíssimo improviso.<sup>327</sup>

A estrutura rígida do *Centro Operário do Amazonas* também se refletia em sua postura pública de defesa dos filiados. Um exemplo disso ocorreu em agosto de 1919, quando o Centro encaminhou uma petição formal ao chefe de polícia do Estado, exigindo

<sup>324</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 2, 15 de fevereiro de 1920.

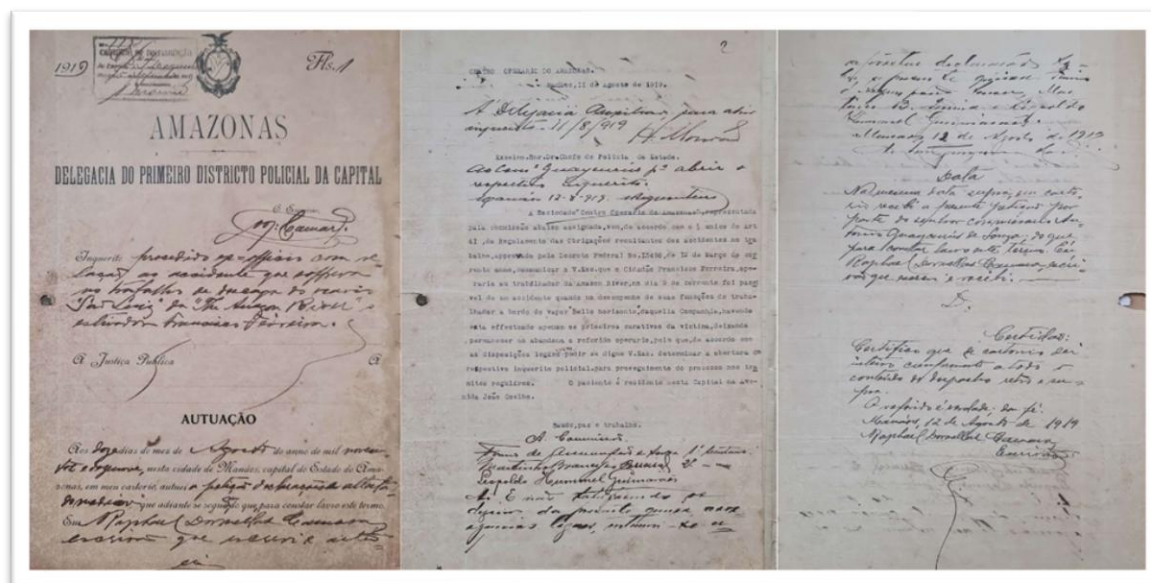
<sup>325</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma. 2017<sup>a</sup>, p. 344.

<sup>326</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

<sup>327</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 9, 4 de abril de 1920.

a abertura de um inquérito sobre o acidente de trabalho sofrido por Francisco Ferreira, estivador da Amazon River.

**Figura 5** - Inquérito procedido com relação ao acidente sofrido pelo estivador Francisco Ferreira no batalhão de descarga do navio “São Luiz”, da “The Amazon River”



**Fonte:** Delegacia do 1º Distrito Policial da Capital. Autuado em 12 ago. 1919. Manuscrito TJAM.

No documento, a diretoria denunciava o abandono do trabalhador após um acidente a bordo do vapor *Bello Horizonte*:

[...] havendo esta [a empresa] efetuado apenas os primeiros curativos da vítima, deixando permanecer no abandono o referido operário, pelo que, de acordo com as disposições legais vem pedir se digne v. exc. Determinar a abertura do respectivo inquérito policial, para prosseguimento do processo nos tramites regulares.<sup>328</sup>

O caso deu origem a um inquérito formal e, segundo as declarações prestadas à polícia, o atendimento médico posterior só foi possível com o auxílio financeiro da própria entidade. Tal atuação reafirma a função do *Centro Operário do Amazonas*, tanto como um mediador nos moldes institucionais como também uma entidade protetiva que atuava diretamente no campo da assistência aos seus associados.

Desde sua fundação, o *Centro Operário* adotou uma forma organizativa rigidamente regulamentada. Seus estatutos previam a existência de uma Assembleia Geral com funções deliberativas, uma Diretoria composta por até doze membros com funções específicas e comissões de Sindicância e de Beneficência, indicando forte

<sup>328</sup> Delegacia do 1º Distrito Policial da Capital. Inquérito de acidente. Manaus, 12 de agosto de 1919. Petição do *Centro Operário Amazonense*.

burocratização dos processos decisórios. O artigo 15 estabelecia que a representação do Centro se daria por esses órgãos, detalhando suas atribuições, o que conferia à entidade um caráter institucionalizado e formalista.

Art. 15. O Centro Operário representar-se-á pelos seus órgãos competentes que são: a) Por uma Assembleia Geral, cuja mesa administrativa será constituída por um Presidente, um Vice-presidente, primeiro e segundo secretários; b) Por uma Diretoria composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um primeiro e segundo secretário, um orador e um adjunto de orador, um tesoureiro e um adjunto de tesoureiro, um procurador de um Conselho Fiscal, três vogais e três suplentes; c) Por uma comissão de sindicância, composta de três membros; d) Por uma comissão de beneficência composta de três membros.<sup>329</sup>

Essa estrutura permitia uma gestão regular, com eleições anuais, balanços financeiros e exigência de quitação para o exercício pleno dos direitos associativos, configurando uma cultura organizativa fundada na disciplina e na hierarquia. Ainda que seu discurso inicial se apresentasse como instrumento de defesa da classe trabalhadora, a organização do COA refletia, em diversos aspectos, um modelo de associação que buscava também a aceitação e legitimidade junto ao poder público e aos setores patronais.

Um dos aspectos centrais da proposta do COA era a conciliação entre operários e empregadores, o que pode ser observado no artigo 1.º, §7, segundo o qual caberia à entidade “empregar os seus esforços para resolver os atritos que se derem entre patrões e operários, agindo sempre com prudência e de acordo com a resolução que for tomada pela Assembleia Geral”.<sup>330</sup> A escolha do termo “prudência” demonstrava muito da orientação política do Centro, ou seja, não se tratava de uma organização de enfrentamento, mas sim de uma instância de mediação e negociação. Francisco Costa, ao analisar esse dispositivo, classificou o COA como pertencente ao grupo dos “sindicatos de protocolos”, em alusão àqueles que priorizavam o diálogo institucional em detrimento da ação direta. Essa postura retratava uma atuação que buscava evitar o confronto aberto com o capital, tentando, por meio da formalização das demandas, garantir a proteção de seus membros sem provocar rupturas com a ordem estabelecida.<sup>331</sup>

Por fim, cabe destacar que o nascimento do *Centro Operário do Amazonas* não foi um “fenômeno isolado”, mas sim a expressão de uma conjuntura mais ampla de

<sup>329</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Op. Cit., p. 344.

<sup>330</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Op. Cit., p. 344.

<sup>331</sup> COSTA, Francisco Pereira. Foi só para espantar o inglês... Op. Cit., p. 78.



reorganização do campo associativo e político dos trabalhadores. Sua criação, no final de 1918, coincidiu com o rebaixamento da atividade grevista na cidade e com a rearticulação de diversos quadros militantes em torno de uma proposta de unificação das demandas operárias. Nesse contexto, o Centro aparecia como uma alternativa viável para canalizar as energias do movimento operário de forma institucionalizada, especialmente diante da repressão policial e da vigilância exercida sobre organizações mais combativas. Ao mesmo tempo, constituía-se em um espaço de construção de uma identidade coletiva do operariado, ainda que marcada por limites evidentes no que diz respeito à autonomia política e à radicalidade das suas ações.

Os estatutos do *Centro Operário do Amazonas* expressavam com clareza a preocupação em construir uma estrutura organizativa dotada de regras, deveres e direitos dos sócios, obrigações administrativas e finalidades sociais. Logo em seu primeiro artigo, a entidade definia como finalidade principal “promover a defesa dos direitos do proletariado deste Estado”, estabelecendo, em seguida, um conjunto de oito parágrafos que detalham as dimensões de sua atuação, ou seja, assistência moral e material, estímulo à solidariedade de classe, propaganda doutrinária, criação de aulas noturnas, auxílio em casos de desemprego e mediação nos conflitos entre capital e trabalho.<sup>332</sup>

Essa pretensão normativa ganhava contornos ainda mais significativos com a criação das comissões internas que operacionalizavam os princípios do estatuto. A Comissão de Beneficência, por exemplo, tinha funções claramente assistenciais, estando incumbida de visitar os sócios enfermos, distribuir benefícios, organizar funerais e fiscalizar o cumprimento dos auxílios concedidos.<sup>333</sup>

Art. 35. À Comissão de Beneficência compete: a) Visitar os sócios enfermos e encarcerados, dando parte à Diretoria do seu estado e reclamando providências que julgar necessárias; b) Distribuir os benefícios requeridos e socorrer decretados e se incumbir dos trabalhos de funeral do associado; c) Promover ao sócio todo e qualquer auxílio, em todo e qualquer emergência, uma vez autorizado pela Diretoria; d) Sempre que cessar o motivo do benefício que o associado se acha gozando, cumprir-lhe fazer disso comunicação à Diretoria afim de que esta providencie no sentido de ser suspenso o aludido benefício; e) Comparecer assiduamente as sessões da Diretoria.<sup>334</sup>

<sup>332</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>333</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>334</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

Ao mesmo tempo, a existência de uma Comissão de Sindicância encarregada de investigar os candidatos a sócios, emitir pareceres e zelar pela “moralidade” interna da entidade indicava o nível de vigilância institucional a que os membros estavam sujeitos.

Art. 34. Compete à Comissão de Sindicância: a) Colher informações à Diretoria sobre os candidatos propostos sócios, dando seu parecer por escrito; b) Pesquisar sobre todas as ocorrências que se derem e possam interessar o bem-estar da sociedade, dando disso conhecimento à Diretoria.<sup>335</sup>

Tal estrutura burocrática produzia uma cultura organizativa marcada pelo rigor normativo, visível nas páginas dos estatutos, pela moralização dos comportamentos e pela centralização das decisões nas mãos da diretoria. A imprensa operária e os jornais locais frequentemente noticiavam as atividades dessas comissões, registrando, por exemplo, os sepultamentos promovidos pelo centro, os pedidos de auxílio e os comunicados de sessões extraordinárias, o que conferia à entidade visibilidade pública e reconhecida capacidade de ação no campo social.

Reunirá, as treze horas em sua sede a rua Henrique Martins, número noventa e um, em segunda convocação a assembleia geral do Sindicato dos Cigarreiros do Amazonas, para proceder as eleições de que tratam os seus estatutos. Em sessão de diretoria, reunir-se-à no lugar e hora de costume o Centro Operário do Amazonas.<sup>336</sup>

A regulamentação minuciosa dos benefícios também se inscrevia nesse mesmo movimento de disciplinamento da assistência. O Capítulo II do estatuto previa quatro tipos de benefícios: socorro médico e farmacêutico, internamento em casas de saúde, defesa no exercício das funções e despesas com funeral e luto. No caso do enterro, estipulava-se claramente o limite de 200\$000, condicionando o repasse à existência de requerimento e à verificação documental por parte da Comissão de Sindicância.<sup>337</sup> Essa preocupação com o controle financeiro e a legalidade dos atos administrativos reafirmava o perfil institucionalizado do COA. Para os casos em que o falecimento do associado não gerasse despesa com funeral, determinava-se que “metade reverterá para os cofres da sociedade e a outra metade será entregue à respectiva família como auxílio para as despesas de luto” (Art. 7.º).<sup>338</sup>

<sup>335</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>336</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5705, 21 de março de 1920.

<sup>337</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>338</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

A própria formulação do artigo 1.º, em seus múltiplos parágrafos, sintetizava os propósitos e a concepção de mundo dos dirigentes do Centro Operário. Merece destaque, nesse sentido, o seguinte trecho:

§ 2.º - Prestar aos seus associados todo e qualquer auxílio, quer moral quer material, em toda e qualquer emergência, amparando-os especialmente nos casos de falecimento, moléstia e penúria, estimulando o espírito de solidariedade como o melhor meio de manter a integridade moral e material da classe e pugnar perante os poderes competentes pelos seus legítimos interesses.

§ 5.º - Ministrar aos seus agremiados o ensino teórico e prático, não só das ciências como das artes, criando para isso aulas noturnas.<sup>339</sup>

A imprensa comercial, por sua vez, tratava com frequência das ações do Centro nesse campo, noticiando reuniões, balanços e, sobretudo, assembleias voltadas à prestação de contas, conforme exigido pelos artigos 18 e 19 dos estatutos. Nesses encontros, deliberava-se sobre “todos os negócios referentes ao Centro” e promoviam-se medidas de interesse coletivo (art. 19, §2 e §5),<sup>340</sup> o que permitia, ao menos em tese, a participação direta da base associativa nas decisões da entidade. Nesse contexto, outra citação expressiva, que traduzia o funcionamento democrático regulamentado da entidade, encontrava-se no artigo 11, que trata dos direitos do sócio efetivo:

Art. 11. O associado que estiver quite de suas contribuições e houver satisfeito todas as exigências dos presentes estatutos tem direito de invocar a proteção do Centro, nos casos em que este promete, e poderá:

- § 1.º votar e ser votado para qualquer cargo;
- § 2.º discutir todos os assuntos atinentes aos fins sociais;
- § 3.º propor todas as medidas que julgar de interesse para a sociedade;
- § 4.º reclamar quaisquer infrações destes estatutos perante a Diretoria com recursos para a Assembleia Geral;
- § 5.º pedir informações em termos verbais ou por escrito à Diretoria.<sup>341</sup>

Esse modelo associativo, centrado na legalidade e na construção de uma comunidade regulada por normas previamente acordadas, possibilitou ao Centro Operário atuar como referência na organização dos trabalhadores manuais nos anos finais da década de 1910.

A valorização da educação e da instrução no seio das entidades operárias amazonenses não foi apenas um traço decorativo de seus estatutos, mas a expressão de um projeto de formação de classe, que vinculava a alfabetização, o ensino técnico e o

<sup>339</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>340</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>341</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

acesso ao conhecimento ao fortalecimento da organização coletiva e da consciência política dos trabalhadores. O *Centro Operário do Amazonas* inscrevia de forma explícita essa perspectiva já no parágrafo quinto do artigo 1.º, ao estabelecer como finalidade institucional “ministrar aos seus agremiados o ensino teórico e prático, não só das ciências como das artes, criando para isso aulas noturnas”.<sup>342</sup> A inclusão dessa cláusula demonstrava o esforço da entidade em integrar os trabalhadores no universo letrado e técnico, preparando-os para atuar em melhores condições no mercado de trabalho e também na vida cívica.

Essa iniciativa ressoava em outros artigos dos estatutos, como o artigo 46, que previa, entre as vantagens a serem instituídas gradualmente conforme o aumento dos fundos sociais, a “criação de escolas para os agremiados, seus filhos ou tutelados” (art. 46, a).<sup>343</sup> A proposta educacional do COA almejava oferecer formação técnica, científica e artística, inserindo seus associados em um processo contínuo de qualificação intelectual. Essa orientação dialoga com o que Nomelini observa para o caso de Campinas, ao afirmar que “a elaboração das atas, por essas associações operárias mutualistas, indicava a inserção dos trabalhadores nesse mundo letrado, a possibilidade da construção de uma imagem socialmente positiva do grupo de trabalhadores”.<sup>344</sup>

Em diferentes ocasiões, os periódicos noticiaram a realização de cursos promovidos por associações de classe, mencionaram a doação de livros para bibliotecas operárias e convocaram os sócios a se engajarem em atividades de estudo. Embora não se tenha encontrado menção direta às aulas noturnas do Centro Operário, a existência da cláusula estatutária que as prevê, combinada com o ambiente associativo em que circulavam os jornais, panfletos e atas, sugeria que havia, de fato, uma disposição material e simbólica para fomentar a instrução dos trabalhadores. Como bem pontua Nomelini, “a alfabetização era um pré-requisito político (necessário para obter o direito ao voto) e de prestígio social. [...] A qualificação através da educação começava a ser valorizada, sendo uma das preocupações das associações”.<sup>345</sup>

A construção de uma cultura associativa voltada à educação compreendia, ainda, a institucionalização de uma biblioteca sob responsabilidade do Segundo Secretário, conforme o artigo 29, §2: “terá a seu cargo o arquivo e biblioteca que deverão ser

<sup>342</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>343</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>344</sup> NOMEINI, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 143-173, ago./dez., 2010, p. 155-156.

<sup>345</sup> NOMEINI, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas. Op. Cit., p. 155-156.

mantidos em perfeita ordem, de modo a tornar-se fácil qualquer consulta”.<sup>346</sup> Essa determinação evidenciava a valorização do conhecimento sistematizado como ferramenta de elevação moral e intelectual do proletariado. A presença de bibliotecas nas associações não se restringia ao acúmulo de livros, mas significava a criação de espaços de leitura e formação política, especialmente em uma cidade como Manaus, cuja população operária, em larga medida, era formada por migrantes de baixa escolaridade.

A criação de uma “sessão de informação para colocação dos sócios, quando desempregados”,<sup>347</sup> além de constituir um mecanismo concreto de auxílio, implicava em uma forma indireta de educação para o trabalho, por meio da organização de dados sobre ocupações, demandas do mercado e capacidades dos associados. A atuação da Comissão de Beneficência, por sua vez, articulava assistência médica, apoio em caso de moléstia e até a realização de enterros com base em critérios previamente definidos, sendo também responsável por avaliar, caso a caso, a pertinência dos auxílios. Tais medidas reforçavam a ideia de que a solidariedade entre trabalhadores deveria ser mediada pela organização racional, evitando o improviso e a caridade individualizada.

Além da instrução formal, o próprio estatuto inscrevia no cotidiano da entidade o cuidado com a formação moral de seus membros. No artigo 12, por exemplo, determinava-se que o sócio deveria “promover quanto lhe couber a união, harmonia e a solidariedade da classe trabalhadora” e “zelar pelos interesses do Centro prestando todo o seu concurso moral intelectual quando exigidos”.<sup>348</sup> Esses deveres, associados ao comparecimento obrigatório às sessões da Assembleia Geral, contribuíram para a construção de uma disciplina coletiva que visava à modelagem de um trabalhador ideal, ou seja, responsável, instruído e solidário.

Em um contexto em que o analfabetismo ainda era predominante entre as camadas populares, o investimento em educação estava presente, principalmente no ensino da leitura, escrita e oratória nas assembleias, representava para os trabalhadores uma forma de autoridade simbólica no interior das associações. A designação de um orador e de seu adjunto no corpo da diretoria indicava que a retórica era valorizada como atributo de liderança, e que a fala pública, exercida em sessões solenes, era componente estruturante da vida associativa.

A articulação com outras entidades congêneres, conforme previsto no artigo 1.º, §8, visava “manter para com as agremiações congêneres as mais estreitas relações de

---

<sup>346</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>347</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>348</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

cortesia e solidariedade, máxime em se tratando de interesse coletivo da classe”.<sup>349</sup> Essa abertura para o diálogo interassociativo ampliava o campo da instrução política dos associados, permitindo-lhes conhecer outras experiências organizativas e integrar-se em redes mais amplas de militância, troca de saberes e enfrentamento das adversidades comuns ao mundo do trabalho no início do século XX.

Em termos gerais, a organização do COA estruturava-se também como um espaço de sociabilidade operária, onde se construíam formas de convivência, solidariedade e reconhecimento mútuo entre os trabalhadores. Essa dimensão aparece de maneira clara na distribuição de funções cerimoniais entre os membros da diretoria e na existência de cargos como orador e seu adjunto, que eram responsáveis por discursar em ocasiões solenes, representando o sentimento coletivo da associação (art. 27 e 32).<sup>350</sup> A ênfase na oratória e nas sessões públicas demonstrava que os atos formais da associação eram marcados por uma performatividade voltada à construção de uma identidade operária letrada.

O cuidado com os ritos de despedida em caso de falecimento de um associado demonstrava a importância dos laços de pertencimento e da memória coletiva no universo associativo. O artigo 52 dos estatutos é particularmente expressivo ao determinar que “falecendo qualquer associado, no gozo de seus direitos, o presidente nomeará uma comissão para acompanhar o enterro”, além dos demais agremiados que se queiram associar a esta homenagem”. O mesmo artigo complementava que “ao baixar o corpo à sepultura, um dos membros dessa comissão usará a palavra e, em nome do Centro, apresentará as últimas despedidas” (art. 52, §1 e §2).<sup>351</sup>

A sociabilidade forjada nas atividades do COA também se estendia ao universo simbólico, manifestando-se por meio de insígnias, bandeiras e estandartes, que funcionavam como representações visuais da organização e instrumentos de demarcação identitária. Conforme analisado por Bilhão:

O estandarte é um símbolo privilegiado para a demonstração dos sentimentos de solidariedade, força, honorabilidade e aspirações futuras de uma associação operária, da mesma forma que um conjunto desses estandartes, em desfile no Primeiro de maio, demonstra [...] o reconhecimento das peculiaridades de cada ofício e a necessidade do estabelecimento de solidariedades.<sup>352</sup>

<sup>349</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>350</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>351</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>352</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*. Op. Cit., p. 243-244.

No caso do COA, embora os estatutos não façam menção explícita à existência de um estandarte, a estrutura cerimonial de suas ações e o papel público exercido pela entidade permitiam inferir que elementos visuais dessa natureza estavam presentes nas apresentações públicas, reforçando a identidade coletiva da agremiação.

Além das cerimônias fúnebres e dos pronunciamentos oficiais, o Centro previa, em seu artigo 46, a possibilidade de, “à proporção que for aumentando os fundos sociais”, instituir novas vantagens aos associados, entre elas, “a fundação de um órgão de publicidade mensal ou bimensal para defesa dos interesses da classe proletária”.<sup>353</sup> Essa previsão inseria-se no conjunto de estratégias culturais que visavam ampliar a influência social da entidade, criando canais permanentes de comunicação com a base e com a cidade.

Avançando nas discussões, a análise da composição diretiva do COA permite avançar na compreensão das redes de militância operária durante a Primeira República. Os nomes presentes nos estatutos do COA aprovados em 1919, como Anacleto José dos Reis, Marçal Martins e Paulino José de Carvalho, entre outros, demonstravam o trânsito desses sujeitos em diferentes instâncias do movimento operário manauara. Essa configuração não pode ser dissociada das estratégias de construção de uma identidade coletiva entre os trabalhadores, que passava tanto pela ação em entidades mutualistas quanto em instâncias com maior densidade política e classista, como o próprio COA. Os limites da cidadania operária, a exclusão de estrangeiros como critério de admissão (art. 8.º, §1) e a centralidade da solidariedade de classe como pilar organizativo articulavam-se às dinâmicas locais de sociabilidade e militância.

A restrição à participação de estrangeiros no Centro Operário constitui-se um ponto de inflexão importante na análise da entidade, especialmente quando contrastada com a ampla participação de imigrantes nas primeiras experiências associativas e nos sindicatos da cidade. Essa delimitação contrastava com a atuação de figuras como Joaquim Azpilicueta, socialista espanhol ativo em diversas associações e jornais da cidade. Como observa Luciano Teles, “ele era socialista, porém se articulou com diversos setores sociais, dentre eles os anarquistas, com a finalidade de fomentar debates e promover ações coletivas para conquistar direitos sociais”.<sup>354</sup> A exclusão formal dos estrangeiros do COA poderia, portanto, ser lida como uma estratégia de distinção e

---

<sup>353</sup> “Estatutos do Centro Operário do Amazonas”. PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. Op. Cit., p. 344.

<sup>354</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 81.

controle simbólico da representação do operariado local frente à pluralidade identitária e política que caracterizava o mundo do trabalho em Manaus.

Nesse sentido, considera-se que a adoção desse critério de nacionalidade se relaciona à disputa por legitimidade na cena política operária em Manaus e ao esforço de institucionalização do movimento. Como destaca Luciano Teles, um grupo restrito de militantes exerceu papel central na construção de alianças e estratégias do operariado amazonense: “através de aproximações e distanciamentos, avanços e recuos, alianças e rompimentos, buscaram costurar relações sociais para ‘dentro’, entre os operários, e para ‘fora’ em articular os setores médios, parcela das elites e outros grupos políticos”.<sup>355</sup> A nacionalização da base associativa do COA pode ser analisada, nesse contexto, como parte desse processo de institucionalização, buscando credibilidade e interlocução com as autoridades locais, ao mesmo tempo em que reforçava vínculos identitários com o operariado brasileiro.

Além de Anacleto José dos Reis, outros militantes como João Cursino da Gama e Manoel Sérvulo da Silva exerceram papéis de liderança, articulando a atuação nas frentes sindicais, partidárias e jornalísticas. Como afirma Teles, esses trabalhadores foram “centrais desse momento, que elaboraram artigos voltados ao fomento do processo organizativo das categorias e à sua participação político-partidária, publicados tanto no jornal *Vida Operária* quanto no *Extremo Norte*.”<sup>356</sup> A atuação desses militantes na cena pública amazonense estendeu-se à fundação de sindicatos, participação em partidos e redação de artigos que expressavam as demandas e os projetos políticos do operariado local. A presença reiterada desses nomes nas diretorias de diversas associações permite supor a existência de uma rede militante, cuja influência moldava os rumos do movimento. Essa hipótese é corroborada por Teles, ao analisar o que denomina de “núcleo duro” da militância operária no Amazonas:

É considerável salientar que, entre os membros de algumas diretorias de associações, especialmente do Sindicato dos Cigarreiros, da União Operária e da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, estão presentes os personagens do núcleo duro: Joaquim Azpilicueta, João Curso da Gama, Anacleto José dos Reis, Raymundo Tribuzi, Antônio de Vasconcellos e Virgílio Xavier de Souza.<sup>357</sup>

A recorrência desses nomes nos registros das diretorias do período indicava que o COA foi, além de uma instância de organização coletiva, um espaço privilegiado de

<sup>355</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 91.

<sup>356</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 80.

<sup>357</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 101.



atuação e circulação dessa rede. Ainda que sua base fosse formalmente nacional, o alcance das ações e alianças estabelecidas por seus dirigentes ia além dessas fronteiras jurídicas e culturais, integrando o COA a uma malha mais ampla e fluída de articulações políticas, que englobava também entidades como a *União Operária Amazonense* e o Partido Socialista.

## 2.5. UNIÃO OPERÁRIA AMAZONENSE

A *União Operária Amazonense* (UOA), inicialmente fundada como *União Operária Nacional* em 1.º de maio de 1918 e posteriormente reconhecida oficialmente pelo decreto n. 1287, de 3 de junho do mesmo ano, ocorreu em um período particularmente intenso da história social e econômica de Manaus.<sup>358</sup> A capital amazonense passava por transformações estruturais devido ao declínio do ciclo da borracha e à consequente crise urbana, o que, por sua vez, agravava a situação do operariado e demandava formas organizativas mais consistentes. Como assinala Luciano Teles, “a migração de nacionais e a imigração de estrangeiros ocorridas neste período contribuíram para modificar a composição social da população local”,<sup>359</sup> refletindo-se diretamente no mundo do trabalho. Com efeito, as tensões crescentes entre trabalhadores, patronato e Estado favoreceram o florescimento de formas associativas pluriclassistas e com preocupações tanto assistenciais quanto políticas, como foi o caso da UOA.

O jornal *A Capital*, de 12 de julho de 1918, noticiou a seguinte matéria sobre a fundação da nova agremiação:

A convite da sociedade União Operária Nacional estiveram reunidas ante-hontem, 10, na sede daquele grêmio de trabalhadores, várias delegações de sociedades operárias, a fim de tomarem deliberações sobre a situação em que se encontram as classes laboriosas. Presidiu os trabalhos o dr. Alcides Bahia, oficial de gabinete do exmo. Sr. Dr. Governador do Estado [...] tomaram lugares à mesa, ainda, [...] Joaquim José Ferreira, presidente da União Operária Nacional. [...] A proposta do presidente da União Acadêmica foi aprovada com aplausos, tendo falado a respeito da mesma o sr. Dr. Ayres de Almeida, que apresentou a assembleia o decreto federal sobre a carestia de vida e o dr. Alcides

<sup>358</sup> Os estatutos da União Operária Nacional, aprovado pelo decreto n. 1287, de 3 junho de 1918, pela Lei n. 1052, de 24 de setembro de 1920, passou por algumas modificações ao longo de sua existência. Para esta pesquisa, tivemos acesso as seguintes publicações no *Diário Oficial*: “Estatutos da União Operária Nacional”, *Diário Oficial*, Manaus, n. 80302, 15 de junho de 1918. “Estatutos da União Operária Nacional”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 90229, 25 de dezembro de 1920. “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 97972, 12 de janeiro de 1924. A que refere o Decreto n. 1467, de 6 de novembro de 1923. “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 97972, 12 de janeiro de 1924.

<sup>359</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 227.

Bahia, que encerrou a sessão congratulando-se pelos resultados da mesma.<sup>360</sup>

A composição da UOA conjecturava de modo claro a diversidade do mundo do trabalho manauara nas primeiras décadas do século XX. Segundo dados levantados por Pinheiro, dos 1010 associados registrados em 1926, 895 eram brasileiros, enquanto 115 eram estrangeiros, incluindo portugueses (80), peruanos (9), italianos (8), espanhóis (7), ingleses, alemães, austríacos, franceses, russos e sírio-libaneses.<sup>361</sup> Essa diversidade étnica e nacional indicava uma característica marcante do movimento operário local, cuja organização se deu em meio a disputas por identidade, pertencimento e reconhecimento social. Destaca-se, contudo, que essa convivência nem sempre deu-se de forma pacífica, uma vez que a presença de trabalhadores estrangeiros, por vezes preferidos pelos empregadores, gerava ressentimentos entre os nacionais, especialmente entre os trabalhadores locais, frequentemente preteridos no mercado de trabalho.

Em termos regionais, a análise da procedência dos trabalhadores brasileiros associados à UOA indicava a prevalência de migrantes oriundos do próprio Amazonas (362), seguidos por cearenses (116), paraenses (95), paraibanos e maranhenses (66 cada), conforme apresentado por Pinheiro.<sup>362</sup> Esse dado reforça a percepção de que a UOA foi expressão de uma experiência operária marcada pela intensa mobilidade interna, associada ao processo de urbanização acelerada e à incorporação de novos contingentes de trabalhadores ao mundo do trabalho. A diversidade regional e nacional do quadro associativo exigiu, por parte da UOA, a formulação de uma identidade operária comum, construída a partir de práticas organizativas que ultrapassassem as divisões de origem.

Apesar dessa heterogeneidade, a UOA buscou fundar-se sobre bases universalistas em seus princípios organizativos. Segundo o artigo 1.º do estatuto da entidade, reformulado em 1923, “é uma instituição de caráter assistencial e educacional, composta de pessoas de ambos os sexos com os mesmos direitos e deveres, sem distinção de classe, credo ou nacionalidade que se obriguem a cumprir estes estatutos”.<sup>363</sup> Este estatuto foi aprovado em agosto de 1923, ocasião em que também se deliberou a mudança do nome da entidade de “União Operária Nacional” para “União Operária Amazonense”,

<sup>360</sup> *A Capital*, Manaus, n. 355, 12 de julho de 1918.

<sup>361</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha*: Op. Cit., p. 196.

<sup>362</sup> Livro de Registro da Associação União Operária Amazonense *Apud* PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Imigração, Trabalho e Imprensa em Manaus, 1890-1928*. *Revista Litteris*, n. 14, set. de 2014, p. 15.

<sup>363</sup> “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 10, 26 de junho de 1929. A que se refere o Decreto n. 1467, de 6 de novembro de 1923.

como noticia o *Jornal do Comércio*: “ficando nesta data aprovados os novos estatutos e bem assim a substituição de Nacional para Amazonense, nome que desta data em diante vigorará para todos os efeitos”.<sup>364</sup> Esse princípio de inclusão formal contrastava, no entanto, com a trajetória do *Centro Operário Amazonense*, entidade que desde sua fundação em 1918 restringia o ingresso a trabalhadores “nacionais”, excluindo explicitamente os estrangeiros de sua composição. A comparação entre as duas entidades evidencia diferentes estratégias de organização por parte do operariado local, sendo a UOA mais aberta à pluralidade e ao internacionalismo operário.

A presença de lideranças socialistas e colaboracionistas entre os fundadores da UOA, como Anacleto José dos Reis, Joaquim Ferreira e Nicodemos Pacheco, bem como a participação de nomes como João Cursino da Gama, atesta que a construção da UOA articulava-se a redes densas e duradouras de militância.

**Figura 6** - Cursino Dias da Gama - Liderança operária da UOA



**Fonte:** *Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 28 de maio de 1928.

Um exemplo dessa presença pode ser visto na notícia publicada no *Jornal do Comércio*, por ocasião do 1.º de Maio de 1928: “o mundo inteiro celebra hoje o grande dia das classes operárias [...] a União Operária Amazonense, realiza, às dezesseis horas,

<sup>364</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 6926, 27 de agosto de 1923.

na respectiva sede, uma sessão solene, empossando, por essa ocasião, a sua nova diretoria.”<sup>365</sup> Conforme demonstrado por Teles:

Através de aproximações e distanciamentos, avanços e recuos, alianças e rompimentos, [esses militantes] buscaram costurar relações sociais para ‘dentro’, entre os operários, e para ‘fora’, em articulação com setores médios, parcela das elites e outros grupos políticos.<sup>366</sup>

Ao estabelecer seus objetivos em seus estatutos, a *União Operária Amazonense* estruturou-se como uma entidade de caráter nitidamente assistencial e educacional, orientando sua atuação em torno da proteção social, da instrução e da elevação moral de seus associados. No artigo 2.º de seus estatutos reformado em 1923, a UOA declarava como seus fins: “pugnar por seus associados dando-lhes assistência beneficente, educação prática e teórica, criando na medida dos recursos financeiros cursos de desenvolvimento profissional”, além de manter serviços médicos, farmacêuticos, hospitalares e funerários, assim como uma Caixa de Pecúlios por Morte.<sup>367</sup>

A proposta de oferecer diversos socorros colocava a entidade como uma alternativa de seguridade social, especialmente num momento em que o Estado não assegurava proteção ao trabalhador. O modelo adotado pela UOA aproximava-se do que Hahner apontou como função típica dos sindicatos reformistas no Brasil: “cumpriam funções de assistência mútua [...] patrocinavam festividades e rifas cujos lucros ajudavam a sustentá-los”.<sup>368</sup> No caso da UOA, a preocupação com a formação prática e a manutenção de cursos profissionalizantes para adultos e menores confirmava o compromisso com a educação como meio de ascensão social e de resistência à precarização das condições de trabalho. Um exemplo eloquente dessa vocação educativa foi a criação de uma escola noturna, anunciada em edital publicado em 24 de fevereiro de 1927:

De ordem do companheiro presidente, científico a todos os filiados a esta sociedade e bem assim no público em geral, que a 3 de março próximo começará a funcionar a escola União Operária, no prédio da sede social, podendo, portanto, todos os interessados, para efeito de matrícula, entender-se, desde já com o respectivo diretor da escola, sr. Professor Felismimo Soares, das 19 ½ às 21 horas de todos os dias úteis, na sede social à rua Quintino Bocayuva, n. 6.<sup>369</sup>

<sup>365</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1928, 1 de maio de 1928.

<sup>366</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 91.

<sup>367</sup> “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 10, 26 de junho de 1929. A que se refere o Decreto n. 1467, de 6 de novembro de 1923.

<sup>368</sup> HAHNER, June. *Pobreza e Política: Os pobres urbanos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1996, p. 271.

<sup>369</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8118, 24 de fevereiro de 1927.

A criação da Escola “União Operária” em 27 de março de 1927, sob a direção do professor Felismino Francisco Soares, representava o desdobramento pedagógico do projeto político da entidade. A escola, segundo o artigo 26 dos estatutos, funcionaria prioritariamente no turno da noite, mas com possibilidade de cursos diurnos, com matrículas abertas para “menores e adultos de ambos os sexos, sem distinção ou preconceitos de qualquer espécie”.<sup>370</sup> Essa diretriz indicava o reconhecimento do valor emancipador da instrução formal para os trabalhadores. Como destacou Isabel Bilhão, ainda que existissem divergências entre as correntes socialistas e anarquistas quanto aos modelos educacionais, havia um ponto de convergência entre elas: “a esperança iluminista permeando a defesa da educação como arma de emancipação operária”.<sup>371</sup>

**Figura 7** - Escola Noturna da União Operária Amazonense



**Fonte:** *O Primeiro de Maio*, Manaus, 1 de maio de 1928.

A criação e a manutenção dessa estrutura assistencial, no entanto, não foram neutras do ponto de vista político. Elas constituíam uma estratégia de construção

<sup>370</sup> “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 10, 26 de junho de 1929. A que se refere o Decreto n. 1467, de 6 de novembro de 1923.

<sup>371</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina, Eduel, 2008, p. 91.

identitária da classe trabalhadora e de sua distinção com relação a outras frações populares tidas como “desorganizadas” ou “perigosas”. A oferta de benefícios condicionava-se, inclusive, à quitação das mensalidades e ao cumprimento de prazos mínimos de carência, como estabelecia o artigo 6.º: “os sócios só poderão ser beneficiados depois de 12 meses de sua iniciação e estejam quites com os cofres sociais”.<sup>372</sup> Além disso, o estatuto previa que em caso de falecimento do associado, quem realizasse os funerais receberia “o equivalente a 25 vezes o valor mensal da contribuição”. Tais disposições expressavam a busca por responsabilização individual dentro de uma lógica coletiva, ancorada na disciplina e na moralidade operária como formas de distinção. Essa concepção de responsabilidade moral também se expressava no controle financeiro da associação. Em 14 de janeiro de 1927, foi publicado o seguinte edital:

De ordem do companheiro presidente, convido a todos os consócios em atraso de suas contribuições mensais com os cofres desta sociedade, a virem no prazo de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste, satisfazer os seus respectivos débitos, sob pena de ser eliminado do quadro social, aquele que não o fizer no prazo acima.<sup>373</sup>

Nesse sentido, as ações da UOA se distanciavam das práticas de “confraria beneficente”, voltadas apenas à solidariedade simbólica, assumindo um caráter disciplinador e institucional. A associação constituía, assim, uma arena de regulação da conduta dos trabalhadores, valorizando a decência, a moralidade e o compromisso com a coletividade. Como observa Isabel Bilhão, a liderança operária só era reconhecida se baseada em laços objetivos de pertencimento e práticas visíveis de distinção social.

O grupo de identidade [deve ter] condições objetivas de reconhecimento dessas características unificadoras, que seriam, por exemplo, o pertencimento a um mesmo local de trabalho [...] ou a utilização de símbolos identificadores em momentos de apresentação pública da coletividade operária.<sup>374</sup>

Desde sua fundação, a UOA incorporou entre seus objetivos centrais a promoção da educação, da formação técnica e do aperfeiçoamento cultural dos trabalhadores. Esse compromisso era reiterado já no artigo 2.º dos estatutos, onde destacava-se que, entre os fins da associação, estava o de “dar assistência beneficente, educação prática e teórica,

---

<sup>372</sup> “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 10, 26 de junho de 1929. A que se refere o Decreto n. 1467, de 6 de novembro de 1923.

<sup>373</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8083, 14 de janeiro de 1927.

<sup>374</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina, Eduel, 2008, p. 35.

criando na medida dos recursos financeiros cursos de desenvolvimento profissional”.<sup>375</sup> A inclusão da dimensão educacional como objetivo estatutário demonstrava um projeto de construção de cidadania operária que extrapolava os limites das lutas econômicas e assistenciais, incorporando valores da “cultura iluminista” e da “pedagogia social”. Essa preocupação, embora presente em outras entidades do período, como o *Centro Operário Amazonense*, ganhava maior institucionalização e detalhamento nos estatutos da UOA, evidenciando um esforço de constituição de um espaço pedagógico voltado à emancipação dos trabalhadores.

A formalização desse projeto educacional materializou-se na criação da Escola União Operária, registrada oficialmente no Departamento de Educação e Cultura, com data de fundação em 27 de março de 1927. O *Jornal do Comércio* noticiou, em 13 de junho de 1928, que “o professor Felismino Francisco Soares, diretor da escola União Operária, comunicou ao diretor da instrução pública haver passado aquele cargo ao professor Francisco Gomes Tristão de Salles, em vista de ter entrado em gozo de licença”.<sup>376</sup> Essa nova evidência reforçava a importância que a UOA atribuía à manutenção institucional de seus projetos educacionais. O ideal educativo proposto rompia com as barreiras impostas por classe, sexo ou origem, sugerindo uma concepção de educação voltada à cidadania e à formação de sujeitos autônomos. A existência de cursos noturnos, conforme previsto nos estatutos, denotava sensibilidade diante da realidade do trabalhador adulto, que só poderia estudar após a jornada de trabalho, realidade similar à das escolas noturnas idealizadas pelos anarquistas, como indica Isabel Bilhão.<sup>377</sup>

A comparação com o *Centro Operário Amazonense* (COA) é aqui elucidativa. Embora o COA também se preocupasse com a formação do trabalhador, sua atuação educacional aparecia mais difusa e menos regulamentada nos documentos estatutários. Não há, nos estatutos do Centro, menção explícita à criação de uma escola, tampouco à sistematização de cursos ou à inclusão de mulheres e jovens nos processos educacionais. Essa diferença expressava visões distintas de organização, enquanto o COA privilegiava uma articulação federativa e uma política de representação sindical, a UOA avançava na construção de um sistema institucional de serviços sociais, entre os quais a escola ocupava papel destacado. Como ponderou Hahner, sindicatos reformistas, como o modelo adotado

---

<sup>375</sup> “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 10, 26 de junho de 1929. A que se refere o Decreto n. 1467, de 6 de novembro de 1923.

<sup>376</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8427, 13 de junho de 1928.

<sup>377</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*. Op., Cit., p. 91.

pela UOA, frequentemente fundavam escolas, bibliotecas e outras estruturas voltadas à elevação moral e intelectual dos trabalhadores.<sup>378</sup>

Outro aspecto digno de nota foi a presença das mulheres trabalhadoras no projeto educativo da *União Operária Amazonense*. Pelo que se pôde observar, desde o primeiro artigo dos estatutos da UOA, a entidade definia-se como “composta de pessoas de ambos os sexos com os mesmos direitos e deveres” o que já indicava uma abertura importante num contexto ainda largamente excludente para as mulheres. A seção referente à escola reiterava esse princípio, autorizando a matrícula “de ambos os sexos, sem distinção ou preconceitos de qualquer espécie (art. 26).<sup>379</sup> Essa disposição, embora não garantisse a plena igualdade na prática, representava um marco normativo importante e antecipava os debates sobre o papel da mulher nas organizações. Tais medidas indicavam que a UOA reconhecia a mulher como parte da classe trabalhadora e como destinatária legítima dos serviços educacionais e mutualistas oferecidos pela entidade.

Nesse sentido, a abertura à participação feminina não se restringia à matrícula escolar, mas também se refletia na estrutura da associação, que admitia mulheres como sócias efetivas, com possibilidade de participação em assembleias e de acesso aos benefícios sociais, desde que em conformidade com as exigências dos estatutos. Tratava-se de um reconhecimento formal da mulher, que contrastava com a realidade de muitas organizações do mesmo período. Ainda que não tenha sido localizado, até o momento, registros sistemáticos da presença de mulheres nas diretorias da UOA, o fato de sua inclusão como destinatárias da política educacional indicava uma concepção menos restrita de cidadania operária, que incluía a família e a formação das futuras gerações.

Outro elemento que merece destaque era o pluralismo social que atravessava a composição da escola e da própria associação. A UOA, conforme declarado nos estatutos e confirmado pelos registros de associados analisados por Pinheiro e Pinheiro, reunia trabalhadores oriundos de diferentes partes do país e também do exterior, com destaque para brasileiros do Norte e Nordeste e estrangeiros portugueses, italianos e espanhóis.<sup>380</sup> A escola, nesse contexto, tornava-se um espaço privilegiado de construção de uma identidade operária comum, como propõe Bilhão, ao tratar do papel da instrução e da memória coletiva na construção identitária do operariado. Para Bilhão, a educação

<sup>378</sup> HAHNER, June. *Pobreza e Política*. Op. Cit., p. 271.

<sup>379</sup> “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 10, 26 de junho de 1929. A que se refere o Decreto n. 1467, de 6 de novembro de 1923.

<sup>380</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017b.



operária era “uma arma de emancipação” e a revalorização do estigma do trabalho manual constituía símbolo de orgulho e honra coletiva.<sup>381</sup>

Os estatutos da agremiação estipulavam que a escola funcionaria prioritariamente no turno da noite, mas previa a criação de cursos diurnos, conforme a viabilidade financeira da associação (art. 26, d). Além disso, era previsto o recolhimento de pequenas contribuições dos alunos, a criação de uma “caixa escolar” e a realização de atividades culturais e recreativas voltadas às famílias dos estudantes. Essa combinação entre instrução formal e sociabilidade comunitária fazia da escola um verdadeiro núcleo irradiador de valores morais, disciplinares e cívicos, conforme também indicam os estudos de Loner, ao afirmar que “a educação não era apenas arma de disciplinamento do trabalhador pela elite, mas era vista pelos operários como arma para sua libertação social.”<sup>382</sup>

A estrutura pedagógica da escola da UOA não se restringia à alfabetização e às disciplinas elementares, mas previa a criação de cursos profissionais voltados ao aperfeiçoamento técnico do trabalhador. Como indicado no artigo 26, a diretoria tinha o dever de “criar escolas, desenvolver cursos profissionais, incentivar as classes trabalhadoras para aprendizagem”, além de pleitear, junto às autoridades, recursos para qualificar o ensino.<sup>383</sup> Essa preocupação com a profissionalização dos operários corrobora uma compreensão moderna da formação para o trabalho, orientada à capacitação e ao protagonismo social. Como destacou Hobsbawm, os rituais e práticas dos movimentos operários frequentemente “representam essencialmente autoafirmação e definições próprias de uma nova classe através da organização de classe”.<sup>384</sup> E a escola do trabalhador, nesse sentido, era também um símbolo dessa autoafirmação.

O secretário do estado despachou, ontem, requerimentos de: Sociedade União Operária Amazonense, pedindo pagamento da importância de cento e cinquenta mil réis, proveniente da subvenção concedida pela lei orçamentária vigente à escola União Operária, relativa ao mês de julho p. passado.<sup>385</sup>

Vale lembrar que, apesar da continuidade do projeto escolar da UOA comprovada em documentos oficiais, o *Centro Operário Amazonense* não chegou a fundar uma escola

<sup>381</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*. Op. Cit., p. 253-254.

<sup>382</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária*. Op. Cit., p. 82.

<sup>383</sup> “Estatutos da União Operária Amazonense”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 10, 26 de junho de 1929. A que se refere o Decreto n. 1467, de 6 de novembro de 1923.

<sup>384</sup> HOBBSAWM, E.J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p. 117.

<sup>385</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8490, 29 de agosto de 1928.

registrada nem estruturou uma política educacional permanente. Apesar de sua importância como “articuladora” de ações políticas coletivas, o COA operava majoritariamente no campo das lutas econômicas e do debate político interclassista, atuando como fórum de representação e deliberação. A ausência de uma escola ou de um sistema educativo nos moldes da UOA pode ser entendida como reflexo de sua vocação federativa e de sua composição mais restrita a lideranças sindicais masculinas e profissionais.

A atuação da UOA no campo da assistência mútua e da previdência social foi um dos pilares de sua permanência entre os trabalhadores da capital amazonense. As fontes jornalísticas indicavam a existência de auxílio aos associados, sobretudo, por meio da constituição da Caixa de Pecúlio por morte e da prestação de assistência médica e funerária. Tais iniciativas vinculavam-se diretamente a uma tradição mutualista já consolidada entre os trabalhadores urbanos brasileiros desde o século XIX, e à cultura associativa dos trabalhadores, fortalecida pelas sociedades beneficentes e de ofício.

A manutenção dessas práticas de solidariedade entre os trabalhadores estava diretamente relacionada à arrecadação regular das mensalidades, cuja inadimplência era combatida com rigor pela diretoria. Em janeiro de 1927, por exemplo, um edital publicado pela diretoria da UOA determinava o prazo de noventa dias para que os sócios em atraso regularizassem sua situação, sob pena de eliminação do quadro social:

De ordem do companheiro presidente, convindo a todos os consócios em atraso de suas contribuições mensais com os cofres desta sociedade, a virem no prazo de noventa (90) dias, a contar da data da publicação desta, satisfazer os seus respectivos débitos, sob pena de ser eliminado do quadro social, aquele que não o fizer no prazo acima. Secretaria, 9 de janeiro de 1927. Octacio da Camara, 1º secretário.<sup>386</sup>

Além da dimensão disciplinadora que esse controle implicava, o texto também evidenciava um padrão de gestão administrativa marcado por um padrão normativo de caráter moralizador, recorrente entre as associações operárias. Essa lógica de funcionamento coadunava-se com o princípio de reciprocidade que estruturava a solidariedade operária.

O funcionamento da Caixa de Pecúlio, ainda que não tenha sido descrito em detalhes nos jornais, pode ser deduzido a partir da permanência de práticas de assistência médica e funerária mencionadas em eventos comemorativos e assembleias. Do mesmo modo, sua existência estava articulada à lógica de constituição de fundos e à

---

<sup>386</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 14 de janeiro de 1927.

obrigatoriedade de contribuições mensais, bem como à prestação de contas periódica aos associados, o que era feito por meio de assembleias gerais extraordinárias. Em várias dessas reuniões, os balancetes eram apresentados e deliberados coletivamente, como na convocação registrada em dezembro de 1927:

De ordem do companheiro presidente e de acordo com os nossos estatutos, convido a todos os sócios, quites, desta União Para uma sessão de assembleia geral extraordinária que terá lugar no próximo dia 3, sábado, às 20 horas, na nossa sede social, a rua Dr. Adriano Jorge, n. 6, antiga Quintino Bocayuva, a fim de tomar conhecimento do balancete da diretoria e dar outras providências de interesse social. Manaus, 26 de novembro de 1927. Cursino Gama, 1º secretário.<sup>387</sup>

A construção simbólica das associações operárias em Manaus durante a Primeira República não se restringia a aspectos organizacionais e materiais, ela incorporava também uma dimensão ritualística para a afirmação de uma identidade coletiva. A UOA, ao lado do COA, foi uma das entidades que mais investiram em formas simbólicas de sociabilidade operária, por meio da realização de sessões magnas, comemorações cívicas, juramentos de posse e celebrações de datas importantes para os trabalhadores.

Essa centralidade cerimonial já se fazia notar desde os primeiros anos da entidade. Em 1920, por ocasião do terceiro aniversário da União, o jornal *Vida Operária* registrou: “Commemora no dia 16 do corrente, o terceiro aniversario de sua fundação a União Operária, sendo nesse mesmo dia inaugurada as aulas mantidas pela mesma”.<sup>388</sup>

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao engajamento da UOA nas festividades operárias, que também se manifestavam através de convites públicos dirigidos a outras categorias. Em 1920, a comissão responsável pelas comemorações do 1º de Maio conclamava: “União Operária. Convida a todas as classes trabalhadoras do Amazonas, para se incorporarem ao grande cortejo, promovido pelas associações operárias. A Comissão”.<sup>389</sup>

O convite à integração de “todas as classes trabalhadoras” reafirma o caráter plural e unitário das mobilizações encabeçadas pela entidade, fortalecendo sua posição como núcleo agregador do operariado amazonense. A relevância das sessões magnas como espaço de prestígio entre os pares também pode ser observada nas solenidades de posse. Em maio de 1920, o periódico *Vida Operária* descreveu em detalhes a cerimônia realizada:

<sup>387</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 3 de dezembro de 1927.

<sup>388</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 18, 13 de junho de 1920.

<sup>389</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 13, 1 de maio de 1920.

União Operária – Às 20 horas, esta grande sociedade realizou uma sessão magna, na qual deu posse aos novos corpos dirigentes. Durante a reunião falaram o acadêmico Chagas Printes, e o dr. Benjamim de Souza. As convivas foram servidas schopp e pasteis.<sup>390</sup>

Esse trecho evidencia o grau de formalidade da solenidade e dos eventos promovidos pela associação, combinando discursos de autoridades com práticas de sociabilidade caracterizadas pela presença de convidados externos. Em 1927, a continuidade desse ritualismo pôde ser observada em nova convocatória publicada no *Jornal do Comércio*:

De ordem do companheiro presidente da diretoria, convido a todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais e suas exmas. Famílias, para assistirem a posse dos novos corpos administrativos que se realizará no dia primeiro de maio, às 20 horas, na sede social à rua Quintino Bocayuva, n. 6. O programa da posse constará de sessão solene e soirée dançante.<sup>391</sup>

Esses elementos criavam uma ambiência de pertencimento e prestígio, cultivando valores de disciplina e distinção simbólica entre os trabalhadores organizados. Eric Hobsbawm, ao analisar os rituais e invenções da tradição no universo operário europeu, observa que tais cerimônias não eram simples imitações burguesas, mas formas conscientes de marcar a legitimidade e o valor moral do trabalho coletivo.<sup>392</sup>

O reconhecimento público das lideranças também integrava essa cultura simbólica. Como podemos observar, ainda em 1920, a *Vida Operária* saudava a atuação de Anacleto José dos Reis, então presidente da UOA:

Fez anos no dia 13 do corrente o nosso distinto companheiro e amigo Anacleto José dos Reis, zeloso e destemido presidente da União Operária. [...] A Vida Operária envia nestas singelas linhas ao se denadado amigo, o mais estreito amplexo, desejando-lhe mil felicidades.<sup>393</sup>

Esse registro demonstra como os vínculos pessoais e simbólicos entre dirigentes e imprensa operária contribuíam para legitimar a autoridade moral das lideranças dentro e fora da associação. Em 1928, ao completar seu 11.º aniversário, a entidade reafirmava

<sup>390</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 14, 9 de maio de 1920.

<sup>391</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8174, 29 de abril de 1927.

<sup>392</sup> HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. RJ: Editora Paz e Terra, 2012, p. 333.

<sup>393</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 21, 25 de julho de 1920.

sua função aglutinadora e formativa, como relatado na edição especial do jornal *Primeiro de Maio*:

A sua acção bemfeitora tem-se feito sentir com jubilo geral de seus associados, distribuindo benefícios, defendendo os direitos de seus filiados e demais camaradas que a ella recorrera. Mantém uma escola nocturna para ministrar a instrucção necessário aos companheiros aossicados ou não, que por força de seus labores quotidianos, não podem frequentar escolas diurnas. D’ahi a sua força, o seu prestígio, a sua sympathia no meio proletário.<sup>394</sup>

Nesse sentido, as práticas cerimoniais da UOA inscreviam-se em uma tradição global do operariado urbano, reforçando características como dignidade, respeito e solidariedade entre os pares. Além das posses, a comemoração do 1.º de Maio constituía outro momento de intensa expressão simbólica e política. Em 1928, o Comitê Pró 1.º de Maio, articulado com a UOA e outras associações, promoveu uma extensa programação:

O comitê pró 1.º de maio tem a satisfação de convidar todas as sociedades proletárias de Manáos, bem como todos os trabalhadores desta capital, sem distinção de classe para tomarem parte nos festejos externos de 1.º de maio, que constará de romaria ao cemitério e passeata pelas principais ruas da capital, acompanhadas por bandas de música e salva de foguetões.<sup>395</sup>

Além das solenidades públicas, outras sessões magnas reforçavam o espírito associativo e o vínculo entre os trabalhadores e a sociedade manauara:

Na sede da Sociedade das Artes Graphicas, que apresentava custosa decoração, realizou-se uma sessão magna com o concurso de vários elementos do nosso meio social [...]. Em seguida, manifestaram-se sobre diversos assuntos atinentes ao proletariado os srs. Isaias Reis, Araujo Biscaia, José Pimenta, Nicolau Pimentel e Theophilo Medeiros [...]. Depois da sessão, a diretoria da sociedade fez servir doces e bebidas às pessoas presentes.<sup>396</sup>

A cultura operária também se manifestava em festas sociais organizadas pelas entidades. Em 1929, por exemplo, “o Comitê Pró Primeiro de Maio leva a efeito hoje, em sua sede social, uma soirée dançante, que promete obter grande animação, [...] com Buffet, a cargo da União Operária.”<sup>397</sup> Essas práticas moldavam uma “cultura operária” dotada de símbolos, normas e ritos próprios. A bandeira da UOA, embora pouco descrita,

<sup>394</sup> *Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 1 de maio de 1928.

<sup>395</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8388, 28 de abril de 1928.

<sup>396</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 6110, 2 de maio de 1921.

<sup>397</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8723, 8 de junho de 1929.

era mencionada nas procissões e reuniões festivas, servindo como emblema de resistência e luta coletiva.

Outro aspecto fundamental era o uso sistemático de fórmulas cerimoniais em convocações e atas, como a saudação “paz e trabalho” e o reconhecimento do “companheiro presidente”. Essa linguagem ritualizada refletia a tentativa de conferir legitimidade e respeitabilidade ao espaço operário organizado, como observam Pinheiro e Pinheiro.<sup>398</sup>

De ordem do companheiro presidente convidado a todos os sócios em pleno gozo dos seus direitos para a reunião da assembleia geral a realizar-se no próximo dia 12 do corrente, domingo, às 20 horas, a fim de tratar da sanção dos novos estatutos e interesses financeiros. Paz e trabalho.<sup>399</sup>

A atuação da UOA evidenciava um posicionamento reformista e moderado, que procurava equilibrar a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores com uma postura de colaboração institucional com autoridades públicas, empresários e setores da imprensa. Esse traço era particularmente visível nas articulações da entidade com o poder público em momentos de crise, como na reunião de 10 de julho de 1918, organizada a convite da então União Operária Nacional. Na ocasião, estiveram presentes figuras destacadas da elite amazonense, incluindo o oficial de gabinete do governador Alcides Bahia, o superintendente municipal Ayres de Almeida e representantes das associações comerciais. Conforme registrado pela imprensa, a reunião teve como objetivo discutir “a situação em que se encontravam as classes laboriosas” e culminou em uma proposta de mobilização cooperativa em torno da produção agrícola, da economia e da organização sindical.

A convite da sociedade União Operária Nacional estiveram reunidas ante-hontem, 10, na sede daquele grêmio de trabalhadores, várias delegações de sociedades operárias, a fim de tomarem deliberações sobre a situação em que se encontram as classes laboriosas. [...] A proposta do presidente da União Acadêmica foi aprovada com aplausos, sobre a adaptação das corporações operárias ao regime dos sindicatos e a organização de uma cooperativa de consumo entre os proletários, mediante entendimento geral das associações de classes trabalhadoras que adotem o sindicalismo e o cooperativismo.<sup>400</sup>

<sup>398</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 237.

<sup>399</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8698, 10 de maio de 1929.

<sup>400</sup> *A Capital*, Manaus, 12 de julho de 1918.

A atuação da UOA também se destacava pelas alianças estratégicas construídas com setores da imprensa local. O *Jornal do Comércio*, por exemplo, foi um dos principais veículos a noticiar as atividades associativas da entidade. O jornal abria espaço frequente para os comunicados da UOA, o que indicava certo reconhecimento público. Em contrapartida, a entidade mantinha também um importante diálogo com a imprensa operária, especialmente o jornal *Vida Operária*, que funcionava como um porta-voz das causas dos trabalhadores organizados. Ainda que muitas vezes sem menções explícitas à UOA, a linha editorial do periódico convergia com o modelo de atuação defendido por suas lideranças.<sup>401</sup>

Do ponto de vista ideológico, a UOA enfrentou tensões internas em virtude das diferentes correntes políticas presentes em seu interior. Embora predominassem os defensores do sindicalismo reformista, havia também lideranças simpatizantes do anarquismo e do socialismo, o que gerava disputas pontuais quanto à orientação política da entidade. O próprio Anacleto José dos Reis, liderança atuante na década de 1920, era reconhecido por sua postura conciliadora, mas também por manter interlocução com figuras do campo socialista e republicano.

Outro elemento importante foi o esforço da entidade em preservar sua autonomia diante dos partidos políticos, mesmo mantendo interlocuções estratégicas. Essa postura se expressava em seu estatuto e nas práticas cotidianas, em que se privilegiava a ação sindical independente, embora articulada com o poder público em momentos-chave. Tal ambivalência era comum às entidades mutualistas e sindicais do período. Conforme aponta Pinheiro, “as associações operárias da Primeira República encontravam-se constantemente em uma zona de negociação entre o reconhecimento institucional e a preservação de sua base de apoio, frequentemente tensionada por interesses contraditórios”.<sup>402</sup>

A continuidade dessa política de alianças também pode ser observada nas relações da UOA com empresários. Um exemplo disso ocorreu durante a greve dos operários da *Amazonas Engineering*, em junho de 1923, quando a *União Operária* atuou como mediadora entre os grevistas e a direção da empresa. Após a negociação, os operários conseguiram a jornada de oito horas sem redução salarial. Como registrado em nota oficial “a diretoria dessa sociedade vêda em absoluto que os referidos operários que

---

<sup>401</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 12, 25 de abril de 1920.

<sup>402</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 251.

trabalham nessa companhia retirem suas ferramentas conforme estava determinado, e aceitem conchavos para trabalharem em casas particulares sem a completa resolução”.<sup>403</sup>

A análise da composição interna da UOA demonstra a atuação de um núcleo dirigente recorrente, cujas práticas militantes se estendiam por diferentes espaços associativos da cidade de Manaus. A persistência de certos nomes na diretoria da entidade, bem como sua atuação simultânea em outras agremiações, aponta para a existência de uma rede associativa forte. Entre os nomes mais frequentes na documentação da UOA e na imprensa, no período de 1918 a 1930, destacam-se figuras como Anacleto José dos Reis, Cursino Gama, Octavio da Camara, Diomedes Boanerges Ferreira e Samuel Pinto Ribeiro.

Esses militantes ocuparam diversas funções diretivas e apareciam regularmente nos jornais e nas atas da entidade ao longo de diferentes anos. Em 1927, por exemplo, Cursino Gama atuava como primeiro secretário da diretoria da UOA. Contudo, no ano seguinte, era convocado para assembleias extraordinárias e organizava editais de reajuste das mensalidades. Sua atuação demonstrava uma inserção estável no cotidiano organizativo, ao mesmo tempo em que era convocado para representar a entidade junto a órgãos do Estado e da imprensa. Em notícia publicada no *Jornal do Comércio* em 25 de janeiro de 1928, lê-se:

De ordem do companheiro presidente e de acordo com o art. 33, parágrafo 1º dos nossos estatutos, convido a todos os sócios desta agremiação, no gozo de seus direitos sociais, para uma reunião de assembleia geral extraordinária [...] a fim de ser resolvido o aumento das mensalidades e tratar-se de outros assuntos de interesses sociais. Cursino Gama.<sup>404</sup>

A formalidade do convite e o uso de fórmulas cerimoniais, além da menção explícita aos estatutos, evidenciam o domínio técnico de Cursino Gama sobre a estrutura normativa da associação, reforçando a tese de que essas lideranças detinham o conhecimento organizativo necessário para manter o funcionamento da entidade.

Outro exemplo foi Octavio da Câmara, que atuava como primeiro secretário entre 1926 e 1928, com participação na elaboração de convites, editais de cobrança e organização das festividades. Já Anacleto dos Reis, que aparece como signatário de acordos intersindicais e como representante em comitês e comissões mistas, configura-se como uma liderança de maior projeção pública, envolvido também com o *Centro*

<sup>403</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 6858, 20 de junho de 1923.

<sup>404</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8310, 28 de janeiro de 1928.



*Operário do Amazonas*. Conforme Teles, lideranças como Anacleto “operavam em múltiplos registros da política operária – desde a assembleia local até a articulação com o governo estadual”.<sup>405</sup>

As trajetórias desses militantes, portanto, não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser analisadas a partir das conexões que mantinham entre si e com outras organizações. A intersecção entre UOA, COA, Comitês de Greve, associações e imprensa operária, indicava a formação de uma “elite militante”, responsável pela articulação das principais agendas do operariado manauara. Essa elite não se restringia a um único espaço institucional, mas transitava entre associações, imprimindo continuidade organizativa à luta dos trabalhadores.

Em diversos momentos, as atas e jornais registram assembleias acaloradas, mudanças estatutárias e debates sobre fusões ou separações de entidades. Nesse cenário, as lideranças aparecem como mediadores dos conflitos, utilizando-se de sua experiência para estabilizar as estruturas associativas. Teles observa que “a densidade dessas redes de militância não eliminava os conflitos, mas criava canais estáveis de resolução interna, fortalecendo o campo operário como um todo”.<sup>406</sup>

Comparativamente, a dinâmica de lideranças na UOA assemelhava-se àquela do COA, cuja história também foi marcada por uma camada dirigente persistente. No entanto, ao contrário do Centro, que manteve por mais tempo uma identidade mais plural e federativa, a UOA parece ter investido mais diretamente na formação de quadros internos e na manutenção de sua autonomia como entidade de base. Essa diferença pode ser observada na menor rotatividade dos nomes da diretoria da UOA, conforme apontam os editais publicados na imprensa diária do Amazonas.

Durante os anos de 1919 a 1921, foi possível encontrar diversas notícias que indicam reuniões conjuntas entre as diretorias da UOA e do COA, com destaque para pautas de interesse comum, como a regulamentação de tabelas salariais ou a convocação de assembleias unificadas em momentos de crise. Um exemplo importante desse esforço de unidade pode ser observado na nota publicada no *Jornal do Comércio* de 7 de abril de 1921, em que é relatada a ação coordenada entre a UOA, o COA, a União de Classe dos Pedreiros e a Associação das Quatro Artes na elaboração de uma tabela comum de salários e direitos, dirigida à Associação dos Construtores Cíveis. A resolução, fruto de uma coligação das sociedades operárias, estabelecia um conjunto de cláusulas que

---

<sup>405</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. Cit., p. 143.

<sup>406</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais* Op. Cit., p. 151.

regulamentavam o pagamento por hora, a limitação da jornada de trabalho e a obrigatoriedade de admissão de operários nacionais, entre outros pontos. A proposta, assinada por Anacleto dos Reis (pela União Operária) e Marçal Martins (pelo Centro Operário), exemplifica um momento de convergência entre as duas maiores entidades operárias da cidade.<sup>407</sup>

Em diversos momentos, a UOA foi acusada por setores do operariado de adotar uma postura excessivamente conciliadora com as autoridades e empresários. As críticas ao “sindicalismo reformista”, que caracterizava a atuação da entidade, tornaram-se frequentes, especialmente após o episódio de 1921, em que o ofício da coligação das sociedades operárias foi rejeitado pela Associação dos Construtores Cíveis sob o argumento de que representava “uma facção que impensadamente se destacou”, e não o conjunto dos operários de Manaus. A resposta da Associação dos Construtores, publicada no mesmo periódico, expunha a fragilidade do consenso entre as entidades e lançava dúvidas sobre a legitimidade da liderança da UOA na negociação coletiva.<sup>408</sup>

Assim, se por um lado a UOA era valorizada por sua atuação contínua, pelo funcionamento de sua escola e pela manutenção de espaços de sociabilidade, por outro lado, seu perfil pluriclassista era criticado como uma forma de distanciamento das bases e de domesticação do conflito social. Como observa Teles, “a tensão entre o ideal de unidade operária e a pluralidade de projetos políticos foi uma constante no interior das associações, muitas vezes marcada por silenciamentos e rupturas difíceis de recompor.”<sup>409</sup>

---

<sup>407</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 7 de abril de 1921.

<sup>408</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 7 de abril de 1921.

<sup>409</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Op. Cit., p. 136.

## CAPÍTULO 3

**A GREVE COMO ESTRATÉGIA: AÇÕES DIRETAS E CONFLITOS DOS TRABALHADORES EM MANAUS**

As primeiras décadas do século XX, criaram em Manaus uma realidade de contrastes, onde a riqueza de uma elite mercantil coexistia com condições de vida muito precárias para a maioria dos trabalhadores. Conforme a análise de Patrícia Melo Sampaio, a cidade, transformada pela riqueza do látex, testemunhou a formação de uma estrutura social profundamente desigual.<sup>410</sup> Nela, o acúmulo de capital dependia de relações de trabalho e de um sistema de aviação que mantinha os trabalhadores presos em um ciclo permanente de dívidas e dependência. Essa prosperidade, no entanto, era por natureza instável, pois se baseava na extração sem cuidados de um único produto para venda no exterior, sem um projeto que diversificasse a economia ou integrasse a região de forma a protegê-la das mudanças no mercado internacional.

A crise desse modelo, que se iniciou a partir da segunda década do século, foi uma quebra de todo o sistema, tal como caracterizado por Roberto Santos. A entrada em grande quantidade da borracha plantada no sudeste asiático no mercado mundial, com uma produtividade muito maior e custos bem mais baixos, quebrou o monopólio da Amazônia e causou uma queda brusca e sem volta nos preços. O que se seguiu foi um processo rápido de retirada de investimentos e fuga de capital, lançando a região em uma estagnação econômica da qual nunca se recuperaria completamente, esvaziando os recursos públicos e destruindo as bases do frágil acordo social que até então existia.<sup>411</sup>

Nesse ambiente de crise, os conflitos inerentes ao sistema produtivo regional ficaram ainda mais evidentes. Como demonstra Barbara Weinstein em seu estudo sobre a borracha na Amazônia, a estratégia de aumentar os lucros através da exploração intensa da mão de obra, que já definia a “desgraçada situação do seringueiro”, foi transferida e ampliada para a cidade.<sup>412</sup> Patrões, comerciantes e empresas de serviços públicos, pressionados pela redução dos lucros, tentaram manter seus ganhos justamente através do aumento da exploração do trabalho, seja cortando salários, aumentando a jornada diária ou piorando as condições de trabalho. Foi nesse ambiente de crise econômica e tensão

---

<sup>410</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Economia da borracha na Amazônia*. Belém: Estudos Amazônicos, 2015.

<sup>411</sup> SANTOS, Roberto. O Grande Colapso. in: *História Econômica da Amazônia -1800-1920* 2a edição. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 266.

<sup>412</sup> WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850- 1920*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 194.

social que as greves surgiram como a expressão mais forte da resistência dos trabalhadores, que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho.

Conforme assinala Oliveira:

Mudanças resultantes em melhorias das condições de vida e trabalho somente ocorreriam através da pressão provocada por ações dos trabalhadores que alterassem o cotidiano e resultassem em perdas de lucratividade das empresas, e não através de promessas de entendimento mútuo entre as partes envolvidas (trabalhadores, patrões e governos).<sup>413</sup>

O amadurecimento das estratégias coletivas das organizações operárias foi construído na experiência de sucessivas greves, muitas delas reprimidas ou esvaziadas, mas que contribuíram para o fortalecimento dos vínculos associativos. A partir de 1911, na cidade de Manaus, os conflitos se tornaram mais frequentes. Conforme apontam Pinheiro e Pinheiro, “na primeira década do novo século as greves haviam se tornado corriqueiras em Manaus, fazendo parte do cotidiano da cidade”.<sup>414</sup> Essas mobilizações, ainda que muitas vezes resultassem em conquistas efêmeras, revelavam um operariado atento às transformações do mundo do trabalho e capaz de intervir, por meio de ações coletivas, nas dinâmicas sociais da Primeira República.

Conforme observa Marcel Van der Linden, as greves podem ser definidas como: “formas de luta, coerção e poder, nas quais grupos de trabalhadores, agindo coletivamente, param de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outros”.<sup>415</sup>

As paralisações assumem diferentes contornos, podendo ser defensivas, ofensivas, por dignidade ou por solidariedade, conforme as classificações sistematizadas por Pinheiro e Pinheiro.<sup>416</sup> Essa diversidade de manifestações evidencia o grau de politização e a construção de uma identidade operária desenvolvida ao longo das primeiras décadas do século XX.

Entre os diversos tipos de greve identificados no período, a greve geral se destaca como a mais ambiciosa em termos de abrangência. Segundo Linden, ela objetiva “paralisar a atividade econômica de toda uma cidade, de um setor industrial, de uma

<sup>413</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*. Op. Cit., p. 48.

<sup>414</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017, p. 119.

<sup>415</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo*. Op. Cit., p. 203.

<sup>416</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 145-146.

região ou até mesmo de todo um país”.<sup>417</sup> Em Manaus, embora a greve geral só tenha ocorrido no final da década de 1910, mobilizações anteriores já delineavam essa possibilidade, como se viu na paralisação dos estivadores e dos motoristas e condutores de bondes em janeiro de 1911, que impactou os serviços urbanos e exigiu a intervenção do poder público. Em sua análise sobre os desdobramentos dessa greve, Pinheiro e Pinheiro relatam que “a *Tramways* passou a lançar mão de guardas da força policial para o restabelecimento do serviço, empregando-os tanto no trabalho de motoristas e condutores, quanto na segurança contra a ação dos grevistas.”<sup>418</sup>

Tais episódios, como veremos a seguir, demonstravam que as greves eram espaços, onde se confrontavam diferentes concepções de cidade, trabalho e cidadania. Segundo Hahner, “de todas as atividades operárias, a greve permanecia como a mais dramática, gerando a maior oposição das classes governantes do Brasil”.<sup>419</sup> Embora frequentemente mal planejadas ou deflagradas em momentos inoportunos, as greves canalizavam o descontentamento dos trabalhadores e atuavam como catalisadores de mudanças. Em muitas ocasiões, até mesmo os sindicatos mais frágeis se viam obrigados a aderir às greves, organizando o movimento e cuidando das negociações, como destaca Hahner ao afirmar que “o mesmo descontentamento que levava à formação de um sindicato podia envolvê-lo em uma greve logo após”.<sup>420</sup>

As greves, como sugere Loner, destacavam um “caráter de classe”, posicionando operários e patrões em lados opostos de uma fronteira cada vez mais visível.<sup>421</sup> Durante a paralisação, “as possíveis diferenciações internas esmaeciam” e emergia, ainda que momentaneamente, o sentimento de pertencimento da classe trabalhadora. Essa dimensão subjetiva das greves, embora muitas vezes negligenciada pelos documentos oficiais, esteve presente nas experiências concretas dos trabalhadores manauaras, que enfrentavam as humilhações diárias impostas por capatazes e chefes de seção.

Nesse processo, as sociedades operárias foram imprescindíveis nas articulações dos movimentos paredistas na cidade. Como argumenta Batalha, durante a Primeira República “os sindicatos podiam receber a qualificação “de resistência”, para acentuar a distinção entre eles e as sociedades mutualistas, consideradas “benéficas”.<sup>422</sup> No entanto, essas distinções não eram absolutas, pois muitas entidades de resistência

<sup>417</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo*. Op. Cit., p. 205.

<sup>418</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit., p. 151.

<sup>419</sup> HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil*. Op. Cit., p. 272.

<sup>420</sup> HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil*. Op. Cit., p. 273.

<sup>421</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 273.

<sup>422</sup> BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Op. Cit., p. 15-16.

continuaram a oferecer auxílio médico, funerário e jurídico aos seus associados, funcionando como redes de solidariedade e luta. Foi justamente essa flexibilidade organizativa que possibilitou às associações resistirem à repressão e se adaptarem às exigências da conjuntura, como no caso dos cocheiros, que articularam tanto ações grevistas quanto estratégias legais, como o recurso do *habeas corpus*.<sup>423</sup>

A repressão, aliás, foi uma constante nesse período. Embora em muitos casos o poder policial tenha se mantido em segundo plano, como destaca Petersen, “neste período parece ter sido mais forte a repressão patronal do que a policial, embora esta última sempre pairasse como um poder intimidatório”.<sup>424</sup> A demissão sumária de grevistas e sua substituição por outros trabalhadores era uma tática comum, especialmente em setores como os transportes e os portos, cuja atividade operacional exigia trabalhadores especializados. Ainda assim, a solidariedade entre categorias profissionais e o apoio de lideranças jurídicas e políticas tornavam cada vez mais difícil a repressão silenciosa das mobilizações.

As greves operárias em Manaus, longe de serem fenômenos isolados, devem ser compreendidas como parte de um processo histórico mais amplo de formação da classe trabalhadora na cidade. Conforme observam Pinheiro e Pinheiro, “pela consciência que, na luta, vão adquirindo da dominação e de si, os trabalhadores traduzem em suas experiências de vida e trabalho, o desejo e a capacidade de intervir e escrever outra história”.<sup>425</sup> Essa história, caracterizada por contradições, derrotas e vitórias, foi construída tanto nos lugares de trabalho, quanto nas assembleias, tribunais e nas ruas da cidade, como veremos a seguir.

### 3.1. A MOBILIZAÇÃO DOS COCHEIROS EM MANAUS (1908-1909)

Entre os anos de 1908 e 1909, os cocheiros de Manaus protagonizaram uma das mobilizações mais expressivas da categoria na cidade no início do século XX, envolvendo uma combinação de ação direta, paralisação dos serviços e estratégias jurídicas para contestar as imposições do poder público. Sua mobilização destacou-se, sobretudo, pelo uso sofisticado de instrumentos legais, como o *habeas corpus preventivo*, em defesa da liberdade profissional. Segundo notícia publicada no *Jornal do Comércio*, era apresentada

<sup>423</sup> SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus*. Op. Cit.

<sup>424</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”. Op. Cit., p. 143.

<sup>425</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2017, p. 144.

a situação dos cocheiros, começando pela apresentação do advogado responsável por requerer o *habeas corpus preventivo* em favor dos trabalhadores:

Augusto Cesar Lopes Gonçalves, advogado, brasileiro, residente nesta cidade, usando da prerrogativa traçada nos arts. 481 e 486 do Cod. Proc. Penal do Estado, combinados com o art. 115 do Regimento do Supremo Tribunal de Justiça, vem, na conformidade do preceito estabelecido no art. 72 § 22 da Constituição da República, requerer uma ordem de *habeas corpus preventiva* em favor de Alfredo Ferreira, Antonio Pimenta, Carlos Duarte Alves, Eduardo Rodrigues Pereira, João Antonio Fiuza, José Viegas, José Cardoso de Souza, Jeremias de Almeida, Domingos Ferreira Alves, José Ferreira, Manoel Alves Madeira, Augusto Henriques, João de Oliveira, Antonio Francisco Rates, Antonio da Costa, Francisco dos Santos, Manoel Alves dos Santos, Ernesto Coelho da Rocha, Joaquim André de Souza, Marcos Ferreira, José Pereira Ferreira Lemos, Francisco Soares Barral, Aventino Alves Teixeira Bastos, Antonio Miguel Garcia, Jesus Pinheiro, Antonio Gonçalves Brandão, Joaquim Maranhão, Manoel Jacintho Baptista, Carlos Vidal e Joaquim Rodrigues Cerca Nazareth, cocheiros ou boleiros matriculados e que se acham privados pela Superintendência Municipal e Policia Civil do livre exercício de sua profissão e sob a ameaça ou iminência de violências ou coação ilegal, como passa a demonstrar.<sup>426</sup>

Os conflitos tiveram como estopim a imposição, por parte da Superintendência Municipal, de regulamentos que obrigavam os cocheiros a usarem uniformes padronizados no exercício de sua profissão. O regulamento de 1899, em seu artigo 14, exigia que os trabalhadores se apresentassem “decentemente vestidos”, sem especificar modelos, cores ou tecidos. No entanto, a partir de 1907, novos editais passaram a determinar trajes específicos, com túnicas e calças de flanela azul-marinho, chapéus pretos, colarinhos altos e punhos postiços, o que foi considerado pelos trabalhadores como uma exigência abusiva e desproporcional, especialmente frente ao clima equatorial de Manaus. A medida culminou na cassação das licenças dos que não se adequassem, o que levou à paralisação dos serviços.

Cocheiros que não cumpriam a norma foram multados, e muitos tiveram suas licenças suspensas. A polícia civil atuou como “auxiliar da municipalidade”, impedindo que os trabalhadores continuassem a exercer sua função, sob a alegação de que estavam em desacordo com os decretos administrativos. Diante do constrangimento imposto, os trabalhadores recorreram ao advogado Augusto César Lopes Gonçalves, que ingressou com uma petição de *habeas corpus preventivo* junto ao Superior Tribunal de Justiça do

---

<sup>426</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1724, 09 de janeiro de 1909.

Estado em favor de trinta cocheiros, argumentando que estavam sendo privados do exercício de uma profissão lícita, sem respaldo em lei formal.<sup>427</sup>

No *habeas corpus*, o advogado sustentou que a imposição da indumentária violava o regulamento de 1899 e não possuía base em lei, configurando coação ilegal e abuso de autoridade por parte da municipalidade.<sup>428</sup> Além disso, a petição datada de 5 de janeiro de 1909, contou com pareceres médicos que reforçavam a inadequação do fardamento às condições climáticas da cidade, entre eles os doutores Ribeiro da Cunha, Carlos Grey e A. Linhares, que destacavam os riscos à saúde causados pela obrigatoriedade do uso de peças pesadas e abafadas sob o calor.<sup>429</sup>

[...] três distintos clínicos notadamente conhecidos por sua independência de caráter, saber e ponderação, em pareceres publicados pelo Amazonas de 1.º do corrente, condenaram o fardamento de flanela azul marino, por ser roupa de lã, anti-higiênica, atentas as condições de temperatura atmosférica desta cidade.

Esses três clínicos, que são os ilustrados srs. Drs. Ribeiro da Cunha, Carlos Grey e A. Linhares, consideram semelhante uniforme, de colarinho alto e todo abotoado, deste o pescoço em desacordo absoluto com o preceito da higiene moderna nos climas tropicais.<sup>430</sup>

A maior parte dos profissionais recolheu seus carros às cocheiras, deixando as ruas de Manaus desprovidas de transporte de aluguel. A paralisação evidenciou a organização da categoria de cocheiros na cidade, mesmo nesse momento, havendo a ausência de uma organização representativa. Segundo reportagem do *Jornal do Comércio*, datada de 31 de dezembro de 1908, que cobria os acontecimentos nas semanas que antecederam a ação judicial, a ausência dos cocheiros causou transtornos à rotina da cidade e gerou apreensão entre os usuários habituais do serviço, inclusive entre membros da elite local. A greve, portanto, serviu também como forma de visibilização social da importância do trabalho desses profissionais e da centralidade que ocupavam na circulação urbana do período.<sup>431</sup>

Embora o desfecho dos processos não tenha revertido de imediato as sanções impostas pela intendência, a ação colocou em debate os limites da regulamentação administrativa e os direitos fundamentais dos trabalhadores no espaço público. A estratégia jurídica dos cocheiros demonstrou a incorporação de mecanismos de defesa

<sup>427</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1724, 9 de janeiro de 1919.

<sup>428</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1724, 9 de janeiro de 1919.

<sup>429</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1724, 9 de janeiro de 1919.

<sup>430</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1724, 9 de janeiro de 1909.

<sup>431</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1715, 31 de dezembro de 1908.



previstos no ordenamento liberal da Primeira República, algo que também foi observado em outras mobilizações operárias, como as dos ferroviários e estivadores, que buscavam respaldo legal em momentos de repressão.<sup>432</sup>

O caso dos cocheiros de Manaus guardava semelhanças com outras experiências no Brasil em que o uso do uniforme representava uma tentativa de disciplinamento do trabalhador. Conforme argumenta Loner, as vestimentas exigidas por patrões e autoridades frequentemente funcionavam como marcadores de hierarquia, obediência e controle. Nesse sentido, a resistência dos cocheiros ao uniforme podia ser lida como uma recusa à submissão simbólica e à padronização dos corpos trabalhadores, em uma conjuntura de modernização conservadora e de ordenamento das cidades segundo princípios de higiene, decoro e disciplina.<sup>433</sup>

A greve dos cocheiros demonstrou que, mesmo sem sindicatos formais, havia uma cultura de mobilização e solidariedade entre os trabalhadores urbanos. Essa cultura se expressava na articulação por ofícios, no uso estratégico da imprensa, no recurso ao direito e, sobretudo, na ação coletiva. Como lembra Batalha, o mutualismo e a mobilização de ofício foram formas fundamentais de construção da identidade operária no Brasil da Primeira República, sendo especialmente importantes em locais onde as estruturas sindicais ainda estavam em formação.<sup>434</sup> Além disso, esta greve possibilitou observar que o embate entre cocheiros e autoridades não se restringiu ao campo administrativo, mas adquiriu contornos de enfrentamento político mais amplo, envolvendo a justiça e o instrumento de *habeas corpus*. A greve, ao paralisar um serviço essencial da cidade, o dos transportes, colocou em xeque a autoridade da intendência e mobilizou a opinião pública, conforme registrado em diversos editoriais da imprensa comercial,<sup>435</sup> ao recorrerem à justiça, os trabalhadores também deslocaram o conflito para um espaço onde podiam se fazer ouvir sob o amparo das garantias constitucionais.

### 3.2 A GREVE DOS PADEIROS E A CRISE DA BORRACHA (1913)

A grave crise econômica que se abateu sobre a praça comercial de Manaus, em setembro de 1913, foi o pano de fundo de um dos episódios envolvendo trabalhadores do setor de panificação, cujas práticas organizativas vinham se afirmando, ainda que de modo delicado, desde o início da década. No dia 25 daquele mês, em meio ao fechamento em

<sup>432</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 275.

<sup>433</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 285.

<sup>434</sup> BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Op. Cit., p. 51.

<sup>435</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1724, 9 de janeiro de 1909.

massa das casas comerciais da cidade, deliberado pela *Associação Comercial do Amazonas* (ACA) como forma de protesto pela ausência de auxílio federal, foi registrada uma movimentação atípica entre os padeiros da capital. Segundo noticiou o *Jornal do Comércio*:

Houve ontem, para quebrar a tranquilidade até agora observada, um ligeiro incidente, motivado pela atitude de certos padeiros, incidente que nenhuma importância teve pelas providências imediatamente dadas pelo dr. Chefe de polícia.<sup>436</sup>

Ainda na mesma edição, o periódico detalhava que, naquela manhã, alguns donos de padaria haviam “recusado mandar fazer o pão da tarde e, como os demais não aderissem à ideia, foram por aqueles ameaçados”, o que motivou a pronta intervenção da chefatura de polícia, que acionou o delegado interino do 1.º distrito para que tomasse as providências cabíveis.<sup>437</sup>

A resposta das autoridades foi imediata e os padeiros identificados como aderentes à paralisação foram advertidos de que seriam responsabilizados por qualquer distúrbio causado contra os estabelecimentos em funcionamento ou contra seus empregados, em especial aqueles que insistissem em manter a venda do pão. Embora tratada como um “incidente”, a ação foi interpretada pela imprensa local e pela chefatura como uma tentativa de greve, o que demonstrava o grau de sensibilidade social diante de qualquer forma de interrupção da rotina urbana.

Na ocasião, as padarias Frankfort, Portuense, Vienense, Onça, Brasil, Manáos e Brasil filial foram publicamente identificadas como adeptas da paralisação, enquanto outras, como a Bijou e sua filial, Universal, São Sebastião, Dois Irmãos, Amazonas e Mimi, permaneceram em atividade. Essa nomeação minuciosa das padarias, publicada no *Jornal do Comércio*, atuava marcando os limites entre lealdade comercial e desordem política num momento em que a cidade se via envolvida em uma greve patronal disfarçada de mobilização. A reação policial, ainda que pontual, foi eficaz em conter o movimento, e a vigilância foi reforçada ao longo dos dias seguintes para impedir qualquer nova articulação por parte dos trabalhadores da panificação.

O esforço de contenção policial, porém, não foi suficiente para apagar as marcas do conflito entre os trabalhadores da panificação. As divergências internas à categoria tornaram-se visíveis quando, além da interrupção de atividades em algumas padarias,

<sup>436</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3381, 25 de setembro de 1913.

<sup>437</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3381, 25 de setembro de 1913.

vieram à tona os relatos de intimidações e agressões entre os próprios padeiros. No mesmo dia 25 de setembro, o *Jornal do Comércio* relatava que, ao saber da tentativa de adesão parcial à paralisação, o chefe de polícia ordenara “que o delegado interino do primeiro distrito procurasse os grevistas, responsabilizando-os pelos distúrbios que pudessem provir de seu procedimento, já prejudicando os proprietários das casas que fabricassem o pão, já impedindo, por si e por seus empregados, a respectiva venda”.<sup>438</sup>

O uso do termo “grevistas” nesta formulação oficial, ainda que sem uma estrutura sindical clara, indicava a forma como o movimento era percebido pelas autoridades como uma ameaça potencial à ordem pública, mesmo sem articulação formal. A própria chefatura, comandada por João Lopes Pereira, passou a acompanhar diretamente a movimentação das padarias, fazendo com que a vigilância se estendesse por toda a cidade, enquanto o jornal reportava, diariamente, a manutenção da calma como se fosse um bem público sob constante ameaça.

No dia seguinte, uma nota publicada no mesmo periódico lançou mais informações sobre os bastidores do episódio ao divulgar uma carta enviada por José Nunes de Lima, proprietário da padaria Mimi, que rechaçava a existência de qualquer greve no setor. Em seu texto, o comerciante negava “o que dissemos e pretendia provar que nada havia ocorrido do que afirmamos”. A resposta editorial foi imediata e incisiva:

As informações que demos, devemos dizê-lo para esclarecimento do missivista, foram fornecidas pela polícia e nem de outro modo poderíamos citar os nomes de todos aqueles homens que foram presos pelas autoridades quando pretendiam desacatar um vendedor de pão e que só obtiveram sua liberdade, mediante garantia dos respectivos patrões.<sup>439</sup>

A contundência do editorial não deixava dúvidas quanto à existência de um conflito real, ainda que difuso, marcado por práticas de coerção mútua entre trabalhadores e pela ausência de uma liderança unificada que pudesse canalizar o descontentamento para uma agenda reivindicatória comum. A alegação de que “na classe, não existe a necessária coesão de vistas, na maneira de encarar o momentoso assunto” reforçava essa leitura, evidenciando uma categoria fragmentada, exposta tanto à repressão estatal quanto à disputa de versões impostas pelos jornais e pelo comércio.

A despeito da tensão instaurada e das movimentações atípicas envolvendo tanto os padeiros quanto os comerciantes, revelou-se o caráter assimétrico da greve de setembro

---

<sup>438</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3381, 25 de setembro de 1913.

<sup>439</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3381, 25 de setembro de 1913.

de 1913, sobretudo, em relação à participação dos padeiros. No dia 28, o *Jornal do Comércio* informava que o comércio havia reaberto suas portas, após sete dias de paralisação, “julgando todos que os dias que se passaram [...] foram suficientes como protesto ao abandono, em que se considera a classe, por parte dos altos poderes da Nação”.<sup>440</sup>

A reabertura foi precedida pela distribuição de boletins assinados pela delegação comercial e pela ACA, nos quais se anunciava o envio de telegramas às bancadas do Amazonas e do Pará, bem como ao presidente da República, reafirmando a disposição dos comerciantes em “aguardar com seus estabelecimentos abertos, a resolução das medidas pedidas ao governo federal”.<sup>441</sup> A mobilização organizada e institucionalizada do setor patronal foi, nesse caso, decisiva, controlando os canais de comunicação e mantendo interlocução direta com autoridades federais, o comércio conseguiu recuperar rapidamente sua posição, deixando os trabalhadores à margem de qualquer negociação.

Entre os padeiros, não houve registro de reunião, documento ou liderança que formalizasse reivindicações ou conduzisse o grupo para além dos episódios pontuais de recusa à produção. A ausência de conquistas concretas e de continuidade organizativa após a paralisação reforçava o entendimento de que sua participação estava diluída na conjuntura mais ampla, sendo tratada ora como incidente isolado, ora como ameaça dispersa. Mesmo o jornal, ao noticiar a normalização da vida urbana, reiterava que “não houve o menor distúrbio”, exaltando o papel da chefatura de polícia e da disciplina dos comerciantes na retomada da ordem.<sup>442</sup>

Os padeiros, por sua vez, desapareceram do noticiário à medida que o conflito se encerrava, sem qualquer menção a negociações, acordos ou efeitos duradouros da mobilização. O silêncio subsequente sugeria que, diante de um cenário de crise econômica, as possibilidades de articulação coletiva permaneciam restritas a ações pontuais, sem estrutura de sustentação suficiente para a disputa de direitos.

A greve dos padeiros, no contexto da crise da borracha de 1913, evidenciou os limites estruturais da ação coletiva entre trabalhadores vinculados a ofícios artesanais na cidade de Manaus durante a Primeira República. Fragmentada, sujeita à vigilância policial imediata e sem canais institucionais de negociação, a categoria dos padeiros oscilava entre a tentativa de paralisações pontuais e a rápida dissolução de seus movimentos.

---

<sup>440</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3384, 28 de setembro de 1913.

<sup>441</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3384, 28 de setembro de 1913.

<sup>442</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3384, 28 de setembro de 1913.

A ausência de uma pauta pública, de uma direção organizativa visível e de continuidade nas ações reforçava a ideia de que, naquele momento, o associativismo local ainda enfrentava obstáculos para se constituir como força reivindicatória autônoma. Em termos comparativos, essa dinâmica refletia os desafios enfrentados por outras formações sindicais de base ofício em regiões distintas do país, como aponta Loner, ao analisar a fundação do *Sindicato dos Padeiros de Pelotas*: “apesar de se tratar de uma categoria com presença urbana antiga, a consolidação de uma organização sindical de resistência só se deu tardiamente, enfrentando divisões internas e forte oposição patronal”.<sup>443</sup>

Embora o caso amazonense não possa ser confundido com a realidade gaúcha, a comparação é útil para indicar que o tipo de estrutura produtiva, a dispersão da mão de obra e a falta de respaldo legal para o exercício da greve contribuíam, em diversas localidades, para a instabilidade e fragilidade das entidades por ofício. Em Manaus, os padeiros não apenas viram sua paralisação ser rapidamente desmobilizada, como foram excluídos da agenda de negociação que selou o fim do conflito comercial, fato que reforçava sua posição marginal nas disputas por direitos e na cena pública da cidade.

### 3.3. UNIÃO DOS CHAUFFEURS, CARROCEIROS E BOLEIROS (1914)

A conjuntura de Manaus na década de 1910 afetou o abastecimento, a navegação e a circulação de mercadorias e pessoas. Ao mesmo tempo, medidas de centralização do abastecimento, como o monopólio exercido pela empresa *The Manáos Markets and Slaughterhouse Ltd.*, contribuíram para agravar o quadro de carestia, especialmente entre os moradores das áreas mais afastadas do centro urbano.<sup>444</sup> Nesse cenário, a atuação dos trabalhadores do transporte tornou-se central na dinâmica da cidade, devido à sua crescente capacidade de organização e resposta coletiva diante das adversidades.

Foi nesse contexto de agravamento das tensões sociais e de expansão da mobilização operária que se consolidou a *União dos Chauffeurs, Carroceiros e Boleiros de Manaus*, criada em 1914. Essa entidade se inseria no conjunto mais amplo de associações formados na cidade durante as primeiras décadas do século XX, refletindo o avanço do processo de organização por ofício, conforme já registrado por Pinheiro e Pinheiro e corroborado pela bibliografia sobre o associativismo no Amazonas.<sup>445</sup>

<sup>443</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 181.

<sup>444</sup> ARAÚJO, Moisés Dias de. *O grito dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 51-52.

<sup>445</sup> PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus*. Op. Cit.

A percepção encontrava respaldo direto na imprensa operária, por exemplo, em 1.º de maio de 1914, o jornal *A Lucta Social*, sob a direção de Tércio Miranda, publicava com entusiasmo a composição administrativa da *União dos Chauffeurs, Carroceiros e Boleiros*, ao mesmo tempo em que declarava seu apoio à causa dos trabalhadores:

Deste sindicato há pouco organizado, recebemos um ofício uma lista dos elementos componentes dos seus corpos administrativos, sendo já empossados nos seus respectivos cargos.

Secretário geral – Caros Alves; Secretário do expediente – Miguel Neto; Secretário das Actas – Augusto Barros; tesoureiro – J. R. Pinto; procurador – M. da Costa Veloso; bibliotecário – M. Mourão; Fiscaes – Manuel Ligeiro, Leonidio Correia e Nicolau Pireli, Paulo Tentador, L. de Souza, Ab. Bernardino, A. Groudri, J. L. Simões, A. M. Garcia; Comissão de Vigilância – M. Marques, L. Avelino, F. Bento, A. Mateus, J. Buler, S. da Silva, F. Soares, L. Martins [...].

Aos camaradas deste sindicato, felicitamos a sua iniciativa, não devendo, para colher proficuos resultados, abandonar o campo da lucta a defender os que trabalham, da influência maléfica dos seus senhores.<sup>446</sup>

A fundação da União esteve diretamente ligada à intensificação dos conflitos entre essas categorias profissionais e as autoridades municipais e policiais, sendo marcada por constantes greves e protestos públicos ao longo dos anos seguintes que denunciavam práticas abusivas, demandas salariais e disputas pelo reconhecimento institucional da categoria profissional.

Ainda antes da formalização da *União dos Chauffeurs, Carroceiros e Boleiros*, um episódio ocorrido em janeiro de 1913, já revelava o embrião de uma ação coletiva entre os condutores de veículos. O estopim da paralisação foi uma nova regulamentação do serviço de tráfego urbano, definida em reunião entre o chefe de polícia e o superintendente municipal, a qual estabelecia que os *chauffeurs* não poderiam mais “abandonar” os automóveis em vias movimentadas como a avenida Eduardo Ribeiro para se agruparem nas portas dos botequins.

Agindo prontamente no cumprimento de seu desideratum, o chefe de polícia, Dr. João Lopes, determinou ao delegado do segundo distrito providências no sentido de evitar que os *chauffeurs* abandonassem os seus autos em meio a Avenida Eduardo Ribeiro e outros pontos para se reunir em agrupamentos as portas dos botequins.<sup>447</sup>

<sup>446</sup> *A Lucta, Social*, Manaus, n. 1, 1 de maio de 1914.

<sup>447</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3134, 18 de janeiro de 1913.

A ordem policial, que exigia a permanência dos motoristas junto aos seus veículos, foi considerada abusiva pelos condutores, que então decidiram interromper o serviço noturno e recolher os carros às garagens. Embora a greve tenha sido breve, encerrando-se no dia seguinte, já demonstrava a capacidade de articulação da categoria diante de medidas administrativas consideradas arbitrárias.<sup>448</sup>

A conjuntura se agravaria nos anos seguintes, em especial no emblemático ano de 1917, quando, em meio a um clima social marcado por aumentos do custo de vida e constantes denúncias de abusos policiais, os *chauffeurs* e cocheiros voltaram a se declarar em greve, agora com maior amplitude. Deflagrada no início de agosto, a paralisação foi motivada pela revogação de uma prática que vinha sendo adotada informalmente nas delegacias de polícia, a de mediar e forçar, mediante ameaça de prisão, o pagamento de dívidas contraídas por passageiros com motoristas e cocheiros. Segundo editorial do *Jornal do Comércio*, a portaria do chefe de polícia foi resultado direto de uma denúncia feita pelo próprio periódico sobre o uso indevido da polícia como instrumento de cobrança de dívidas. A resposta institucional veio acompanhada de um inquérito e da emissão de uma portaria proibindo tais práticas:

O Dr. Freitas de Bastos, chefe de polícia, tomando em consideração a local desta folha, mandou abrir um rigoroso inquérito, a fim de apurar a veracidade da denúncia. O resultado desse inquérito veio confirmar as afirmativas do JORNAL e motivou uma portaria da mesma autoridade, determinando aos delegados de polícia do primeiro e segundo distrito que cientificassem aos seus auxiliares que não deviam tomar conhecimento de queixas sobre dívidas de automóveis, carros de praças, hotéis e qualquer outras.<sup>449</sup>

Embora a demanda dos grevistas não encontrasse respaldo legal, o movimento rapidamente adquiriu contornos mais amplos, com tentativas de envolvimento de outras categorias, como carroceiros, estivadores, motoristas e condutores de bondes. A repressão foi imediata, além da intensificação do policiamento e da prisão de lideranças como Alfredo Silva, conhecido como “Medalha”, o chefe de polícia recusou qualquer negociação sustentando que “não se afastaria da lei”.<sup>450</sup> A imprensa comercial da cidade, por sua vez, ridicularizou as reivindicações dos grevistas, qualificando-as como “sem defesa”, “inglórias” e até mesmo “hilárias”, sugerindo que, em lugar de recorrer à polícia, os condutores passassem a exigir o pagamento adiantado pelas corridas.

<sup>448</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3134 e 3135, 18 e 19 de janeiro de 1913.

<sup>449</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4768, 7 de agosto de 1917.

<sup>450</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4768 e 4769, 7 e 8 de agosto de 1917.

Os *chauffeurs* e cocheiros dos carros de praça mantiveram-se, ontem, ainda em parede, procurando adeptos para a sua causa inglória. A opinião pública é toda contrária à atitude tomada pelos grevistas, reconhecendo que não tem razão de ser a resolução que abraçaram. [...] Em qualquer lugar onde chegar a notícia de que os *chauffeurs* e cocheiros de Manaus declararam-se em greve por não querer a polícia cobrar as suas contas, o fato causará hilaridade, por único em todo o país. Basta de desmoralização para o Amazonas, não devemos consentir que isto se transforme num burgo pobre.<sup>451</sup>

Apesar da reação negativa da “opinião pública”, o movimento persistiu por vários dias, levando os grevistas a recorrerem a um advogado, Dr. Carlos Eugenio Chauvin, e a pedirem proteção policial contra possíveis represálias no retorno ao trabalho. A greve, no entanto, não logrou êxito, e os veículos permaneceram parados, com prejuízos para os proprietários de carros e ganhos para empresas como a *Manáos Tramways*, que exploravam o transporte coletivo de bondes elétricos.<sup>452</sup> A resolução do impasse não ocorreu por meio de concessões, mas pela exaustão do movimento, conforme denunciado pela própria imprensa:

É fora de dúvida que os grevistas reconhecem a inviabilidade do que exigem, tendem a ceder renunciando parte de suas pretensões. O Dr. Chefe de polícia, porém, fiel ao cumprimento de seus deveres negou o pedido dos grevistas, tornando público seu ato. Tudo nos induz a crer que a greve está por expirar, voltando ao trabalho todos os que a promoveram e que muitos e mui relevantes prejuízos hão tido com a abstenção do trabalho.<sup>453</sup>

Os efeitos da crise econômica e do encarecimento dos gêneros de primeira necessidade continuaram impactando fortemente o cotidiano dos trabalhadores de Manaus ao longo da década de 1920, afetando particularmente as profissões ligadas ao transporte urbano e de cargas. Em fevereiro de 1924, um novo movimento grevista foi desencadeado, desta vez reunindo bolieiros, *chauffeurs* de caminhões e carroceiros em uma paralisação articulada e pacífica. A principal reivindicação era o aumento imediato dos salários, que os grevistas alegavam estar defasados frente ao custo de vida. Os bolieiros e *chauffeurs* de caminhões pleiteavam ordenados de cinquenta mil réis, enquanto os carroceiros e seus ajudantes demandavam sessenta mil réis. O movimento teve início por volta das sete horas da manhã, com a paralisação total do tráfego desses veículos, gerando impactos no abastecimento da cidade.

<sup>451</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4769, 8 de agosto de 1917.

<sup>452</sup> *A Capital*, Manaus, n. 24 e 26, 8 e 10 de agosto de 1917.

<sup>453</sup> *A Capital*, Manaus, n. 25, 9 de agosto de 1917.



Apesar da contundência da mobilização, o movimento foi rapidamente desmobilizado ainda na mesma manhã. Conforme noticiado pelo *Jornal do Comércio*, apenas uma hora após o início da paralisação, os patrões ofereceram um aumento de trinta mil réis para todas as categorias, o que foi aceito prontamente pelos grevistas.

Cerca de sete horas da manhã os carroceiros resolveram estabelecer uma parede pacífica, a fim de pleitear o aumento de ordenados, sendo os de bolieiros e *chauffeurs* de caminhões, de cinquenta mil réis e os de carroceiros e ajudantes de caminhões, de sessenta mil réis. [...] Ficou paralisado o tráfego de carroças e caminhões, sendo, porém, uma hora depois, restabelecido o serviço por terem os patrões resolvido dar logo solução ao caso, estabelecendo o aumento de trinta réis para todos, com o que concordaram os grevistas.<sup>454</sup>

O acordo selado evidenciou tanto a capacidade de negociação imediata da classe patronal quanto a força da mobilização dos trabalhadores em obrigar uma solução rápida para suas demandas. A presença de lideranças como Emiliano Marinho de Alcântara, presidente da *Associação dos Carroceiros*, e do advogado João de Freitas reforçava a importância da organização associativa como canal de interlocução com autoridades e empregadores.<sup>455</sup>

No ano seguinte, uma nova mobilização reforçaria essa tendência de ação coletiva e pressão direta por melhores condições de vida e trabalho. Em março de 1925, uma proposta patronal previa uma tabela de salários de trezentos e quarenta mil réis para *chauffeurs* e seus ajudantes e de duzentos e oitenta mil réis para carroceiros. A proposta foi rejeitada pela *Associação Beneficente dos Carroceiros*, o que levou a *Associação Comercial do Amazonas* a intervir nas negociações. O impasse foi superado após nova rodada de tratativas, com os patrões finalmente atendendo às reivindicações dos trabalhadores.<sup>456</sup> Nesse cenário, novamente se destacou o papel de mediação das associações operárias, que funcionaram como instrumento de pressão legítima e de representação coletiva em um contexto de ausência de regulamentação trabalhista.

A atuação das entidades se intensificaria nos anos subsequentes, culminando na consolidação da *União dos Chauffeurs no Amazonas*, cuja existência foi documentada ao menos desde 1926, com convocação para a eleição de seus corpos administrativos:

De ordem do sr. Presidente, convido a todos os sócios fundadores desta novel associação, bem como os *chauffeurs* em geral, para uma reunião a realizar-se na sede da *Associação dos Empregados no Comércio do*

<sup>454</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7109, 27 de fevereiro de 1924.

<sup>455</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 27 de fevereiro de 1924.

<sup>456</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 5 de março de 1925.

*Amazonas*, no próximo domingo (29 do corrente), às 9 horas da manhã, a fim de proceder-se à eleição dos corpos administrativos que tem de dirigir os trabalhos da mesma durante o ano social.<sup>457</sup>

A estruturação dessa associação sinalizava o fortalecimento institucional de uma categoria que, ao longo das décadas anteriores, atuava de forma contínua em diversas frentes de reivindicação. Em 1930, a *União dos Chauffeurs no Amazonas* realizaria mais uma assembleia geral ordinária, conforme estabelecia seu estatuto, com o objetivo de celebrar seu aniversário e preencher cargos vagos na diretoria. Segundo o edital assinado por Luciano Antony, presidente da entidade, estavam convidados todos os membros da assembleia geral e os sócios quites com os cofres sociais.

De acordo com o que preceitua o art. 15 dos estatutos da *União dos Chauffeurs no Amazonas* realiza-se no dia 13 do corrente uma sessão de assembleia geral para comemoração de mais um aniversário desta sociedade bem assim para o preenchimento de cargos vagos na diretoria. Para a referida assembleia geral que é ordinária, ficam convidados todos os membros da assembleia geral da União, bem como os demais sócios quites com os cofres sociais.<sup>458</sup>

O uso de instrumentos formais de gestão e a manutenção da atividade associativa ao longo do tempo evidenciavam um amadurecimento organizativo que refletia o avanço das lutas coletivas e a consolidação de uma identidade de ofício entre os trabalhadores do transporte urbano de Manaus. Dois anos antes da referida assembleia, a entidade já era retratada publicamente como uma agremiação combativa. Em 1º de maio de 1928, o jornal *Primeiro de Maio* exaltava a vitalidade da *União dos Chauffeurs*, destacando seus dirigentes e sua disposição para o enfrentamento:

Rumando a trilha do progresso, essa novel associação de classe muito já tem produzido no curto período de sua existência. Tenho como limoneira o bemquisto e esforçado senhor João Raymundo Mendes, seu presidente, auxiliado por um braço forte, o camarada João Avelino, a União dos *Chauffeurs* não mede sacrifício no que diz respeito ao amparo da causa de seus associados. Enfrentando corajosamente as intempéries da vida, a que estão sujeitos os seus filiados, a agremiação dos *chauffeurs*, há de chegar, com firmeza ao ponto desejado, a união perfeita de todos os seus elementos.

A sua directoria está assim organizada:

Assembleia Geral: Presidente, José Caminha Pereira da Silva; 1º secretário, Bernardino Mendes Garcia (reeleito); 2º secretário, José Antônio Garcia. Directoria: Presidente, João Raymundo Mendes (reeleito); 1º secretário, Mario A. de Almeida Cruz; 2º secretário,

<sup>457</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7964, 29 de agosto de 1926.

<sup>458</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 19 de agosto de 1930.

Antonio I. Marques; tesoureiro, Sebastião Coelho. Conselho Fiscal: Manoel Abreu (reeleito), João Avelino e Arnaldo F. Silva.<sup>459</sup>

**Figura 8** - João Raymundo Mendes - presidente da União dos *Chauffeurs*



**Fonte:** *Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 1 de maio de 1928.

O discurso celebrativo projetava a associação como um espaço de união, reforçando a imagem de uma entidade firmemente estruturada e socialmente valorizada por seus pares. Observa-se também que a matéria da edição especial do *Primeiro de Maio*, mostrou que a *União dos Chauffeurs* já era um ponto de referência na dinâmica associativa em Manaus.

Esse processo de amadurecimento não podia ser dissociado do histórico de mobilizações que antecederam a consolidação da *União dos Chauffeurs no Amazonas*. A sucessão de greves entre 1913 e 1925, a criação de entidades representativas, e o envolvimento em disputas contra abusos policiais e carestia de vida evidenciava que, mesmo enfrentando limitações materiais, a categoria conseguiu desenvolver formas autônomas de organização. O associativismo, nesse sentido, se apresentou como um núcleo de articulação das demandas e, sobretudo, da construção de estratégias de resistência da classe trabalhadora.

Visto em perspectiva, a história da *União dos Chauffeurs, Carroceiros e Boleiros* manifestava a sua capacidade de construir formas organizativas que estavam enraizadas

---

<sup>459</sup> *Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 1 de maio de 1928.

no cotidiano. Ao longo de quase duas décadas, enfrentaram desde a repressão policial e a ridiculização pública até a negligência patronal, reagindo com greves, articulações coletivas e a criação de uma estrutura associativa própria. Tal como apontado por Linden, sindicatos e uniões operárias, mesmo quando restritas a funções setoriais, tornavam-se “o teste máximo da capacidade de controlar uma esfera”,<sup>460</sup> e, foi justamente esse o desafio enfrentado por essas categorias em Manaus.

Ainda que as conquistas obtidas ao longo desse período tenham sido, muitas vezes, de caráter pontual, como o aumento salarial conquistado em 1924, ou a restituição de práticas arbitrárias de cobrança mediada pelas delegacias, o saldo organizativo foi significativo. A persistência dessas associações até os anos 1930, demonstrava que havia ali um núcleo operativo de trabalhadores conscientes de sua posição na engrenagem urbana e decididos a influenciar seus próprios destinos. Além disso, como no caso de outras entidades de ofício analisadas neste capítulo, a construção de uma identidade coletiva, caracterizada pela solidariedade e pela reivindicação, consolidou as bases para uma cultura associativa que deixaria marcas permanentes na história social da cidade.

### 3.4. A REVOLUÇÃO DA UNIÃO DOS ALFAIATES DE MANAUS (1915)

A greve deflagrada pelos alfaiates da cidade de Manaus, em agosto de 1915, podia ser interpretada como uma das ações mais contundentes de resistência empreendidas por uma associação de ofício durante a Primeira República. Diferentemente das paralisações esporádicas e pouco estruturadas que marcaram a trajetória de categorias como os padeiros ou cocheiros nos anos anteriores, os alfaiates apresentaram um grau de coordenação interna e disciplina organizativa que os inseria no tipo de sindicato autônomo descrito por Marcel Van Der Linden, aquele voltado prioritariamente à organização de greves como forma de enfrentamento das desigualdades no interior da relação capital-trabalho.<sup>461</sup>

A origem do conflito remontava a um desacordo entre o alfaiate Guilherme Hohnson e seu patrão, Augusto de Oliveira, proprietário da alfaiataria *As Tesouras*, localizada à rua Henrique Martins, n. 24. Ao exigir o pagamento de noventa e dois mil réis pelos serviços prestados, Guilherme foi surpreendido pela recusa do empregador, que alegava dever-lhe apenas quarenta e dois mil réis. Durante a discussão, o operário exibiu

---

<sup>460</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo*. Op. Cit., p. 257.

<sup>461</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo*. Op. Cit., p. 250.

vales que comprovariam a quantia total, sendo então agredido verbalmente e fisicamente por Oliveira, que, segundo reportagem:

O sr. Oliveira tentou brutalmente arrebatá-los, chegando mesmo a rasgar alguns. E puxou de um medonho revólver, querendo atirar sobre o seu empregado. Este saiu e deu, sem mais hesitações, ciência do que se passara a União dos Alfaiates de Manáos.<sup>462</sup>

O episódio foi imediatamente comunicado à *União dos Alfaiates de Manaus*, que convocou uma grande reunião emergencial à qual compareceram mais de uma centena de trabalhadores do ramo, incluindo os companheiros diretamente empregados na alfaiataria em questão. A reunião resultou na deliberação coletiva de que nenhum alfaiate associado à União aceitaria prestar serviços à empresa envolvida, “ainda mesmo sob as melhores propostas”.<sup>463</sup> A decisão marcava uma inflexão importante na cultura organizativa do trabalho na cidade, evidenciando a capacidade de articulação de uma entidade que vinha consolidando sua estrutura ao menos desde 1914, ano em que realizou eleição para todos os cargos diretivos. Na ocasião, conforme noticiado pela imprensa:

Realizou-se ontem a eleição para o preenchimento dos diversos cargos da “União da classe dos oficiais de Alfaiate de Manáos”, dando o seguinte resultado: diretoria: presidente, Rodolpho Azevedo Dias; primeiro secretário, João Garcia; segundo, Antonio Longa; secretário correspondente Elysio R. Pinto; tesoureiro, José Marques de Figueiredo; Assembleia Geral: presidente, Miguel Esperança; primeiro secretário, Ignácio Coelho; segundo, Custodio Rodrigues; Conselho Fiscal, Manoel Gaspar, Manoel Alves e José Rodrigues Maia.<sup>464</sup>

De acordo com Marcel Van der Linden, as greves bem-sucedidas pressupõem um grau mínimo de coordenação entre os membros sindicalizados, o que inclui o conhecimento mútuo entre os trabalhadores, meios eficazes de comunicação e um sistema decisório claro, seja ele democrático ou autocrático.<sup>465</sup> O caso dos alfaiates amazonenses demonstra precisamente esse tripé: conhecimento, mobilização e deliberação. A lista nominativa de participantes publicada pelo jornal, com mais de sessenta nomes de trabalhadores envolvidos diretamente, revelava, além da força numérica, uma clara disposição para o enfrentamento, bem como um esforço deliberado de publicidade e legitimação da causa junto à opinião pública.<sup>466</sup>

<sup>462</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4063, 18 de agosto de 1915.

<sup>463</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4063, 18 de agosto de 1915.

<sup>464</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3566, 1 de abril de 1914.

<sup>465</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo*. Op. Cit., p. 256.

<sup>466</sup> Segundo publicação do *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4063, 18 de agosto de 1915. Compareceram na reunião cerca de “cento e tantos alfaiates”, incluindo: os srs. Guilherme Johnson, Albino Felipe da Silva,

A adesão ao movimento foi reforçada com a decisão da *União dos Oficiais de Alfaiate* de manter-se em sessão permanente até a resolução definitiva do conflito. A primeira conquista parcial foi registrada em 1.º de setembro de 1915, quando a entidade declarou ter recebido a confirmação de que o trabalhador Genaro Arnesto havia sido pago. Contudo, essa sinalização não foi suficiente para interromper o movimento, já que os demais ex-oficiais da alfaiataria *As Tesouras* ainda não haviam sido indenizados pelos salários devidos. O *Jornal do Comércio* transcreveu a posição oficial da entidade:

A *União dos Oficiais de Alfaiate* continuará em greve com a Alfaiataria *As Tesouras* até que Augusto de Oliveira termine o pagamento dos seus ex-oficiais. Alguns desses oficiais já foram embolsados de seus salários, faltando ainda alguns por receber, inclusive o ex-contramestre dessa casa, que é quem tem maior importância a receber. Augusto de Oliveira não satisfaz, como havia prometido, o pagamento de todos os seus empregados no dia dois de setembro, razão por que a União continuará em sessão permanente e em greve com a referida casa. A União tomou outras deliberações de caráter reservado.<sup>467</sup>

Esse prolongamento da paralisação, mesmo após o pagamento parcial, evidenciava a disciplina interna da organização, bem como a adoção de estratégias coletivas, próprias de um sindicato que, embora restrito a um ofício artesanal, exercia com clareza funções de resistência diante dos abusos patronais. O movimento crescia em torno de uma lógica de justiça e solidariedade, evitando que a satisfação isolada de um operário provocasse a dispersão da mobilização. Conforme destacou Linden, “as greves são o teste máximo da capacidade de controlar uma esfera”<sup>468</sup>, e a capacidade da União dos Alfaiates de manter seus membros articulados por mais de quinze dias, diante de um

---

Senaro Ernesto, Alberto Pereira da Costa, Augusto Marques, Álvaro Ferreira Lopes, Manoel Antonio e Francisco Antonio Ferreira, empregados n'As Tesouras. O fim da reunião foi, principalmente, contra esta alfaiataria: prontificaram-se os presentes a não trabalhar nessa casa, ainda mesmo sob as melhores propostas. Foi o que nos contaram os queixosos, que estiveram em nossa redação as vinte e três horas de ontem. São os senhores João Francisco dos Santos, Leopoldino Francisco Moita, Manoel Joaquim Lopes, Manoel Francisco Marques, Herminio Pereira Machado, Antonio Rodrigues Maio, José Ferreira Aguiar, Manoel Pinto de Souza, Augusto Emilio de Oliveira, Juezus Cota Janeiro, Antonio da Costa Junior, Paulino Jesus de Loureiro, Antonio Fernandes Cadilho, Abilio Madeira, Antonio Augusto Rodrigues, José Alves Correia, Gabriel Dias, Manoel M. Soares, José Souto, José Laprovihera, Sicola Perlot, Cosentino Francisco, José Brojo Martins, Álvaro Nunes Miguel, João dos Reis, Manoel da Silva, Raymundo Natividade, José Rodrigues Maio, Albino Felipe da Silva, Manoel Rodrigues dos Reis, Manoel José Gradim, Antonio Monteiro, José Manoel Gaspar, Nazario José de Souza, Antonio S. Affonso, David Augusto D. Azevedo, José Marques Figueiredo, Joaquim Henriques, Pedro Scadino, Henrique Gregorio Pestana, Antonio José da Cunha, Joaquim Moreira do Carmo, Miguel Gregorio, Vicente Cosentino, Theodorico Lopes, Manoel da Silva Laires, Antonio Gomes Morim, João Rosa Pires, Manoel Fernandes Gaspar, Antonio Nunes Forres, José Joaquim Ribeiro, José da Conceição Rocha, Cesar da Gama, Felisberto Lopes, Manoel Arraes Pereira Barreto, Albertino Custodio, Alfredo Luiz Vieira, Antonio Rodrigues da Silva, Antonio Soares de Carvalho, Francisco L. da Silva e Americo Ferreira Braga.

<sup>467</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 4080, 4 de setembro de 1915.

<sup>468</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo*. Op. Cit., p. 257.

patronato hostil e em um setor econômico marcado pela informalidade e instabilidade, devia ser interpretada como expressão madura de sua autonomia organizativa.

A greve dos alfaiates de Manaus, deflagrada em agosto de 1915 e conduzida de modo articulado até, pelo menos, a primeira semana de setembro, destacou-se no panorama da organização operária amazonense pela clareza de seus objetivos, pela disciplina de seus participantes e pela resistência da entidade que a coordenou. A *União dos Oficiais de Alfaiates de Manaus* demonstrou uma organização com capacidade real de ação coletiva, baseada em vínculos de ofício e em experiências compartilhadas no cotidiano das oficinas. A coordenação do movimento, com sessões permanentes, assembleias, circulares públicas e deliberações internas, evidenciava o domínio de ferramentas sindicais de negociação, ainda que dentro de um cenário local limitado pelas condições do mercado de trabalho e pelas estruturas repressivas do Estado.

Ao contrário de outras categorias que enfrentavam dificuldades de mobilização devido à dispersão espacial ou à instabilidade do vínculo empregatício, os alfaiates operavam dentro de oficinas fixas, o que, conforme Linden, favorecia sobremaneira a consolidação de sindicatos atuantes. Para o autor, “organizar os trabalhadores que se encontram diariamente em uma única fábrica ou oficina é muito mais fácil do que administrar um sindicato nacional congregando diferentes ofícios”.<sup>469</sup> Em Manaus, essa característica estrutural do ofício da alfaiataria permitiu à categoria experimentar, ainda que de modo localizado, um grau de sindicalismo relativamente “novo” no contexto regional.

Anos depois, a permanência e o fortalecimento do *Sindicato dos Alfaiates do Amazonas* ao longo dos anos 1920, comprovavam que o movimento grevista de 1915, não foi um episódio isolado, mas parte de uma história mais longa de amadurecimento organizativo. Em edição especial do jornal *Primeiro de Maio*, publicada em 1º de maio de 1928, celebrava-se o crescimento e o reconhecimento da entidade, destacando sua diretoria e inserção no movimento sindical:

Esta importante associação de classe, se vai tendo um progresso admirável. Os bondes intuitos empregados pelos brilhantes companheiros de luta, Samuel e Waldemar, aliado a boa vontade de outros baluartes que almejam o progresso da classe, são bastante para se acreditar no conceito das suas congêneres.

A sua actual Directoria está assim constituída: Waldemar Braga, presidente; Antonio Lisboa, 1º secretário; Sebastião do Monte, 2º

---

<sup>469</sup> LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo*. Op. Cit., p. 274.

secretário; Antonio Panilha, tesoureiro. Conselho Fiscal – Antonio Silva, José dos Santos e Nicolau Filard.

Foi fundada a 22 de junho de 1927 e funciona à praça Tamandaré. A sua primeira reunião compareceu apenas quinze operários dos Alfaiates do Amazonas é uma associação respeitável, contando já considerável número de associados.<sup>470</sup>

A menção a sua fundação em 1927 e ao local de funcionamento, bem como o destaque dado aos seus dirigentes e à ampliação do número de associados, evidenciavam o quanto a luta deflagrada na greve de 1915 serviu como alicerce organizativo para as gerações seguintes. O sindicato, agora reconhecido publicamente como “respeitável”, operava com regularidade, tendo seu corpo diretivo e sua sede própria em atuação na cidade.

### 3.5. O CAMINHO DAS OITO HORAS E A GREVE GERAL DE 1919 EM MANAUS

As primeiras horas da manhã de hontem era crescente o número de curiosos nas principais ruas e praças da cidade. Os comentários choviam a granel, acreditando uns na possibilidade de uma greve geral, outros na iminência de graves acontecimentos, em virtude da não anuência de diversas companhias a limitação do trabalho para oito horas. [...] A causa dessa parede prendia-se a não anuência da companhia ao pedido do *Comitê de Operários do Amazonas* sobre a limitação do serviço para oito horas, nas suas oficinas.<sup>471</sup>

À medida que os dias passavam, as ruas de Manaus se tornaram cenário de uma experiência coletiva de greve que articulava as demandas econômicas e políticas da classe trabalhadora. O que inicialmente parecia ser uma “greve parcial”, conforme relatado pelo *Jornal do Comércio*, rapidamente evoluiu para um movimento de abrangência sem precedentes na cidade. O clima de insatisfação não se restringia ao Amazonas, entre os anos de 1917 e 1919, várias cidades brasileiras enfrentaram diversas paralisações e protestos organizados pelos trabalhadores.

Em âmbito internacional, o final da Primeira Guerra Mundial intensificou em Manaus uma série de tensões econômicas e sociais que já estavam em curso desde a queda dos preços da borracha. O aumento do custo de vida, especialmente em relação a alimentos, habitação e transporte, agravou as condições da população, particularmente a trabalhadora, e reacendeu antigas reivindicações. Em várias partes do país, os anos de

<sup>470</sup> *Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 1 de maio de 1928.

<sup>471</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5398, 14 de maio de 1919.



1917 e 1919 foram marcados por paralisações que envolveram múltiplas categorias, e na cidade de Manaus não foi diferente. A ideia de reduzir a jornada de trabalho para oito horas ganhou novo apoio, sendo apresentada em assembleias organizadas por sindicatos e associações de ofício.

As péssimas condições de vida e trabalho incentivaram a atuação de sociedades como a *União Operária Amazonense* e a *Associação das Quatro Artes da Construção Civil*, que reuniam trabalhadores da construção civil, estucadores, pedreiros e pintores. Outras entidades, como a *União Beneficente dos Foguistas* e a *União dos Pedreiros*, começaram a atuar em conjunto na tentativa de pautar suas demandas comuns e organizar ações coordenadas. Segundo Aldrin Castellucci, a greve geral de junho de 1919 em Salvador, por exemplo, foi condicionada pelas flutuações econômicas derivadas da guerra, a crise política estadual e o crescimento das organizações sindicais. Esse modelo possibilitava compreender, em parte, o que também ocorria em Manaus.<sup>472</sup>

A conjuntura internacional de 1917, juntamente com os debates promovidos pela recém-criada Organização Internacional do Trabalho (OIT), influenciava os trabalhadores amazonenses por meio de jornais e panfletos. Como mencionado ao longo deste capítulo, Marcel Van der Linden, define as greves “como formas de luta, coerção e poder, nas quais grupos de trabalhadores, agindo coletivamente, param de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas”.<sup>473</sup> Esta definição é elucidativa para compreender por que as paralisações deixaram de ser vistas como respostas isoladas e passaram a ser consideradas uma estratégia de classe. A repressão às primeiras greves do período republicano não desestimulou a mobilização dos trabalhadores em Manaus. Pelo contrário, reforçou a percepção de que seria necessário ampliar alianças e construir uma articulação mais robusta entre as associações. Experiências anteriores, como as greves dos padeiros em 1913 e dos alfaiates em 1915, demonstraram que a unidade entre os ofícios seria fundamental para pressionar o patronato e negociar com o Estado.

Em maio de 1919, o *Jornal do Comércio* relatava que “quase todas as firmas, empresas, companhias e oficinas já acederam ao pedido feito pelo Comitê, em circulares, sobre a limitação do trabalho”, e que o restante das negociações recaía sobre companhias estrangeiras, como a *Manáos Harbour* e a *Manáos Tramways*.<sup>474</sup> Nesse novo contexto, a

---

<sup>472</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005, p. 134.

<sup>473</sup> LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 2013.

<sup>474</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5396, 12 de maio de 1919.

questão das oito horas de trabalho não estava apenas vinculada a uma perspectiva econômica, mas também se articulava como um projeto de reorganização do tempo de vida.

Em julho de 1919, o chefe do Executivo, apresentava mensagem na Assembleia Legislativa, destacando uma solidariedade e apontando para um sentimento de pertencimento que entornava o “localismo” e se inscrevia em uma rede maior de experiências compartilhadas:

Por meados de maio, manifestaram-se em greve os operários e trabalhadores das empresas que exploram serviços vários nesta capital. Greve parcial e pacífica, na solidariedade que os filhos do trabalho, espalhados pelo mundo, têm dado aos apelos veementes dos seus companheiros que, sob organizações sociais e políticas incomparáveis as nossas, que são tolerantes e livres, procuram uma libertação do regime sob que vivem.<sup>475</sup>

A cultura de greve que se consolidava não estava desconectada das práticas mutualistas anteriores. Ao contrário, muitas das associações que lideraram os protestos de 1919 haviam surgido como entidades beneficentes e ao longo dos anos foram gradualmente incorporando núcleos de mobilização. Leite observa que “a greve pode ser vivenciada pelos trabalhadores como uma festa de libertação, mesmo quando o movimento não é suficiente para permitir a conquista das reivindicações que o desencadearam”.<sup>476</sup>

Com diferentes matizes ideológicos e formas de organização, as associações presentes nas reuniões de abril e maio, como a *União Operária Amazonense*, a *União dos Foguistas do Amazonas*, a *União dos Pedreiros* e a *Associação das Quatro Artes*, demonstravam que o associativismo operário em Manaus havia atingido um novo patamar de articulação, ancorado em experiências acumuladas e numa leitura comum das condições locais e globais do trabalho.

Ainda em meados de abril de 1919, intensificavam-se as reuniões de trabalhadores em diferentes pontos de Manaus, culminando na criação do *Comitê de Operários do Amazonas*, instância coletiva voltada à coordenação das ações reivindicatórias. A formação do Comitê foi anunciada com destaque pelo *Jornal do Comércio* como uma articulação ampla e deliberativa, com sede nas dependências da *União Operária*

<sup>475</sup> MENSAGEM apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em 10 de julho de 1919, pelo presidente do Estado Pedro de Alcântara Bacellar. Manaus: Imprensa Oficial, 1919, p. 28.

<sup>476</sup> LEITE, Marcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 50.

*Amazonense*, entidade que, àquela altura, já havia se consolidado como um dos principais espaços de convergência das lutas dos trabalhadores urbanos da capital.

Em 12 de maio de 1919, mais de quinhentos operários estiveram reunidos no grupo escolar Saldanha Marinho, em sessão conduzida por Nycodemos Pacheco, Joaquim Capitão e Leopoldo Gonçalves Regufi.

No prédio em que funciona o grupo escolar Saldanha Marinho teve lugar, hontem, a reunião extraordinária do Comité de Operários do Amazonas, estando presentes, mais ou menos, uns quinhentos operários. A sessão foi presidida pelo snr. Nycodemos Pacheco, que tinha como secretários os snrs. Joaquim Capitão e Leopoldo Gonçalves Ragufi.<sup>477</sup>

O Comitê nasceu de um acúmulo organizativo anterior e da percepção de que as negociações isoladas com os patrões haviam se tornado insuficientes diante das recusas patronais em cumprir a deliberação da diminuição da jornada de trabalho para oito horas. Conforme relato divulgado no *Jornal do Comércio*, ainda sobre a reunião do Comitê de Operários:

O primeiro secretário procedeu à leitura de uma lista contendo os nomes de sessenta e cinco firmas que aderiram à limitação do trabalho para oito horas [...] Em seguida, falou o senhor Manoel Oliveira dizendo que, em face da resposta da *Manãos Engineering*, era de opinião que os operários não trabalhassem hoje nas oficinas.<sup>478</sup>

A proposta foi debatida por diversos representantes, evidenciando a construção plural dentro do movimento, mesmo em meio a divergências táticas, consolidou-se a ideia de que o comitê deveria se manter em funcionamento permanente. O objetivo era mais ambicioso, eles visavam constituir um espaço do operariado, capaz de intermediar conflitos, centralizar as informações e representar, junto ao poder público e aos empresários, as demandas dos trabalhadores organizados.

Segundo César Queirós, o movimento grevista era compreendido pelos próprios trabalhadores como um “fruto de agonia” diante das condições impostas, e a construção coletiva de identidades operárias passava justamente pela partilha dessa experiência, “a participação no movimento grevista possuía valor simbólico, possibilitando a identificação daqueles que nele se engajavam e o reconhecimento de determinados ‘inimigos’ comuns”.<sup>479</sup>

<sup>477</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5396, 12 de maio de 1919.

<sup>478</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5396, 12 de maio de 1919.

<sup>479</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “*Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense*”: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016, p. 11.

Linden também observa que “os sindicatos de trabalhadores não podem existir sem a arma da greve, sua arma por excelência, mas o inverso não é verdadeiro”.<sup>480</sup> A criação do comitê apontava justamente para esse tipo de coordenação ampliada, onde a organização operária era uma parte do todo, e onde se buscava somar forças para além da categoria.

Naquele início de maio, por iniciativa do Comitê, circularam ofícios e emissários foram enviados para dialogar com as companhias estrangeiras sediadas em Manaus, como a *Booth Line*, a *Amazon River*, a *Amazonas Engineering* e a *Manáos Harbour*. Enquanto algumas prometeram responder dentro de dias, outras se negaram a alterar suas rotinas. A resposta do capataz do *Lloyd Brasileiro*, por exemplo, foi clara, afirmou que “nem mesmo amarrado anuiria à exigência de oito horas”.<sup>481</sup>

Em reação a tais respostas, os trabalhadores intensificaram suas reuniões, como a que deu origem ao *Sindicato dos Oficiais de Sapateiro*, entidade fundada em 13 de maio, com Severino Pessoa de Britto como secretário geral. Essa agremiação manifestou, desde sua origem, a disposição de estabelecer tabelas de salários justas e horários compatíveis com a nova pauta. A articulação entre o comitê e as entidades recém-criadas era vista como indispensável no seio dos trabalhadores.

No grupo escolar Saldanha Marinho realizou-se, ontem, a reunião dos oficiais de sapateiros, comparecendo a mesma cinquenta operários. Assumindo a presidência o snr. Manoel Ferraro fez ver aos seus companheiros que o fim da reunião era organizar uma sociedade destinada a defesa dos interesses da classe.

Falaram em seguida os snrs. Saturnino Saraiva, Antonio Ferreira, Severino Pessoa de Britto e Raymundo Bernardino Marques, que se manifestaram favorável a ideia exposta, opinando pela organização imediata da sociedade. Falou depois o snr. Antonio José Dias, que, depois de várias considerações sobre o assunto, propôs que a sociedade em formação tomasse a denominação de “Syndicato dos Officiaes de Sapateiros”.<sup>482</sup>

Aldrin Castellucci também chama atenção para a importância das transformações organizativas no interior do movimento operário naquele período. Segundo ele, “até a véspera da greve geral, existiam cerca de dezesseis sindicatos de resistência ativos em Salvador”, e novos sindicatos foram fundados durante e após a paralisação.<sup>483</sup> Em

<sup>480</sup> LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do mundo*. Op. Cit., p. 200.

<sup>481</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5398, 14 de maio de 1919.

<sup>482</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5397, 13 de maio de 1919.

<sup>483</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005, p. 145.

Manaus, esse processo foi igualmente perceptível, com o comitê catalisando essa reorganização, não como substituição das associações, mas como expressão de sua articulação ampliada.

As deliberações que se seguiram nos dias 13 e 14 evidenciavam o grau de organização alcançado pelo comitê, pautando, avaliando adesões e recusas, mediando o tom das manifestações e preparando comunicados à população e às autoridades. Cada sindicato e associação de ofício partícipe do movimento tinha um representante no núcleo central do comitê e deliberava em assembleia sobre os passos seguintes.

Esse movimento, longe de ser espontâneo ou desorganizado, estava enraizado em experiências associativas anteriores e representava uma estratégia consciente de pressão coletiva. Marcia de Paula Leite define a greve como uma “paralisação coletiva do trabalho por iniciativa dos trabalhadores visando pressionar seus empregadores para obter aumentos salariais e/ou melhores condições de trabalho”<sup>484</sup>, lembrando que sua recorrência e diversidade a transformaram numa das formas mais eficazes de luta na sociedade capitalista moderna.

Aldrin Castellucci observou que o ciclo grevista de 1919 se diferenciava das mobilizações anteriores justamente por seu caráter ofensivo, a exemplo do movimento operário baiano, que segundo ele, superava as lutas de consumidores e se colocava como sujeito da política do trabalho.<sup>485</sup> Em Manaus, também se percebia esse deslocamento, pois, não se tratava apenas de reagir, mas de organizar uma ação coletiva capaz de impor limites ao patronato e, ao mesmo tempo, sinalizar novos horizontes de regulação do tempo e das condições de trabalho.

O *Jornal do Comércio* noticiava no dia 14 de maio que, após sucessivas negativas das companhias estrangeiras à proposta de redução da jornada, os trabalhadores deliberaram encaminhar um telegrama ao presidente da República e à bancada amazonense no congresso nacional, que dizia: “o operariado do Amazonas, em reunião de hoje, deliberou entregar ao vosso critério a solução imediata da lei sobre oito horas de trabalho, sendo solidário com o nobre gesto do operariado de todo o país”.<sup>486</sup>

No dia 15 de maio, o mesmo jornal reportava na chamada que “os bonds não trafegaram, os *chauffeurs*, os bolieiros e os carroceiros aderiram, os estivadores do *Lloyd Brasileiro*, da *Booth*, da *Manáos Harbour*, da *Amazon River* e da *Amazonas Engineering*

---

<sup>484</sup> LEITE, Marcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 8.

<sup>485</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral. Op. Cit., p. 155.

<sup>486</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5398, 14 de maio de 1919.

não trabalharam”.<sup>487</sup> A cidade amanhecia em silêncio, os bondes deixaram de circular, cargas não foram descarregadas nos armazéns, o comércio parou sua distribuição e até os serviços de limpeza urbana cessaram. Iniciava-se, uma greve geral.

O *Comitê de Operários* conseguiu mobilizar diversos setores com uma disciplina exemplar, demonstrando alto grau de coordenação entre as associações envolvidas. Era o associativismo experimentando sua força e estando diretamente no controle das atividades urbanas. A ausência dos motoristas e condutores de bondes, dos estivadores, carroceiros e outros trabalhadores escancarou a dependência estrutural da cidade ao trabalho manual urbano. Não se tratava mais de um apelo por melhores salários, mas da demonstração de que, sem os trabalhadores, Manaus não se movia.

A esse tempo chegava a oficina central da Manáos Tramways, na Cachoeirinha, o engenheiro Ketur, chefe do tráfego de bonds, ali aguardando a hora de dar sinal de partido dos primeiros carros do horário. Vendo, porém, que nenhum motoneiro ou condutor aparecia para o serviço, deliberou que os bonds saíssem sob a direção de trabalhadores da linha. Assim, ia ser dado começo ao funcionamento dos veículos, quando o coronel Luiz Marinho, comandante da força policial, chegando ao local, fez ver que a resolução do chefe do tráfego não podia, de forma alguma, ser posta em execução, pois aos homens aos quais ia ser confiada tamanha responsabilidade, faltava a habilitação precisa, porque não eram profissionais. Diante da justa ponderação, o chefe do tráfego desistiu de seu propósito, não saindo, por isso, os bonds, e ficando, até segunda ordem, suspenso o serviço.<sup>488</sup>

Segundo César Queirós, a distinção entre greve generalizada e greve geral reside na intencionalidade do movimento, sendo que na greve generalizada ocorre quando múltiplos setores param ao mesmo tempo, mas sem uma articulação central; já a greve geral “é aquela em que a paralisação de setores diversos está vinculada a uma pauta comum e coordenada por uma instância que se propõe representar o conjunto dos trabalhadores”.<sup>489</sup> Em Manaus, as evidências apontavam para a existência de uma greve geral em 1919, propriamente dita, organizada em torno da pauta das oito horas e articulada pelo *Comitê de Operários do Amazonas*, com ampla participação dos trabalhadores.

O *Comitê de Operários* passou a publicar boletins nas ruas, reafirmando a legitimidade da paralisação e convocando os trabalhadores à disciplina e à ordem. Uma das mensagens era direta, dizia: “A união faz a força – Pela ordem! Avante,

<sup>487</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

<sup>488</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

<sup>489</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “*Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense*”. Op. Cit., p. 10.

companheiros! Vivam as oito horas de trabalho!”<sup>490</sup> O comitê de Operários era composto por Nicoldemos Pacheco, Joaquim Capitão, Leopoldo Regufi, Francisco Simões Pereira, Anacleto Reis, Manoel Joaquim, Domingos Pinto Ferreira, Manoel Fernandes e Manoel Neves Ferreira.<sup>491</sup>

Marcia Leite insiste que a greve, ao romper a rotina imposta pelo capital, devolve aos trabalhadores sua dignidade e a possibilidade de agir como sujeitos. Não se tratava apenas de suspender o trabalho, mas de refazer os vínculos de solidariedade, de tornar visível a injustiça do cotidiano e de redefinir coletivamente o que seria aceitável.<sup>492</sup>

A amplitude da greve de 1919 podia ser medida pela expressiva presença de trabalhadores nas assembleias e reuniões públicas, a exemplo da presença massiva na reunião da sede da *União Operária*, espaço que se tornou um ponto de convergência para debates e encaminhamentos políticos. A capacidade de mobilização era vista quando o movimento não se restringia a lideranças isoladas ou a ofícios específicos, mas envolvia uma base organizada que comparecia às reuniões, deliberava em conjunto e mantinha o clima de disciplina e persistência, conforme destacado pela imprensa comercial da época. A sessão realizada em 15 de maio, por exemplo, reuniu centenas de trabalhadores, reafirmando a legitimidade do comitê e das associações perante a cidade e as autoridades.

Na sede a União Operária realizou-se, as dezesseis horas uma nova reunião. Compareceram, aproximadamente, seiscentas pessoas, além do chefe de polícia, do comandante do quarenta e cinco e da força policial, estando este acompanhado de dois oficiais.<sup>493</sup>

Entre os discursos das lideranças na reunião, estava presente a menção a símbolos associativos, como o hasteamento do pavilhão nacional, como proferido por Anacleto Reis. Se consolidava a decisão de manter a paralisação até que as exigências fossem atendidas. A moção final, lida e aprovada ao fim da sessão, resumia a orientação do comitê:

O comitê operário do Estado do Amazonas previne aos estivadores e as classes trabalhadoras em geral que não voltem ao trabalho sem uma resolução definitiva e segura das companhias inglesas Manáos Harbour, Amazon Engeneering, Manáos Tramways e Amazon River – Pela ordem! – Avante Companheiros! – Vivam as oito horas de trabalho! – A união faz a força.<sup>494</sup>

<sup>490</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

<sup>491</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

<sup>492</sup> LEITE, Marcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 16.

<sup>493</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

<sup>494</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

A firmeza com que esse chamado foi recebido e replicado nas diversas categorias mostrava como a pauta das oito horas de trabalho havia se transformado em eixo aglutinador dos operários frente ao patronato e ao Estado.

A Praça Oswaldo Cruz tornou-se um palco simbólico da paralisação, segundo o *Jornal do Comércio*, “quando dobrava a curva, quase em frente à feira municipal, o carro foi interrompido na sua marcha por uma onda de paredistas que atravessara a linha”, nenhum bonde passava.<sup>495</sup> Mesmo em meio à greve, os trabalhadores tomavam cuidado com a forma da ação. Anacleto Reis, um dos principais articuladores, lembrava aos grevistas que “ninguém voltasse ao trabalho senão depois de solucionado o caso”, frisando a necessidade de manter uma greve pacífica, mas firme.<sup>496</sup>

Durante os dias mais tensos, os operários da construção civil também declararam paralisação. A *Associação das Quatro Artes da Construção Civil* acolheu parte dos grevistas e ofereceu apoio material e logístico. A greve, portanto, ultrapassava a dimensão econômica, transformando-se em um campo de solidariedade e de afirmação identitária.

Como observa Queirós, a construção da identidade operária não se dá apenas pela partilha de um local de trabalho ou por condições objetivas similares, mas “no calor das lutas concretas, na partilha de experiências, na solidariedade forjada em enfrentamentos sucessivos com o patronato e com o Estado”.<sup>497</sup> Nesse sentido, a greve de 1919 refletiu uma insatisfação comum entre os trabalhadores, assim como consolidou um sentimento de pertencimento coletivo. A solidariedade, manifestada no apoio mútuo entre categorias e no acolhimento de grevistas por outras entidades, operava como elemento fundamental na formação dessa identidade classista em Manaus.

Um dos episódios mais notórios ocorreu quando os trabalhadores grevistas impediram a saída de um navio por meio da negociação direta com os estivadores. A ação se deu quando se soube que uma embarcação estava prestes a zarpar com carga e tripulação completas, contrariando a paralisação em curso. Imediatamente, membros do Comitê, cientes da gravidade do gesto com o movimento, decidiram agir. Sem recorrer ao confronto físico ou à coação direta, dirigiram-se até o porto utilizando uma pequena canoa, expondo aos estivadores a decisão coletiva tomada pelos trabalhadores e solicitando o respeito à deliberação. A resposta foi imediata e solidária, conforme relatado pelo *Jornal do Comércio*, “alguns membros do Comitê Operário, tomando uma canoa,

<sup>495</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5400, 16 de maio de 1919.

<sup>496</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

<sup>497</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense”. Op. Cit., p. 13.



para lá se dirigiram, pedindo que esses homens não prosseguissem, sendo prontamente atendidos”.<sup>498</sup>

Esse episódio particular, embora aparentemente modesto, demonstrava com eloquência o grau de disciplina, confiança e solidariedade que unia os grevistas, além de indicar a legitimidade que o Comitê havia adquirido entre as categorias envolvidas. A decisão de parar o navio não foi imposta, mas compartilhada, reforçando os vínculos entre os diferentes segmentos operários e ampliando o sentimento da coletividade.

Pode-se afirmar também que a capacidade de manter o controle e a disciplina foi observada inclusive pelas autoridades, a exemplo, podia-se mencionar o caso do chefe de polícia, coronel Luiz Marinho, que, em reunião com os trabalhadores, reconheceu que “se algum operário quisesse exercer a sua atividade, estaria pronto a garanti-lo”, mas também elogiou o espírito ordeiro da greve.<sup>499</sup>

Enquanto os dias avançavam, as tensões entre operários, empresas e autoridades ganhavam novas camadas na cidade. A greve, converteu-se num campo dinâmico de negociações, recuos e intervenções entre os envolvidos. Já no dia 16 de maio, o *Jornal do Comércio* relatava que a concessionária *Manáos Tramways* tentou retomar os serviços com diretores operando os bondes, ação prontamente rechaçada pelos grevistas, que impediram fisicamente a circulação dos veículos. O chefe de polícia, Coronel Luiz Marinho, interveio pessoalmente, “beijando o pavilhão ostentado pelos grevistas, pediu-lhes que evacuassem a linha ferro-carril”.<sup>500</sup>

Em conferência com representantes do governo e da polícia, os diretores da *Manáos Tramways* alegaram que a adoção da jornada de oito horas resultaria em um prejuízo de 120 contos de réis anuais para a empresa. Como alternativa, sugeriram aumentar o valor cobrado pela energia elétrica. O governo estadual propôs arcar com parte das perdas. Mas o gerente Kirk recusou, alegando não possuir autorização da diretoria em Londres. Somente após intensa pressão, inclusive da própria polícia, aceitou provisoriamente a proposta do governo. O coronel Marinho teria declarado que jamais permitiria que seus soldados disparassem contra grevistas pacíficos e que preferiria deixar o comando a cumprir tal ordem.<sup>501</sup>

As negociações se desdobravam também com a *Manáos Harbour*. O gerente Stanley Sutton, mesmo sem autorização da matriz, aceitou provisoriamente a jornada de

---

<sup>498</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

<sup>499</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5399, 15 de maio de 1919.

<sup>500</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5400, 16 de maio de 1919.

<sup>501</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5400, 16 de maio de 1919.

oito horas e solicitou anuência da Alfândega, já que parte dos serviços da companhia se dava em armazéns alfandegados. A inspetoria autorizou provisoriamente o novo horário, condicionando-o à deliberação do Ministério da Fazenda.<sup>502</sup>

Tomando em consideração as ponderações feitas em vosso ofício número trinta e três mil cento e oitenta, de hoje, quanto às graves consequências que ao serviço público, a cargo da companhia de que sois gerente, vem causando a greve dos trabalhadores e operários, determinando a paralisação da carga e descarga dos vapores transatlânticos e fluviais, surtos no porto, resolvi aprovar o horário que propusestes para os serviços aduaneiros da capatazias, desempenhados pela companhia, de acordo com os desejos do Comitê de trabalhadores e operários, isto é, das sete às onze e das treze às dezessete horas, dependendo de sua definitiva adoção de resolução dos poderes competentes, uma vez que não traz o novo horário prejuízo ao referido serviço [...].<sup>503</sup>

Nesse mesmo dia, o *Comitê Operário* realizou nova assembleia, e os representantes das forças públicas estiveram presentes. Após a leitura do acordo provisório com a Harbour, foi redigido e aprovado um boletim: “O Comitê Operário avisa as classes trabalhadoras que a *Manáos Harbour* [...] cedeu às exigências de oito horas de trabalho, até ulterior deliberação do Exmo. Sr. Presidente da República”.<sup>504</sup> A greve começava a recuar em alguns setores, mas as incertezas quanto à duração dos acordos e os boatos de retrocessos mantinham parte dos trabalhadores mobilizados.<sup>505</sup>

Enquanto se intensificavam as incertezas no cenário geral da greve, o *Sindicato dos Operários de Sapateiros* mantinha sua atuação independente, insistindo na defesa dos interesses específicos da categoria. Mesmo com o arrefecimento parcial do movimento e os anúncios de concessões condicionadas por parte das empresas estrangeiras, a diretoria do sindicato reunia-se diariamente para manter o estado de mobilização. A decisão de seguir com a greve parcial, restrita às oficinas que se recusavam a aceitar os valores estabelecidos pela tabela salarial aprovada pela classe, demonstrava um nível de autonomia e capacidade organizativa acumulado ao longo do processo. A proposta de criação de uma oficina coletiva para absorver os trabalhadores grevistas também expressava uma forma concreta de resistência, ao mesmo tempo em que buscava assegurar condições mínimas de sobrevivência para os associados durante o período de conflito.

<sup>502</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5401, 17 de maio de 1919.

<sup>503</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5401, 17 de maio de 1919.

<sup>504</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5401, 17 de maio de 1919.

<sup>505</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5402, 18 de maio de 1919.

O presidente, abrindo a sessão, fez ver que alguns patrões ainda não quiseram anuir a tabela aprovada pelo Sindicato sobre os salários dos oficiais de sapateiro. [...] Pedindo novamente a palavra o presidente declarou que, no intuito de amparar os grevistas, era de opinião que se organizasse uma oficina de sapateiro, quanto antes e que todos entrassem em atividade na mesma, fazendo mão de obra por preços razoáveis. [...] Essa proposta foi aceita, ficando deliberado que o Sindicato entrasse logo em ação, nesse sentido.<sup>506</sup>

O episódio mais delicado ocorreu quando as diretorias em Londres da *Manáos Tramways* e da *Manáos Harbour* rejeitaram as concessões feitas localmente. Ambas as empresas anunciaram, em 20 de maio, que aceitariam manter as oito horas, mas com redução proporcional dos salários. Em nota pública, a *Manáos Harbour* afirmou:

Havendo a diretoria da Companhia, em Londres, por despacho telegráfico, resolvido aceitar o horário de trabalho das 7 às 11 e das 13 às 17 diariamente, imposto por via da greve, mas com a condição de serem reduzidos os salários, na proporção das duas horas suprimidas no aludido horário, recomendo aos snrs. Fiéis de armazém e aos demais empregados, a quem o conhecimento desta couber, que cientifique de modo claro e terminante aos trabalhadores sob sua direção que, de amanhã em diante, se quiserem eles manter o regime de oito horas de trabalho diários, o cálculo de seus salários será feito, tomando-se por base, respectivamente, a diferença das duas horas suprimidas por força da greve. Deve, porém, ficar expressamente entendido que os salários correspondentes aos dias 17, 18 e de hoje, por exceção, atendendo a urgência com que foram executados, serão pagos, sem descontos, pela antiga tabela. [...] Cumpra-se. Manáos, 19 de maio de 1919. – E. Stanley Sutton, gerente.<sup>507</sup>

A *Manáos Tramways* seguiu o mesmo caminho da *Manáos Harbour*, diante de uma proposta do governador do Estado para reduzir em 20% o valor do arrendamento em troca da adoção da jornada de oito horas sem corte de salários. A gerência local aceitou provisoriamente a condição, mas a diretoria da empresa em Londres recusou-se a ratificar o acordo, alegando a queda em suas receitas e o aumento no custo dos materiais. Em comunicado de 19 de maio de 1919, o gerente E. B. Kirk informou aos empregados que, a partir de então, a companhia oferecia duas alternativas. Primeiro, a jornada de oito horas com redução proporcional do salário ou a manutenção do regime anterior sem alterações.

<sup>506</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5403, 19 de maio de 1919.

<sup>507</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5404, 20 de maio de 1919.

A empresa apelou à lealdade de seus trabalhadores, esperando que continuassem a trabalhar pacificamente.<sup>508</sup>

A reação dos trabalhadores foi imediata, o comitê convocou nova reunião e reafirmou a manutenção da greve nos setores que não aceitassem as condições previamente acordadas. Nesse contexto, as associações assumiram papel de mediação, traduzindo os impasses e buscando garantir certo equilíbrio entre mobilização e negociação. A *União dos Foguistas* e a *União dos Pedreiros* participaram das conversas com autoridades e comissões patronais, reafirmando suas pautas sem renunciar ao princípio da deliberação coletiva.

Também a *Associação das Quatro Artes da Construção Civil* se manteve mobilizada, organizando debates sobre o andamento das negociações e acolhendo trabalhadores que permaneciam em greve, especialmente os ligados ao setor da construção. A sua sede serviu de ponto de apoio para reuniões e articulações, inclusive com a participação de representantes da *União dos Pedreiros* e da *União Operária*.

Entre os dias 17 e 20 de maio, multiplicaram-se os encontros entre representantes das companhias e membros do comitê, sempre com a presença de autoridades estaduais e municipais. Nessas audiências, as associações atuavam como elo, representando coletivamente as categorias que não possuíam sindicatos formalizados. O *Sindicato dos Sapateiros*, por exemplo, recusou a proposta de pagar menos por dúzia de chinelos e manteve a paralisação até o reconhecimento da tabela salarial aprovada em assembleia.<sup>509</sup>

A *Sociedade União dos Foguistas do Amazonas*, além de sua atuação direta nos protestos, utilizou seus canais de comunicação e suas redes de solidariedade para arrecadação de fundos e sustentação material dos grevistas. Já a *Associação Beneficente das Quatro Artes da Construção Civil* contribuiu na interlocução com os mestres de obras e empreiteiros, que formavam uma fração patronal de atuação relevante no setor da construção. Essa mediação foi decisiva para a resolução parcial da greve nos canteiros de obras e revelou como as associações articulavam a base operária e os canais de negociação com o empresariado local.

A repressão, ainda que contida, fazia-se presente na vigilância armada sobre os edifícios públicos e nas ameaças veladas a possíveis excessos. Tropas do Exército e da Força Policial ocupavam as ruas e praças, guardavam armazéns, delegacias, e até mesmo a usina elétrica. Entretanto, o clima não era de confronto aberto. Como observa

---

<sup>508</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5404, 20 de maio de 1919.

<sup>509</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5401, 17 de maio de 1919.

Castellucci, o sindicalismo reformista no Brasil buscava “negociar suas demandas através de advogados, políticos e autoridades oficiais”, o que impunha aos líderes grevistas a necessidade de manter uma postura disciplinada e institucional.<sup>510</sup>

Ao final desse período, o comitê reconheceu o esgotamento das forças e anunciou sua dissolução formal, transferindo os documentos e atas à *União Operária Amazonense*. Segundo o *Jornal do Comércio*:

Foi submetida então à consideração da assembleia a proposta de dissolução do Comitê, sendo a mesma aprovada, ficando ainda deliberado que todos os documentos pertencentes àquele extinto núcleo operário fossem arquivados na sede da União Operária.<sup>511</sup>

Mas a luta não se encerrou ali. Novas paralisações emergiram nas semanas seguintes. A greve de 1919, tanto em seu momento de ápice quanto em seu desfecho, manifestou uma rede de interações entre concessionárias estrangeiras, governo local e associações operárias. Acima de tudo, evidenciou a capacidade das entidades de resistência de atuarem como protagonistas de um processo de negociação, mesmo sob a sombra da repressão e das promessas frágeis.

Finalizada a greve geral em maio de 1919, com a dissolução do *Comitê de Operários do Amazonas*, não cessou ali as mobilizações na cidade, a organização em comitê marcou uma mudança no formato organizativo do movimento. Na reunião realizada na sede da *Sociedade das Quatro Artes da Construção Civil*, deliberou-se que cada associação voltaria a assumir autonomamente a defesa dos interesses de seus membros. O saldo financeiro da mobilização foi dividido entre a *União dos Foguistas*, a *União Operária*, a *União dos Pedreiros* e a *Associação das Quatro Artes*, o que sinalizou a centralidade dessas entidades no processo.

Poucos dias depois, novas paralisações atingiram os trabalhadores da construção civil, em protesto contra a tentativa de alguns empreiteiros de restaurar o antigo horário de trabalho. Segundo o *Jornal do Comércio*, “a nossa capital está novamente na expectativa de uma greve parcial, por parte de alguns operários da construção civil”.<sup>512</sup> A adesão foi imediata, as categorias de pedreiros, estucadores e pintores se recusaram a retornar ao trabalho nas condições anteriores, sendo acolhidos por firmas que mantinham o regime das oito horas ou pela própria *Associação das Quatro Artes*.

<sup>510</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral. Op. Cit., p. 146.

<sup>511</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5405, 21 de maio de 1919.

<sup>512</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5417, 3 de junho de 1919.

A resposta patronal foi a fundação da *Associação dos Construtores e Mestres de Obras*, entidade que buscava institucionalizar a posição dos empregadores e negociar diretamente com o poder público e as lideranças operárias. Essa iniciativa evidencia que a greve de 1919 havia produzido efeitos concretos também na reorganização patronal. Em resposta, o *Sindicato dos Sapateiros*, a *União dos Pedreiros* e a *Associação das Quatro Artes* mantiveram o estado de mobilização e passaram a exigir compromissos públicos por parte das firmas.

Importante destacar também o caso da *Amazonas Engineering*, nesse mesmo cenário, a empresa se recusava a aceitar o novo regime de trabalho, mesmo após as principais companhias, *Manáos Tramways* e *Manáos Harbour*, terem cedido às exigências dos grevistas. Os operários recusaram-se a voltar às oficinas, e o comitê, mesmo dissolvido, manteve articulações para evitar a contratação de substitutos. Segundo os jornais, o gerente Macfarlane propôs o retorno ao trabalho com nove horas diárias e pagamento proporcional da hora extra, o que acabou sendo aceito pela categoria após intensas discussões.<sup>513</sup>

Entrando em considerações a respeito, o gerente disse que, por enquanto, em virtude do excesso de trabalho, que tinha a realizar, achava inoportuna a limitação do serviço, nas oficinas, para oito horas. Assim propunha que o horário fosse estabelecido para nove horas, comprometendo-se a companhia a pagar o excedente, isto é, o salário de uma hora a mais do tempo de trabalho exigido pelos operários.<sup>514</sup>

A proposta foi aceita pelos grevistas, os quais declararam ao Macfarlane que no mesmo dia voltariam as oficinas da companhia, prontos para “reencetar o serviço”. O prolongamento da luta pelas oito horas se desdobrou também na reafirmação de um projeto operário coletivo. Em entrevista ao *Jornal do Comércio*, um dos líderes patronais afirmou que “as firmas construtoras haviam anuído a essa exigência, em detrimento de seus próprios interesses”, mas alertava que o retorno ao antigo horário seria inevitável.<sup>515</sup> Essa declaração mobilizou novamente as associações de trabalhadores da construção civil, que reafirmaram sua decisão de manter a paralisação.

A *Associação das Quatro Artes* assumiu a coordenação das ações, ao passo que a *União dos Pedreiros* e a *União Operária* convocaram reuniões públicas para debater os rumos da mobilização. Em circular distribuída no dia 14 de junho, a comissão de negociação afirmou que:

<sup>513</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5405, 21 de maio de 1919.

<sup>514</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5405, 21 de maio de 1919.

<sup>515</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5418, 4 de junho de 1919.

[...] tendo recebido dos mestres e profissionais a promessa de limitação do horário para oito horas, sem diminuição de salários ou perseguições individuais, resolveu dar por findo o seu mandato, congratulando-se com os operários pela boa ordem e disciplina com que se conservaram durante a greve, aliadas ao respeito aos seus patrões.<sup>516</sup>

Mesmo com o arrefecimento do movimento em junho, o ciclo grevista de 1919 evidenciou que as associações operárias em Manaus haviam ultrapassado o estágio da resistência difusa e se encontravam aptas a exercer uma pressão articulada sobre patrões e governo. A manutenção das pautas, mesmo com a dissolução do comitê, mostrava que as redes associativas não dependiam exclusivamente de lideranças conjunturais, mas se enraizava em práticas construídas ao longo da década.

A importante presença da *Associação das Quatro Artes* nesse prolongamento da luta evidenciava um protagonismo setorial. Quando algumas firmas tentaram reverter os acordos, a associação passou a contratar diretamente os grevistas, mantendo-os em atividade e evitando a desarticulação da mobilização. Esse gesto foi uma forma de sustentar politicamente a conquista e manter viva a referência das oito horas como horizonte possível.

Para Márcia Leite, a greve poderia deixar efeitos mesmo quando aparentemente não produzia conquistas imediatas, ao permitir “um crescimento significativo da conscientização e organização dos trabalhadores, apresentando, portanto, consequências políticas importantes para o seu movimento”.<sup>517</sup> Já Jorge Miglioli observa que o encerramento da greve raramente significa a extinção do conflito, pois as “reivindicações muitas vezes permanecem latentes, sendo retomadas em outros contextos e com novas formas de pressão”.<sup>518</sup> Nesse sentido, o encerramento da paralisação de 1919 abriu espaço para uma nova etapa de lutas, na qual as associações operárias reafirmaram seu lugar como representantes do interesse coletivo dos trabalhadores.

A greve geral de 1919, longe de representar um episódio isolado, deve ser lida como expressão de um acúmulo organizativo que vinha sendo construído ao longo da década e que encontrou na conjuntura do pós-guerra um ambiente propício para se expandir. A mobilização, que começou como uma pauta reivindicatória de redução da jornada de trabalho, transformou-se em um processo coletivo de reconhecimento das associações. Esse “ciclo operário” recolocou os trabalhadores urbanos de Manaus como

<sup>516</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5428, 14 de junho de 1919.

<sup>517</sup> LEITE, Marcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 50.

<sup>518</sup> MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil*. Op. Cit., p. 103.

sujeitos políticos capazes de intervir no debate público e de negociar em pé de igualdade com empresas e autoridades.

Durante os dias de greve, ficou evidente que as associações operárias haviam adquirido uma densidade organizativa que lhes permitia coordenar ações simultâneas entre diversas categorias. A *União Operária*, a *Associação das Quatro Artes*, a *União dos Foguistas*, os *Sindicatos dos Sapateiros*, dos Alfaiates e dos Estivadores criaram dispositivos internos de sustentação e comunicação, como boletins, reuniões públicas e negociações formais.

A greve de 1919 contribuiu ainda para formar um modo próprio de expressão no movimento operário da cidade, onde as “oito horas” tornaram-se mais que uma medida econômica, passaram a figurar como símbolo de dignidade. Mesmo as derrotas ou os acordos intermediários, como o caso da *Amazonas Engineering*, não apagaram esse significado, antes o reafirmaram como referência de um ideal coletivo.

A experiência coletiva de negociação, articulação e mobilização construída pelo *Comitê de Operários* foi incorporada pelas associações, que passaram a atuar de modo mais interconectado. A lógica do comitê reapareceria em futuras federações, em campanhas salariais e em frentes de luta mais amplas, sinalizando a sedimentação de um método de ação baseado na coordenação entre ofícios e na solidariedade interprofissional.

Por fim, a greve de 1919 foi também uma experiência coletiva de aprendizado político, onde por meio da realização de reuniões públicas, assembleias, moções, marchas e até o uso de símbolos nacionais por parte dos grevistas indicavam a sofisticação de uma prática política que não se restringia à fábrica ou ao ofício. Os operários aprenderam a ocupar o espaço público, a dialogar com o Estado e a construir legitimidade social para suas pautas. Encerrando este ciclo, é possível afirmar que as associações de trabalhadores de Manaus, em 1919, protagonizaram um dos momentos mais importantes da história social da cidade no início da Primeira República.



## CAPÍTULO 4

**ENTRE ANDAIMES E ASSEMBLEIAS: O ASSOCIATIVISMO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

A formação das associações operárias em Manaus durante a Primeira República, escapa às explicações puramente econômicas ou às análises isoladas das greves que caracterizaram o período. Há, nesse processo, camadas que foram igualmente determinantes na criação dos laços associativos e na configuração das formas de organização dos trabalhadores. Como observa Claudio Batalha, a ideia de “cultura associativa” vai além da realização de eventos culturais ou do uso de discursos militantes, ela articula códigos, valores e ritos compartilhados que ultrapassavam o campo da militância política, estruturando-se também por meio de celebrações, normas internas, formas de solidariedade e práticas cotidianas. Ainda segundo Batalha, “há muito nessa cultura associativa que pode ser atribuído às culturas de correntes políticas atuantes no meio operário, como o socialismo e o anarquismo; no entanto, a cultura associativa transcende os limites dessas culturas militantes”.<sup>519</sup>

É nesse contexto que o presente capítulo se propõe a analisar as múltiplas dimensões de sociabilidade, cultura associativa e formas de organização coletiva entre os trabalhadores da construção civil na cidade de Manaus, nos anos iniciais do século XX. O olhar recai especialmente as formas institucionais do mutualismo e da ação coletiva, observando como essas práticas se relacionavam com o mundo do trabalho e com os conflitos sociais da época. Ainda que muitas associações tenham sido motivadas por finalidades assistenciais, seria um equívoco reduzir sua importância a isso. Elas foram também espaços de elaboração de uma identidade comum, de fortalecimento de redes de solidariedade e de afirmação de uma autonomia operária em meio às tensões da cidade.

Este capítulo, se estrutura, portanto, em torno de dois eixos principais. No primeiro momento, são analisadas as experiências dos trabalhadores da construção civil, com atenção especial à formação das agremiações das quais fizeram parte. Em seguida, analisa-se as tensões entre solidariedade e conflito que marcaram a trajetória interna da *Sociedade das Quatro Artes da Construção Civil*, por meio do estudo de um caso particular envolvendo trabalhadores no botequim “A Reforma” em 1925. Ao longo da análise, o que se busca evidenciar é como essa cultura associativa operava como forma

---

<sup>519</sup> BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M. SILVA; Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 97.

de resistência à fragmentação social e a lógica da exploração, articulando dimensões do trabalho e da construção de identidades coletivas.

#### 4.1. OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SUAS FORMAS ORGANIZATIVAS EM MANAUS (1918-1929)

Durante a Primeira República, o setor da construção civil ocupava uma posição estratégica na economia de Manaus, especialmente nos momentos de reconfiguração da malha urbana que sucederam o declínio do ciclo da borracha. A cidade se transformava, e com ela, os homens que a construíam, formada por pedreiros, carpinteiros, estucadores, serventes e mestres de obras se revezavam na tarefa de manutenção e reforma da infraestrutura urbana.

**Figura 9** - Trabalhadores da construção civil na praça Tamandaré, Manaus (1902)



**Fonte:** Álbum do Amazonas (1902).

Na imagem acima, observam-se trabalhadores da construção civil atuando na Praça Tamandaré, em Manaus, no ano de 1902. Ao fundo, carroças, edifícios e o vaivém urbano contrastam com a cena do trabalho manual em primeiro plano. A fotografia evidencia a presença dos trabalhadores no espaço público e a centralidade simbólica da rua como palco da vida operária.

Essa presença, registrada em plena atividade no centro da cidade, reforça visualmente o argumento que este tópico busca demonstrar de que os trabalhadores da

construção civil tinham um importante papel na modernização urbana. A cena expressa o trabalho como ato físico e a relação desses homens com a cidade e seus ritmos.

Num cenário marcado pela escassez de obras públicas e pela crescente atuação de empreiteiros privados, esses trabalhadores se organizaram em diferentes associações, participando de greves, assembleias e reivindicações que buscavam melhores condições de trabalho, horários mais justos e reconhecimento de sua importância no processo produtivo.

Mais um ano! O segundo de luta em prol da emancipação operária e contra os seus terríveis inimigos. Relembra-nos o dia de hoje, todo um passado de sacrifícios, não só contra o inimigo comum, mas também contra a má vontade dos que podendo ser livres, preferem o degradante papel de escravos; daqueles que vivendo, embora em aparente camaradagem, fogem da família proletária, para fora dela mais facilmente vomitem a bília asquerosa, contra a precursora da nossa liberdade que é a Associação. [...] Lembrai-vos que as associações não representam apenas o símbolo da arte em que são fundadas. As associações são verdadeiras escolas contemporâneas.<sup>520</sup>

A *Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil* lançou, em 1920, um jornal intitulado “O Constructor Civil”, escrito e produzido por trabalhadores associados. O periódico destacava em suas páginas o esforço em fortalecer a identidade de classe. Os textos variavam desde poesias operárias até denúncias sobre a exploração patronal, além de reflexões sobre a vida cotidiana, a memória das lutas passadas e a importância da união. Em artigos como “À minha associação” e “manifesto às classes trabalhadoras”, percebe-se a tentativa de construir uma narrativa que valoriza o trabalho manual. O jornal nasceu como um espaço autônomo de representação e cumpria um papel formativo, incentivando os leitores a conhecerem seus direitos, deveres e os sentidos da ação coletiva no campo da construção civil.

No que diz respeito à estrutura do jornal, ele era composto por 4 páginas, cada um contendo 3 colunas e um número considerável de seções, nas quais os trabalhadores contribuíam com textos voltados para a categoria. Em meio a poesias como “saudando” e relatos de memória como “amigos velhos”, o jornal fazia circular um léxico político carregado de críticas à exploração e ao individualismo, ao mesmo tempo em que exaltava os ideais de solidariedade e dignidade do ofício no ramo da construção civil.<sup>521</sup>

<sup>520</sup> [À minha Associação!]. *O Constructor Civil*, Manaus, n. 1, 5 de janeiro de 1920.

<sup>521</sup> *O Constructor Civil*, Manaus, n. 1, 5 de janeiro de 1920.

Figura 10 - O Construtor Civil, ano de 1920



Fonte: *O Construtor Civil*, Manaus, n. 1, ano 1, 5 de janeiro de 1920. Acervo do LHIA.

A contundência do discurso presente no jornal *O Construtor Civil* demonstrava uma dimensão pouco explorada, mas essencial, da cultura associativa, que era sua função pedagógica, emocional e política. Ao tratar a associação como “escola contemporânea” e como “precursora da nossa liberdade”, o jornal celebrava a organização operária ao tempo que denunciava com dureza, aqueles que, mesmo podendo se organizar, permaneciam alheios à luta. A retórica, marcada pela polarização entre “companheiros” e “escravos voluntários”, ampliava a percepção da associação como uma instituição ética, destinada a moldar um novo tipo de trabalhador, que fosse disciplinado, solidário e consciente de seus direitos. É um discurso importante para analisarmos os trabalhadores da construção civil, na Manaus do início do século XX.

A formação de entidades como a *Sociedade das Quatro Artes da Construção Civil*, a *União de Classe dos Pedreiros no Amazonas* e, posteriormente, a *Associação dos Construtores Cíveis de Manaus*, com base nas fontes localizadas, reflete um cenário de disputas por representatividade e estratégias de organização coletiva. A década de 1910 assiste aos primeiros experimentos mutualistas voltados à proteção e à tentativa de regulamentar, de forma autônoma, as condições de trabalho no setor. Nos anos seguintes, já na década de 1920, os conflitos se adensam. Divergências políticas, interesses corporativos e embates pela legitimidade da representação do operariado da construção, tornam-se frequentes. Essas tensões encontraram na imprensa, um canal de expressão, pois, ali se publicavam editais, convocações, denúncias e notas de repúdio que permitiam

capturar pequenos fragmentos dos movimentos internos e as desavenças que atravessavam a rede associativa da categoria.

Em meio a práticas de solidariedade e tentativas de organização coletiva, emergiram também disputas abertas por poder, que por vezes extrapolavam os limites do discurso e alcançavam o campo da violência física e simbólica. Todavia, nem só de conflito era feito o cotidiano associativo. A mesma entidade que abrigava dissensos e embates internos também promovia momentos de celebração. Os festivais públicos organizados pelas associações operárias eram momentos de reafirmação dos vínculos internos e na construção de pontes com outros segmentos do trabalho urbano. O caso do festival realizado no Teatro Alcazar em 1920, exemplifica esse esforço de aproximação entre cultura popular e solidariedade classista:

Realizou-se no sábado último, 13 do corrente, conforme fora publicamente divulgado, o grandioso festival no Alcazar, promovido pela “Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil”, em favor da Bolsa do Trabalho e dedicado a todas as classes trabalhadoras do Amazonas.

Para essa especial serata a empresa Fontenelle & Cia, escolheu o “majestoso filme da Selzarick Pictures”: Herança do pecado. Em 8 atos, onde apareceu mais uma vez o grande Ermete Zacconi, na movimentada película da Italia-Filme.

Majestoso foi o desenrolar de todos os episódios e em diversos trechos de pungente efeito vimos lágrimas deslisarem dos olhos de muitos assistentes. Merecem os nossos parabéns, o excelente festival da Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil, pelo sucesso que alcançaram no desempenho daquele filme.

O Teatro estava magnificamente decorado, e por ocasião da festa tocou a música do Luso Sporting. Aquela Associação, bem mereceu o amparo que lhe deram todas as classes sociais.<sup>522</sup>

A escolha de um filme italiano, o ambiente festivo, a presença de música ao vivo e a forte carga emotiva das cenas assistidas coletivamente constroem uma espécie de ritual de classe, um momento de comunhão que reforça os laços entre os trabalhadores, projetando uma imagem de dignidade e cultura compartilhada. O teatro, transformado em espaço de afirmação operária, tornou-se nesse contexto, um lugar onde o trabalho se encontrava com a arte, a política com a emoção, e o operário com a figura pública do “cidadão coletivo”.

---

<sup>522</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 7, 21 de março de 1920.

Essa apropriação simbólica do espaço teatral ganha ainda mais densidade quando observamos o lugar do Alcazar na paisagem urbana manauara das primeiras décadas do século XX. Contudo, longe de possuir a monumentalidade do Teatro Amazonas, o Alcazar integrava o circuito dos chamados “pequenos teatros”, frequentados pela massa da população. Como lembra Luciano Teles, essas casas de espetáculo cumpriam funções centrais no cotidiano da cidade:

Entretanto, o teatro, ao longo do século XIX, foi deixando de se restringir à burguesia, passando a fazer parte, gradativamente, do universo de outros setores sociais, como por exemplo, das lideranças operárias. No Amazonas, existiram os “pequenos teatros”, que não eram tão suntuosos como o Teatro Amazonas, mas que fizeram parte do cotidiano da Manaus da borracha.<sup>523</sup>

Para Simone Villanova, as casas de espetáculos eram modelos de educação e de civilização para a época. A autora destaca que o teatro “era considerado como uma verdadeira ‘escola de costumes’, além de ser expressão da cultura das cidades modernas”.<sup>524</sup> Em sua investigação sobre os “pequenos teatros” de Manaus, a historiadora demonstra que esses espaços, como o Variedade Cômica e o Éden Teatro, foram fundamentais para a vida cultural. Embora frequentemente alvo de críticas por parte de uma elite civilizatória, esses teatros cumpriam a função de entreter a população e, ao mesmo tempo, veicular os ideais burgueses de moral, família e trabalho, consolidando-se como um dos principais pilares da sociabilidade urbana em formação.

Ao escolher o Alcazar como palco de seu festival, a Associação das Quatro Artes convocava a categoria para um momento de celebração e ocupação de um espaço importante na cidade. O teatro, até então ferramenta de distinção social, era aqui visto como ambiente de encontro operário, lugar onde a cultura popular se organizava em torno de valores próprios.

---

<sup>523</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018, p. 253.

<sup>524</sup> VILLANOVA, Simone. *Sociabilidade e cultura: a história dos “pequenos teatros” na cidade de Manaus (1859-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008. p. 14.

**Figura 11** - Fachada do Teatro Alcazar em Manaus (1933)



**Fonte:** Acervo fotográfico - Manaus de Antigamente, 2018.

Nesse sentido, a presença de uma associação operária naquele espaço, principalmente, porque estava promovendo um festival, reunindo trabalhadores e seus familiares, implicava uma “reocupação” do imaginário urbano. O gesto de ocupar o Alcazar era também um modo de romper, com os filtros morais impostos pelos circuitos de distinção social. Na próxima figura, podemos observar o interior do Cine Teatro Alcazar durante reunião da colônia portuguesa, em 1917.

**Figura 12** - Interior do Cine Teatro Alcazar durante reunião da colônia portuguesa em 1917



**Fonte:** Revista Cá & Lá, ano 2, nº 10, maio de 1917.

É importante salientar que por trás dos atos performativos que projetavam unidade entre as categorias, havia também uma engrenagem interna feita de regras, deliberações e conflitos, quer dizer, uma vida associativa marcada pelo ideal de fraternidade e por tensões cotidianas.

A mobilização dos trabalhadores da construção civil em Manaus, no ano de 1919, destacou-se como uma das primeiras paralisações articuladas por categorias vinculadas a entidades associativas do setor. A greve foi desencadeada em razão da tentativa de retorno ao antigo regime de nove horas de trabalho por parte de algumas firmas, contrariando a jornada de oito horas que havia sido conquistada em movimento anterior. Conforme noticiou o *Jornal do Comércio*, o movimento envolveu pedreiros, carpinteiros, estucadores e pintores que se uniram contra a medida, num esforço coordenado que dava sinais de amadurecimento organizativo entre os trabalhadores da construção.<sup>525</sup>

O setor da construção civil em Manaus havia incorporado, ao menos formalmente, a jornada de oito horas diárias, acompanhando o que já se tornava prática comum entre outras empresas e companhias da cidade. A medida, no entanto, não foi aceita de forma homogênea. Alguns empreiteiros, entre eles Joaquim Leite Lima, Barbosa e Sobrinho, Gustavo Acampora, J. Lopes e Domingos A. Gomes, deliberaram, de maneira unilateral, revogar o acordo firmado e restabelecer o regime de nove horas de trabalho. A decisão levou quarenta trabalhadores, pertencentes a diferentes ofícios da construção, a entrarem em greve imediata, recusando-se a comparecer ao serviço.<sup>526</sup>

Em resposta à paralisação de 1919, os mestres de obras e construtores civis organizaram uma reunião na sede da *Associação Comercial dos Retalhistas*, com o objetivo de articular uma entidade patronal e discutir medidas para enfrentar a greve. Nessa ocasião, foi formalmente proposta a criação da *Associação dos Construtores e Mestres de Obras*.

Assumindo a presidência da mesa, secretariado pelos snrs. José Alves dos Santos e Gustavo Acampora, o coronel Henrique Rubim declarou que o fim da reunião se prendia não só a outros assuntos como a atitude assumida por alguns operários de obras de construção civil, que se conservam em parede. Em seguida falaram a respeito alguns mestres e construtores, sendo finalmente apresentadas, discutidas e votadas diversas propostas, entre elas a da criação de uma sociedade dos construtores e mestres de obras.<sup>527</sup>

<sup>525</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5417, 3 de junho de 1919.

<sup>526</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5417, 3 de junho de 1919.

<sup>527</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5417, 5 de junho de 1919.



A iniciativa patronal resultou na formação da *Associação dos Construtores e Mestres de Obras* (ACMO), que passou a negociar com firmas locais a adoção de um novo horário de trabalho. Essa associação, criada com apoio do governo estadual e setores empresariais, defendia a jornada de nove horas diárias, o que motivou uma ampla articulação para obter adesão de empresas à nova medida.

*A Associação dos Construtores e Mestres de Obras, recentemente fundada nesta cidade, começou ontem a exercer a sua ação no sentido de amparar os interesses da classe. A comissão permanente [...] conseguindo a adesão de todos ao horário de serviço estabelecido por aquela associação que é de nove horas, para os operários de construção civil.”*<sup>528</sup>

A pressão mantida pelas entidades dos trabalhadores surtiu efeito e recebeu os resultados esperados. Por meio de uma comissão conjunta a *Associação das Quatro Artes* e a *União dos Pedreiros*, conseguiram firmar um acordo com os empregadores para a retomada do horário de oito horas, sem redução salarial. A postura disciplinada dos grevistas durante todo o processo foi decisiva nas negociações, como apontava a circular divulgada à imprensa pelas associações operárias.

Na referida circular diz aquela comissão que, tendo recebido dos mestres e profissionais a promessa de limitação do horário para oito horas, sem diminuição de salários ou perseguições individuais, resolveu dar por findo o seu mandato, congratulando-se com os operários pela boa ordem e disciplina com que se conservaram durante a greve, aliadas ao respeito aos seus patrões.<sup>529</sup>

O desfecho da greve de 1919 representou um momento de afirmação para a organização autônoma dos trabalhadores da construção civil em Manaus, com base em formas associativas que buscavam a construção de uma cultura operária fundada na disciplina, na solidariedade e na negociação coletiva. A atuação coordenada das entidades, a capacidade de resistência frente à tentativa de retrocesso e a conquista de uma jornada reduzida em 1919, demonstram a importância da greve para a consolidação de práticas sindicais e uma identidade coletiva entre os trabalhadores do setor da construção na cidade de Manaus.

Na esteira desse processo de consolidação organizativa, destaca-se a fundação da *União de Classe dos Pedreiros no Amazonas* (UCPA), em 1918, que instituiu um conjunto de princípios norteadores voltados à defesa moral, material e profissional dos

<sup>528</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5420, 6 de junho de 1919.

<sup>529</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5428, 14 de junho de 1919.

operários da construção. A agremiação estabeleceu como objetivo principal a proteção mútua contra os abusos cometidos por patrões e mestres de obras, propondo-se também a lutar por salários compatíveis com o custo de vida e a garantia de condições seguras nos canteiros de obras. Essa perspectiva coletiva e autônoma foi expressa já nos artigos iniciais dos estatutos, quando se afirmava que a União deveria “melhorar as condições morais dos seus associados defendendo mutuamente os seus interesses, amparando-os nos abusos que porventura cometam os chefes de obras, mestres ou patrões” (art. 1.º).<sup>530</sup>

Entre os dispositivos mais importantes dos estatutos da UCPA estavam as normas de fiscalização interna nos locais de trabalho, especialmente em relação à segurança dos operários. A figura do delegado operário foi regulamentada com clareza no artigo 6, que previa sua nomeação pela diretoria para acompanhar obras com mais de dois associados. A esse delegado caberia observar o cumprimento de normas básicas de segurança com andaimes, escadas e balaies, além de “fazer a propaganda associativa” e exigir a responsabilização dos mestres ou chefes por eventuais desastres decorrentes da ausência de equipamentos adequados (Art. 6.º).<sup>531</sup>

Outro destaque do estatuto, refere-se à adoção do modelo sindical francês, que priorizava a nomeação de dirigentes operários ao invés da eleição, o que sugeria uma concepção de sindicato centrada na confiança pessoal entre os membros. No artigo 33, estabeleceu-se que “esta união seguindo a doutrina sã do sindicalismo francês adotará de preferência que os seus membros dirigentes sejam nomeados em vez de eleitos”.<sup>532</sup> Essa escolha demonstra uma tentativa de estruturar uma liderança operária que evitasse disputas internas e mantivesse uma linha de atuação disciplinada e coletiva. Complementarmente, o estatuto reforçava a obrigação de todos os sócios em contribuir com informações sobre ofertas de emprego e condições de trabalho nas obras, fortalecendo os vínculos de solidariedade dentro da categoria.

Essas normas e estratégias de organização encontravam respaldo nas práticas sindicais analisadas por Arouca, que ressalta a importância das “formas de autorregulação

---

<sup>530</sup> A Comissão responsável pela elaboração dos estatutos incluía membros como Manoel Pires da Silva (presidente), Albino Francisco da Silva Valle (Primeiro Secretário), Serafim Francisco Villar (Segundo Secretário), Antônio Alexandre e João Gonçalves Portela (Primeiro e Segundo Vogal, respectivamente). Embora os estatutos fossem criados por uma comissão designada pelo grupo, após sua elaboração, eram submetidos à discussão e aprovação da assembleia geral extraordinária, considerada a principal instância deliberativa dentro de uma associação. “Estatutos da União de Classes dos pedreiros no Amazonas”. *Diário Oficial*. Manaus, n. 80847, 26 de julho de 1918.

<sup>531</sup> “Estatutos da União de Classes dos pedreiros no Amazonas”. *Diário Oficial*. Manaus, n. 80847, 26 de julho de 1918.

<sup>532</sup> “Estatutos da União de Classes dos pedreiros no Amazonas”. *Diário Oficial*. Manaus, n. 80847, 26 de julho de 1918.

do trabalho” no interior das associações operárias da Primeira República. Para o autor, essas formas de controle não se limitavam à defesa de interesses econômicos, mas constituíam “uma pedagogia de formação do trabalhador disciplinado e responsável diante da coletividade a que pertencia”.<sup>533</sup> Nesse sentido, a UCPA procurava moldar um novo perfil de trabalhador urbano, que articulasse o saber técnico à conduta ética e à lealdade associativa.

Do ponto de vista historiográfico, essa dimensão ética e disciplinadora também é sublinhada por Tânia de Luca, que, ao discutir a formação de uma cultura operária nas primeiras décadas do século XX, observava a centralidade das associações na produção de práticas coletivas de solidariedade e instrução.<sup>534</sup> No caso em Manaus, a insistência da UCPA na regularidade das assembleias, na fiscalização dos delegados e na comemoração do 1.º de Maio como dia de luta e memória dos trabalhadores, reforçava a ideia de que os sindicatos estavam em sintonia com tendências nacionais e internacionais de organização.

Além disso, as formulações do sociólogo Mike Savage auxiliam na compreensão da relação entre as formas de organização dos pedreiros e os mecanismos de distinção e reconhecimento social entre os trabalhadores. Ao enfatizar a construção de identidades profissionais a partir de práticas associativas, Savage contribui para entender como, no caso da UCPA, a adesão aos estatutos e a participação nas deliberações coletivas funcionavam como marca de pertencimento a um grupo que se distinguia dos trabalhadores não organizados e buscava afirmar sua respeitabilidade diante da sociedade. Para o autor, “o processo de formação de uma classe implica a criação de ritmos e turnos temporâneos, rotineiros e típicos”.<sup>535</sup>

Na UCPA, esses ritmos não se limitavam à jornada de trabalho, eram também rituais de presença em assembleias, fiscalização solidária nos canteiros e práticas de denúncia dos patrões que desrespeitassem as normas de segurança. Nesse sentido, a conduta associativa funcionava como base material da distinção simbólica entre o trabalhador “organizado” e o “desvinculado”, e isso se projetava na própria noção de respeito e legitimidade no meio urbano.

A constituição da *Associação dos Construtores Civis de Manaus (ACCM)*, em junho de 1919, deve ser compreendida no contexto imediato da greve operária e das

---

<sup>533</sup> AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil: passado – presente – futuro(?)*. Op. Cit., p. 140.

<sup>534</sup> LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1900.

<sup>535</sup> SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editoria da UNICAMP, 2004, p. 37.

tensões entre patrões e trabalhadores da construção civil. O embate pelo controle da jornada de trabalho e por melhores condições salariais mobilizou tanto os operários, quanto os empresários do setor, que buscou organizar-se coletivamente para defender seus interesses de classe diante do avanço da mobilização operária. A criação da entidade patronal se deu após uma série de reuniões entre mestres de obra e empreiteiros que avaliaram como “desarrazoadas” as propostas operárias e decidiram fundar uma sociedade capaz de representar e disciplinar seus associados.

Nas atas da assembleia de 5 de junho de 1919, registradas no *Jornal do Comércio*, destacava-se a preocupação dos construtores com a negociação com o governo e os dirigentes das associações operárias. Essa articulação culminou na elaboração de estatutos que foram aprovados em julho e homologados por decreto governamental em fevereiro do ano seguinte. O documento estatutário da ACCM definia seus objetivos como a defesa dos interesses da categoria, a promoção da harmonia entre patrões e operários e a estreita solidariedade entre os associados.

*A Associação dos Constructores Cíveis, fundada em Manáos a quatro de junho de 1919 [...] é constituída por ilimitado número de sócios, sem distinção de nacionalidade cuja profissão seja a construção civil [...]. Os seus fins são: defender os interesses da classe, de todos e de cada um de seus associados; manter relações com as associações congênere do paiz; [...] procurar conciliar os interesses dos constructores e dos operários.*<sup>536</sup>

A criação da Caixa de Socorros dos Acidentes no Trabalho, regulamentada em assembleia de 2 de setembro de 1919, foi um dos instrumentos centrais de atuação da associação. Essa caixa previa o repasse de 1% da folha de pagamento mensal dos associados e sua aplicação estava condicionada ao cumprimento de diversas exigências burocráticas. A iniciativa pode ser vista como uma tentativa de disciplinar os patrões em relação às obrigações legais, quanto um mecanismo de controle sobre os operários acidentados, com o objetivo de restringir ao máximo os gastos com indenizações.

De conformidade com o disposto no art. 3.º, fica criada a “Caixa de Socorros dos Acidentes no Trabalho”, e os seus fins são: auxiliar as vítimas dos acidentes ocorridos, desde que elas sejam operários dos associados, e isto, depois de preenchidas as formalidades.<sup>537</sup>

---

<sup>536</sup> “Estatutos da Associação dos Construtores Cíveis de Manaus”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 87928, 17 de março de 1920.

<sup>537</sup> “Estatutos da Associação dos Construtores Cíveis de Manaus”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 87928, 17 de março de 1920.

Os estatutos previam também sanções severas para os associados que fraudassem as folhas de pagamento ou deixassem de recolher as contribuições mensais. Em casos reiterados, as punições incluíam a suspensão dos benefícios por um ano, o que demonstra o grau de vigilância interna estabelecido pela diretoria. Com isso, a associação tentava construir uma identidade patronal, fundada em normas rígidas de conduta e disciplina financeira. “Todo o associado que se atrasar no pagamento de suas percentagens por mais de noventa dias, perderá o direito aos benefícios decorrentes da mesma “Caixa”, até ao momento em que der entrada de suas percentagens em atraso”.<sup>538</sup>

A natureza corporativa da entidade patronal pode ser interpretada à luz das reflexões de Cláudia Viscardi, que observa, em diversas associações patronais de Minas Gerais durante a Primeira República, a combinação de mecanismos simultâneos de conciliação e repressão.<sup>539</sup> Nessas organizações, uma retórica de harmonia entre as classes frequentemente coexistia com práticas destinadas a conter o avanço do operariado. A ACCM insere-se nesse modelo, adotando uma linguagem de colaboração entre classes ao mesmo tempo em que estabelecia regras para impedir fraudes e controlar o uso da Caixa de Socorros.

Modelos semelhantes se estruturaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde as associações patronais buscavam padronizar contratos, mediar relações com o poder público e, sobretudo, disciplinar seus próprios membros diante da presença de um sindicalismo combativo.<sup>540</sup> A diferença em Manaus esteve na centralidade que a Caixa de Socorros assumiu como elemento estruturante de uma rede patronal que buscava garantir certa previsibilidade às relações de trabalho, evitando greves e fortalecendo o poder decisório dos empreiteiros e mestres diante dos trabalhadores.

O ano de 1928 marcou um novo momento de inflexão na organização dos trabalhadores da construção civil em Manaus, quando emergiu, em meio a uma cisão interna, a *Associação Beneficente dos Operários da Construção Civil do Amazonas* (ABOCCA). A ruptura ocorreu no interior da tradicional *Associação de Classe das Quatro Artes*. Conforme noticiado pelo *Jornal do Comércio*, a nova entidade surgiu a

---

<sup>538</sup> “Estatutos da Associação dos Construtores Cíveis de Manaus”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 87928, 17 de março de 1920.

<sup>539</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Experiências de economia social: mutualismo, filantropia e corporativismo*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

<sup>540</sup> Para São Paulo, consultar o trabalho de LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1900. Para o Rio de Janeiro, consultar o trabalho de CRUZ, Rafael Almeida. *Associações mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História: Niterói, 2015.

partir de dissensos internos que levaram à desvinculação de parte dos associados da entidade original:

Avisa-se os sócios desta sociedade, antiga Caixa de Socorros das Quatro Artes de Construção Civil do Amazonas, que a mesma, por deliberação de uma assembleia geral e devida a divergências, entre a diretoria das Quatro Artes e a dita Caixa, resolveu mudar-lhe o nome, e mudar-se da sede daquela associação.<sup>541</sup>

A nova associação, que mantinha provisoriamente sua sede na rua Saldanha Marinho, n. 44, apresentava-se como herdeira da antiga Caixa de Socorros das Quatro Artes, reivindicando a continuidade institucional. A ruptura, porém, não passou despercebida. Se para os dissidentes tratava-se de um gesto necessário diante da estagnação institucional da entidade original, para muitos antigos associados o movimento soava como deserção. A divisão colocava em xeque os fundamentos éticos da cultura associativa até então construída. É nesse clima de ressentimento que, no dia 1º de maio de 1928, circula um texto assinado por Manoel Nunes de Sá, um dos mais antigos militantes da Quatro Artes, cujas palavras condensam o “drama moral” provocado pela cisão.

Aos meus companheiros de classe das Quatro Artes da Construção Civil. Resolvi, neste momento, sendo hoje o dia consagrado ao operariado – o Grande Primeiro de Maio. – dia este por todos nós respeitado, pois em conjunto, visitamos os nossos companheiros que se foram desta para melhor, em sinal de pesar, a fim de cumprir essa dívida ao som do hino 1.º de Maio, todos voltamos satisfeitos pela realização dessa promessa.

Mas, companheiros, eu, simples operário da construção civil, como vós, lutador como todas vós, sinto-me neste momento constrangido por não ver os meus colegas unidos em uma só família, unidos em uma só sociedade, que é a “Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil no Amazonas”.

Por que não somos unidos? Porque alguns resolveram derrotar uma casa que tem seus alicerces bem seguros, bem firmes; enganam-se, pois, assim, zombam da pobreza de seus próprios espíritos. [...] Voltai à Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil do Amazonas que todos vós sereis recebido com carinho, mesmo por ser hoje o grande dia, 1.º de Maio. Deixai os ódios bem longe. Eu serei o primeiro a abraçar-vos.<sup>542</sup>

<sup>541</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8367, 31 de março de 1928.

<sup>542</sup> *O Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 1 de maio de 1928.

Não há no texto assinado por Manoel Nunes de Sá, uma denúncia formal, tampouco uma proposta objetiva de reconciliação. O autor escolhe o dia consagrado ao operariado para interpelar seus antigos companheiros, não com rancor, mas com o gesto ambíguo de quem se vê na posição de herdeiro de uma tradição traída. A imagem da Quatro Artes como “uma casa com alicerces bem seguras” não é gratuita, retoma uma metáfora familiar aos trabalhadores da construção, ressignificando o conflito como desmoronamento simbólico. Na primeira pessoa, ele escreve não como dirigente, mas como corpo afetivo da associação. A saudação “eu serei o primeiro a abraçar-vos” não sugere superioridade moral, mas reencena a fraternidade ferida, convocando os dissidentes à reaproximação.

Manoel demonstra o desconforto diante da ruptura da autoridade moral que sustentava a antiga associação. A acusação de que a nova entidade teria “admitido sócios de toda a espécie” apresenta uma preocupação com a diluição do corpo operário e a perda da identidade construída. A crítica embutida na pergunta “para que será isto? Será para que os novos patrões se vão riem?” lança suspeitas sobre a legitimidade da nova agremiação, insinuando que sua existência fragilizaria a posição dos trabalhadores frente ao capital. Ao afirmar que “naquela casa existem companheiros seguros”, Manoel procura fixar a Quatro Artes como lugar de permanência, de firmeza contra a tempestade. Nesse jogo, quem sai é traidor ingênuo; quem fica, resistente.

Em resposta, a antiga *Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil* publicou uma nota contundente no mesmo jornal, reafirmando sua posição institucional e deslegitimando a nova entidade. A diretoria, liderada por João da Silva Monteiro, apontava que a nova sociedade “tem sido implantar a discórdia no meio desta associação”, advertindo os consócios contra a adesão ao novo agrupamento e comunicando a expulsão de 15 associados, entre eles Salvador Augusto da Silva, primeiro secretário da nova entidade.

Esta associação faz público que não se responsabiliza por qualquer eventualidade que por ventura se dê no meio social ou meio operário, de uma nova sociedade intitulada Associação Beneficente dos Operários da Construção Civil do Amazonas, cujo fim tem sido implantar a discórdia no meio desta associação.<sup>543</sup>

---

<sup>543</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8373, 11 de abril de 1928.

Essa disputa de legitimidade por meio da imprensa, intensificou-se ao longo do mês de abril. A nova entidade convocou uma série de assembleias gerais, demonstrando capacidade organizativa:

De ordem do companheiro presidente são convidados todos os sócios desta sociedade a comparecer a uma reunião de assembleia geral a realizar-se domingo, dia 29 do corrente, às 20 horas, em sua sede provisória, a rua Saldanha Marinho, n. 44, para tratar de assuntos de interesse para os sócios.<sup>544</sup>

Sob o ponto de vista teórico, a ruptura de 1928 pode ser compreendida como parte das tensões internas da classe trabalhadora, que se dividia entre diferentes projetos de organização e representação. Como argumenta Beatriz Kushnir, as disputas pela hegemonia no interior do movimento operário devem ser interpretadas a partir das divergências sobre o papel das entidades, o perfil de suas lideranças e as formas de relação com o patronato e o Estado.<sup>545</sup> Nesse caso, a formação de uma nova associação decorreu do esgotamento das possibilidades de conciliação dentro da estrutura das Quatro Artes.

Em paralelo, a cisão também demonstrou a heterogeneidade dos interesses operários a existência de conflitos latentes entre grupos com experiências distintas no mundo do trabalho e nas práticas associativas. Essa dinâmica confirma a tese de Kushnir sobre o caráter fragmentado das organizações operárias, em que rupturas expressam as diferentes formas de experiência coletiva e de visão sobre os rumos da luta social na cidade da borracha.

#### 4.2. O CASO DO BOTEQUIM “A REFORMA”: CONFLITO OPERÁRIO E DISPUTAS NA SOCIEDADE DAS QUATRO ARTES (1925-1926)

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” – apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida -, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar.<sup>546</sup>

As palavras de Sidney Chalhoub, colocadas no limiar da análise, direcionas o olhar do historiador para além do “enredo factual”, chamando atenção para as múltiplas

<sup>544</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8387, 27 de abril de 1928.

<sup>545</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

<sup>546</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 40.



versões narradas por sujeitos imersos em suas próprias experiências. Essas versões, longe de serem descartadas como meras distorções ou encobrimentos, devem ser lidas como chaves interpretativas dos conflitos, dos valores e das lógicas que sustentam uma determinada cultura social. Nesse sentido, a multiplicidade de relatos encontrados nos processos judiciais, mesmo quando contraditórios, revela as disputas internas ao mundo popular e a complexidade das relações construídas em seus espaços de convivência cotidiana.<sup>547</sup>

Os espaços de sociabilidade dos trabalhadores em Manaus, especialmente daqueles vinculados à construção civil, não se restringiam às sedes das associações ou às estruturas formais de organização coletiva. Botequins, bares e casas de diversão popular funcionavam como importantes núcleos de convivência, onde se costuravam redes de amizade, alianças políticas e até disputas internas. Longe de serem espaços marginais, esses ambientes eram centrais na vida cotidiana dos trabalhadores, particularmente em uma cidade com poucas opções de lazer. Como observa Santos Junior, “havia outros espaços que eram tão reprimidos, estigmatizados e vigiados quanto as moradias coletivas, eram as casas de diversões, bares e botequins e demais ambientes que proporcionavam o lazer popular nas áreas centrais”.<sup>548</sup>

Esta forma de introdução moralizadora é típica de notícias do gênero na imprensa da época. Ela revela claramente a tentativa de estigmatização da principal opção de lazer dos pobres urbanos do sexo masculino: a conversa informal que estes homens levam no botequim, ao redor de uma mesa ou encostados no balcão, sempre sorvendo goles de café, cachaça, cerveja ou algum vinho bem barato. Era ali, nos papos da hora de descanso, que se afogavam as magoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano.<sup>549</sup>

A popularização desses espaços deve ser compreendida também como uma resposta à exclusão dos trabalhadores dos espaços reservados à elite. Sem acesso regular a teatros, esportes ou eventos cívicos, muitos operários recorriam aos bares e botequins como forma de fruição cultural, para descansar e fortalecer seus vínculos coletivos. Nas palavras de Santos Junior, “a presença de espaços populares de lazer nas áreas centrais não condiz com os ditos objetivos de modernidade, civilização e moralidade idealizados

<sup>547</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. cit., p. 40.

<sup>548</sup> SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus (1906-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005, p. 122.

<sup>549</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 257.

para o perímetro urbano da cidade”, sendo esses frequentados “pela própria falta de opções e de espaços públicos erigidos para o lazer de cunho popular”.<sup>550</sup>

Na noite de 21 de novembro de 1925, por volta das 22 horas, o botequim “A Reforma”, localizado na rua Barroso, número 3, foi palco de um episódio carregado de tensões entre membros da *Sociedade das Quatro Artes da Construção Civil*. Foi, naquele instante, atravessada por palavras ásperas e gestos irrefreáveis, que entraram num confronto físico os trabalhadores Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto, dois operários portugueses, um pedreiro de 35 anos e um pintor de 28 anos, ambos sócios da associação.<sup>551</sup>

O botequim, como indica Chalhoub, funcionava como espaço simbólica de uma cultura popular vigorosa, onde os homens pobres da cidade buscavam refúgio e ritualizavam afetos e desafetos cotidianos. Mas era também nesse espaço, que se encenavam antagonismos dos mais diversos, vinculados à ordem moral burguesa e à disciplina do trabalho assalariado.<sup>552</sup>

**Figura 13** - Rua Barroso em Manaus, ano de 1906



**Fonte:** Arquivo Nacional, Fundo Afonso Pena.

<sup>550</sup> SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus (1906-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005, p. 122-123.

<sup>551</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.), 1925.

<sup>552</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 254.

Naquela ocasião, Augusto Coelho da Rocha, português, pedreiro, solteiro, de 35 anos, e Manoel de Britto, também português, pintor, solteiro, com 28 anos, ambos residentes em Manaus e sócios da Quatro Artes, encontraram-se no interior do botequim em circunstâncias que rapidamente se transformaram em conflito físico. Segundo os registros judiciais, a presença de membros e ex-membros da sociedade em um mesmo ambiente regado a álcool e ressentimentos resultou em insultos, agressões e ferimentos, culminando com a intervenção da polícia. O processo judicial subsequente permitiu entrever as distintas camadas de sentido das versões profundamente conflitantes do ocorrido, manifestando-se a complexidade das relações entre sociabilidade operária e o papel da polícia em contextos de forte tensão.

A associação do espaço fundamental do lazer destes homens com rótulos estigmatizantes do tipo “desordeiros” e “vadios” é sintomática e reveladora. Esse tipo de associação trazia para esses homens: ao chamá-los de “desordeiros” e “vadios”, enfatizava-se novamente que urgia transformá-los em “morigerados” e “trabalhadores”. Mas aqui se revela também algo que talvez se desejasse ocultar: a tentativa de imposição de hábitos de trabalho compatíveis com os desígnios burgueses de acumulação de capital encontrou firmes obstáculos nos velhos hábitos e no modo de vida tradicional dos pobres urbanos em questão.<sup>553</sup>

Quando a patrulha chegou ao botequim “A Reforma”, já era tarde, Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto, haviam protagonizado um confronto físico cuja origem escapava à narrativa policial, mas cujos sinais físicos bastavam para a tipificação penal. O botequim, espaço que abrigava conversas e dissensos dos trabalhadores urbanos, foi convertido, ali, em cena de crime, não pela gravidade do ocorrido, mas pela lógica de uma ordem pública que, como lembra Chalhoub, impunha ao lazer popular a vigilância constante, rotulando de “vadios” e “desordeiros” os que resistiam à docilidade esperada dos assalariados.<sup>554</sup>

O comissário José Pedro de Campos Júnior, ao redigir o auto de prisão em flagrante, foi sucinto e registrou a ocorrência por volta das 22 horas, mencionou o tumulto no botequim “A Reforma”, e relatou que os dois homens foram encontrados “em vias de fato”, apresentando escoriações visíveis. A intervenção policial, como de costume, deu-se mais como forma de contenção do que de compreensão das causas. A perícia médica

<sup>553</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 257.

<sup>554</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 254-257.

posterior apenas confirmou as lesões, sem elucidar a origem exata dos golpes nem a proporção das agressões.

Aos vinte e um dias, do mês de novembro, do ano de mil novecentos e vinte e cinco, em Manáos, capital do Estado do Amazonas e na Delegacia de Polícia, onde se acha o senhor Comissário José Pedro de Campos Júnior, comigo Escrevente abaixo nomeado, presente o detentor Nathanael Romão da Costa, natural do Rio Grande do Norte, de vinte e três anos de idade, solteiro, praça graduado da Força Policial do Estado e morador à rua Vinte e Quatro de Maio, número setenta e quatro, e perguntado disse: Eu, digo, setenta e quatro, sabendo ler e escrever, e sob compromisso legal disse: Eu, apresenta preso em flagrante delito os indivíduos Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto que se achavam em luta hoje as vinte e duas horas, no botequim “A Reforma”, sito à rua Barroso, número três, que, ignora o motivo que originára o conflito entre os dois acima referidos e do qual saiu Augusto Coelho da Rocha, ferido no rosto; que, foram testemunhas da prisão em flagrante delito, os senhores Adelino de Britto, Antonio Rodrigues da Silva e Manoel Marques, todos presentes nesta Delegacia. E nada mais disse. [...].<sup>555</sup>

O testemunho do comissário, contido nas folhas iniciais do processo, expressava com clareza o caráter sumário da intervenção policial, cuja eficácia parecia residir menos na elucidação dos motivos do conflito e mais na sua contenção imediata. Não houve aprofundamento investigativo, tampouco espaço para a escuta dos envolvidos. A autoridade presente agiu conforme o protocolo esperado, interrompeu a desordem, identificou os participantes, aplicou a tipificação penal cabível e deu encaminhamento às diligências formais que se seguiram no cartório e na esfera judicial.<sup>556</sup>

A autuação dos réus foi imediata. Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto, foram enquadrados no artigo 303 do Código Penal da República, referente às ofensas corporais, e formalmente enquadrados pela polícia como responsáveis por um desentendimento físico, sem que se considerasse a complexidade das relações e tensões envolvidas no episódio. Nenhuma investigação prévia foi realizada. Os laudos médicos e o auto de prisão bastaram para instruir a acusação, reforçando o caráter normativo da justiça penal da época. Não se buscou compreender o ambiente conflagrado das sociedades operárias, tampouco se considerou a complexidade dos vínculos entre os envolvidos.<sup>557</sup>

<sup>555</sup> [José Pedro de Campos Júnior – auto de prisão em flagrante]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, fls. 2.

<sup>556</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.), 1925.

<sup>557</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.), 1925.

No dia seguinte, já com os trâmites iniciais cumpridos, ambos os acusados foram autorizados a prestar fiança no valor de 100\$000 (cem mil réis) cada, quantia elevada para os padrões da classe operária, mas ainda assim acessível para membros organizados de sociedades mutualistas. O valor foi recolhido no Tesouro Público, conforme atestado nos autos. A liberação para responderem em liberdade marcava a transição do caso da esfera policial, onde se desenrolariam as versões e os embates discursivos que definiriam os rumos do processo nos meses subsequentes.

A partir da formalização do auto de prisão e dos laudos periciais, os autos foram encaminhados ao juiz de direito da Vara Criminal, doutor Arthur Carvalho do Passo. Com a assinatura do escrivão interino Bernardo Cervinho Martins, lavrou-se a conclusão formal do inquérito, que foi imediatamente submetido à vista do promotor público do 2º distrito, doutor Paulo José da Silva Nery. O rito processual não se prolongou, logo em seguida, o representante do Ministério Público ratificou a denúncia com base nas informações preliminares, e o magistrado aceitou a acusação, autorizando a abertura do sumário de culpa.<sup>558</sup> O juiz, por sua vez, designou a abertura do sumário e determinou a convocação de testemunhas.

As testemunhas seriam convocadas por mandado judicial e intimadas com o auxílio da polícia. A rotina de intimações, juntadas e certidões conferia ao caso um tom solene, mas não eliminava o caráter performático da justiça criminal, onde as presenças em audiências e os depoimentos formais ganhavam maior peso que as dinâmicas anteriores do conflito. Havia uma mudança sutil, mas aqui interessante para nossa pesquisa, os sujeitos do botequim tornavam-se sujeitos do processo, redimensionados, submetidos à linguagem jurídica, convertidos em réus.

Logo em seguida, ocorreu a formalização da qualificação dos réus Augusto Coelho da Rocha, que se declarou pedreiro, português, solteiro, com trinta e cinco anos, residente na rua Dez de Julho, n. 67. E Manoel de Britto, também português, solteiro, de vinte e oito anos, trabalhava como pintor e morava na rua Joaquim Sarmiento, n. 21. Ambos sabiam ler e escrever. As fichas de identificação não diziam muito, mas simbolizavam um momento importante, pois os acusados, agora oficialmente réus, passavam a enfrentar o sistema judiciário com a mediação de advogados.

*Auto de qualificação do denunciado Augusto Coelho da Rocha – [...]*  
compareceu o denunciado Augusto Coelho da Rocha, a quem o dito juiz fez as perguntas seguintes: Perguntado qual o seu nome, filiação, idade, estado civil,

---

<sup>558</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.), 1925.

profissão, naturalidade, residência e se sabe ler e escrever, respondeu chamar-se Augusto Coelho da Rocha, filho de Francisco Coelho da Rocha, com trinta e cinco anos de idade, solteiro, pedreiro, natural de Portugal e residente nesta cidade a rua Dez de Julho, número sessenta e sete, sabendo ler e escrever. [...].<sup>559</sup>

*Auto de qualificação do denunciado Manoel de Britto* – [...] compareceu o denunciado Manoel de Britto, a quem o dito juiz fez as perguntas seguintes: perguntado qual o seu nome, filiação, idade, estado civil, profissão, naturalidade, residência e se sabe ler e escrever, respondeu chamar-se Manoel de Britto, filho de João Gonçalves de Britto, com vinte e oito anos de idade, solteiro, pintor, natural de Portugal e residente nesta cidade, à rua Joaquim Sarmiento número vinte e um, sabendo ler e escrever; [...].<sup>560</sup>

A sessão inaugural do sumário de culpa, marcada para o dia 29 de dezembro de 1925, frustraria as expectativas de andamento célere. Nenhuma das testemunhas arroladas para a ocasião compareceu ao fórum. As cadeiras vazias no recinto da audiência tornavam visível uma ausência que suspendia momentaneamente o processo, revelando o quanto a justiça, para além de seus ritos e formalidades, dependia da disposição dos sujeitos convocados a participarem e contribuir com o caso. O juiz Arthur Carvalho do Passo, registrou o impasse e adiou a audiência, certificando que “deixou de ser iniciado o seminário de culpa por não terem comparecido as respectivas testemunhas”.<sup>561</sup>

Diante do impasse, foram lavrados novos termos e expedidos mandados de intimação, como quem insistia em fazer valer o rito, mesmo quando o enredo já parecia gasto. Os réus, por sua vez, atentos, mantinham-se em prontidão. Estar ali era encarnar o papel de quem coopera, mesmo que a margem para defesa fosse estreita. Ausentar-se, por outro lado, era gesto arriscado e implicaria desobediência. Já as testemunhas podiam faltar. A ausência delas não escandalizava ninguém, era como se o tribunal já esperasse por esses atrasos e se movesse, justamente, nesse compasso resignado.

As audiências foram remarcadas para o fim de janeiro e início de fevereiro. Onde foram despachadas novas levas de intimações. Os oficiais de justiça tornaram-se figuras centrais nessas etapas, incumbidos de localizar, converter e, se necessário, constranger as testemunhas à presença obrigatória. A cada retorno sem êxito, crescia a distância entre o que o processo pretendia e o que a cidade permitia.

<sup>559</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.), 1925.

<sup>560</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 25.

<sup>561</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, fls. 24.

Na espera pelas testemunhas, o tempo judicial se arrastava, impondo-se sobre a memória dos envolvidos. Enquanto isso, o acontecimento se dissolvia aos poucos, como se o que importasse já não fosse a briga, mas o rastro documental que ela deixava. A escuta das testemunhas convocadas para compor o sumário de culpa forneceu as primeiras camadas da versão acusatória, ancorada principalmente nos relatos das fileiras policiais e dos sócios da Sociedade das Quatro Artes.

O depoimento de Nathanael Romão da Costa, com vinte e três anos de idade, solteiro, praça graduada da força policial do Estado, natural do Rio Grande do Norte, residente a rua vinte e quatro de maio, n. 74, sabendo ler e escrever, prestou o compromisso legal e prometeu dizer a verdade do que lhe fosse perguntado. Sua autoridade policial conferia peso à narrativa e servia de ancoragem para acusação inicial com base no artigo 303 do Código Penal da República. O relato continha os elementos-chave da imputação: luta corporal, desordem pública e lesões. O fato de os envolvidos estarem ainda “lutando entre si” quando a polícia chegou foi interpretado como flagrante delito, dispensando maiores averiguações naquele momento. Sendo inquerido sobre a denúncia, Nathanael respondeu:

Eu em dias do mês de novembro do ano passado entrava ele depoendo no café “A Reforma”, a rua Barroso desta cidade quando teve a sua atenção despertada por dois indivíduos os que lutavam physicamente já estando um deles ferido pelo que ele depoente os prendeu em flagrante delicto; que reconhece nos denunciados presentes os contendores por ele presos, reconhecendo também na pessoa do denunciado Augusto Coelho da Rocha o que se encontrava ferido conforme a referiu; que ignora os fatos que antecederam e rodearam o delito.<sup>562</sup>

Na sequência, foi ouvida a segunda testemunha, Antônio Rodrigues da Silva, com quarenta e nove anos de idade, casado, português, alfaiate, sabendo ler e escrever, residente em Manaus. Sendo inquirido sobre a denúncia, respondeu:

Que entrou no café “A Reforma” desta cidade em uma das noites de novembro do ano passado e ao sahir do dito café, quando já na calçada da rua se encontrava ouvir um ruido muito exagerado dentro do café e voltando-se observou que se realizava em grande barulho entre muita gente que não pode distinguir bem, lembrando-se apenas ter visto um soldado efetuar a missão ao Augusto Coelho da Rocha; que nada pode informar com relação ao motivo da [enta] e aos fatos que a cercaram que viu entrando apenas o denunciado Augusto Coelho da Rocha, isto

---

<sup>562</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, fls. 31.

é, fazendo parte do grupo que dentro da “Reforma” se encontrava no momento da vozeria.<sup>563</sup>

Têm-se algumas lacunas no depoimento de Antônio Rodrigues da Silva. Ele afirmou que não assistiu ao início da briga e que também não conhecia os motivos, o que viu foi o que restou após o tumulto, ou seja, a cena de desordem e a chegada da polícia, tornando-se assim, apenas um potencial observador dos acontecimentos. No entanto, esses elementos não foram suficientes para que seu depoimento não fosse incorporado como reforço à denúncia, reiterando a ocorrência de agressão mútua.

O terceiro depoente, Manoel Marques, com vinte oito anos de idade, solteiro, *chauffeur*, português, residente em Manaus, sabendo ler e escrever, aos costumes disse nada, no entanto, introduziu uma camada interpretativa mais densa ao caso. Sócio da Sociedade das Quatro Artes, ele contextualizou a briga em meio a tensões políticas internas da associação. Sugeriu que a presença de Augusto Coelho da Rocha, anteriormente expulso da entidade, havia acirrado os ânimos naquela noite. Ao relacionar o conflito do botequim com disputas preexistentes no interior da organização, o testemunho deslocava o episódio da esfera do acaso para o terreno das retaliações simbólicas. Em seu depoimento afirmou:

Que em uma noite do mês de novembro do ano passado estava eu depoente tomando cerveja no botequim “A Reforma” com o denunciado Coelho da Rocha e este lhe disse que procurava encontrar um dos membros da diretoria da Sociedade As Quatro Artes, afim de informar porque o tinham expulso da dita sociedade; que momentos depois retiravam-se quando lhes aparece o denunciado Manoel de Britto, sócio das quatro artes e começaram a conversar e em meio a palestra exaltavam-se travando-se luta física entre os dois em meio a qual os demais sócios das quatro artes existentes naquele momento em o café “A Reforma” investiram contra o denunciado Coelho da Rocha, ferindo-o e chegando um soldado da polícia efetuou a prisão dos dois denunciados presentes, inicio que encontrou entrando porque os demais ao pressentirem a chegada da polícia fugiram deixando os dois denunciados presentes entrando fisicamente que diante da balburdia estabelecida na luta não pode ele denunciado precisar quem feriu Augusto Coelho da Rocha, que não pode precisar qual dos dois denunciados provocou a luta física porque quando os dois começaram a conversar foram logo cercados por um grande número de sócios das

---

<sup>563</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, fls.32.



quatro artes ficando ele depoente por isso proibido de fazer observação com a palavra ao doutor Promotor Público por ele nada foi requerido.<sup>564</sup>

A narrativa de Manoel Marques introduzia, de forma ainda incipiente, a possibilidade de que o conflito fosse fruto de disputas anteriores e não um ato isolado. A presença de outros sócios no bar, embora não detalhada, sugeria um clima de animosidade. Ainda que sem afirmar participação direta desses presentes, a menção deixava aberta a hipótese de provocação ou solidariedade velada entre os sócios das Quatro Artes.

Adelino de Britto, quarta testemunha de acusação ouvida naquele momento, com trinta e nove anos de idade, solteiro, carpinteiro, português, residente em Manaus na rua Henrique Martins, n. 103, sabendo ler e escrever, aos costumes também não disse nada, no entanto, apresentou um depoimento mais categórico. Identificou Augusto Coelho da Rocha como o provocador do embate e descreveu a agressão inicial como “unilateral”. A simetria sugerida por outras testemunhas cedia lugar, aqui, a uma atribuição clara de culpa. A vinculação de Adelino à sociedade, embora não declarada diretamente, transparecia pela natureza de sua fala.

Que em dias do mês de novembro do ano passado, mais ou menos pelas vinte e duas horas, estando ele depoente em o café “A Reforma” viu entrar o denunciado presente Coelho da Rocha acompanhado de um outro indivíduo que é *chauffeur* e se chama Manoel Marques e sentaram-se em uma das mesas do referido botequim, mandando servi-lhes cerveja, que enquanto bebiam disse o denunciado Coelho da Rocha em alta voz para o seu companheiro de mesa: “quizera encontrar aqui um filho da puta da diretoria”, referindo-se a sociedade As Quatro Artes; que ouvindo este Constantino Centecho, digo, Constantino Centeiro dirigiu-se ao denunciado Coelho da Rocha e disse: “aqui não tem membro da diretoria, mas tem um homem”, respondendo-lhe o denunciado: “não é nada com você”, que poucos instantes depois entrou no café o denunciado Manoel Britto e o denunciado Coelho da Rocha ao vê-lo dirigiu-se para ele dando-lhe uma bofetada resultando dahi cair-lhe o chapéu e Manoel Britto tombar sobre as mesas do botequim ferindo-se em consequência da luta travada, pois ato seguido a bofetada estabeleceu-se serio conflito e grande balbúrdia não podendo por isso ele depoente observar o resto da luta, que não viu o movimento em que o denunciado Manoel Britto fora ferido, podendo afirmar porém que foi na luta pois ao entrar no botequim não trazia ele vestígio de ferimento, que por tanto ignora o modo e a forma por que foi feito o ferimento, que o denunciado Coelho da Rocha também fora ferido só podendo ser, pelo mesmo motivo já exposto o seu ferimento em a luta fê, digo, luta referida, não podendo também afirmar como e por quem fora feito, digo

---

<sup>564</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, fls. 33.

exposto, o seu ferimento recebido em a luta referida não podendo também afirmar como e por quem fora feita, que ambos os denunciados são homens honestos e trabalhador. [...].<sup>565</sup>

O peso do depoimento de Adelino residia em sua clareza, tendo em vista, que ele apontava uma origem precisa para o conflito e um responsável direto. Em termos judiciais, isso favorecia a imputação contra Coelho da Rocha. Em termos historiográficos, revelava as disputas de poder dentro da própria rede associativa, onde narrar também era um ato de tomar partido. O silêncio sobre seu próprio vínculo com a sociedade, nesse sentido, também dissesse mais do que qualquer declaração explícita.

Ainda que o sumário de culpa não encerrasse o processo, ele delineava os contornos iniciais da narrativa judicial. Os réus, a partir dali, estariam diante de uma versão consolidada de seu próprio gesto, versão essa que, como nos lembra Chalhoub, mais do que buscar o “que realmente se passou”, expressa relações, interesses e disputas traduzidas em palavras.

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” – apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso.<sup>566</sup>

O processo, até então ancorado em testemunhos que insinuavam, mas não definiam com clareza a origem do conflito, ganhou novo fôlego com a convocação de uma testemunha suplementar. Constantino Centeiro foi arrolado para reforçar a denúncia, em uma tentativa de solidificar a versão que atribuía a Coelho da Rocha a responsabilidade pelo início da desordem. Sua convocação surgiu a partir de petição específica do promotor, revelando a preocupação do Ministério Público em dirimir as ambiguidades narrativas que atravessaram os depoimentos anteriores.

Não se tratava, portanto, de ampliar o número de testemunhas por formalidade, mas de recompor, com novo enfoque, os contornos do ocorrido. Constantino fora apresentado como homem próximo da diretoria das Quatro Artes, frequentador habitual do botequim e figura de confiança no interior da rede associativa. Sua fala, registrada nos autos, carrega os traços de um discurso moldado tanto pela proximidade com a estrutura dirigente da entidade quanto pelo desejo de consolidar uma leitura acusatória do caso.

---

<sup>565</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, fls. 36.

<sup>566</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 20.

Constantino Centeiro, quinta testemunha, com trinta e quatro anos de idade, casado, pedreiro, português, residente em Manaus, na rua Joaquim Sarmento, n. 19, não sabendo ler nem escrever, aos costumes disse nada. Sendo inquirido sobre a denúncia, respondeu que:

Em certo dia do mês de novembro do ano passado, a noite estava ele depoente tomando café na reforma quando viu entrar o denunciado Coelho da Rocha acompanhado de dois indivíduos outros, dirigiram-se os três para uma banca em que batem com insolência e gritando pediu cerveja; que trazida a cerveja sentava-se o denunciado com um dos companheiros, ficando o terceiro de pé, que bebida e paga a cerveja pelo denunciado Coelho da Rocha este dissera para os seus companheiros: “Vamos embora que aqui não tem homem”, que ouvindo isto ele depoente voltou-se para o denunciado e lhe fez sentir que ele estava enganado, tendo se sentido molestado com o denunciado Coelho da Rocha porque ele ao dizer que ali não tinha homem adiantou que os filhos das putas e os bandidos não estavam; que diante da ação dele depoente para com o denunciado Coelho da Rocha este lhe perguntara se o depoente era membro da diretoria indagando este a que diretoria se referia, disse-lhe o denunciado, que era a da sociedade As Quatro artes, respondendo então ele depoente negativamente; que logo imediatamente a esse incidente entrou o denunciado Manoel Britto para quem se dirigiu o denunciado Coelho da Rocha agredindo-o a bofetadas em consequência do que Manoel de Britto caiu sobre as mesas do botequim ferindo-se, estabelecendo-se então balburdia e vozeria no café. Diante do que ele depoente que trazia um filhinho pequeno retirou-se levando-o; que nada conhece em desabono dos dois denunciados; que não sabe nem ouviu dizer o que fizera a sociedade as quatro artes para [integrar] tanto Coelho da Rocha.<sup>567</sup>

A força de sua declaração estava em dois elementos, primeiramente, na menção explícita à diretoria da sociedade como alvo dos insultos e na identificação clara de Coelho da Rocha como agressor. Ao sustentar que o réu teria dado uma bofetada, Centeiro inseria na narrativa que Coelho da Rocha carregava consigo a intenção de conferir gravidade ao ato. Nesse sentido, a sua fala operava como peça-chave na tessitura de uma acusação mais sólida, mesmo que ainda revelasse, nas entrelinhas, a própria fragilidade institucional da sociedade, exposta a agressões em espaço público.

Tal como outros testemunhos vinculados ao campo associativo, a fala de Centeiro misturava relato e posicionamento. Ao nomear a diretoria como grupo específico, e não como simples frequentadores do botequim, sua narrativa promovia uma aliança entre a

---

<sup>567</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, fls. 41.

entidade e o discurso judicial. Esse depoimento, ao se somar aos anteriores, marca a transição de uma acusação difusa para uma acusação centralizada.

Os interrogatórios de Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto, realizados no dia 1º de fevereiro de 1926, sinalizaram o início de uma inflexão narrativa no processo. Ambos os réus afirmaram ter fatos a alegar em sua defesa e solicitaram prazo legal para apresentá-la por escrito, requerimento prontamente deferido pelo juiz. Não se tratava de mera formalidade processual, mas da entrada em cena de um outro enredo em torno de disputas políticas no seio da Sociedade das Quatro Artes.

A defesa de Coelho da Rocha foi apresentada dias depois, acompanhada de um documento extenso e cuidadosamente redigido, que procurava inverter os termos da acusação. A peça não negava a existência do conflito, tampouco refutava a briga física, mas realocava os personagens, onde o réu, agora, surgia como vítima de um complot engendrado pela diretoria da associação. Segundo sua versão, ele era sócio da sociedade das Quatro Artes, “sempre propugnou para que ela seguisse a diretriz dos seus estatutos e não enveredasse pelo caminho das carbonárias, subversivas dos princípios de ordem e de produtividade”. Segundo consta no documento, Rocha foi perseguido por se opor às práticas “subversivas” das Quatro Artes, que buscavam elevar salários e reduzir jornadas “ao extremo”. Por essa postura, teria sido expulso da entidade e passou a ser seguido e ameaçado por um grupo organizado de antigos companheiros – o “bloco carbonário”.<sup>568</sup>

Não ficou só nisto o ódio da Sociedade para com o ex-sócio – propugnador da boa doutrina social. Formou-se contra ele um bloco de perseguidores que o procuravam em toda parte e espreitavam o momento oportuno para o agredirem. Depois do fracasso de vários encontros que o denunciado, com a prudência precisa, evitou, sempre se efetivou um para gaudio dos carbonários.

Foi o do botequim “A Reforma”, no dia 21 de novembro do ano passado, de que dá conta o sumário. O fato como ali está exposto não exprime absolutamente a verdade. Esta é exatamente o contrário.

Esse desvirtuamento é resultado de uma das táticas das Quatro Artes: induzir testemunhos falsos, dos seus próprios sócios, para chegar aos seus fins.<sup>569</sup>

<sup>568</sup> [Defesa de Augusto Coelho da Rocha]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 46.

<sup>569</sup> [Defesa de Augusto Coelho da Rocha]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 46.

A estratégia discursiva de Coelho da Rocha se estruturava em três movimentos. Primeiro, afirmar sua legitimidade como sócio “disciplinado”; segundo denunciar a degeneração política da associação, transformada em “entidade coercitiva”; e por fim, sugerir que todo o processo judicial fora uma tentativa dos dirigentes das Quatro Artes de “inverter os papéis” e calar as dissidências internas. A construção desse argumento se apoiava em episódios específicos, como o fechamento da sede da entidade pela polícia, apresentado como prova do caráter tumultuário da agremiação.<sup>570</sup>

O denunciado por ser de um grupo que encara essa situação como nociva e prejudicial a própria classe, pela restrição que necessariamente fazem os donos das obras as suas construções, diminuídas assim as possibilidades de trabalho, caiu no desagrado dos sectários da vida folgada e bem paga, até chegar ao extremo deste processo.

- a) Que são públicos e notórios e até do conhecimento das autoridades policiais, que chegaram já a mandar fechar a sede da Sociedade, os fatos aludidos.
- b) Que o denunciado, estando no dia e lugar aludido, se viu repentinamente envolvido por uma onda de inimigos – todos sócios dos “Quatro Artes”, que o agrediram, espancaram e por fim, tiveram a habilidade de o entregarem a polícia, como agressor e turbulento.

Sem grande esforço de raciocínio chega-se à conclusão e que o ataque só podia partir do bloco dos “Quatro Artes”, pois era este que estava em grande número no botequim “A Reforma”, como dizem as próprias testemunhas da acusação visto como não é lícito admitir que um homem só fosse agredir a um grande grupo acirrado no ódio e excitado pelo álcool.<sup>571</sup>

O texto da defesa não recuava diante de afirmações contundentes, como a alegação de que o sumário de culpa teria sido manipulado por meio de “testemunhos falsos, dos seus próprios sócios”, mobilizados por interesses políticos internos. Era um ataque direto tanto à acusação, como também direcionada ao funcionamento institucional da justiça, que, segundo réu, teria servido inadvertidamente à narrativa hegemônica da entidade.

A menção ao “bloco carbonário” como estrutura persecutória e ideológica ampliava o alcance da defesa para além do caso concreto. A expressão “carregada de alusões conspiratórias” cumpria uma dupla função ao evocar o clima político das

<sup>570</sup> [Defesa de Augusto Coelho]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 46.

<sup>571</sup> [Defesa de Augusto Coelho]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 46.

associações operárias e colocar em xeque a legitimidade da diretoria, identificando-a com práticas autoritárias.

Não por acaso, a peça de defesa era acompanhada de um pedido de justificação judicial, instrumento previsto para apresentação de prova documental e testemunhal fora do sumário. Era um gesto calculado, que visava desestabilizar a narrativa acusatória desde dentro do próprio processo, oferecendo ao juiz uma nova cadeia de depoimentos, composta por testemunhas “estranhas” à sociedade. No segundo documento, constavam os seguintes pontos:

1. Que a “Sociedade das Quatro Artes” constrange e impede os seus sócios e demais artistas desta cidade de exercerem a sua profissão com a liberdade que a Constituição Federal lhes outorga, obrigando aqueles dos sócios que dissitem dos seus propósitos e seduzindo os estranhos a deixarem seus padrões, já sob promessas falazes, já sob ameaças.
2. Que desse procedimento criminoso da Sociedade tem resultado inúmeros encontros violentos entre os artistas, provocados a socape ou mesmos as claras pelos chefes ou cabeças dessa coligação carbonária.
3. Que, quando levados esses fatos ao conhecimento das autoridades policiais e judiciais, eles empregam toda sorte de artifícios, inclusive, o falso testemunho, a fim de passarem de agressores a vítimas.
4. Que essas atitudes da Sociedade são públicas e notórias tendo dado lugar até a Polícia fechar a sua sede.
5. Que entre os encontros referidos no 2º item, está o do botequim “A Reforma”, ocorrido no dia 21 de novembro do ano passado, no qual o justificante chegando com um amigo aquele estabelecimento para tomar cerveja, lá se encontrou, sem procurar, entre um grande número de sócios das Quatro Artes, que logo ao verem o justificante, um dos expulsos arbitrariamente da Sociedade, por não se submeter ao seu regime ilegal, começaram imediatamente um movimento hostil seguindo-se de uma agressão violenta na qual o justificante foi por eles espancado e ferido. [...]. Manáos, 2 de fev. de 1926.<sup>572</sup>

A defesa de Manoel de Britto baseou-se no argumento da legítima defesa, com base no artigo 32, §2º do Código Penal. A peça acusatória descrevia-o como homem honesto, surpreendido por uma agressão física imprevista e forçada a reagir com os meios disponíveis. Reforçava-se, ainda, a imagem do trabalhador disciplinado, envolvido involuntariamente em um conflito maior que ele.<sup>573</sup>

A defesa de Britto não reivindicava para si qualquer protagonismo, mas se ancorava na figura do trabalhador comum, surpreendido pela desordem e compelido a

<sup>572</sup> [Autos de justificação de Augusto Coelho da Rocha]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 48-49.

<sup>573</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925.

reagir. A argumentação evitava o confronto direto com a diretoria da associação, optando por uma linha mais conservadora, que buscava empatia do juiz e reconhecimento da excepcionalidade do gesto. Era, em essência, um pedido de compreensão, o mesmo que se esperaria de quem, num botequim, apenas queria tomar uma cerveja ou café e acabou no banco dos réus.

O pedido de justificação apresentado por Augusto Coelho da Rocha, aceito pelo juiz e instruído formalmente nos autos, tinha como objetivo principal comprovar, por meio de depoimentos independentes, a versão de que foi vítima de uma agressão coletiva e premeditada por parte de membros da diretoria da Sociedade das Quatro Artes. Três novas testemunhas foram convocadas, eram eles, Patricio Ferreira Alegria, com trinta e três anos de idade, casado, confeitiro, português, residente em Manaus, sabendo ler e escrever. A segunda testemunha, Guilhermino Antunes dos Santos, com dezoito anos de idade, solteiro, empregado no Comércio, português, sabendo ler e escrever, residente em Manaus. Já o último depoente, Anselmo Raphael, com vinte e seis anos de idade, casado, português, residente em Manaus, sabendo ler e escrever. Nenhum deles integrava a associação, o que conferia aos depoimentos o peso simbólico da imparcialidade.<sup>574</sup>

Os três depoimentos convergiam em pontos centrais, indicando que o ataque partiu do grupo ligado à direção da associação, Coelho da Rocha apenas se defendeu, e o ambiente do conflito era marcado por uma tensão política preexistente. As falas reiteravam que a briga não se iniciou por acaso, tampouco se tratava de uma rixa pessoal entre os envolvidos. Ao contrário, os episódios narrados pareciam sintomas de um mal-estar coletivo no interior da entidade, cuja condução política era posta em xeque.

As testemunhas afirmaram ainda que a sede da sociedade havia sido fechada por ordem da polícia meses antes do ocorrido, em virtude de desordens provocadas por seus próprios dirigentes. Essa informação, além de deslegitimar o grupo opositor, pretendia reforçar a imagem de que Coelho da Rocha estava do lado da ordem e da legalidade.

Os depoimentos também revelavam a existência de um clima de intimidação prévio ao episódio do botequim. Um dos relatos dava conta de que, dias antes, Coelho da Rocha já era seguido por membros da diretoria, o que reforçava a tese de uma emboscada. A construção dessa ideia não era fortuita, ela visava fragilizar moralmente os adversários, transformando-os em algozes, e apresentando o réu como alvo de perseguição.

---

<sup>574</sup> AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 52-54.

Ao trazer à tona os bastidores da associação, as falas dessas testemunhas contribuíram para a desnaturalização da violência operária como produto de meras rivalidades pessoais. Em seu lugar, projetava-se uma luta política travada no interior de uma organização que, embora fundada sobre a solidariedade de classe, reproduzia em seu interior hierarquias e exclusões.

Avançando no processo, voltamos para Manoel de Britto, pintor de 28 anos, nascido em Portugal e radicado em Manaus, apresentou-se à autoridade judicial como trabalhador honesto, surpreendido por uma situação que lhe exigiu defesa imediata. Diferente da estratégia elaborada por seu co-réu, não buscou estruturar uma narrativa de conspiração coletiva ou perseguição política, mas apoiou-se na tese clássica da legítima defesa. Em sua petição inicial, o defensor invocou o artigo 32, §2º do Código Penal da República, buscando amparo jurídico para os atos cometidos.

A versão dos fatos apresentada por Britto sustentava que, ao chegar ao botequim, teria presenciado um ambiente já tumultuado e, diante da agressividade de Augusto Coelho da Rocha, reagiu apenas para proteger sua integridade. O conflito não teria sido premeditado, tampouco vinculado a disputas internas da Sociedade das Quatro Artes. A defesa procurou isentá-lo de qualquer iniciativa de ataque, minimizando seu papel no episódio e deslocando a responsabilidade para uma provocação que teria partido do outro acusado.

O caso é que, em uma noite do mês de novembro do ano passado, em que a sociedade das Quatro Artes realizara em sua sede uma das suas sessões regulamentares, essa cooperativa, de tão úteis fins para os seus associados, teve os seus trabalhos interrompidos por um grupo de desordeiros, indivíduos sem educação e sem escrúpulos, turbulentos costumazes, que invadiram o edifício da associação provocando ahi desordens condenáveis.

[...] E assim foi que, rematados os trabalhos da referida sociedade, o denunciante Manoel de Brito, “homem honesto e trabalhador”, no conceito da quarta testemunha, (vide folha 57), sócio da cooperativa, dirigiu-se a “A Reforma”, a fim de tomar café. Ao ingressar nesse estabelecimento comercial, foi o mesmo denunciado alvo de uma agressão inapropriada, partida do grupo desordeiro, recebendo uma bofetada das mãos de um dos seus atacantes (vide depoimentos da quarta e da quinta testemunhas).

Reagindo contra os seus agressores, Manoel de Brito lançou mão de uma cadeira para defender-se. Estabeleceu-se a luta seguida de grande confusão, que somente cessou com a interferência da polícia. Aconteceu, porém, que na luta, Manoel de Brito, procurando desvencilhar do grupo que o atacou e do qual fazia parte o denunciado



Augusto Coelho da Rocha, resultou ficar este também ligeiramente ferido.<sup>575</sup>

O advogado de Britto afirmou que o réu era “homem honesto e trabalhador”, com histórico de boa conduta, e que nunca se envolvera em confusões, sendo o episódio em questão uma exceção, fruto de circunstâncias excepcionais. A linguagem da defesa buscava, assim, criar um contraste entre o perfil disciplinado de Britto e a figura instável construída ao redor de Coelho da Rocha, tentando dissuadir o juiz de qualquer entendimento que equiparasse as condutas de ambos. Nesse esforço, a argumentação jurídica e o discurso moral se entrelaçaram, ao mesmo tempo em que invocava dispositivos legais para isentá-lo da pena, a defesa de Britto investia na produção de uma imagem de homem respeitável, reafirmando os valores do trabalho, da ordem e da disciplina.

O promotor público Paulo José da Silva Nery, ao oferecer suas alegações finais, optou por uma leitura que desautorizava, de modo sistemático, as teses apresentadas pelas defesas de ambos os réus. Não houve, de sua parte, qualquer sinal de adesão às versões que sustentavam legítima defesa ou perseguição política dentro da Sociedade das Quatro Artes. A sua peça acusatória foi direta, afirmou que os acusados haviam praticado atos de agressão mútua e deveriam, por isso, responder pelos delitos cometidos.

[...] Apresentaram os doutores advogados dos denunciados as alegações de defesa de [fls] 46-47 e 58-59, das quais está promotoria discorda em virtude do que consta do sumário e dos autos de corpo de delito de [fls] 7 e 9, onde ficou cabalmente provado a procedência da denúncia.

Opino pela condenação dos denunciados no grau mínimo da pena estabelecida no artigo 303 do Código Penal da República, tendo em vista o bom procedimento anterior dos mesmos, salvo melhor decisão do m. m. Julgador.<sup>576</sup>

Ainda assim, Paulo Nery ponderou que os antecedentes de Coelho da Rocha e de Manoel de Britto recomendavam a aplicação da pena em seu grau mínimo. Nenhum dos dois possuía histórico criminal anterior, e o próprio promotor reconhecia que o episódio, não se enquadrava nas ocorrências mais violentas que chegavam ao juízo criminal.

A decisão do juiz Arthur Carvalho do Passo lidou com uma teia de versões contraditórias e um contexto de tensões associativas pouco visível à linguagem formal do

<sup>575</sup> [Defesa de Manoel de Britto]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 58.

<sup>576</sup> [Fala do promotor Nery]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls.

processo. A sentença reconhecia que havia de fato, ocorrido uma briga entre os réus, mas não se chegou a uma certeza quanto à autoria dos ferimentos constatados nem à origem da agressão. A ausência de prova impôs ao julgador uma atitude de prudência, que se traduziu na absolvição de ambos.

[...] A autoria criminal, porém, dos fatos em apreço, ficou desconhecida, o que se justifica ante os depoimentos apresentados das três testemunhas de defesa, que assistiram ao conflito, e afirmam, com absoluta precisão e inteira harmonia entre si, terem ficado os denunciados envolvidos, em luta, por uma grande massa de operários das Quatro Artes, e, assim sendo, difícil, se não impossível, seria a um espectador proceder a unificação, de que carece este, pois para determinar a responsabilidade criminal do delinquente. Isto posto, julgo improcedente a denúncia de fes 2, para absolver, como [ilegível] os denunciados Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto, da acusação que contra eles fora intitulado pela egrégia justiça pública, pagos os custos pela municipalidade – Apelo desta sentença para o Supremo Tribunal de Justiça do Estado. Publique-se e intime-se.<sup>577</sup>

A decisão também valorizou expressamente os testemunhos produzidos durante a justificação apresentada por Coelho da Rocha. Nas palavras do juiz, esses depoimentos “foram mais coerentes” e prestados por testemunhas “sem qualquer interesse na causa”, o que contrastava com o conjunto menos preciso e, por vezes, lacunar dos relatos oferecidos pela acusação. A estratégia da defesa, ao mobilizar sujeitos externos ao núcleo da briga, parece ter surtido efeito, ao sugerir que o réu era vítima de um complot associativo.

Ao absolver Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto, a justiça reconheceu a impossibilidade de fixar de modo inequívoco os contornos da violência praticada. A decisão final, registrada em 27 de abril de 1926, consolidava uma narrativa de impasse, típica de um sistema judicial que, diante da cultura popular urbana e dos embates internos às sociedades de socorro mútuo, optava pela neutralidade aparente como forma de administrar o conflito.

O caso ocorrido no botequim “A Reforma”, entre Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto, manifesta-se como uma fratura simbólica dentro da própria cultura associativa do mundo operário na Manaus da Primeira República. A violência explodiu em meio a disputas associativas que, não raro, escapavam ao controle dos estatutos e das assembleias. O processo não deve ser lido apenas como um registro jurídico, mas como

---

<sup>577</sup> [Conclusão dos autos de Arthur Carvalho do Passo]. AMAZONAS. Juízo de Direito do 2º Distrito Criminal. Autos de Crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal. Justiça Pública (A). x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Manaus, 1925, Fls. 60-61.

palco de uma luta mais profunda, entre concepções divergentes sobre disciplina, pertencimento e hierarquia dentro das próprias organizações dos trabalhadores.<sup>578</sup>

A sentença, nesse contexto, não escolheu lados. Preferiu absolver sem nomear culpados. Alocando os custos do processo ao poder público e silenciando sobre as fissuras políticas da associação envolvida. Sidney Chalhoub, ao analisar os processos criminais como fontes históricas, sublinha que o mais importante não é descobrir “o que realmente se passou”, mas “compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso”. Para ele, o que importa são “as verdades do historiador”, que nascem das “relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões”.<sup>579</sup>

Longe da imagem de um grupo unido, o processo evidencia divisões internas, ressentimentos, exclusões e conflitos que corroíam o tecido associativo por dentro. O ideal do mutualismo, centrado na solidariedade e na proteção mútua, cede espaço ao faccionismo, criando abismos entre os próprios trabalhadores. A denúncia de um “bloco carbonário” e os enfrentamentos dentro das Quatro Artes revelam um campo associativo disputado, onde estratégias de exclusão e disciplinamento se travestem de zelo estatutário.

No limite, este processo nos obriga a repensar as formas pelas quais a cultura popular urbana resiste, adapta-se e é, por vezes, capturada por projetos de ordem que vêm “de fora para dentro e de cima para baixo”.<sup>580</sup> O botequim, a associação operária, o tribunal, todos funcionam como arenas onde se disputam as fronteiras da legitimidade operária. A história do conflito entre Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto é, portanto, um fragmento de uma história maior, em que trabalhadores lutam não apenas contra patrões, mas também entre si, disputando os rumos de sua própria organização.

---

<sup>578</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 40.

<sup>579</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 40.

<sup>580</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*. Op. Cit., p. 255.

## CAPÍTULO 5

**“E PLURIBUS UNAN”: O ASSOCIATIVISMO DOS CAIXEIROS EM MANAUS**

Senhores, eu sou caixeiro.  
 Cá na terra dos Barés  
 Trabalhava noite e dia  
 Debaixo de pontapés.

Por vezes tive vontade  
 De melhor me educar  
 Mas do patrão a beldade  
 Não dava a isso lugar.

[...]

Certo dia com a telha  
 Chamou-me lá do balcão  
 Parecia uma centelha  
 No ribombar do trovão.

Dizendo-me:  
 Oh, grande pedaço de asno  
 Oh, burro piramidal.  
 Basta saber embrulhar  
 A freguesia, animal.  
 De que servem os estudos  
 Oh, impávido zebedeu!  
 Não vês que assim ficavas  
 Sabendo mais do que eu?

[...].<sup>581</sup>

Ao longo da Primeira República, os trabalhadores do comércio em Manaus se articularam em torno de uma cultura associativa, estruturada sobre três eixos: honra, instrução e auxílio mútuo. Essa tríade não era meramente retórica, mas se manifestava nas práticas diárias da entidade, nas assembleias, nos relatórios e nas manifestações públicas. Como observa Batalha, era por meio dessas práticas que os membros das associações compreendiam o mundo e a si mesmos, articulando vivências associativas a formas de reconhecimento público.<sup>582</sup>

Em Manaus, viviam-se os contrastes de uma cidade modernizada, com luz e bondes elétricos, mas onde as jornadas comerciais se estendiam até as dez da noite, e os

<sup>581</sup> *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, n. 41, 07 de fevereiro de 1909.

<sup>582</sup> BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 95-119.

domingos, em vez de serem dia de descanso para os trabalhadores, representavam mais um dia de serviço. Nesse contexto, a fundação da *Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas*, em 11 de novembro de 1906, se inscreveu como um gesto inaugural de organização coletiva, uma tentativa de proporcionar aos caixeiros um espaço de organização. Kleber Moura destaca que “a criação dessa agremiação era fruto de uma antiga aspiração dos caixeiros em organizarem-se enquanto categoria, pois não podiam contar com as ações dos poderes constituídos”.<sup>583</sup>

Pinheiro nos lembra que a fundação da AECA respondia a um desejo antigo de organização, já manifestado em experiências anteriores como a *Associação dos Empregados do Comércio Amazonense*, fundada em 1898. Sobre a instalação dessa agremiação, observa Pinheiro:

Uma associação específica dos trabalhadores do comércio só surgiu no Amazonas em 1.º de agosto de 1898, quando foi instalada a Associação dos Empregados do Comércio Amazonense, elegendo no início de agosto uma diretoria provisória, que foi composta por Leonel da Motta, na condição de presidente, tendo como secretário e tesoureiro Lourenço Valle e como 2.º secretário, Carlos Alcantarina, a quem coube também organizar os estatutos.<sup>584</sup>

Em 1898, com a formação da nova agremiação, foi eleita uma diretoria provisória composta por “Leonel da Motta, na condição de presidente, tendo como secretário e tesoureiro Lourenço Valle e como 2.º secretário, Carlos Alcantarina, a quem coube também organizar os estatutos”.<sup>585</sup> A nova entidade tinha como objetivo, “difundir a instrução entre seus associados e prestar-lhes todo e qualquer auxílio quando doentes, ou quando tiverem necessidade de colocação no comércio desta praça”.<sup>586</sup>

Anos mais tarde, com a nova entidade estabelecida em 1906 e seus estatutos aprovados, eram considerados empregados do comércio, (art. 9.º) os guarda-livros, empregados de escritórios, armazéns, lojas ou qualquer outro estabelecimento comercial, despachantes da Alfândega e Recebedoria, empregados de bancos e casas de crédito, empresas ou companhias, além de corretores, leiloeiros, profissionais, artistas e industriais quando em serviço de casas comerciais e os empregados de Trapiches.<sup>587</sup>

<sup>583</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p. 35.

<sup>584</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910. História: Questões & Debates*, [S.l.], v. 70, n. 2, 0. 261-291, 2022.

<sup>585</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910. História: Questões & Debates*, [S.l.], v. 70, n. 2, 0. 261-291, 2022, p. 277.

<sup>586</sup> *A Federação*, Manaus, n. 225, 14 de outubro de 1898.

<sup>587</sup> “Estatutos da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 36613, 30 de abril de 1907.

**Figura 14** - Fotografia do jornal *O Malho* mostra os trabalhadores do comércio de Manaus após almoço patrocinado pelo comerciante José da Trindade (1910)



**Fonte:** *O Malho*, Manaus, n. 409 ano IX, 16 de julho de 1910.<sup>588</sup>

Para Pinheiro, os caixeiros manauaras, na construção de suas identidades “buscaram não apenas se afastar do ‘trabalhador acaixeirado’ que buscava lhe tomar de empréstimo o prestígio e o respeito, como também do trabalhador comum, quase sempre “associado aos populares e perigosos”.<sup>589</sup> Segundo os estatutos da AECA, aprovados em 1907, cabia à entidade “promover a união da classe caixeiral”, proteger seus direitos, oferecer benefícios e fundar cursos e uma biblioteca destinada à formação dos sócios:

Art. 2.º - (a) Promover a união da classe caixeral, conduzindo-a de modo a estabelecer um núcleo poderoso que a fortifique e proteja em todas as emergências sociaes; (b) Pugnar pelos interesses da classe, patrocinando todas as causas justas em que ella se empenhe, quer affectem aos direitos da collectividade, quer aos de cada socio em particular; (c) Distribuir beneficência aos socios necessitados; (d) Diffundir a instrucção entre elles, creando para esse fim uma bibliotheca e cursos de ensino gratuito para todas as disciplinas necessárias a vida commercial; (e) Providenciar pela colocação dos socios desempregados, esforçando-se por obter empregos compatíveis com as suas habilitações.<sup>590</sup>

<sup>588</sup> [Descrição da Foto – Em Manáos – Amazonas: Pessoal ativo do comércio, depois de um almoço oferecido pelo conceituado negociante, José da Trindade. São os srs: 1) Capitão Salvador Faria; 2) Celestino Lopes; 3) Santos, Comerciante; 4) Capitão Eloy de Oliveira, guarda-livros; 5) O garçon do chopp; 6) Albino Santos, comerciante; 7) Edgar Faria, empregado no comércio; 8) Alfredo Ramos, comerciante; 9) Moyses de Mello, dono de talho; 10) Comendador Josué Sencadas, proprietário e talista e comerciante.

<sup>589</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910. *História: Questões & Debates*, [S.l.], v. 70, n. 2, 0. 261-291, 2022, p. 270.

<sup>590</sup> “Estatutos da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas”. Op. Cit.

A leitura desses dispositivos pode expressar uma tentativa de diferenciação dos caixeiros em relação aos trabalhadores braçais. Também demonstra as intenções da entidade de “elevant” os caixeiros à condição de cidadãos instruídos. Esse compromisso com a organização e o respeito institucional da AECA já se fazia notar desde seus primeiros passos. A matéria publicada no *Jornal do Comércio*, no dia 28 de janeiro de 1907, descrevia a eleição dos corpos dirigentes e a composição do quadro social da associação, revelando a seriedade do projeto caixeiral:

Realizou-se ontem a anunciada reunião dessa novel e simpática sociedade, que elegeu os seus corpos dirigentes, sendo estes assim proclamados: Assembleia Geral: Presidente – Raymundo Alves Tribuzy; vice-presidente – Theophilo de Barros Corrêa de Mello Neves; 1º secretário – Francisco d’Assis Souza Guimarães; 2º secretário – Francisco de Assis e Souza. Diretoria: Presidente – Salvador Braulio d’Albuquerque Montenegro; vice-presidente – Antonio de Vasconcellos; 1º secretário – Ascanio Saraiva; 2º secretário – José Anthero de Sá; thesoureiro – José Nunes de Lima; adjunto de thesoureiro – Otón Cambeses Alfaro; orador – José Jorge Vieira; Vogaes – Antonio Joaquim Bordallo, Francisco Gomes Rodrigues, Manoel Ribeiro da Cunha, Virgilio Xavier de Souza, João Simões de Carvalho e Ramiro de Barros. [...] Em sessão solene efetuar-se-à brevemente a posse dos eleitos, ficando definitivamente organizada esta agremiação, que grandes benefícios trarão aos auxiliares do commercio de nossa praça.<sup>591</sup>

De acordo com o artigo 18 dos dispositivos estatutários, os corpos dirigentes da associação eram constituídos por: a) uma diretoria de 15 membros; b) um conselho fiscal composto por 3 membros; c) uma comissão de sindicância com 3 membros; e d) uma mesa de Assembleia Geral.<sup>592</sup> A matéria anterior de janeiro de 1907, demonstra que o tom celebrativo não escondia a percepção de que a AECA surgiu como promessa de amparo a organização para um segmento até então fragmentado, cuja ascensão dependia de disciplina e da visibilidade institucional. A escolha do adjetivo “sympatica” vincula o projeto a uma sociabilidade cordial, acessível, enquanto o uso de “solene” diz respeito aos ritos públicos na construção da respeitabilidade da associação. A fundação da entidade, se convertia num espaço social com potencial de transformação para o cotidiano

<sup>591</sup> Além da Assembleia Geral e Diretoria, foram eleitos como suplentes da diretoria: José Goythacaz Soeiro, Pompeu Aguiar, Paulo d’Araújo Lima, Alfredo Braulio Montenegro, Antonio Joaquim Barbosa e Heitor Bastos. Para a Comissão de Sindicância: Joaquim Francisco de Paula, José de Souza Guimarães e Luiz de Souza Moreira. Suplentes: Luiz Burgos Filho e Valentim Maria Monteiro. Conselho Fiscal: Jefferson Mesquita Alves, Manoel Damasceno e Maurio Samuel Marrache. Suplentes: José Corrêa Dias, Rocarêdo Prego e Lionilo Tavares de Miranda. *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 930, 28 de janeiro de 1907.

<sup>592</sup> “Estatutos da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas”. Op. Cit.

dos caixeiros. Essa ritualização, como bem analisa Batalha, operava como mecanismo de pertencimento e de formação de uma cultura associativa.<sup>593</sup>

Ao final de 1907, a AECA já se consolidava como uma agremiação com vida institucional em funcionamento. A eleição realizada no dia 29 de dezembro daquele ano demonstra a continuidade do projeto e como veremos, teremos a presença de nomes recorrentes nos quadros dirigentes, bem como a confiança depositada na rotatividade democrática entre os associados. Foram eleitos para o exercício de 1908:

Diretoria. – Presidente, Manoel Ribeiro da Cunha; vice-presidente, Antônio de Vasconcellos; 1º secretário, Virgílio Xavier de Souza; 2º dito, Antônio José Nogueira; orador, José Jorge Vieira; thesoureiro, José Nunes de Lima; adjunto de thesoureiro, Simon Horner; vogaes: Francisco d'Assis de Souza Guimarães, José de Souza Guimarães, Antônio Joaquim Bordallo, Francisco Gomes Rodrigues, Paulo de Araújo Lima, José Anthero de Sá. Como suplentes: Nicoláo Jorge Botelho, Erasmo Pereira, Jayme Ferreira Ramos, Abel da Costa Mendes, Manoel Antonio Gomes, Inocencio Lopes Filho. Comissão de Sindicância: Luiz Burgos Filho, Antonio Guedes de Araújo, Luiz de Souza Moreira. Suplentes: Valentim Normando, Antonio Joaquim Ribeiro, Heitor Miguel Bastos de Barros. Conselho Fiscal: Maurício Samuel Marreche, Leonilo Tavares de Miranda, Salvador Bráulio Albuquerque Montenegro. Suplentes: Elpisio Eloy de Hollanda, Ascanio Saraiva, Paulino Pequeno Ibiapina. Assembleia Geral: Presidente, Raymundo Alves Tribuzy; vice, Theophilo de Barros Correa de Mello Neves; 1º secretário, Arthur Studart; 2º secretário, Marcílio Fernandes Bastos.<sup>594</sup>

A ampliação do quadro associativo indicava que a AECA tinha deixado de ser apenas um projeto embrionário, mas começava a estruturar-se como espaço legítimo de representação. A repetição de nomes nos cargos demonstra, por outro lado, uma possível concentração de prestígio entre os sócios mais influentes, sugerindo que a política associativa seguia normas de mérito construído internamente.

Figura central da segunda diretoria da AECA, Manoel Ribeiro da Cunha ocupou a presidência da associação no ano de 1908, num momento decisivo para a consolidação institucional da nova agremiação em Manaus. Seu nome figurava entre os vogais da diretoria eleita em janeiro daquele ano, mas já em dezembro despontava como presidente, liderando um corpo diretivo formado por caixeiros atuantes e bem relacionados nos circuitos comerciais.

---

<sup>593</sup> BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 95-119.

<sup>594</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1353, 31 de dezembro de 1907.



A rápida ascensão de Cunha ao posto mais alto da associação sugere um reconhecimento precoce de sua capacidade organizativa e de seu prestígio entre os colegas. Embora os documentos internos da entidade naquele período sejam escassos, o fato de sua gestão ter atravessado os primeiros embates públicos e se articulado com nomes que permaneceriam na estrutura associativa por anos – como José Nunes de Lima, Virgílio Xavier de Souza e José Jorge Vieira – indica que ele cumpriu um papel aglutinador naquele momento inaugural.<sup>595</sup>

A biografia de Manoel Ribeiro da Cunha, tal como pode ser reconstituída a partir do inventário *post mortem* aberto em Manaus em 1909, demonstra a dimensão pública de sua atuação e aspectos de sua trajetória social. Registrado como “caixeiro”, no Hospital Real de São José, em Lisboa, onde veio a falecer, Manoel era casado com Luiza de Faria Cunha e pai de dois filhos pequenos, além de um terceiro nascituro. Sua morte prematura ocorrida em março de 1909, aos 31 anos, num hospital da capital portuguesa, sugere que ele se encontrava em trânsito, talvez por motivos de saúde ou negócios, e que mantinha uma rede de contatos transatlântica. O fato de sua esposa abrir o inventário em Manaus, representada por procuradores com plenos poderes, demonstra que a família residia na cidade e possuía patrimônio considerável, cujas raízes estavam plantadas na capital amazonense.<sup>596</sup>

A descrição dos bens deixados por Manoel Ribeiro da Cunha evidencia um acervo patrimonial expressivo, especialmente para um trabalhador registrado como “caixeiro”. Constan no inventário uma apólice de seguro de vida no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis), uma embarcação a vapor denominada “Solimões”, avaliada em igual quantia, além de um terreno urbano no bairro da Cachoeira Grande, estimado em 2:000\$000 (dois contos de réis). O total dos bens attingia a quantia de 25:000\$000 (vinte cinco contos de réis), ainda que a dívida passiva do espólio fosse bastante elevada, ultrapassando os 52:000\$000 (cinquenta e dois contos de réis). Esse perfil contraditório, de um trabalhador endividado, mas também proprietário de um vapor e de bens de valor, indica a complexidade das trajetórias sociais dos empregados do comércio naquele período. Nesse sentido, podemos supor que a posse de um barco a vapor sugere relações comerciais com o interior do Amazonas ou mesmo com o exterior.<sup>597</sup>

---

<sup>595</sup> AMAZONAS. Juízo Municipal de Orphãos. Inventário de Manoel Ribeiro da Cunha. 1909. Processo s/n. Fundo Justiça, Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Manaus. Acesso em 2024.

<sup>596</sup> AMAZONAS. Juízo Municipal de Orphãos. Inventário de Manoel Ribeiro da Cunha. 1909. Op. Cit.

<sup>597</sup> AMAZONAS. Juízo Municipal de Orphãos. Inventário de Manoel Ribeiro da Cunha. 1909. Op. Cit.

A análise do inventário de bens de Manoel escapa às tipificações simplistas do caixeiro como apenas subordinado ou precário. Como analisa Mario Santos, muitos caixeiros iniciavam suas carreiras ainda adolescentes, mas almejavam a posição de guarda-livros ou mesmo o ingresso no patronato, projetando uma trajetória ascendente pautada pelo mérito.<sup>598</sup> Manoel Ribeiro da Cunha, ao mesmo tempo que era dirigente de uma associação de empregados e proprietário de um vapor comercial, era também herdeiro de uma cultura de trabalho disciplinado e investidor em redes de comércio fluvial, falecido jovem, mas deixando os filhos menores um patrimônio estruturado e acessado juridicamente por meio de instrumentos modernos, como o seguro de vida.<sup>599</sup> Na declaração de herdeiros, assinado pela viúva Luiza de Faria Cunha, constava:

Em seguida pela mesma inventariante foi declarado que o seu marido Manoel Ribeiro da Cunha, faleceu em Lisboa (Reino de Portugal), no dia 3 de março do corrente ano, sem testamento, deixando os herdeiros seguintes. Filhos: (1) Armando, nascido em 22 de agosto de 1905. (2) Mario, nascido a 12 de outubro de 1907. (3) Um nascituro. E foram estas as declarações que fiz, absonando e as formas da lei na forma recomendada, do que para constar lavrei presente termo.<sup>600</sup>

A morte de Manoel Ribeiro da Cunha repercutiu no interior da AECA, tendo motivado a publicação de uma nota de pesar no relatório de 1910, na qual a diretoria manifestava a sua tristeza e a valorização de sua trajetória desde a fundação da entidade. Constava no relatório uma descrição com lirismo do impacto da ausência de Manoel da Cunha:

Tarjamos aqui está página como a revelação sincera do nosso sentimento de pesar pelos nossos consócios que se foram desta vida, dentre os quaes destacamos o nosso colega de administração, Manoel Ribeiro da Cunha, a cuja bondosa amizade nos acostumamos desde a fundação deste grêmio, onde passou connosco, ao mesmo tempo, os dissabores e regozijos que são sempre a recompensa para os que perseverantes dedicados se entregam à defesa e segurança do bem colectivo. [...] Erguemos bem constrangidos o nosso pavilhão tremulante de crepe, o nosso pavilhão de luto, coberto da perda de companheiros tão queridos, regozijo será também, para sempre a recordação mais viva de nossa saudade pungente.<sup>601</sup>

<sup>598</sup> SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Casa e Balcão: os caixeiros de salvador (1890-1930)*. Salvador: Edufba, 2009.

<sup>599</sup> AMAZONAS. Juízo Municipal de Orphãos. Inventário de Manoel Ribeiro da Cunha. 1909. Op. Cit.

<sup>600</sup> AMAZONAS. Juízo Municipal de Orphãos. Inventário de Manoel R. da Cunha. 1909. Op. Cit., Fls.8.

<sup>601</sup> [O nosso pesar]. AECA. Terceiro Relatório concernente ao anno de 1909. Apresentado em sessão de Assembleia Geral de 9 de janeiro de 1910. Manáos: Typographia da Livraria “Palais Royal” de Lino Aguiar, 1910, p. 23.

A homenagem da AECA ia de encontro a construção de uma memória institucional baseada na dedicação exemplar do caixeiro, vinculando a morte precoce de Manoel à história afetiva e política da entidade, onde os vínculos fraternos se entrelaçavam à cultura do dever coletivo. Não surpreende, portanto, que nos anos seguintes os discursos de posse reiterassem esse vínculo entre memória, responsabilidade e projeto comum, investindo nos corpos dirigentes uma carga simbólica de representação da história coletiva da associação.

No final de 1907, a eleição da nova diretoria da entidade envolveu um processo animado e disputado, contando com a forte participação dos membros no processo. Durante a cerimônia de posse, marcada por falas representativas, delineou-se com mais nitidez o projeto coletivo que se pretendia institucionalizar. Os discursos, ainda que breves e comedidos, destacaram o papel da instrução e da solidariedade como eixos que uniam o grupo. A permanência de lideranças como José Jorge Vieira, agora orador oficial da entidade, garantiu a continuidade do projeto pedagógico da organização, ao mesmo tempo em que reforçava o prestígio de seus idealizadores frente ao corpo social.

A composição da diretoria, com figuras que já haviam participado da fundação da entidade, pode indicar dois caminhos. Primeiro, a possibilidade de uma estratégia de afirmação da legitimidade pela persistência, como se a repetição de nomes fosse uma espécie de garantia moral para a condução dos destinos coletivos. Segundo, a falta de interessados ou mesmo de espaços para a renovação dos quadros dirigentes.

Essa persistência de nomes, refletia a constituição de um núcleo dirigente, responsável por sustentar a estabilidade organizativa da entidade ao longo do tempo. Entre esses nomes, destacava-se a figura de Raymundo Alves Tribuzy, cuja atuação foi decisiva para consolidar os ideais do associativismo caixeiral em Manaus. Vindo à cidade em 1903, Tribuzy rapidamente assumiu posição central na AECA, ocupando tanto a presidência da Diretoria quanto a da Assembleia Geral. Ao mesmo tempo, projetava-se em espaços de sociabilidade que extrapolavam o campo dos trabalhadores do comércio, como o Ideal Clube e o Racing Club. Como enfatiza Moura a respeito de Raymundo Tribuzy:

[...] Assumiu na AECA os cargos de presidente da Assembleia Geral (1907, 1911, 1912 e 1913) e de presidente da Diretoria (1909, 1910 e 1915). Além de ter sido o sócio gerente do jornal Tribuna do Caixeiro, vinculado à AECA, sobre o qual iremos tratar mais adiante. Contudo, Tribuzy não foi somente um dedicado membro da AECA e engajado defensor dos ideais da classe caixeiral, ele também foi um cidadão bastante envolvido em atividades sociais elitizadas que se aproximavam dos ideais de ascensão social projetado dos caixeiros. Assim é

interessante observar que em Manaus, Tribuzi fez parte das primeiras diretorias do Ideal Clube entre os anos de 1906 e 1913, que foi uma agremiação social que ganhou destaque no seio da elite manauara nas primeiras décadas do século XX, bem como participou do Racing Club, uma associação desportiva, bem-conceituada na sociedade local.<sup>602</sup>

A própria composição da diretoria nos anos seguintes reforça esse duplo pertencimento, no qual os líderes associativos não apenas permaneciam na AECA, como também atuavam em circuitos empresariais e políticos da cidade. A presença de nomes como Manoel Esteves Coutinho, proprietário de embarcação fluvial, ou Francisco Sales Vieira, empregado de casa bancária e agente de seguros, evidencia que os vínculos entre trabalho e representação social eram permeáveis e mutuamente reforçados. Nesse sentido, a AECA se afirmava como um espaço de congregação de sujeitos com diferentes trajetórias, mas unidos por um mesmo horizonte de valorização da carreira e da moral caixeiral. Como pontua Moura:

o que nos chama a atenção nos quadros da AECA é que alguns membros eram já identificados como comerciantes ou negociantes em Manaus enquanto exerciam suas atividades na associação. Como é o caso de Manoel Esteves Coutinho que era proprietário do navio Comendador Eduardo que realizava frete para o interior, ou Francisco Sales Vieira que era empregado na casa bancária Dusendosch Nommense & Cia, mas que também era agente da seguradora Equitativa.<sup>603</sup>

Essas trajetórias cruzadas, longe de comprometerem a identidade classista da associação, reforçavam a ideia de que o caixeiro podia, pela via do esforço e da instrução, alcançar status e reconhecimento público, tensionando os limites entre trabalho subordinado e prestígio social. A posse, por sua vez, não se restringiu a uma formalidade. Ao eleger como tema central a defesa do estudo e do aperfeiçoamento moral do caixeiro, os discursos reiteraram uma concepção de cidadania que não se opunha ao trabalho, mas o elevava pela educação. Havia, no fundo, uma tentativa de forjar um ideal de trabalhador moderno e disciplinado, capaz de combinar o desempenho técnico com a consciência social, atributos que, juntos, justificariam sua inserção mais digna no espaço público e no mercado de trabalho.

Os debates na AECA em torno da instrução, da moralidade e da regulamentação do trabalho urbano vai acompanhar toda a trajetória da organização, mas nesses primeiros anos, revelava, sobretudo, uma entidade que, ainda em sua gênese, buscava projetar um novo sentido de prestígio para os trabalhadores do comércio. Para

<sup>602</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 51.

<sup>603</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 51.

Bilhão, a construção identitária da categoria passava justamente por essas práticas de diferenciação, distanciando-se da imagem dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas”, cultivando o prestígio Social.<sup>604</sup> Mas os ideais não bastavam. Era preciso agir, interferir nos rumos da cidade, disputar o sentido do progresso, organizar os interesses da categoria.

### 5.1. AÇÕES INICIAIS DA AECA

No final de agosto de 1908, os empregados no comércio do Amazonas articularam uma das suas primeiras e mais significativas ações coletivas, ao reivindicarem o fechamento das casas comerciais às 18 horas. A solicitação, formulada sob a justificativa da necessidade de tempo para frequentar aulas noturnas, foi encaminhada à *Associação Comercial do Amazonas* (ACA). A diretoria da ACA, então presidida por Waldemar Scholz, posicionou-se como intermediária e convocou uma reunião entre os representantes dos caixeiros e os comerciantes a retalho. O encontro, realizado no dia 30 de agosto, contou com uma argumentação vigorosa por parte da delegação dos empregados, especialmente através da fala de José Jorge Vieira, que buscou sensibilizar os patrões com um discurso de forte apelo moral. A ata dessa reunião foi transcrita na íntegra e divulgada na imprensa, conforme podemos observar:

Se o comércio retalhista fechar as suas portas às 9 horas da noite, não poderá o empregado frequentar as aulas e ilustrar-se para um dia vir a ser digno sucessor do seu patrão. Poderá alguém objetar que o empregado irá, nesse tempo disponível, entregar-se a prazeres mundanos em vez de frequentar as aulas. Não tem valor essa objeção, já porque simplesmente tratamos do empregado trabalhador e honrado, já por aí começa a missão da Associação, tratar de indicar o verdadeiro caminho, incitando a todos no cumprimento de seus deveres. Se o comerciante julga prejudicar-se, nós diremos que um empregado instruído vale mais do que dois ignorantes.<sup>605</sup>

A força do argumento se ancorava em uma concepção de progresso que articulava instrução, disciplina e reconhecimento da utilidade do trabalhador educado no interior das casas comerciais. Essa lógica era também um chamado à solidariedade patronal, traduzida na proposta de um abaixo-assinado que demandasse à Intendência Municipal a criação de uma lei que regulamentasse o encerramento do expediente. A mediação da ACA garantiu

---

<sup>604</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*: análise da construção identitária dos operários. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 36-37.

<sup>605</sup> [Transcrição da Ata de 30 de agosto de 1908]. “A redução da jornada de trabalho”. *Jornal do Comércio*, Manaus, 10 de maio de 1987.

certa institucionalidade ao processo e permitiu que a reivindicação dos empregados se deslocasse da esfera interna para o plano das políticas públicas locais, com a adesão formal de vários estabelecimentos. Segundo Popinigis, a luta pelo fechamento de portas às 18 horas mobilizava caixeiros em diversas capitais brasileiras, como parte de uma estratégia de acesso ao tempo livre e à educação.<sup>606</sup>

As ações internas da AECA, nos anos de 1908 e 1909, passou a ser marcada por uma regularidade administrativa e por uma cultura organizativa que buscava conciliar as demandas práticas dos associados com a necessidade de manter uma imagem respeitável diante da sociedade manauara. As assembleias, realizadas com frequência, tornaram-se espaços de deliberação e sociabilidade entre os trabalhadores. As eleições, por sua vez, eram conduzidas com grande mobilização, reforçando o compromisso com a alternância e com a legitimidade das lideranças internas. No pleito ocorrido no final de 1908, que definiu os dirigentes para o ano seguinte, foram eleitos nomes que já demonstravam vínculos consistentes com a associação, como Manoel Ribeiro da Cunha na presidência e José Nunes de Lima na tesouraria, indicando uma continuidade na orientação da diretoria.

A composição dos corpos dirigentes refletia um perfil social específico, de empregados letrados e relativamente escolarizados, que viam na AECA um instrumento de ascensão simbólica e de inserção pública. Os discursos proferidos nas cerimônias de posse revelavam o esforço em reafirmar os princípios de união e respeito mútuo entre os associados. O orador José Jorge Vieira, por exemplo, insistia na necessidade de combater o desinteresse pela associação, alertando os caixeiros para os riscos de uma vida dispersa e sem orientação moral. Essas falas buscavam marcar uma distinção entre os associados e os demais trabalhadores do comércio que permaneciam alheios ao movimento.<sup>607</sup>

Em 1910 e 1911, a AECA passou a exercer com mais força sua função de amparo aos associados e de interlocução pública com outras instituições da cidade. A concessão de auxílio financeiro à viúva de Ricardo da Silva Prego, ex-sócio da AECA, representa um exemplo eloquente dessa função. De acordo com o artigo 11, alínea *e* dos estatutos da AECA, “em caso de falecimento, a Associação entregará a família do consocio extinto a quantia de 300\$000 para auxílio dos funeraes”.<sup>608</sup> Portanto, o benefício foi pago em

---

<sup>606</sup> POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixerais e o fechamento de portas no Rio de Janeiro (1850-1912), *Caderno AEL*, vol. 6, nº 10, novembro de 1999, p. 117.

<sup>607</sup> “A redução da jornada de trabalho”. *Jornal do Comércio*, Manaus, 10 de maio de 1987.

<sup>608</sup> “Estatutos da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 36613, 30 de abril de 1907.

conformidade com os estatutos da associação, conforme registrado em nota publicada na imprensa manauara:

Recebi da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas, a quantia de reis 300.000, trezentos mil réis, a título de auxílio para funerais por morte de meu marido Ricardo da Silva Prego, ex-sócio da citada Associação, de acordo com o artigo 10 letra E dos estatutos em vigor. Manáos, 7 de março de 1911. (assig) Maria Amalia Britto Prego. Testemunhas: Antonio Gonçalves da Encarnação, Antonio Almeida Braga.<sup>609</sup>

A formalidade do recibo e sua publicação com nomes e datas evidenciam uma associação que queria dar publicidade aos seus atos de beneficência. Como aponta Maciel, o auxílio-funeral era uma das expressões mais significativas do mutualismo, funcionando como marcador de honra e uma forma de solidariedade entre os membros da categoria.<sup>610</sup> O ato, estava de acordo com os estatutos que apontava: “logo que o número de sócios atinja a 500, todos aquelles que contarem mais de 12 mezes de effectividade terão direito aos auxílios pecuniários”, e dentre os auxílios, constava o funeral. Importante observar, que nessa perspectiva, Ricardo da Silva Prego, fazia parte da agremiação há mais de 12 meses, critério obrigatório para o recebimento do pecúlio.

Esses registros externos enviados para a imprensa, cumpriam uma função contábil e administrativa, mostrando a AECA como entidade sensível às necessidades de seus membros. Ao mesmo tempo, a associação mantinha seu diálogo institucional com outras entidades do mundo do trabalho, como revela a carta de solidariedade enviada à *Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros*, durante o movimento reivindicatório de janeiro de 1911. No documento, a AECA declarava:

A nossa agremiação não pode deixar de interessar-se por reivindicações como essas porque vos bateis, pois que são justas, tanto mais que como nós, sois também operários... Aceitai, de envolva com a nossa simpatia, os nossos protestos de solidariedade para com a vossa nobre atitude ante a prepotência do capital tiranicamente dominador sobre o trabalho honrado que nobilita.<sup>611</sup>

A associação apresentava-se agora como “porta-voz” dos ideais dos trabalhadores do comércio, posicionando-se politicamente diante de conflitos sociais e assumindo um discurso que aproximava os caixeiros dos estivadores e carroceiros, num imaginário comum de resistência ao capital e dignificação do trabalho. Era esse movimento de

<sup>609</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 2479, 3 de março de 1911.

<sup>610</sup> MACIEL, Osvaldo B. Acioly. *A perseverança dos caixeiros*: mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 – 1917). UFPE, Recife: Editora Universitária, Coleção Teses e Dissertações (17), 2011.

<sup>611</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, 3 de janeiro de 1911.

ampliação prática que consolidava a AECA como uma entidade madura, cujas ações se deslocavam com fluidez entre os âmbitos moral, assistencial e político-institucional.

Nos meses seguintes, em 16 de janeiro de 1911, uma sessão solene marcou a posse da nova diretoria da AECA. O evento, conforme noticiado pelo *Correio do Norte*, reuniu grande número de sócios e convidados, e foi aberto pelo representante da ACA, Luiz Eduardo Rodrigues. Após a leitura do relatório de gestão, organizada pelo secretário J. Anthero de Sá e calorosamente aplaudida pelos presentes, tomou a palavra o orador Motta Vieira, que exercia a função de substituto do orador oficial. Ao justificar a ausência deste último, Vieira traçou um diagnóstico contundente sobre a indiferença dos caixeiros em relação à sua associação, responsabilizando diretamente a ineficácia da lei municipal que determinava o fechamento dos estabelecimentos às 18 horas. Ao mesmo tempo em que pedia ao superintendente municipal que cumprisse a legislação, dirigia-se também aos próprios colegas, exortando-os à leitura e ao aprimoramento pessoal como forma de superar a labuta extenuante.

Não é lógico que a obrigação do empregado seja tão grande que se associe com todos os encargos pecuniários que de tal fato lhe advêm, quando se acha impossibilitado de auferir os benefícios que a associação proporcionou aos seus filiados. (...) Sustentou a doutrina de que só no livro, exclusivamente, o empregado encontrará o fortalecimento para defrontar a árdua labuta comercial, tornando-se mais inteligente e criterioso auxiliar.<sup>612</sup>

Nesse ambiente, o livro aparecia como instrumento da emancipação individual, e o associativismo se afirmava como espaço de redenção coletiva. O jovem Motta Vieira, ao término de sua fala, hipotecava apoio à nova diretoria e reiterava sua disposição de defender a categoria com desinteresse. A resposta do superintendente municipal, representado por seu delegado, dr. Valladares, veio em tom afirmativo, para ele, o clima de confiança mútua entre poder público e associativismo caixeiral marcava aquele início de ano como um momento de afirmação para a AECA.

Os registros disponíveis na imprensa atestam a formalização dos mecanismos de socorro mútuo e evidenciam uma preocupação constante com sua regularidade. A publicação de balancetes, convocações para assembleias e editais reforçava publicamente a imagem da entidade como espaço confiável de amparo, controle e partilha. Em 31 de maio de 1911, por exemplo, a associação publicou convocação para sessão extraordinária requerida por trinta e um associados, com o objetivo de debater questões de interesse do

---

<sup>612</sup> *Correio do Norte*, Manaus, n. 592, 16 de janeiro de 1911.



grupo, evidenciando a participação dos sócios e a valorização do debate coletivo como parte da cultura institucional da AECA. A convocação, assinada pelo então primeiro secretário da Assembleia Geral, Francisco d'Assis de Souza Guimarães, reforçava o entendimento de que a pluralidade era constitutiva da identidade institucional da entidade, indicando também a capacidade dos membros em mobilizar-se de forma autônoma e formal quando julgavam necessário debater os rumos da associação.

Convoco todos os srs. Sócios em pleno gozo de seus direitos para uma sessão extraordinária, que se realizará no dia 31 do corrente, (quarta-feira), às 8 ½ horas da noite, no edifício social, a rua Barroso n. 28, para tratar-se de assuntos de interesse da classe, a requerimento de 31 associados. Manáos, 27 de maio de 1911. Francisco d'Assis de Souza Guimarães, 1º secretário da Assembleia Geral.<sup>613</sup>

Essa participação se evidencia na assiduidade dos associados nas reuniões e na formalização dos atos administrativos, que se tornavam públicos em assembleias permeadas por leitura de relatórios, justificativas e balanços. Essas práticas compunham um ritual de reafirmação da legitimidade da entidade e do seu projeto coletivo. Um dos registros dessa cultura pode ser encontrado no relatório de 1909, quando José Nunes de Lima, ao encerrar o documento, lançou mão de um discurso que enfatizava o compromisso coletivo:

Julgamos feita afim a resenha histórica da nossa vida associativa no período que hoje finda. E que nos poderá vir à memória para mais vos dizer nesta simples exposição de factos e pensamentos que aqui gravamos sem o desejo da lisonja envaidecedora? Nada talvez? Não; sentimos saltar da mente numa efervescência impetuosa, esta prece dulcíssima e religiosa dos crentes pelas cousas sacrossantas, bem dizendo a virtude dignificadora dos bons companheiros [...].<sup>614</sup>

A evocação de termos como prece, sacralidade e virtude coletiva revela a tentativa de elevar a experiência organizativa a uma esfera de transcendência cotidiana, enraizada na crença de que o associativismo era expressão de uma solidariedade vivida, cultivada em cada contribuição, em cada assembleia, em cada gesto de cuidado mútuo. Nesse contexto, o discurso firmava um pacto de continuidade, um chamado à permanência de um senso coletivo que se fortalecia na convivência cotidiana.

<sup>613</sup> "Assembléa Geral". *Jornal do Comércio*, Manaus, 28 de maio de 1911.

<sup>614</sup> AECA. Terceiro Relatório concernente ao anno de 1909. Apresentado em sessão de Assembleia Geral de 9 de janeiro de 1910. Manáos: Typographia da Livraria "Palais Royal" de Lino Aguiar, 1910. p. 23.

Em 1910, a entidade fazia questão de prestar contas detalhadas aos seus associados, em tom de compromisso com os princípios mutualistas. Outro trecho do mesmo relatório destacava:

Esta parte reputamo-la de mais alto interesse para os nossos associados; por isso vos pedimos nella concentrar toda vossa atenção [...] Não obstante isto, nada há a descer do estado financeiro da nossa instituição que hoje, em três anos somente, lutamos contra a injustificável falta de dever associativo de muitos e o imperdoável indiferentismo de outros, possui o elevado patrimônio social de Rs. 22:838\$960 [...].<sup>615</sup>

Ao atender aos associados em momentos de crise, especialmente nos casos de falecimento, acidentes ou doenças, a associação reiterava seu papel como instituição de confiança. A organização desses benefícios exigia disciplina associativa. Essa realidade, ao mesmo tempo compromissada e vulnerável, reforçava o papel estratégico da diretoria e dos conselhos internos da AECA, cuja tarefa era equilibrar as demandas morais e materiais da entidade.

## 5.2. CRISES INTERNAS, RENÚNCIAS E DESAFIOS ORGANIZATIVOS

Os anos de 1913 a 1915 representaram uma inflexão no desenvolvimento institucional da AECA. Se nos períodos anteriores predominava o tom entusiasta das conquistas associativas, agora era a crise econômica e a desmobilização de sócios que ocupavam o centro das preocupações. A instabilidade política da cidade e a severa crise da borracha afetavam diretamente a capacidade de arrecadação, manutenção de serviços e continuidade dos projetos internos. O relatório de 1913 abre com um pedido de compreensão: “se não fomos tão úteis como desejávamos sel-o; se não cumprimos com as nossas obrigações como aspirávamos. Temos, contudo, a máxima certeza de que, se não fizemos mais, é porque as forças nos faltaram”.<sup>616</sup>

A expressão da limitação de forças revela que, mesmo diante da tentativa de conservar os serviços e manter ativa a sede, as dificuldades externas impunham-se à vontade política da diretoria. Os dirigentes, conscientes de suas limitações, recorriam frequentemente à franqueza como forma de assegurar uma narrativa transparente sobre os rumos da entidade, evitando promessas irrealistas e elaborando o discurso do dever cumprido mesmo sob severas restrições:

Era desejo nosso desenrolarmos, diante de vós, uma série outra de considerações atinentes a progressos que pretendíamos levar a efeito no

<sup>615</sup> AECA. Terceiro Relatório concernente ao anno de 1909. Op. Cit., p. 22.

<sup>616</sup> AECA. Relatório da administração de 1913. Manãos: Secção de obras do Comercio do Am, 1914, p. 3.

curso da nossa gestão [...]. Empregamo-nos, no entanto, os melhores esforços da nossa boa vontade em manter o desenvolvimento da nossa sociedade, que desejamos sem fraqueza.<sup>617</sup>

A renúncia de membros da diretoria tornou-se um elemento recorrente e gerava um movimento constante de substituições e eleições suplementares. Como observou Pinheiro:

O medo e o autoritarismo acabavam por escamotear um entrave ainda maior ao associativismo caixeiral que, na visão de suas lideranças, era identificado na falta de consciência e no desinteresse que muitos empregados manifestavam.<sup>618</sup>

Em 1913, além da saúde precoce de parte dos eleitos, que “abandonaram esses companheiros os seus postos”, a AECA ainda viu o afastamento de Gentil da Costa Ferreira e precisou convocar suplentes para recompor sua administração.<sup>619</sup> Em 1914, a presidência foi assumida interinamente pelo vice-presidente, Manuel Esteves Coutinho, após a renúncia de João Baptista Cordeiro de Mello. O relato da administração apontava que “avultou demente esse facto, porque o Sr. Cordeiro de Mello [...] motivos vários o impediram de legar, como seu presidente, até ao fim do anno social, prudente relatório de sua atuação”.<sup>620</sup>

Em 1913, mesmo com saldo positivo de 3:578\$830, os relatórios reconheciam a precariedade da arrecadação e os riscos trazidos pela inadimplência dos sócios. A diretoria advertia: “vae num crescendo espantoso [...] a eliminação como aplicação de pena extrema, nas circunstâncias em que nos achamos, em vez de produzir bons resultados, pelo contrário, será a ruína lenta e fatal da sociedade.”<sup>621</sup>

Em 1914, apesar dos esforços de cobrança e renegociação de dívidas, a associação foi obrigada a eliminar sócios inadimplentes, lamentando a falta de compromisso: “grande número de consórcios que se furtam a concorrer para o progredimento desta associação”, e continuou “Contraria-nos, deveras, trazer esta ocorrência ao vosso

<sup>617</sup> AECA. Relatório da administração de 1914. Apresentado em sessão magna de Assembleia Geral realizada a 10 de janeiro de 1915, pelo Vice-presidente em exercício Manoel Esteves Coutinho. Manaus: s.n., 1915, p. 10.

<sup>618</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910. *História: Questões & Debates*, [S.l.], v. 70, n. 2, 0. 261-291, 2022, p. 282.

<sup>619</sup> AECA. Relatório da administração de 1913. Manáos: Secção de obras do Comercio do Am, 1914, p. 4.

<sup>620</sup> AECA. Relatório da administração de 1913. Manáos: Secção de obras do Comercio do Am, 1914, p. 2.

<sup>621</sup> AECA. Relatório da administração de 1913. Manáos: Secção de obras do Comercio do Am, 1914, p. 9.

conhecimento, porque é de lamentar ver que membros da mesma classe não procurem seguir e alentar a evolução e o progresso dos seus companheiros”.<sup>622</sup>

A gravidade da crise econômica, consequência do declínio da borracha se refletiu também nas frequências das atividades da entidade. A aula de música, por exemplo, foi encerrada em 1914 pela falta de frequência, e a manutenção dos cursos primários tornou-se um desafio. José Estevam de Araújo e Silva, responsável pelo curso advertia que “subsiste o fenômeno da defecção após as matrículas e início das aulas, sendo as mesmas as causas já expendidas em relatórios anteriores”.<sup>623</sup>

Essa tendência à evasão era vista como um sintoma da crise que atravessava o comércio e a vida associativa. No anexo do relatório referente ao ano de 1914 é ainda mais direto ao associar o fenômeno ao colapso do estímulo coletivo causado pela crise da borracha e pela instabilidade econômica. O professor, ciente da precariedade do momento, acrescentava:

A defecção neste ano podia ser muito maior do que efetivamente se deu, ante a repercussão em todo o organismo social – do desequilíbrio econômico e financeiro, oriundo da funesta guerra europeia, - esse flagelo nefando, mais pavoroso do que um cataclismo, mais assolador do que a peste, mais desorganizador do que a fome e a miséria.<sup>624</sup>

Nesse período, as reformas estatutárias também retornaram à pauta, embora não tenham sido efetivamente votadas, havia a consciência de que o arcabouço normativo da AECA precisava de revisão para atender às novas demandas da conjuntura. Em meio aos entraves institucionais, a cultura associativa parecia enfraquecer. Ainda assim, mantinha-se viva a prática de publicação de editais, convocações e prestação de contas. Em março de 1914, o então vice-presidente interino Manuel Esteves Coutinho registrava:

Aqui estão, estimados senhores associados num conjunto de títulos, os resultados da nossa passagem pela administração da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas. Era desejo nosso desenrolarmos, diante de vós, uma série outra de considerações atinentes a progressos que pretendíamos levar a efeito no curso da nossa gestão. Foi nosso programa, a disso não fizemos alarde, mas que procuramos realizar, o melhor interesse no desempenho do nosso mandato que a vossa benevolente confiança foi servida depor em nossos ombros. Empregamo-nos, no entanto, os melhores esforços da nossa boa vontade em manter o desenvolvimento da nossa sociedade, que desejamos sem fraqueza. Valeremos, porém, a certeza de que não

---

<sup>622</sup> AECA. Relatório da administração de 1914. Apresentado em sessão magna de Assembleia Geral realizada a 10 de janeiro de 1915, pelo Vice-presidente em exercício Manoel Esteves Coutinho. Manaus: s.n., 1915, p. 3.

<sup>623</sup> AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 16.

<sup>624</sup> AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 16.

pudemos vencer, não obstante que, em todo o ano, as dificuldades foram constantes e progressivas na obra encetada.<sup>625</sup>

O horizonte de atuação da AECA não se encerrava nas dificuldades do presente, pois, havia sempre a evocação de um futuro possível, sustentado pela crença nos valores associativos, na educação e na solidariedade. Mesmo que a crise econômica compromettesse o alcance das metas, a associação continuava sendo reconhecida publicamente, participando de eventos públicos e recebendo doações.

Em 1907, diante da polêmica sobre o fechamento das casas comerciais aos domingos e feriados, a entidade assumiu publicamente uma posição de defesa do descanso semanal. No contexto das disputas judiciais que envolviam a aplicação da Lei Municipal n. 368, de 30 de maio de 1904, e da legislação anterior de 6 de fevereiro de 1896, ambos referentes à obrigatoriedade do fechamento do comércio em dias de descanso, a AECA publicou memorial assinado por um de seus patronos jurídicos no *Jornal do Comércio*. O texto articulava argumentos jurídicos e morais, reafirmando a legitimidade da intervenção do poder municipal em nome da proteção dos trabalhadores:

Não pode ser considerada imoral a lei referida, como taxou o patronato ex-adverso que autoriza o fechamento de portas nos domingos e dias feriados, antes o descanso, quando no dizer do Matter a lei quando não influenciosa nos costumes estes devem influenciar nas eis [...].<sup>626</sup>

O texto enfatizava que o descanso dominical era prática comum em diversos países e religiões, refletindo valores universais de dignidade do trabalho:

Como pensa Herbert Spencer em sua *Moral Evolucionista*: um código de conduta pessoal perfeita é impossível de definir... É preciso universalmente manter um equilíbrio médio entre as perdas do organismo e a nutrição. A vitalidade normal implica uma relação entre a atividade e o repouso.<sup>627</sup>

Esse posicionamento público reforçava o papel da AECA como uma entidade que lutava pelos interesses dos trabalhadores do comércio, na proposição de uma identidade coletiva fundamentada na dignidade do tempo livre, do estudo e da organização. Ainda que o período de 1911 a 1920 tenha sido atravessado por crises econômicas e oscilações internas na diretoria, a AECA manteve ativa uma rede de práticas associativas que mobilizavam a memória institucional, reafirmando a unidade do grupo. A principal dessas datas era o aniversário da entidade, comemorado anualmente no dia 11 de novembro,

<sup>625</sup> AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 10.

<sup>626</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1204, 1 de novembro de 1907.

<sup>627</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 1204, 1 de novembro de 1907.

ocasião em que se realizavam sessões magnas, saraus musicais, entrega de diplomas, homenagens públicas e confraternizações. As comemorações eram cuidadosamente organizadas pela diretoria e envolviam a participação de sócios, autoridades civis e militares, representantes de outras associações, familiares dos empregados e a imprensa local. Em 1913, a solenidade contou com a presença do então governador do Estado, Jonathas Pedrosa, que presidiu a cerimônia e assistiu à entrega de diplomas honorários a figuras ligadas ao corpo médico da associação. O relatório daquele ano descreveu a festa como uma “sessão magna comemorativa”, marcada pelo “coração repleto de júbilo” diante de salões que “regorgitavam de cavaleiros, senhoras e senhoritas da elite amazonense”.

Comemoramos, como de costume, a 11 de novembro de 1913, com a maior solenidade que nos foi permitida, o sétimo aniversário de fundação da nossa sociedade. Foi uma festa encantadora que marcou na nossa vida social mais um capítulo brilhante. Assim é que vimos, como o coração repleto de júbilo, os salões d’esta sociedade regurgitarem de cavaleiros, senhoras e senhoritas da elite amazonense. Sua excellencia o sr. Dr. Jonathas Pedrosa, digno Governador do Estado, compareceu ao acto acompanhado de sua casa militar e seu secretário, tendo presidido à sessão magna comemorativa. A imprensa se fez representar e de todo o festival fez as mais brilhantes referências, o que d’aqui agradecemos.<sup>628</sup>

Esse modelo cerimonial foi mantido nos anos seguintes, ainda que adaptado às condições financeiras da associação. Em 1914, apesar das dificuldades trazidas pela crise da borracha, o oitavo aniversário foi comemorado com a mesma solenidade, reunindo “elementos valiosos do nosso meio, cercando-nos de carinhoso affecto que muito nos desvaneceu e pelo que nos reconhecemos sinceramente agradecidos”.<sup>629</sup> A celebração foi aproveitada para reforçar os vínculos institucionais da AECA com o empresariado e os poderes públicos, como demonstra a entrega do título de sócio honorário à firma Miranda Corrêa & Cia.:

De alguns anos a esta parte que a importante firma industrial, desta cidade, Miranda Corrêa & Cia., vem prestando inestimáveis serviços e desinteressado auxílio à Associação, tornando-se digna das nossas homenagens. Em face disso, a Directoria que hoje termina o seu mandato, unanimemente resolveu conceder à reputada firma o título de sócio honorário, procurando desta forma testemunhar o seu mais sincero agradecimento.<sup>630</sup>

<sup>628</sup> “Festa Comemorativa”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 7.

<sup>629</sup> “Aniversário da Associação”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 10.

<sup>630</sup> “Sócio Honorário”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 10.

**Figura 15** - Prédio da AECA, Rua Barroso, n. 28



**Fonte:** Anuário Estatístico de Manaus, 1913/1914, p. 7.

Era comum a utilização dos salões da entidade para eventos promovidos por outras agremiações culturais e profissionais. O próprio relatório de 1913 assinalava com orgulho que, pela sua localização privilegiada e pelas boas condições do espaço, “foi elle ainda este anno muito procurado por diversas pessoas e várias agremiações”.<sup>631</sup> Esse uso público do edificio reforçava a associação como referência de respeitabilidade e seriedade organizacional. As colaborações eram recíprocas, em 1913, por exemplo, a AECA participou ativamente de uma campanha liderada por operárias da Fábrica de Roupas Amazonense, ameaçada de fechamento. Por meio de ofícios e reuniões interassociativas, a entidade mobilizou apoio e ajudou a garantir a continuidade das atividades da fábrica, evidenciando seu papel como articuladora de causas coletivas na cidade.

A 16 de agosto do anno que findou, fomos surpreendidos pelo pedido de auxílio que nos foi feito em officio, bem como a outras Associações, pelas Operárias da Fábrica de Roupas Amazonense, sita à Rua da Instalação.

Essas patrícias nossas estavam na imminencia de ficarem sem o pão para acudir a necessidades da família, pois que a Manáos Tramways

<sup>631</sup> “Os nossos salões”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 9.

cobrava taxa exorbitante da energia electrica derivada para fábrica, para mover os machinismos.

A firma Cunha & Cia., proprietária do estabelecimento, não podendo fazer face às despesas, resolveu fechar a fábrica; dahi a reclamação justa d'essas operárias. A 19 do mesmo mês atendem-nos, após havermos deliberado, conjuntamente com as sociedades Artes Graphicas, União Acadêmica, Núcleo Gmnasial e Centro Agronomico, as reclamações que nos eram feitas.

Em consequência, mandamos um comissariado nossos, entre os outros das sociedades já mencionadas, a entender-se com os srs. Cunha & Cia., proprietários da Fábrica, resultando d'ahi sermos todos gentilmente atendidos: a Fábrica de Roupas Amazonense recomeçou então os seus trabalhos.<sup>632</sup>

O prestígio institucional da AECA era continuamente alimentado por sua capacidade de inserção em redes mais amplas da sociedade manauara, como o comércio, o funcionalismo público, a imprensa e o meio jurídico. Essa relação com as autoridades civis e militares era cultivada com empenho, como mostram os relatórios da época que destacavam, a presença de representantes do Estado nas sessões magnas e em festas promovidas pela associação. Essa prática era estratégica, pois, visava a presença de autoridades. Era um reconhecimento institucional da legitimidade dos caixeiros como agente social na cidade. A lógica das alianças se manifestava inclusive na concessão de títulos honorários, como ocorreu com médicos, empresários e advogados que prestaram serviços voluntários à associação.

Em 1913, por exemplo, a AECA deliberou, por unanimidade, conceder o título de sócio honorário aos doutores Adriano Augusto de Araújo Jorge, Álvaro Madureira de Pinho e Paulo Eleutherio. Os diplomas foram entregues em uma cerimônia solene, realizada durante a sessão magna comemorativa do aniversário da entidade.

Tomando na devida consideração os inestimáveis serviços prestados à nossa Associação, pelos dignos srs. Drs. Adriano Augusto de Araújo Jorge, Álvaro Madureira de Pinho e Paulo Eleutherio Alvares da Silva, a Directoria deliberou, unanimemente, presentear aos esforçados senhores, com o título de Sócio Honorário, cujos Diplomas foram entregues em sessão magna comemorativa, de 11 de novembro de 1913, pelo Ex.mo. Sr. Dr. Governador do Estado, que honrou a cadeira de Presidente da Sessão.<sup>633</sup>

A honraria era devolvida com apoio profissional, serviços médicos gratuitos e assessoria jurídica, como se vê na atuação de Paulo Eleutherio, que representava a

<sup>632</sup> “Um appello à Associação”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 7.

<sup>633</sup> “Sócios honorários”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 6.



entidade em congressos em outros estados e mantinha interlocução com organizações congêneres e prometia apresentar relatórios de viagem para orientar os rumos da associação em diálogo com experiências externas.

Paulo Eleutherio, reconhecido pela AECA como um de seus sócios honorários mais ativos, era fundamental na ponte entre o campo jurídico e o universo caixeiral. A sua figura surgia nos documentos como um articulador político e intelectual da causa caixeiral, indo além da atuação técnica. Sua indicação como representante oficial da associação em uma viagem de estudos ao sul do país, era uma aposta deliberada no capital simbólico que seu nome e sua formação carregavam. Ele fora encarregado de representar a entidade junto a outras entidades congêneres, e, ao retornar a Manaus, apresentou-se à diretoria comprometendo-se a entregar um relatório de sua viagem, que demonstrava a responsabilidade de sua missão:

Este distinto acadêmico da Universidade de Manáos e nosso ilustre sócio honorário, foi por nós delegado para representar a Associação em diversos Estados do Sul do país, durante a excursão de estudos que ultimamente fez. Recentemente, ao chegar, ao apresentar-se à Directoria, prometeu-nos espontaneamente um Relatório da sua viagem, na parte que nos diz respeito, trabalho que dentro em breve receberemos. Podemos adiantar, entretanto, que a viagem do nosso consocio foi de magnifico efetivo relativamente às nossas relações, como o atestam as numerosas provas oficiais que enriquecem o arquivo da sociedade.<sup>634</sup>

A atuação de Paulo Eleutherio era constantemente referida com deferência pelos dirigentes da associação, que, nos relatórios, reconheciam o “valor dos serviços prestados” e mantinham sua nomeação como referência para futuras ações externas. Em um momento em que o ideal de instrução e representação legal andavam juntos, a figura de Eleutherio condensava essa combinação do caixeiro ilustrado, capaz de circular entre os salões da AECA e os fóruns do poder. No contexto exposto no relatório, ele poderia simbolizar a tentativa da associação de moldar seus quadros dirigentes como sujeitos letrados, estrategistas e politicamente articulados, um ideal que se tornava ainda mais necessário em tempos de crise e retração associativa.

### 5.3. PRODUÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO ASSOCIATIVA

A produção cultural da *Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas* se desdobrava como um esforço contínuo de formação intelectual de seus associados, criando um ambiente de cultivo de saberes e de valorização da leitura. A biblioteca, nesse

---

<sup>634</sup> “Paulo Eleutherio”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 10.

sentido, era um núcleo de formação e disciplinamento moral. Desde os primeiros relatórios, observa-se a preocupação em manter a biblioteca organizada, atualizada e acessível aos associados da AECA. A diretoria não poupava esforços para divulgar a importância da leitura e incentivar a consulta aos volumes disponíveis.

Em 1909, por exemplo, o relatório já destacava que a biblioteca contava com “três mil (3.000) volumes diversos”, sendo considerada um “importante artéria do nosso patrimônio social”, devendo ser transformada em “uma escola permanente e concorrida, para consulta e passa-tempo literário dos associados”.<sup>635</sup>

A eleição para o anno vindouro escolheu com grande acerto, para este cargo, o consórcio Arthur Studart, que em outros e interinamente n’este, sempre revelou muita solicitude e dedicação preciosas. Acresce ainda que a montagem de ventiladores nos salões da nossa sede social, beneficiou extraordinariamente o salão de leitura e Bibliotheca, onde já poderão permanecer os que ali forem beber uma instrução sadia e gozar um convívio bom e amigo, ao em vez da frequência prejudicial aos bordeis repudiáveis e aos conventilhos condenados.<sup>636</sup>

Por meio do relatório da AECA observamos que a leitura era defendida como fonte de conhecimento técnico e como um meio de regeneração individual, afastando os associados dos “bordeis repudiáveis” e das “distrações mundanas”, como expresso em outros trechos dos relatórios. Para o ano de 1913, a biblioteca já contava com mais de 5.500 volumes e recebia periódicos em diversas línguas, sendo elogiada por visitantes nacionais e estrangeiros.<sup>637</sup>

A circulação de jornais como “Portugal Moderno”, “A Voz de Petrópolis”, “Diário Oficial de Manaus”, “A União” e a “Revista Commercial do Rio de Janeiro”, contribuíam para esse horizonte cosmopolita que a entidade buscava fomentar. Ao mesmo tempo, o incentivo à doação de livros era um gesto de construção coletiva do acervo, como se vê na gratidão registrada a Lino Aguiar & Irmão pela oferta de 231 volumes. Era comum que os relatórios destacassem esses atos como demonstrações do compromisso dos sócios com o ideal de instrução.

A nossa Bibliotheca foi sempre objecto do nosso cuidado, mesmo porque ella constitue uma das dependências mais importantes da nossa Sociedade. Jamais deixamos de trazê-la conservada e sob a nossa vista carinhosa, não medindo sacrificios e esquecendo cancelas, para que ella se desenvolvesse, florescendo em meio ao núcleo social.<sup>638</sup>

---

<sup>635</sup> AECA. Terceiro Relatório concernente ao anno de 1909. Op. Cit., p. 04.

<sup>636</sup> AECA. Terceiro Relatório concernente ao anno de 1909. Op. Cit., p. 05.

<sup>637</sup> “Bibliotheca”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 04.

<sup>638</sup> “Bibliotheca”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 04.

Em 1914, com o agravamento da crise econômica, a diretoria decidiu ampliar o número de estantes para acolher os novos volumes. Foram contabilizados 1.358 livros consultados ao longo do ano, sendo 978 retirados para leitura domiciliar. Mesmo diante das dificuldades financeiras, a biblioteca permanecia como um espaço movimentado. O cuidado com o mobiliário, a organização e os registros de circulação indicavam o lugar que esse setor ocupava na estrutura simbólica da AECA. Não por acaso, ao lado do salão de honra e da secretaria, a biblioteca era constantemente citada como uma das dependências mais nobres da sede.

Essa valorização era, inclusive, reiterada por membros externos que visitavam a sede social, a exemplo, podemos mencionar as impressões deixadas no livro de visitantes, onde reiteravam a importância do espaço. No ano de 1909, um dos registros destacava que a biblioteca “oferece aos seus associados o quanto careçam moral e intelectualmente”, elogiando a seriedade com que era conduzido o trabalho de formação. Outros visitantes a viam como prova do progresso civilizatório do grupo, rompendo com os estereótipos de inferioridade intelectual historicamente atribuídos aos caixeiros.

Vejo que está bem instalada; sua Bibliotheca já bastante enriquecida de obras escolhidas oferece aos seus associados o quanto careçam moral e intelectualmente, e suas aulas funcionando regularmente no ensinamento comercial de seus associados, patenteiam o interesse carinhoso e dedicado de sua digna, competente e incansável Directoria.<sup>639</sup>

Mesmo em tempos de crise, a preocupação com a biblioteca se mantinha. Em 1914, a diretoria relatava a construção de novas estantes para abrir os novos acervos e a organização de listas para futuras permutas de volumes. O número de livros consultados chegava a 1.358 naquele ano, com 978 retirados para leitura fora da sede. A linguagem usada no relatório não escondia o entusiasmo com a persistência dos sócios que buscavam no livro um caminho de resistência ao desencantamento.

Essa centralidade da biblioteca era reafirmada nas realizações das festas e soirées da AECA, que frequentemente ocorriam em ambientes ornamentados com as estantes e os símbolos da biblioteca ao fundo. Em outras palavras, o cenário bibliográfico conferia à entidade uma imagem de respeitabilidade e distinção cultural. Era um capital simbólico

---

<sup>639</sup> “Visitas e relações – Militão Bivar, Livro de visitantes”. AECA. Terceiro Relatório concernente ao ano de 1909. Apresentado em sessão de Assembleia Geral de 9 de janeiro de 1910. Manáos: Typographia da Livraria “Palais Royal” de Lino Aguiar, 1910, p. 19.

cuidadosamente construído, que tornava visível a ideia de que os caixeiros era uma comunidade organizada.

Enquanto o Estado falhava em oferecer acesso à cultura e ao livro, a associação assumia para si essa responsabilidade, convertendo a cultura em campo de ação institucional e o livro em ferramenta de emancipação social. De acordo com o Almanak Laemmert, a biblioteca da AECA era considerada a segunda maior biblioteca do Amazonas, com um salão de leitura com várias revistas nacionais e estrangeiras.<sup>640</sup> Importante também destacar, que era ainda no interior da biblioteca que circulavam os estatutos, relatórios encadernados e os exemplares da *Tribuna do Caixeiro*. Ou seja, a biblioteca era um lugar de construção da memória organizativa. Ali, os sócios podiam reencontrar os próprios documentos da entidade, repassar as deliberações, consultar as decisões da diretoria e conhecer a história associativa da AECA.

Essa combinação entre biblioteca e memória institucional explicava por que a associação era constantemente mencionada pela imprensa local como exemplo de organização e de instrução. Mesmo os críticos mais severos à atuação sindical reconheciam que a AECA, com sua biblioteca e seu acervo cuidadosamente mantido, representava um modelo de educação associativa a ser seguido.

Além da biblioteca, a produção cultural da AECA se manifestava também por meio do jornal *Tribuna do Caixeiro*, criado por iniciativa dos próprios associados. O periódico visava defender os interesses da categoria e divulgar as ações da associação. Segundo os relatórios, o jornal foi incorporado à AECA em 1909, quando a empresa responsável por sua publicação, composta majoritariamente por associados e dirigentes, decidiu doar todo o material tipográfico à entidade. A doação, avaliada em 3.780\$000 réis, foi recebida como um “aumento do patrimônio social” e permitiu à AECA a posse do veículo de imprensa e do equipamento necessário para futuras publicações.<sup>641</sup>

Os estatutos da associação, ao ser reformado, incorporou diretrizes sobre a publicação de jornais ou revistas, estabelecendo que estes deveriam se abster de conteúdos políticos ou religiosos, sendo exclusivamente aos interesses da categoria. A direção da associação foi encarregada de constituir um corpo redatorial e avaliar a viabilidade de manter uma publicação regular. O próprio relatório de 1909 afirmava que o jornal deveria “ser o porta-voz daquilo que pensamos, sentimos e devemos dizer em

---

<sup>640</sup> Almanak Laemmert. Edição para 1925, 81º ano, 3º volume. Estados do Norte, p. 113.

<sup>641</sup> “Offertas”. AECA. Terceiro Relatório concernente ao anno de 1909. Op. Cit., p. 07.

prol somente dos interesses e regalias do caixeiro em geral, sem a mais leve palavra sobre política ou religião”.<sup>642</sup>

Esse trecho deixa clara a concepção de imprensa associativa cultivada pela AECA, como um espaço de afirmação identitária e de formação política da categoria, porém sem aderência a partidos ou ideologias religiosas. A tipografia era compreendida como patrimônio coletivo, e o jornal, como instrumento de pedagogia pública.

A relevância do *Tribuna do Caixeiro* enquanto veículo de formação e representação da categoria deve ser compreendida no interior de um projeto mais amplo da associação. Seu nascimento, em 1908, antecede inclusive a incorporação formal à AECA, demonstrando maturidade de um grupo dirigente comprometido com a constituição de uma esfera pública própria dos empregados no comércio. A imprensa caixeiral era uma instância formadora que articulava localmente os anseios do grupo e conectava-os a redes nacionais e internacionais. De acordo com Moura:

A primeira edição do jornal *Tribuna do Caixeiro* surgiu em 21 de abril de 1908. A publicação era semanal, sendo editado na sede da AECA, circulava aos domingos. De acordo com o acervo existente, o jornal circulou de abril de 1908 a novembro de 1909.<sup>643</sup>

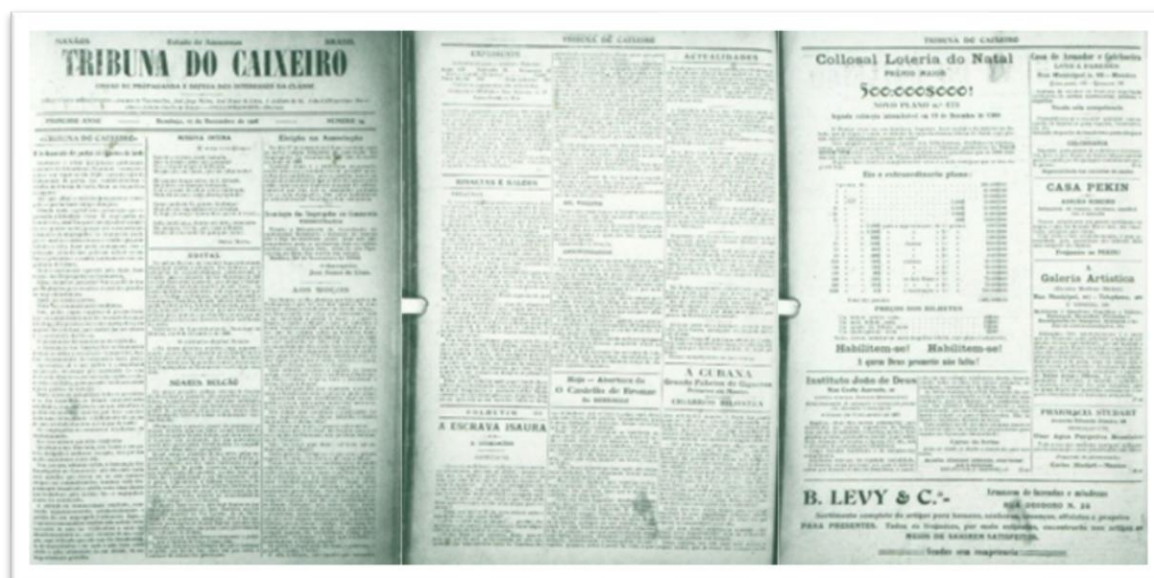
O jornal buscava ultrapassar os limites da associação, por meio de assinaturas voltadas também ao interior do estado, contando com apoio financeiro da própria AECA e patrocínio de casas comerciais. Sua redação era composta quase inteiramente por associados, o que evidenciava uma estrutura de comunicação interna firme, na qual nomes como Raymundo Tribuzy, José Jorge Vieira e José Nunes de Lima ocupavam duplas funções, ao tempo que eram dirigentes da AECA, também estavam envolvidos na articulação do *Tribuna do Caixeiro*.

---

<sup>642</sup> “Offertas”. AECA. Terceiro Relatório concernente ao anno de 1909. Op. Cit., p. 07-08.

<sup>643</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 56.

**Figura 16 -** *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 13 de dezembro de 1908



**Fonte:** *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 13 de dezembro de 1908. Acervo: LHIA-UFAM.

A vinculação do *Tribuna do Caixeiro* a periódicos como a *Phoenix Caixeiral* ou o *La Aurora* de Buenos Aires posicionava os caixeiros de Manaus em uma rede mais ampla de circulação de ideias. Entretanto, a radicalização de sua crítica e a denúncia nominal de comerciantes infratores da legislação trabalhista podem ter contribuído para sua interrupção em 1909.

O relatório da AECA indicava que o jornal, embora patrimônio da associação, deveria se manter isento de política ou religião, o que sugere que sua extinção também se deu por tensões internas quanto à linha editorial.<sup>644</sup> “O jornal havia contraído uma dívida de 500\$000 (quinhentos mil réis) [...] contudo, acreditamos que seu encerramento se deve também por questões ideológicas na gerência do jornal”. Kleber Moura também observa que a imprensa caixeiral reaparece em 1933, tentando unir os caixeiros em torno dos “ideais do trabalho e ascensão social”.<sup>645</sup>

Um símbolo bastante presente nas publicações oficiais e nos diplomas honorários, era o brasão da AECA, que cumpria um papel simbólico na afirmação da identidade institucional em meio à pluralidade de associações existentes. A imagem, reproduzida acima, traz um escudo com contornos clássicos, no qual se destaca a figura de uma águia de asas abertas, símbolo recorrente da vigilância, liberdade e da força coletiva. Ao centro, uma faixa carrega o lema “E pluribus unum”, expressão latina que significa “De muitos,

<sup>644</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 56.

<sup>645</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 66.

um só”, remetendo à unidade construída a partir da diversidade dos associados.<sup>646</sup> O brasão traz ainda a inscrição da data de fundação da associação – “fundada em 11-11-06” –, demarcando um marco simbólico no tempo. As estrelas dispostas acima e abaixo da figura da águia parecem representar tanto a idealização coletiva quanto a organização hierárquica da entidade, enquanto a tipografia do nome remete a um ideal de tradição. Em conjunto, o brasão condensava os valores centrais da AECA, tais como, a unidade, a vigilância moral, o esforço coletivo e a elevação simbólica do trabalhador do comércio, em diálogo com as tradições visuais das instituições republicanas da Primeira República.

**Figura 17** - Brasão da AECA (1914)



**Fonte:** Relatório de Administração da AECA – ano social de 1914.

A prática de comemorar publicamente os aniversários de fundação da *Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas* consolidou-se como um dos mais importantes rituais simbólicos da cultura caixeiral manauense. As festividades, realizadas anualmente no dia 11 de novembro, marcavam a memória institucional, renovavam o pertencimento coletivo e, sobretudo, visibilizavam a entidade perante a sociedade local. Longe de serem apenas momentos protocolares, os aniversários operavam como rituais de reafirmação do projeto associativo e da identidade coletiva dos caixeiros, reatualizando publicamente o vínculo entre passado, presente e futuro da organização.

Em 1913, mesmo sob dificuldades financeiras e com quadro diretivo parcialmente esvaziado, a diretoria organizou uma “festa encantadora que marcou na nossa vida social

<sup>646</sup> DIAS, Cibele Fernandes. Federalismo e o lema “e pluribus unum”: dilemas e conflitos da experiência brasileira. *Revista do Instituto de Direito Brasileiro*. Lisboa, v. 30, n. 4, p. 2699-2716, 2014.

mais um capítulo brilhante”.<sup>647</sup> A solenidade comemorativa do sétimo aniversário foi celebrada com entusiasmo e contou com a presença do governador do Estado, Jonathas Pedrosa, acompanhado de sua comitiva oficial. O relato da época sublinhava o prestígio social alcançado pela AECA:

Assim é que vimos, com o coração repleto de júbilo, os salões d’esta Sociedade regorgitarem de cavalleiros, senhoras e senhoritas da elite amazonense. Sua excelência o sr. Dr. Jonathas Pedrosa, digno Governador do Estado, compareceu ao acto acompanhado de sua casa militar e seu secretário, tendo presidido à sessão magna comemorativa.<sup>648</sup>

O cenário cuidadosamente preparado para a cerimônia, com salões decorados, discursos, entrega de diplomas e uma sequência de homenagens, representava o esforço contínuo de inserção da associação nos circuitos sociais mais prestigiados da cidade. A escolha do dia 11 de novembro como marco comemorativo, aludindo à fundação da AECA em 1906, transformava-se em oportunidade de reforçar a longevidade da entidade.

No ano seguinte, em 1914, já sob os efeitos mais agudos da crise e com a guerra europeia em curso, a entidade conseguiu realizar novamente uma sessão magna comemorativa do oitavo aniversário. A cerimônia, realizada em 11 de novembro, foi organizada pela diretoria interina de Manuel Esteves Coutinho e reafirmou a relevância política da entidade. A solenidade incluiu a entrega pública do título de sócio honorário à firma Miranda Corrêa & Cia., gesto que manifestava a tentativa de estreitar vínculos com o empresariado local e garantir apoios para a sobrevivência da associação. O relatório descrevia:

Na forma estatuída, realizou a sessão magna comemorativa, tendo a satisfação de ver agrupados os elementos valiosos do nosso meio, cercando-nos de carinhoso affecto que muito nos desvaneceu e pelo que nos reconhecemos sinceramente agradecidos.<sup>649</sup>

Essas comemorações serviam de espaços para a manutenção de laços com setores influentes da sociedade, nota-se que com a presença de autoridades, como o governador, a menção pública da imprensa e a ornamentação dos espaços reforçavam o status da AECA como uma entidade intermediária entre os trabalhadores do comércio e os representantes do Estado. Era nesse jogo de visibilidade que se disputava também o

<sup>647</sup> “Festa Commemorativa”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 07.

<sup>648</sup> “Festa Commemorativa”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 07.

<sup>649</sup> “Aniversário Social”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 10.



respeito às pautas do associativismo, incluindo o descanso dominical, à educação dos caixeiros e a identidade profissional da categoria.

A preparação do ambiente para tais festas revelava, por sua vez, a estética moral do associativismo, observa-se que as decorações, a presença de monogramas iluminados, a entrega de diplomas, a escolha dos oradores e a distribuição do *buffet*, servidos pelos próprios sócios, indicavam uma característica do pertencimento. A ornamentação dos salões com bandeiras, retratos, flores e luzes coloridas ajudava a criar uma ambiência cívica, ao mesmo tempo cerimonial. O próprio brasão da associação, que ocupava espaço nos convites, nos diplomas e nas salas de recepção, evocava um imaginário de união e força, condensado na expressão “E Pluribus Unum”.<sup>650</sup>

A AECA também atuou fortemente em duas grandes datas do calendário operário, o 1º de maio e o Dia do Caixeiro, comemorado no dia 30 de outubro. Ainda que tais datas não fossem tão sistematicamente registradas quanto o aniversário da entidade, sabe-se, pelos relatórios e menções na imprensa, que essas ocasiões também mobilizavam os trabalhadores. A defesa do tempo livre, do lazer e do reconhecimento profissional marcava essas datas como momentos de afirmação política da categoria. Em algumas ocasiões, os eventos contavam com saraus, recitais e intervenções musicais organizadas pela Tuna da associação, quando ainda ativa.

A convivência entre formalidade e sociabilidade também apareciam nas chamadas “soirées”, que eram eventos noturnos realizados por ocasião das datas comemorativas ou em recepção a visitantes ilustres. Essas festas animavam o calendário da associação e quando realizadas, produziam espaços de integração entre os associados e seus familiares e convidados externos, servindo como mecanismos de prestígio externo. Os próprios relatórios indicavam a valorização desses momentos como parte da cultura associativa:

Em festival litero-musical congregamos em nosso salão de honra, os elementos de destaque de nosso meio social, fazendo-se ouvir escolhidos número de literatura, música e canto, após terem falado (além do orador oficial) interpretando, respectivamente, o sentir dos corpos docentes e discentes de nossa escola, o seu diretor, professor Carlos de Mesquita, e a alumna do curso comercial, senhorinha Clemen Furtado Vasconcellos.<sup>651</sup>

<sup>650</sup> “Aniversário Social”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 10.

<sup>651</sup> “11 de novembro, 20º aniversário de nossa fundação”. AECA. Relatório da diretoria e prestação de contas do exercício social de 1926. Lido em sessão de Assembleia Geral de 12 de janeiro de 1927 pelo presidente João Rodrigues Coelho. Manaus: s.n., 1927, p. 10.

A construção de uma cultura de celebração, no interior da AECA, estava associada a um esforço contínuo de moralização, evidenciada nas festas, que serviam de contraponto às dificuldades cotidianas. Em meio as renúncias, dívidas, greves e deserções, a instituição se reerguia simbolicamente nesses eventos, reafirmando que continuava viva.

#### 5.4. A CONSTRUÇÃO DE REDES NACIONAIS E O PROJETO DE CONGRESSO

O associativismo caixeiral de Manaus, ainda que geograficamente afastado dos grandes centros, demonstrava constante disposição para dialogar com outras agremiações nacionais e estrangeiras. Já em 1910, o relatório da AECA registrava com orgulho as “mais cordeaux relações com todas as suas coirmãs e outras sociedades, correspondendo-se com algumas em objecto de serviço”,<sup>652</sup> mencionando desde associações beneficentes locais até entidades comerciais e culturais do Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, e até de países como Portugal e Chile. O esforço de comunicação com essas instituições, mesmo em tempos de crise, tratava-se de uma estratégia de visibilidade a um circuito mais amplo de defesa dos direitos dos trabalhadores do comércio.

A manutenção dessas relações tornou-se ainda mais relevante no contexto da crise de 1913, quando a AECA buscou apoio das suas coirmãs para pressionar o governo federal diante do colapso econômico que ameaçava o comércio local. Através de telegramas, ofícios e apelos diretos, a associação solicitou o engajamento da *Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro*, da *Phenix Caixeiral do Pará* e de outras entidades do norte do país, tentando evitar o fechamento total das casas comerciais de Manaus. A resposta positiva dessas instituições indicava o grau de articulação existente entre os caixeiros de diferentes regiões, unidos por uma pauta comum.

Associação Empregados Commercio – Rio. – Pedimos valioso auxílio junto ao Governo para atender com urgência o apelo do Commercio Manáos, crise afflictiva obriga fechamento portas paralisar movimentos todas classes solidarias.

Associação Empregados Commercio e Phenix Caixeiral – Pará. – Pedimos colegas solidários apelo Comercio Manáos junto ao Governo da República resolver a crise afflictiva evitar paralisação do movimento. Adhesão todas as classes aqui.<sup>653</sup>

<sup>652</sup> “Relações Exteriores”. AECA. Terceiro Relatório concernente ao anno de 1909. Op. Cit., p. 07-08.

<sup>653</sup> “Crise”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 06.

A resposta dessas entidades não tardou e foi recebida com entusiasmo pela diretoria amazonense. Em um trecho do relatório, a AECA comunicava aos seus associados o retorno das coirmãs:

Associação Empregados do Commercio do Amazonas – Manáos. – Associação dos Empregados do Commercio, Phenix Caixeiral hypothecam sincero apoio no sentido de obter do governo federal medidas eficazes debelar crise evitar medida lamentável do fechamento do Commercio pretendendo agir em benefício, a operosa classe pede minuciosos informes.<sup>654</sup>

Essa rede não se limitava à atuação em momentos de emergência, observa-se no relatório de 1911, que a AECA já exaltava os laços de “cordeas relações de animosidade com as nossas congêneres” e destacava a intervenção da *Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro*, junto ao Supremo Tribunal Federal em defesa da regulamentação do fechamento do comércio aos domingos, essa articulação demonstrava a capacidade política das entidades caixeirais de se apoiarem mutuamente em disputas importantes.

As sympaticas reciprocas influem bastante na vida de uma Sociedade e foi atendendo a esse iniludível princípio que mantivemos durante todo o anno as mais cordiaes relações de animosidade com as nossas congêneres.

De todas recebemos sempre as mais inconcussas manifestações de solidariedade, o que muito nos desvaneceu, porque veio provar que gosamos incontestavelmente de influência, conquistada a golpes de trabalho e tenacidade.<sup>655</sup>

Nesse mesmo relatório, podemos notar que essas ações não eram isoladas, foi disponibilizado uma longa lista de associações, clubes, bibliotecas e entidades públicas e privadas, no Brasil e em Portugal, onde constava que foi apresentado como prova do “prestígio e influência” da AECA. A amplitude dessas conexões revelava uma estratégia consciente de inserção da associação em redes que extrapolavam os limites do movimento operário local.

A prática de intercâmbio com instituições de outras localidades foi reafirmada ao longo da década seguinte, por exemplo, em 1914, mesmo em meio à instabilidade provocada pela guerra e pela crise interna, a AECA reiterava que mantinha “as mais cordiaes relações com o elemento oficial deste Estado e assim também com as pessoas

<sup>654</sup> “Crise”. AECA. Relatório da administração de 1913. Op. Cit., p. 06.

<sup>655</sup> “Relações Exteriores”. AECA. Relatório da administração de 1911. Op. Cit., p. 09.

gradas do nosso meio social”, mas também com “diversas outras Associações nacionais e estrangeiras, de todas recebendo as maiores provas de confiança e apreço”.<sup>656</sup>

Essa inserção alcançaria um novo patamar a partir da segunda metade da década de 1920, quando a AECA passou a participar ativamente da construção de um Congresso das *Associações dos Empregados no Comércio do Brasil*. O relatório de 1926 já apontava para a importância desse empreendimento:

Disseminadas pelo Brasil, existem dezenas de Associações de Empregados no Commercio, cada uma tratando particularmente de seus interesses, vencendo os prélios em que se empenham na relação direta de seu valor e influência. Extranho e lamentável facto, porquanto, se umas há estuantes de vida e robustez, aptas, por isso mesmo, a aniquilar a hydra multicephala dos óbices que se lhes deparam na jornada bemdita, outras se encontram, quiza não em pequeno número, que, por muito jovens ainda, ou por atacadas de anemia profunda, consequência do relaxamento de coesão, nada, ou pouquíssimo, podem fazer por si sós. [...].

Eivados desses pensamentos, e possuídos do despretenso desejo de vê-lo concretizar-se em factos, foi que, em officio n. 106, datado de 7 de julho do corrente ano, sugerimos as nossas co-irmãs do Sul a ideia de união, no Rio de Janeiro, de um Congresso de Associações de Empregados no Commercio, a fim de, estudando-se complexos assumptos que nos dizem respeito, fundar-se a Confederação de Associações de Empregados no Commercio do Brasil. [...].<sup>657</sup>

A ideia foi retomada com mais vigor no relatório de 1928, que registrava a viagem do consócio Gastão de Castro ao Rio de Janeiro, com a missão de atuar como “embaixador” da AECA junto às entidades nacionais. Segundo o documento:

Não desejando que tão alevantado propósito viesse a fracassar, aproveitamos a viagem ao Rio de Janeiro, do nosso consócio snr. Gastão de Castro, e a ele entregamos as altas credenciaes de nosso embaixador na metrópole do paiz [...] para vermos definitivamente fundado e organizado no Commercio do Brasil.<sup>658</sup>

A movimentação em torno do Congresso evidenciava a maturidade política da AECA e sua capacidade de projetar-se para além do contexto regional. Observamos que a entidade assumiu o protagonismo de uma articulação nacional, entendendo que apenas

<sup>656</sup> “Relações”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 08.

<sup>657</sup> “Congresso de Associações de Empregados no Commercio”. AECA. Relatório da diretoria e prestação de contas do exercício social de 1926. Lido em sessão de Assembleia Geral de 12 de janeiro de 1927 pelo presidente João Rodrigues Coelho. Manaus: s.n., 1927.

<sup>658</sup> “Congresso das Associações dos Empregados no Commercio”. AECA. Relatório e Contas da Directoria correspondentes ao exercício de 1928 e respectivo Parecer do Conselho Fiscal apresentado pelo presidente Waldemar Souza. Manaus: Armazens Palacio Real, 1929, p. 19.

com a organização coletiva entre entidades congêneres seria possível disputar os rumos do trabalho e da cidadania no Brasil republicano.

### 5.5. ENSINO, PROFISSIONALIZAÇÃO E MUTUALISMO NA AECA

A história da Escola Prática de Comércio da *Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas* (AECA) não começa em 1915, mas tem suas raízes nos cursos elementares ofertados desde 1909. Mesmo antes de sua criação formal, já existia uma prática pedagógica voltada para a formação do caixeiro, com ênfase em conhecimentos práticos para a vida comercial. A organização das turmas em séries, o acompanhamento de professores contratados, a emissão de relatórios anuais e o apoio da municipalidade configuram um esforço institucional contínuo que precede a posterior criação da escola.

Como afirma Moura, a AECA se preocupava em instruir os caixeiros por meio de cursos de Escrituração Mercantil, Português, Aritmética e Francês, que funcionavam como pré-requisitos para o ingresso na Escola Municipal de Comércio, criada pela Lei Municipal n. 578, de 25 de novembro de 1909 e inaugurada na sede da AECA em 24 de fevereiro de 1910.<sup>659</sup> Embora a crise econômica tenha enfraquecido o ritmo e a frequência dos alunos, não impediu a manutenção do ensino como eixo estratégico da política associativa.<sup>660</sup>

As aulas noturnas eram concebidas para garantir o acesso dos trabalhadores ao saber, conciliando a dureza da jornada com a esperança de ascensão social. Como destaca Moura, “a instrução educativa voltada para a emancipação intelectual do caixeiro era uma constante preocupação por parte dos dirigentes da AECA”, pois ela era vista como caminho para alcançar o status de guarda-livros e, eventualmente, o patronato.<sup>661</sup> Esse modelo formativo, que se estruturava na lógica do autoperfeiçoamento moral e técnico, tinha por objetivo criar condições para o reconhecimento social da categoria, fortalecendo a identidade do caixeiro como trabalhador disciplinado, instruído e digno de respeito.

As aulas eram organizadas por séries e funcionavam em horários distintos por conta da limitação de espaço físico. Segundo Moura, “as aulas do 1º ano começavam às 19h30min e terminavam às 20h30min nos dias de terça, quinta e sábado. Já as aulas do 2º ano começavam às 20h30min e iam até às 22h30min nos dias de segunda, quarta e

<sup>659</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 44.

<sup>660</sup> “Informações referentes ao curso primário”. AECA. Relatório da administração de 1914. Apresentado em sessão magna de Assembleia Geral realizada a 10 de janeiro de 1915, pelo Vice-presidente em exercício Manoel Esteves Coutinho. Manaus: s.n., 1915, Anexo 2, p. 16.

<sup>661</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 44.

sexta”. Havia ainda o curso de música e ensaio da Tuna da associação, embora este tenha sido extinto em 1914 devido à baixa adesão.<sup>662</sup>

Um traço distintivo da atuação da AECA no campo da educação era seu esforço em manter a escola dentro das dependências da própria sede social, convertendo aquele espaço associativo em ambiente de aprendizagem. A escolha não era casual, para os trabalhadores educar no espaço da associação era também formar identidades. A familiaridade com os símbolos, os retratos, as salas da diretoria e o regulamento pendurado nas paredes fazia com que o estudante internalizasse a ideia de pertencimento e compromisso com a coletividade. Como destacou o relatório de 1913, a sede era “frequentada por avultado número de sócios, comparecendo às sessões, uns, entregando-se à leitura produtiva, outros, todos empenhados no triunfo real da nossa causa”, e isso incluía o processo formativo.<sup>663</sup>

As dificuldades enfrentadas nos anos de guerra e do colapso da borracha, não impediram a continuidade das aulas. Ao contrário, reforçaram o valor simbólico da escola como trincheira da resistência associativa. Em 1914, o professor José Estevam d’Araújo e Silva escreveu com lucidez sobre os obstáculos enfrentados:

A frequência é que se não pode erguer censuras, pois a defecção neste ano podia ser muito maior do que efetivamente se deu, ante a repercussão em todo o organismo social – do desequilíbrio econômico e financeiro, oriundo da funesta guerra europeia, - esse flagelo nefando, mais pavoroso do que um cataclismo, mais assolador do que a peste, mais desorganizador do que a fome e a miséria.<sup>664</sup>

Ainda assim, mantinha-se a regularidade dos exames e o encaminhamento de alunos aprovados à Escola Municipal de Comércio, instituição criada graças à pressão da AECA junto à municipalidade. Nos anos seguintes, a formalização da Escola Prática de Comércio Senador Lopes Gonçalves, vinculada diretamente à AECA, consolidaria o projeto iniciado em 1909. Seus regulamentos previam matrícula gratuita para os sócios, exigência de frequência regular e submissão a exames anuais. A presença de professores voluntários e o apoio de sócios honorários mostrava o engajamento interno com a formação dos caixeiros.

O ensino era visto como o caminho mais seguro para a “redenção” do trabalhador disciplinado, e a persistência nas práticas educativas ajudava a manter acesa a esperança da mobilidade ascendente. Em 1915, mesmo com a evasão ainda presente, a diretoria

---

<sup>662</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 45.

<sup>663</sup> “Frequência”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 04.

<sup>664</sup> “Informações referentes ao curso primário”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 16.

registrava que a “diferença de matrícula para menos” havia sido compensada pela “qualidade e desempenho dos alunos que se mantiveram”.<sup>665</sup>

A década de 1920 marcou um novo ciclo para a AECA, e a Escola Prática de Comércio Senador Lopes Gonçalves tornou-se o eixo simbólico de suas ações, de acordo com o que observamos nos relatórios administrativos, era comum que apresentassem com destaque o funcionamento das aulas, a frequência dos alunos e os nomes dos professores. Os cursos foram mantidos mesmo nos anos de retração orçamentária, o que revela que, mesmo em tempos difíceis, a educação nunca deixou de ocupar um lugar privilegiado no horizonte político da associação. Em 1926, por exemplo, mesmo diante da “ausência de verbas para novas iniciativas”, a diretoria reafirmava seu compromisso com o curso de comércio, que “proporcionava ao jovem caixeiro instrumentos para competir em igualdade de condições com os demais quadros do comércio nacional”.<sup>666</sup>

O caixeiro que frequentava as aulas noturnas era visto como alguém comprometido com o próprio aperfeiçoamento e com o prestígio da categoria. O curso deixava de ser apenas uma ferramenta técnica para transformar-se em dispositivo de pertencimento, bem como, pode ser pensado como condição de competitividade no mercado de trabalho, tendo em vista, a ausência de outras ofertas educacionais. Os relatórios não hesitavam em nominar os alunos mais aplicados, projetando-os como exemplos a serem seguidos por seus pares.

**Quadro 5** - Resultado Geral dos Exames do Curso, ano letivo de 1911

N	Nomes	Ano	Matérias						Observações
			Port	Fran	Ing. escrit	Geo	Aritm	Eco n. Pol.	
1	Alfredo Garcia	2º	7	6	7	5	6	5	10 distinção De 7 a 9, plenamente De 4 a 6, simplesmente A letra F – indica que o aluno faltou a chamada A letra R – indica que o aluno foi reprovado
2	Domingos de Carvalho Leal Filho	2º	5	6	5	4	5	4	
3	Adroaldo Ribeiro de Carvalho	2º	7	7	6	6	7	5	
4	Theodoro de Vaz e Abreu	2º	7	7	5	8	7	7	
5	João Pedro Ferreira da Silva	2º	6	8	7	6	7	5	
6	Modesto de Brito Sampaio	2º	7	8	7	5	8	5	
7	Joaquim da Rocha Lima	2º	R	F	F	5	F	R	
8	Lazaro Alves Cajuhu	2º	5	6	5	5	6	R	
9	João Pessoa de Carvalho	2º	7	6	5	5	4	5	

**Fonte:** Secretaria Municipal de Comércio de Manaus, 4 de outubro de 1911. Relatório da Administração de 1911 da AECA.

<sup>665</sup> “Informações referentes ao curso primário”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 16.

<sup>666</sup> AECA. Relatório da diretoria e prestação de contas do exercício social de 1926. Lido em sessão de Assembleia Geral de 12 de jan. de 1927 pelo presidente João Rodrigues Coelho. Manaus: s.n., 1927, p. 13.

Observa-se que, ao valorizar os “mais dedicados”, o professor não apenas estabelecia critérios de avaliação, mas colaborava na constituição de uma cultura associativa em que o saber era associado à disciplina. Outro elemento fundamental dessa experiência era a construção de uma rede de solidariedade em torno da escola.

Os relatórios registravam com frequência doações de materiais, dispensa de mensalidades, trabalho voluntário de professores e até mesmo, em alguns casos, a oferta de prêmios aos melhores alunos. Em 1914, por exemplo, o professor Benevolo Pereira da Luz recusou seus honorários de dezembro em benefício dos cofres sociais, um gesto que foi registrado pela AECA com “gratidão e orgulho”. Esse tipo de comportamento reforçava o entendimento da escola como patrimônio coletivo, também sustentado por vínculos afetivos.<sup>667</sup>

Era na Escola Prática do Comércio que se formavam os futuros diretores, tesoureiros, secretários e bibliotecários da AECA. Os que passavam pelos bancos escolares da associação não apenas aprendiam contabilidade ou português, aprendiam, sobretudo, a ser caixeiros no sentido mais elevado do termo, cultivando características como a disciplina, o autocontrole, o respeito à hierarquia e a noção de coletividade. Nota-se pelos relatórios, que essa dimensão formativa da escola, era voltada à produção de um “tipo ideal” de caixeiro e se mostrava presente na linguagem dos regulamentos.

Em 1924 e 1926, os relatórios mencionavam com entusiasmo a manutenção das aulas noturnas e o prestígio crescente da Escola Prática de Comércio, especialmente após sua nomeação em homenagem ao senador Lopes Gonçalves, defensor dos trabalhadores. O nome era parte da estratégia de inserção simbólica da AECA na vida pública da cidade. A escola tornava-se, assim, uma ponte entre os mundos do trabalho e os circuitos de poder, fortalecendo o capital político da associação.

A maioria dos professores eram membros da própria associação, acadêmicos do Liceu ou da Escola de Direito, que ofereciam seus serviços, muitas vezes, gratuitamente. Era o caso de José Estevam e Benevolo Pereira da Luz, que, entre 1913 e 1915, formaram dezenas de alunos e registraram suas impressões nos relatórios. Essa ligação entre professor e associação reforçava a unidade interna, pois o ensino era também uma forma de militância associativa. A escola, nesse sentido, era um espaço de reafirmação dos vínculos e da identidade coletiva. “Fazendo sinceros e ardentes votos para cessar a causa

---

<sup>667</sup> “Ofertas”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 10.



perturbadora do progresso da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas, agradeço-vos, senhor presidente a honrosa confiança com que me tendes distinguido”.<sup>668</sup>

## 5.6. A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NA AECA

A presença feminina nas atividades educacionais da AECA já era perceptível desde a década de 1910, mas ganhou maior projeção nas décadas seguintes, sobretudo após a consolidação da Escola Prática de Comércio. Observamos nos relatórios da agremiação que, mesmo em um ambiente ainda predominantemente masculino, as mulheres passaram a frequentar os cursos primários e comerciais, tendo direito à matrícula conforme disposto no artigo 10, letra “g” dos estatutos, que dizia: “a matricular nesses cursos seus filhos e irmãos menores de 12 anos. A essa matrícula terão igualmente direito os menores filhos dos sócios que falecerem em pleno gozo de seus direitos”. Ou seja, incorporava todos aqueles que podiam gozar dos direitos de sócio, conforme vimos no capítulo 1, no artigo 52, dizia que as mulheres poderiam compor o quadro social da AECA, tendo direito a todos os benefícios garantidos nos estatutos, sendo que “não lhes sendo, porém, permitido votar nem ser votadas”.<sup>669</sup> Da gestão de 1926, é registrado no Relatório da AECA, o seguinte movimento:

Admittidos (effectivos) – Homens.....	140
Contribuintes – Homens.....	35
Contribuintes – Moças.....	6 / total de 181
Eliminados a pedido (effectivos) – Homens.....	1
Contribuintes – Homens.....	2
Contribuintes – Moças.....	1 / total de 4
Por falta de pagamento (Effectivos) – Homens.....	127
Contribuintes – Homens.....	75
Contribuintes – Moças .....	16 / total 218
Por falecimento (effectivos) – Homem.....	1
Benemérito – Homem.....	1 / total 2

As informações constantes no anexo do relatório de 1926 registra nominalmente várias alunas matriculadas na 1ª e 2ª séries do curso primário e no curso comercial. Nomes como Maria do Carmo, Maria das Dores, Albertina Rodrigues e Olga de Sá demonstram que a escola da AECA era acessada também por mulheres da cidade, cujas famílias encontravam ali um espaço de formação para o ingresso no comércio. Essa presença

<sup>668</sup> “Informações referentes ao Curso Primário”. AECA. Relatório da administração de 1914. Op. Cit., p. 17.

<sup>669</sup> “Estatutos da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas”. Op. Cit.

feminina se reforça no relatório de 1928, que ao registrar os empréstimos da biblioteca associativa, informava que as “moças” retiraram 48 livros no ano, frente aos 588 volumes emprestados aos homens. Embora em menor número, a participação das mulheres nos serviços educacionais da AECA indica uma inserção progressiva, especialmente se comparada à década anterior.<sup>670</sup>

A preocupação com a qualificação feminina se relacionava a um cenário mais amplo de transformações sociais vivenciadas a nível nacional. Segundo Moura, em 1928, “a escola formou 10 guarda-livros, sendo que eram quatro mulheres”,<sup>671</sup> o que demonstra que as barreiras de gênero começavam a ser superadas em profissões tradicionalmente masculinas. Essa conquista, na época, reforçava a visibilidade conferida às alunas nos relatórios da associação e pelo reconhecimento da educação como uma via de emancipação pessoal.

A comparação entre os relatórios de 1926 e 1928 sugere que a participação feminina, embora ainda tímida em números absolutos, apresentava um crescimento constante, especialmente ao uso da biblioteca e nas séries iniciais dos cursos. O quadro social apresentado no relatório de 1926 indica que havia 5 moças contribuintes associadas à entidade naquele ano,<sup>672</sup> enquanto as tabelas escolares e os dados da biblioteca demonstram o envolvimento massivo dessas jovens nos espaços educativos.

## 5.7. DESCANSO DOMINICAL E FECHAMENTO DE PORTAS

Os trabalhadores do comércio, organizados pela AECA, se mobilizaram em torno de reivindicações fundamentais na cidade, como o descanso dominical e o fechamento das casas comerciais às 18 horas. Essas pautas, longe de serem apenas demandas dos trabalhadores de forma imediata, articulava-se a um âmbito fundamental da dignidade do descanso do caixeiro. Os relatórios da AECA registraram inúmeras iniciativas nesse sentido, desde abaixo-assinados e audiências com autoridades municipais até campanhas públicas, indicativas da centralidade da questão no cotidiano associativo.

---

<sup>670</sup> Anexo 4. Relatório da AECA. Relatório e Contas da Directoria Correspondentes ao exercício de 1928 e respectivo Parecer do Conselho Fiscal apresentado pelo presidente Waldemar Souza. Manaus: Armazéns, Palácio Real, 1929.

<sup>671</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus*. Op. Cit., p. 46.

<sup>672</sup> AECA. Relatório da diretoria e prestação de contas do exercício social de 1926. Lido em sessão de Assembleia Geral de 12 de janeiro de 1927 pelo presidente João Rodrigues Coelho. Manaus: s.n., 1927.

Os caixeiros, como destaca Popinigis, enfrentava jornadas de até 16 horas diárias, reivindicando pelo tempo livre e pela educação.<sup>673</sup> Sobre essa pressão paternalista, Deusa Costa observa que em Manaus:

Numa jornada de 15/16 horas diárias, que se iniciava às 06 horas da manhã e estendiam-se até às 21/22 horas, os caixeiros estavam presos por laços de dominação presentes nas relações de dependência pessoal que extrapolavam a esfera do trabalho e refletiam diretamente na relação com seu empregador paternalista (...) muitos deles eram tutelados, o que significava estar sob laços de extrema dependência do patrão; outros tantos moravam nos porões ou em anexos da casa comercial.<sup>674</sup>

A defesa do fechamento das portas às 18 horas era um tema recorrente nos relatórios da AECA, frequentemente associado à necessidade de conciliação entre trabalho e instrução, como sendo fundamental para que os trabalhadores tivessem um tempo de qualidade para estudarem. Ao limitar o horário das atividades comerciais, abria-se a possibilidade dos caixeiros frequentarem os cursos noturnos, oferecidos pela própria associação, como vimos anteriormente. Em documento de 1928, por exemplo, a diretoria destacou os esforços do prefeito municipal José Francisco de Araújo Lima para garantir o cumprimento da lei n. 1.056 de 1920, que regulamentava o horário comercial. As conversações com o Conselho Municipal demonstravam que a entidade tinha como missão o compromisso de garantir esse direito aos trabalhadores do setor do comércio.

As campanhas da AECA pelo descanso dominical expressavam o desejo dos trabalhadores terem um tempo de lazer e para a convivência familiar. As celebrações do Dia do Caixeiro, realizadas pela entidade, com saraus, bailes e sessões solenes, também reforçavam essa luta, como aponta o relatório de 30 de outubro de 1928, que destacava o encerramento do comércio durante as festividades como uma vitória coletiva dos trabalhadores. A presença de autoridades e empresários nesses eventos indicava que a pauta do descanso já havia conquistado apelo público.

Visitando a nossa sociedade, abordava os assumptos mais importantes da nossa vida interna e, com sua larga visão e ilustrada competência, semeava idéas, sugerindo-nos os meios de levá-las a bom termo, para vitória de nossas aspirações. Sempre que o procurávamos, éramos recebidos imediatamente, sendo essas as ordens dadas a nosso respeito. A essa digna autoridade, fizemos ver as irregularidades no horário de alguns estabelecimentos commerciaes e tivemos a promessa formal e

<sup>673</sup> POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeirais e o fechamento de portas no Rio de Janeiro (1850/1912), *Caderno AEL*, vol. 6, nº 10, novembro de 1999, p. 117.

<sup>674</sup> COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915)* – Dissertação de mestrado, PUC, São Paulo, 1997, p. 199.

categoria do restrictio cumprimento da Lei n. 1.056 de 22 de outubro de 1920.<sup>675</sup>

A demanda pelo descanso semanal percorreu toda a existência da AECA, mas ganhou força, especialmente após a instituição do “Dia do Caixeiro”, no dia 30 de outubro, em conformidade com a lei n. 1301, de 22 de outubro de 1926, transformado em espaço de mobilização e afirmação da identidade de classe. Os discursos proferidos nas sessões solenes desse dia exaltavam as conquistas da categoria e reiteravam a necessidade de respeitar os direitos já conquistados. Como destaca o relatório de 1928:

Conseguistes, senhores, com o apoio da imprensa e dos poderes públicos, arrancar do egoísmo patronal o justo direito ao descanso semanal, e hoje ninguém mais contesta o fechamento das portas aos domingos como uma necessidade moral e uma conquista civilizadora.<sup>676</sup>

Esse tipo de argumentação evidencia que a luta pelo fechamento dominical estava inserida em uma estratégia discursiva que apelava à razão, à moral e à lei, afastando-se de discursos revolucionários e se aproximando de uma lógica reformista. A própria linguagem adotada nos documentos associa a figura do caixeiro à ordem, à disciplina e à busca legítima por direitos. Em um dos trechos do relatório, lê-se: “Hoje, sois a força que responsabiliza o capital pelos acidentes no trabalho; sois a força que limita as horas da tarefa; sois a força que prevê na Constituição da República a regularização do trabalho”.<sup>677</sup>

A mobilização da AECA em torno dessas pautas fazia parte de um projeto mais amplo de regulamentação do comércio e de valorização do trabalho disciplinado. Isso se manifestava nas ações concretas da entidade, como o envio de ofícios à Intendência Municipal exigindo a fiscalização do cumprimento das leis sobre horário de funcionamento do comércio, bem como nos esforços de negociação com comerciantes recalcitrantes.

Essas ações estavam em consonância com o movimento nacional dos caixeiros e comerciários, que desde os primeiros anos do século XX vinham encampando a bandeira da jornada de oito horas e da limitação do tempo de serviço. Como aponta Pinheiro,

---

<sup>675</sup> AECA. Relatório e Contas da Directoria Correspondentes ao exercício de 1928 e respectivo Parecer do Conselho Fiscal apresentado pelo presidente Waldemar Souza. Manaus: Armazéns, Palácio Real, 1929.

<sup>676</sup> AECA. Relatório e Contas da Directoria Correspondentes ao exercício de 1928. Manaus: Armazéns, Palácio Real, 1929, p. 22.

<sup>677</sup> AECA. Relatório e Contas da Directoria Correspondentes ao exercício de 1928. Manaus: Armazéns, Palácio Real, 1929, p. 24.

“embora essa demanda tenha sido entabulada pelos caixeiros em diversas oportunidades até os anos 1920, em nenhuma delas obtiveram sucesso”.<sup>678</sup>

Essa mesma interpretação é reforçada por Moura, ao analisar o processo de transformação da AECA em sindicato durante a década de 1930. Segundo o autor, o reconhecimento oficial da associação como sindicato pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1935, conforme o Decreto nº 24.694/1934, e sua posterior adaptação ao regime corporativista do Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 1.402/1939, não representaram uma ruptura com o passado mutualista, mas uma reconfiguração institucional em novas bases legais.<sup>679</sup>

Como sintetiza Pinheiro, os caixeiros manauaras “forjaram suas identidades de classe a partir de complexos elementos que incluíam dimensões (e tensões) étnicas, etárias e profissionais”, o que lhes permitiu consolidar uma trajetória própria, marcada por “organização e mobilização suficientes para entabular, em seus termos, um conjunto de ações e de lutas por direitos”.<sup>680</sup> Dessa forma, o capítulo se encerra com a constatação de que a trajetória da AECA, foi marcada não por uma linearidade histórica inevitável, mas pela persistência de um projeto de classe que, mesmo com reformismos e contradições, buscou transformar as condições de vida dos trabalhadores do comércio em Manaus.

---

<sup>678</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910. *História: Questões & Debates*, [S.l.], v. 70, n. 2, 0. 261-291, 2022, p. 288.

<sup>679</sup> MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

<sup>680</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910. *História: Questões & Debates*, [S.l.], v. 70, n. 2, 0. 261-291, 2022, p. 289.

## CAPÍTULO 6

**INFORMAR, POLITIZAR E ORGANIZAR: O ASSOCIATIVISMO DOS TRABALHADORES DAS ARTES GRÁFICAS E A IMPRENSA OPERÁRIA EM MANAUS**

Este capítulo tem como objetivo analisar o processo de organização dos trabalhadores da imprensa pública e das artes gráficas em Manaus, buscando compreender as dinâmicas associativas que influenciaram suas práticas nas primeiras décadas do século XX. Busca-se compreender os fatores sociais, econômicos e políticos que entusiasmaram a formação dessas entidades, suas transformações ao longo do tempo e seu papel na construção de projetos de identidade coletiva.

Paralelamente, a imprensa operária será analisada como instrumento fundamental de articulação política e doutrinária, refletindo os debates e tensões no interior do movimento dos trabalhadores. Por meio de jornais como *A Lucta Social*, *Vida Operária* e o *Extremo Norte*, os gráficos e tipógrafos noticiavam suas lutas e construíam narrativas que orientavam a ação coletiva. Ao articular as práticas associativas com a produção editorial da classe, este capítulo busca demonstrar como a imprensa operária se consolidou como espaço de formação de consciência e veículo de projetos distintos de emancipação social.

## 6.1. OS TIPÓGRAFOS E A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA EM MANAUS

O processo de organização dos trabalhadores por ofício em Manaus principiou no ano de 1891, marcado pela fundação da *Associação Artística Tipográfica*. Em 1892, ocorreu a criação da *Sociedade dos Artistas Nacionais* e o início das articulações para a criação da *União Tipográfica*. Destaca-se, em particular, esta última como uma das primeiras entidades dedicadas a uma categoria profissional de trabalhadores na cidade.<sup>681</sup>

O estabelecimento dessas organizações e de outras semelhantes foi motivado pelos anseios da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho. Embora haja uma escassez de informações sobre o tema e seja difícil localizar documentos e jornais que o abordem, ainda é possível encontrar fragmentos lacunares que permitem reflexões sobre a formação e mobilização das organizações de trabalhadores em Manaus. De acordo com o historiador Cláudio Batalha:

[...] os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos desde o século XIX, foram os

---

<sup>681</sup> *Diário de Manáos*, Manaus, n. 40, 21 de agosto de 1892.

trabalhadores qualificados, detentores de um ofício. Tipógrafos, alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros, padeiros, estavam à frente da mobilização operária de Belém a Porto Alegre.<sup>682</sup>

Os historiadores Foot Hardman e Vitor Leonardi apontam que, tanto em Manaus como em outros centros brasileiros, os tipógrafos foram pioneiros na aglutinação da “vanguarda operária, através da imprensa classista e do sindicalismo combativo”.<sup>683</sup> Junto com os caixeiros, foram um dos primeiros grupos no surgimento do movimento associativo amazonense, à semelhança do que se passou em outras localidades do país. Não só foram eles que iniciaram o processo de organização por ofício, como, através dos jornais que criaram e em que colaboraram, fizeram o fomento e a propaganda das ideias associativas.

Os trabalhadores da imprensa tiveram participação ativa na vida política da época. Na maioria dos casos, foram eles que não apenas introduziram novas ideias, mas também promoveram o ativismo no movimento associativo. Para José Pacheco Pereira, esse ativismo político é evidenciado, principalmente, na atuação desses trabalhadores no jornalismo operário.<sup>684</sup>

As demandas cotidianas, aliadas à crítica social, constituíam pilares fundamentais que impulsionavam os trabalhadores a estabelecer meios de organização, visando conferir visibilidade aos seus princípios e convicções políticas. Como resultado dessas preocupações, os trabalhadores da imprensa, pertencentes à categoria tipográfica no Amazonas, uniram-se em associações. As entidades criadas pelos trabalhadores nasceram como resposta à necessidade de enfrentar os desafios postos à classe operária, assegurando um espaço coletivo para expressar suas reivindicações e manifestar a solidariedade entre os indivíduos pertencentes.

Ao estabelecerem essas associações, os trabalhadores buscavam fortalecer o seu papel na esfera política e social. Assim, a criação dessas agremiações não apenas refletiu a resposta prática dos trabalhadores às questões do cotidiano, mas também representou um esforço coletivo para construir uma voz unificada, capaz de influenciar positivamente as condições de trabalho e, por conseguinte, contribuir para a transformação social.

Em 1891, os tipógrafos já defendiam a importância da organização: “Nós, os tipógrafos do Amazonas, somos grandes também; temos a nossa associação; vivemos uns

---

<sup>682</sup> BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: DELGADO, Lucília de A N. *O Brasil Republicano 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 170.

<sup>683</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982, p. 315.

<sup>684</sup> PEREIRA, José Pacheco. A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70). *Revista Social*, vol. XVII (65), 1891-1, p. 151.

para os outros e, assim unidos podemos aparecer no meio da grande e humanitária sociedade amazonense”<sup>685</sup>. A associação à qual se referem os editores do jornal *Gutenberg* era a *Associação dos Artistas Gráficos*, que estava em funcionamento no ano corrente.

Os tipógrafos, no ano de 1892, logo que iniciaram o movimento de articulação para a formalização de uma associação de ofício denominada “União Typographica”, lançavam notas na imprensa, convocando os tipógrafos para que pudessem se unir em prol de seus interesses. Em notícia veiculada no *Jornal do Comércio*, era perceptível esse empenho:

De ordem do sr. Presidente Provisório desta associação, convido a todos os srs. Tipógrafos á reunirem-se hoje, as 9 horas da manhã no prédio onde funciona a escola do Partido Operário, a praça 5 de setembro, para tratar-se de negócios de alto interesse a classe. Manáos, 29 de maio de 1892. R. de Menezes – 1º Secretário.<sup>686</sup>

A movimentação materializada pelos trabalhadores na cidade, dava-se pelo processo de formalização da agremiação, em que se precisava convocar assembleias gerais, discutir os objetivos e finalidades entre seus membros, para que fosse confeccionado um documento que ditaria as normas associativas – os estatutos. Sendo convocada em seguida uma sessão de assembleia que tivesse como pauta principal a confecção desse documento:

Por autorização do muito digno sr. Presidente desta associação convido a todos os srs. tipógrafos á reunirem-se hoje as 10 horas da manhã no lugar de costume, a fim de discutir-se os estatutos da mesma sociedade, e tratar-se de outros negócios de seu interesse. Manáos, 20 de agosto de 1892 - R. de Menezes, 1º secretário.<sup>687</sup>

Depois de aprovados os estatutos, caminhava-se para a eleição da diretoria, que tinha como missão conduzir os trabalhos associativos da agremiação. Para o ano de 1893, as páginas da imprensa local referentes aos meses de abril e maio contavam com chamadas para que os trabalhadores tipógrafos pudessem se reunir e eleger a nova diretoria.

De ordem do sr. Presidente deste Club são convidados todos os tipógrafos a comparecerem na sessão que terá lugar hoje 30 de abril, as 9 ½ horas da manhã, na casa, n. 42, da praça 5 de Setembro. Manáos, 28 de abril de 1893. Izidoro Vieira – Secretário Provisório.<sup>688</sup>

<sup>685</sup> *Gutenberg*, Manaus, n. 1, 15 de novembro de 1891.

<sup>686</sup> *Diário de Manáos*, Manaus, n. 265, 29 de maio de 1892.

<sup>687</sup> *Diário de Manáos*, Manaus, n. 40, 21 de agosto de 1892.

<sup>688</sup> *Amazonas*, Manaus, n. 90, 30 de abril de 1893.



Em uma sessão ocorrida em 30 de abril de 1893, foi eleita a primeira diretoria efetiva que, a partir do momento da posse, teria a responsabilidade de liderar as atividades da *União Tipográfica*. Alguns dos trabalhadores eleitos nessa ocasião foram identificados, nos anos subsequentes, participando de outras agremiações na cidade de Manaus.

Procedeu-se anteontem a eleição para a diretoria efetiva deste Club sendo eleitos: Presidente – Hildebrando Antony; Vice-Presidente – Alexandre da Costa Oliveira; 1º Secretário – Izidoro Vieira; 2º Secretário – Antônio Leão; Tesoureiro – Francisco A. Medeiros; Orador – Quirino Amazonas.<sup>689</sup>

Conforme sinaliza a historiadora Cláudia Barros, os trabalhadores da imprensa cumpriram um papel primordial no desenvolvimento do associativismo em Manaus, fundando agremiações voltadas para os tipógrafos e gráficos na cidade:

As lideranças da categoria desenvolveram outras organizações ao longo dos anos, que se somaram as experiências anteriores encampadas pelos tipógrafos, destacamos a criação em 1910 da Sociedade de Artes Graphicas; um ano depois, em 1911, da fundação da Sociedade Protetora das Artes Graphicas do Amazonas e em 1914 a Federação Operária no Amazonas e o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos.<sup>690</sup>

Algumas das organizações mencionadas pela autora tiveram uma vida associativa relativamente longa, enquanto outras foram efêmeras. É importante salientar que, dentro de uma oficina tipográfica, diversos profissionais cumpriam funções estratégicas para o bom andamento dos trabalhos. Entre eles estavam os tipógrafos, redatores, revisores, colaboradores e vendedores, para citar apenas alguns. Essas atividades foram componentes essenciais nas redações de grandes oficinas de jornais que circulavam na cidade. Já nos jornais operários, contavam-se apenas com poucos trabalhadores que desempenhavam mais de uma função para garantir o andamento eficaz dos trabalhos dentro da oficina. Todos esses aspectos permitem-nos perceber o quanto a divisão do trabalho fragmentou a categoria dos tipógrafos, seja nas organizações mais duradouras ou nas efêmeras, evidenciando a complexidade e diversidade de funções cumpridas pelos profissionais da imprensa da época.

Conforme apontado por Cláudia Barros, os tipógrafos passaram a representar a maioria dos profissionais no setor gráfico, devido aos processos de mecanização. Nesse

<sup>689</sup> *Amazonas*, Manaus, n. 91, 2 de maio de 1893.

<sup>690</sup> BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015, p. 87.

contexto, o trabalho com os novos maquinários gradativamente separava o artesão do produto, destacando os tipógrafos como agentes ativos na transformação da sociedade. Até os anos finais do século XIX, observava-se uma confusão na definição da função do gráfico e do tipógrafo. A autora Cláudia Barros apresenta uma diferenciação conceitual entre eles:

Cabe ao primeiro (gráfico), àquele trabalhador inserido na produção de uma oficina gráfica e ao segundo (tipógrafo), a um ramo inserido no setor produtivo de uma oficina gráfica. Esta confusão terminológica gera por vezes, uma falsa impressão de que os termos “gráficos” e “tipógrafos” se fundem em um mesmo conceito, ainda que, a partir do século XIX tenha se convencionado o termo tipógrafo a toda a categoria.<sup>691</sup>

O trabalhador tipógrafo, portanto, emergia amalgamando as vantagens do proletário moderno a características do trabalhador tradicional, incluindo as péssimas remunerações e o metodismo disciplinado do seu ofício. A construção da identidade do profissional tipógrafo envolvia diversos elementos, especialmente a transição do caráter artesanal do artífice para uma linha de produção, onde a especialização técnica se tornava o ritmo adotado. Nesse processo, perdia-se a figura do artista, dando lugar ao operário.

Os tipógrafos foram pioneiros ao articular-se no movimento operário em Manaus, principalmente através da imprensa e na criação de associações de ofícios. Como aponta Cláudia Barros, durante um longo período, eles foram considerados pela historiografia como uma categoria revolucionária, liderando os principais movimentos do Brasil e propagando as ideias anarquistas e socialistas entre a jovem classe trabalhadora assalariada. No entanto, apenas recentemente essa ideia vem sendo desconstruída, inserindo-os como uma categoria em constante disputa ideológica e transfigurada na concepção do trabalhador moderno.<sup>692</sup>

## 6.2. SOCIEDADE PROTETORA DAS ARTES GRAPHICAS

A Sociedade Protectora das Artes Graphics do Amazonas, comemora hoje a data de sua fundação a 11 de setembro de 1910. Esse evento feliz e de grandes alegrias, pois para a diligente classe tipográfica do Amazonas, que tanto se tem desvelado pela manutenção de sua sociedade conservando-a sempre digna e nobre.<sup>693</sup>

<sup>691</sup> BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias*. Op. cit., p. 63.

<sup>692</sup> BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias*. Op. cit., p. 63.

<sup>693</sup> *Diário Oficial*, Manaus, n. 6, 11 de setembro de 1927.

A notícia publicada no *Diário Oficial* de 11 de setembro de 1927 nos fornece uma visão estimada sobre a história da *Sociedade Protetora das Artes Gráficas do Amazonas* (SPAGA), fundada em setembro de 1910, na cidade de Manaus. A agremiação de cunho beneficente, segundo os seus estatutos, defendia os interesses dos trabalhadores do setor gráfico no Amazonas.

A reunião de fundação da sociedade foi, sem dúvida, motivo de grande alegria para os trabalhadores no Amazonas. Representava a dedicação dos membros fundadores e a visão de manter uma sociedade digna desde o início de suas atividades. A primeira reunião da sociedade foi marcante pela presença de diversos artistas gráficos e, conforme foi destacado na publicação comemorativa, fazia eco na fala dos trabalhadores a importância que a sociedade atribuía à união e colaboração entre seus membros.<sup>694</sup> Durante os meses de outubro e novembro de 1910, tornou-se recorrente na imprensa comercial a publicação de convocatórias para que os trabalhadores gráficos participassem da construção da sociedade em Manaus.<sup>695</sup>

Na assembleia de fundação, os participantes debateram temas relacionados à nova organização e elegeram a primeira diretoria, que atuaria de maneira provisória. Os novos membros assumiram a responsabilidade de conduzir a agremiação durante o período de elaboração dos estatutos e de coordenar as ações da sociedade em Manaus. A diretoria provisória, eleita no dia 11 de setembro de 1910, tinha como dirigentes:

Presidente – Alfredo Gonçalves Bahia; Secretário – Rodolpho Gomes da Silva; Tesoureiro – Adolpho José da Costa; Orador – Manoel Lourenço da Silva; Conselho Fiscal – José Lupércio Altair dos Santos, Francisco Fonseca, Theophilo Medeiros Dias.<sup>696</sup>

A administração da SPAGA consistia em uma mesa da Assembleia Geral, composta por 4 membros, incluindo presidente, vice-presidente e dois secretários. Além disso, compunha uma diretoria administrativa composta por 10 membros, abrangendo presidente, vice-presidente, dois secretários, tesoureiro, procurador, orador e três suplentes. Ainda, um Conselho Fiscal, formado por 3 membros, também integrava a estrutura organizacional. Vale ressaltar que a sociedade estabelecia restrições de não

---

<sup>694</sup> Compareceram na reunião, os artistas gráficos: Alfredo Gonçalves Bahia, Adolpho José da Costa, Antonio Rocha, Athanasio Mecena, Domingos Baptista Guedes, Francisco Fonseca, Gordiano Costa, Hugo Zuany, Joaquim José de Mello, Joaquim Azpilicueta Isturiz, João Cursino de Oliveira Góes, José Rufino de Oliveira, José Lupercio Altair dos Santos, José Leonardo da Silva, Levindo Gomes, Nemezio Magno Rodrigues, Rodolpho Gomes da Silva, Samuel Rodrigues, Sergio Vieira Cardoso, Santino Aranha Chacon, Theophilo Medeiros Dias, Themistocles Reis. *Diário Oficial*, Manaus, nº6, 11 de setembro de 1927.

<sup>695</sup> *Correio do Norte*, Manaus, n. 549, 24 de setembro de 1910. *Correio do Norte*, Manaus, n. 567, 16 de outubro de 1910. *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 2385, 26 de novembro de 1910.

<sup>696</sup> *Diário Oficial*, Manaus, n. 6, 11 de setembro de 1927.

permitir a eleição conjunta de indivíduos com laços parentais por consanguinidade, afinidade ou adoção.

Ao longo de nossa pesquisa, realizamos o mapeamento de uma parcela das diretorias eleitas entre 1910 e 1927. Essa análise ganha relevância ao possibilitar refletirmos sobre a dinâmica de rotatividade dentro da associação, permitindo uma visão mais ampla sobre a participação desses trabalhadores nos movimentos sociais na cidade.

**Quadro 6** -Relação das diretorias da SPAGA (1911-1927)

1.º Diretoria efetiva, que tomou posse em 02/02/1911 (ano de mandato 1911)	
Assembleia Geral – Presidente	Francisco da Fonseca
Assembleia Geral - vice-presidente	Silvestre Costa
Assembleia Geral – 1.º secretário e 2.º secretário	Antônio Rocha Domingos Guedes
Diretoria – Presidente	Nemezio Magno Rodrigues
Diretoria - Vice-Presidente	Joaquim Melo
Diretoria – 1.º Secretário e 2º Secretário	Rodolfo Silva e Cursino Gama
Diretoria – Tesoureiro	Adolpho Costa
Diretoria – Procurador	Joaquim Azpilicueta
Diretoria – Orador	Levindo das Neves Gomes
Diretoria – Suplentes	Manoel Rodrigues, Sergio Cardoso, Athanázio Mecnas
Conselho Fiscal	Theodomiro de Britto, Theóphilo de Medeiros, Demétrio R. Vieira
2.º Diretoria eleita – 10/12/1911 (ano de mandato 1912)	
Assembleia Geral – presidente	Manoel Lourenço da Silva
Assembleia Geral - vice-presidente	Theodomiro de Britto
Assembleia Geral – 1.º secretário e 2.º secretário	Sebastião Leite Biscaia, Virgílio Capistrano de Vasconcelos
Diretoria – Presidente	Nemezio Magno Rodrigues
Diretoria - Vice-Presidente	Theófilo Medeiros
Diretoria – 1.º Secretário e 2.º Secretário	Leopoldino Oliveira, Alfredo Gonçalves Bahia
Diretoria – Tesoureiro	Adolpho G. da Costa
Diretoria – Procurador	Zacarias Mathiniense de Oliveira
Diretoria – Orador	Domingos Batista Guedes
Diretoria – Suplentes	João Cursino de Oliveira, José Gondino Ferreira, José dos Santos
Conselho Fiscal	Francisco da Fonseca, Augusto Cezar dos Santos, Athanázio Mecena
3.º Diretoria eleita – 30/12/1913 (ano de mandato 1914)	
Assembleia Geral – presidente	Theodomiro de Brito
Assembleia Geral – Vice-presidente	Tércio Miranda
Assembleia Geral – 1.º Secretário e 2.º secretário	Demingos Baptista e Leopoldino Oliveira
Diretoria – presidente	Nemezio Rodrigues
Diretoria - Vice-presidente	José Leonardo
Diretoria – 1.º Secretário e 2.º secretário	Sergio Cardoso e Vicente Medeiros
Diretoria – Tesoureiro	Castro Leão
Diretoria – Orador	Fernandes Varella
Conselho Fiscal	Leite Biscaia, F. da Fonseca e Gordiano Costa
Diretores	Santiano Aranha, Nicoláo Pimentel e João Holmes
Diretoria eleita - 1919 (ano de mandato 1919)	

Assembleia Geral – Presidente	Raymundo Vasconcellos
Assembleia Geral – Vice-presidente	Virgilio Carneiro
Assembleia Geral – 1.º Secretário e 2.º secretário	Pedro A. de Amorim e Gordiano Costa
Diretoria – Presidente	Theophilo de Medeiros Dias
Diretoria - Vice-presidente	José dos Santos
Diretoria – 1.º secretário	Aurelio Feitosa
Diretoria – 2.º secretário	Athanagildo Mello
Diretoria - Tesoureiro	Isaías Reis
Diretoria – Orador	José Cruz
Conselho Fiscal	José Pimenta, Rocque Peixoto e Santino Aranha
Diretoria eleita - 1920 (mandato de 1920)	
Assembleia Geral – Presidente	Raymundo Vasconcellos (reeleito)
Assembleia Geral – Vice-presidente	Sergio Cardoso
Assembleia Geral – 1.º Secretário e 2.º secretário	Athanagildo Mello e Cícero Barbosa
Diretoria – Presidente	Theophilo Medeiros Dias (reeleito)
Diretoria - Vice-presidente	José Cruz
Diretoria – 1.º secretário e 2.º secretário	Luiz Lyra Amorim e José Nicolay da Silva Pimentel
Diretoria – Tesoureiro	Isaías Reis (reeleito)
Diretoria – Adjunto	José Pimenta
Diretoria – Orador	Joaquim Azpilicueta
Conselho Fiscal	Athanazio Mecena, José dos Santos e Virgilio Travassos Martins Carneiro
Diretores	Santino Aranha Chacon, Joaquim José de Mello e Jahaziel Araújo
Diretoria eleita – 1924 (Mandato 1924)	
Assembleia Geral – Presidente	Athanagildo Mello
Assembleia Geral – Vice-presidente	Santyno Aranha Chacon
Assembleia Geral – 1.º Secretário e 2.º secretário	Roque Peixoto e José Luciano
Diretoria – Presidente	Sergio Vieira Cardoso
Diretoria - Vice-presidente	Nicolau Pimentel
Diretoria – 1.º Secretário e 2.º secretário	Luiz Lyra de Amorim e Domingos Batista Guedes
Diretoria – Tesoureiro	Bernardo Souza
Diretoria – Orador	Francisco Aranha Chacon
Diretores	Godofredo Silva, Joaquim de Castro Carneiro e Francisco Malheiros Borges
Conselho Fiscal	Gordiano Phinadelpho da Costa, Alfredo Andrade e Manoel Ferreira
Diretoria eleita – 1927 (mandato de 1927)	
Diretoria – Presidente	Sergio Cardoso
Vice-Presidente	José Nicoláo da Silva Pimentel
1.º secretário e 2.º secretário	Aurelio Feitosa, Luiz Lyra de Amorim
Thesoureiro	Bernardo Sousa
Orador	Francisco Aranha Chacon
Assembleia Geral – Presidente	Athanagildo de Mello
Vice-presidente	Santinho Aranha Chacon
1.º Secretário e 2.º Secretário	José Luciano, José Lupercio dos Santos
Conselho Fiscal	Joaquim Carneiro, Godofredo Servulo, Manoel Ferreira da Silva

**Fonte:** *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 de dezembro de 1910; *Jornal do Commercio*, n. 2747, Manaus, 12 de dezembro de 1911; *Jornal do Commercio*, n. 3477, Manaus, 31 de dezembro de 1913; *Jornal El Hispano-Amazonense*, n. 55, Manaus, 31 de maio de 1919; *Jornal do Comércio*, n. 5652, Manaus, 27 de

janeiro de 1920; *Jornal do Commercio*, n. 7098, Manaus, 16 de fevereiro de 1924; *Diário Oficial*, Manaus, n. 6, 11 de setembro de 1927.

Para avaliar a dinâmica de rotatividade entre os diretores, podemos examinar quantas vezes um mesmo nome aparecia em diferentes anos. Ao analisar a tabela, observamos um rodízio entre os dirigentes, já que diversos nomes apareciam em múltiplos anos, indicando certa continuidade nas lideranças ao longo dos distintos mandatos. Entretanto, uma análise mais aprofundada de novos membros em comparação com os que permanecem se faz essencial para obter uma visão mais precisa sobre a evolução da composição da diretoria ao longo do tempo.

Adhemar da Silva Junior propõe uma perspectiva contrastante ao analisar o contexto no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, havia uma relativa escassez de indivíduos interessados em assumir cargos de liderança nas agremiações operárias, motivada por razões particulares e profissionais.<sup>697</sup> Observa-se, por exemplo, que na *Sociedade Protetora das Artes Gráficas do Amazonas*, havia uma tendência à recondução de dirigentes em determinados cargos.

Exemplificando essa prática, Nemezio Magno Rodrigues assumiu a presidência da diretoria administrativa da sociedade em 1911, e foi reeleito para o mesmo cargo em 1912. De maneira semelhante, Isaias Reis foi eleito tesoureiro em 1919 e reconduzido para a mesma posição em 1920. Essas recorrências indicavam uma significativa continuidade de lideranças operárias dentro da agremiação das artes gráficas no Amazonas. Com isso, os dados evidenciam uma circulação e permanência de lideranças ao longo dos anos na referida entidade. Não obstante, essa observação não sugeria ausência de disputas ou conflitos internos. A presença persistente de determinados membros na diretoria em várias ocasiões, mesmo sem uma clara intenção de permanência (o que podemos apenas supor), ocasionalmente gerou desafios para a representatividade e a democracia no interior dessas sociedades.

A sociedade progrediu rapidamente nos primeiros meses de sua existência, garantindo aos seus membros benefícios fundamentais aos trabalhadores gráficos. O mês de setembro de 1911, ano em que se comemorou o primeiro aniversário da sociedade, foi marcado pela publicação de uma polyanthéa dedicada à data e ao trabalho da SPAGA. Esta publicação, que contou com a colaboração de diversos membros e apoiadores da sociedade, demonstrava o compromisso da organização em divulgar suas realizações e

---

<sup>697</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004, p. 257.

atrair apoio para sua causa. O artigo escrito pela diretoria, tinha os seguintes dizeres sobre o dia 11 de setembro:

Como homenagem a data de hoje, que marca o primeiro aniversário da Sociedade Protetora das Artes Graphicas do Amazonas, resolvemos publicar esta *polyanthéa* toda dedicada aquele que comungando conosco na defesa e levantamento da classe operária, tem contribuído com seus esforços no sentido de colocá-la no lugar que de muito lhe está designado na sociedade culta. [...]

E ela ali está, cada dia mais vigorosa, cada dia mais forte e cada dia mais prospera. Há um ano que intemeratos e arrastando com toda a sorte de interesses inconfessáveis, tantas vezes demonstrados por muitos de nossos companheiros, vimos tentando essa brilhante campanha, sempre convictos da nossa vitória e da sublime conquista de nossos ideais. De facto está fundada no Amazonas a *Sociedade Protectora das Artes Graphicas* e hoje comemora o seu primeiro aniversário com festivas saudações e geral contentamento dos seus associados, e esse contentemente, essas manifestações jubilosas, estamos certos de que acharão guarida no coração daqueles que, nobres pelo interesse que revelam pela defesa das boas causas sabem sentir, como nós outros, o lenitivo que traz para as nossas dores o balsamo sacrossanto do dever cumprido. [...].<sup>698</sup>

Na noite de celebração, o salão nobre do palacete da *Associação dos Empregados no Comércio*, destinado à sede social, estava ricamente ornamentado e iluminado, pronto para receber os associados em uma sessão festiva. A participação dos sócios e convidados foi expressiva, lotando o ambiente por volta das 8 horas. Os trabalhos foram iniciados por José Lupério Altair dos Santos, vice-presidente da assembleia geral em exercício, que convidou seus secretários Raymundo Pinheiro e Leite Biscaia, para que compusessem a mesa. Além deles, convidou-se para ser presidente de honra da reunião, o coronel Henrique Antony, um dos mais velhos tipógrafos presentes, mas este declinou da distinção para permitir que Manoel Lourenço da Silva, administrador técnico das oficinas gráficas da Livraria Clássica, assumisse seu lugar. Durante a solenidade, o orador da festa, Antonio Dias Martins, prestou saudações aos presentes, seguido pelo Dr. Esmeraldo Coelho, que proferiu uma conferência sobre a borracha na Amazônia. Também discursaram representantes de diversas associações de Manaus, parabenizando a associação pelo seu primeiro aniversário de fundação.<sup>699</sup>

Os escritos que compunham a *polyanthéa* de 1911, evidenciava o esforço dos associados em construir um discurso coletivo de afirmação operária e de celebração da conquista institucional. Os textos, assinados por diversos membros e colaboradores da

<sup>698</sup> *A Recordação*, Manaus, número único, 11 de setembro de 1911.

<sup>699</sup> *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 2655, 12 de setembro de 1911.

SPAGA, compartilhavam um tom enfático, fundado na retórica da luta, do progresso e da elevação moral dos gráficos. As metáforas da luz, da marcha, da aurora e da conquista se repetiam, criando uma unidade simbólica que associava a existência da entidade à redenção da própria dignidade do trabalho manual intelectualizado. Em quase todos os artigos, destacava-se a convicção de que a fundação da sociedade teria rompido com um ciclo de apatia, individualismo e fragmentação que ameaçava a coletividade tipográfica em Manaus.<sup>700</sup>

**Figura 18 - Polyanthéa A Recordação (1911)**



**Fonte:** *A Recordação*, Manaus, número único, 11 de setembro de 1911. Acervo do IGHA.

Outro traço marcante nos textos da polyanthéa era o uso recorrente de sentenças em tom aforístico, muitas vezes colocadas como máximas morais ao final dos artigos, como: “Das associações de socorros mútuos saíam lágrimas de alegria”, “a esmola humilha os vencidos das classes inferiores” ou ainda “com pequenas quotas pecuniárias, levantam-se edifícios colossais”. Essas frases, em sua dimensão performativa, atuavam como fórmulas de convencimento associativo, condensando valores de disciplina, união e recusa à caridade humilhante, característica que aproximava esse repertório da cultura mutualista brasileira da Primeira República. A insistência na ideia de que a associação era a via legítima para a conquista de direitos e para o amparo digno, demonstrava a existência de uma pedagogia operária em ação, voltada tanto internamente quanto à valorização pública da categoria.<sup>701</sup>

<sup>700</sup> *A Recordação*, Manaus, número único, 11 de setembro de 1911.

<sup>701</sup> *A Recordação*, Manaus, número único, 11 de setembro de 1911.



Nesse contexto, a polyanthéa se apresentava como um registro comemorativo, cuidadosamente elaborado para reforçar a força entre os membros da SPAGA. Ela projetava, ao mesmo tempo, uma memória de origem, um ideal de futuro e uma cartilha moral. O documento, ao ser publicado sob a forma impressa e distribuído entre os trabalhadores e simpatizantes, assumia também a função de educar, inspirar e convocar. Sua existência confirmava sua capacidade de produzir “sentidos coletivos”, e por meio das palavras, articulava e inscrevia sua história no espaço público.<sup>702</sup>

No ano seguinte, em 1912, a SPAGA resolveu realizar um grande festival na cidade em comemoração ao dia 1.º de Maio. Solicitou o fechamento das oficinas nesse dia, “a fim de que os artistas gráficos reunidos, pudessem[sic] manifestar o apoio de sua satisfação dentro da sua sede social, em ato solene”, possibilitando que os trabalhadores participassem da atividade.<sup>703</sup>

Oficinas como a do jornal *Correio do Norte* aderiram à ideia, retornando o ofício com a posição favorável à solicitação, “satisfazendo o patriótico apelo, declaramos que as nossas oficinas não funcionarão a 1.º de Maio.” O festival realizado pela sociedade foi acompanhado de uma sessão solene, sendo colocado nessa ocasião o retrato de Guttenberg, “o excelso artista que vivia na recordação perene dos filhos do trabalho, como aperfeiçoador e reformador da nobre e elevada arte”, feitura do artista Falconi que ficaria exposta na vitrine da “Casa Freitas”.<sup>704</sup>

A comemoração do dia 1.º de Maio para os trabalhadores gráficos filiados à SPAGA era prevista em estatutos, no artigo que trata das finalidades (art. 2.º, alínea e), que previam que a associação iria “comemorar ao alcance de suas posses, o aniversário de sua fundação, e o dia 1.º de Maio, consagrado ao operariado universal, cabendo a diretoria nomear uma comissão para tratar de cada um desses atos”.<sup>705</sup> Portanto, a data era vista como um dia “consagrado ao culto do trabalho, data afinal que todo aquele que vive em luta constante para a conservação e mobilização da família, como o operário, deve trazer bem gravada na alma”.<sup>706</sup> Era uma ocasião em que os gráficos aproveitavam para reunir os trabalhadores na cidade. Neste ano, organizaram um cortejo cívico que percorreu várias agremiações e redações, distribuindo boletins e convidando os trabalhadores a participarem da sessão solene da sociedade. À noite, na sede da sociedade,

<sup>702</sup> *A Recordação*, Manaus, número único, 11 de setembro de 1911.

<sup>703</sup> *Correio do Norte*, Manaus, n. 976, 25 de abril de 1912.

<sup>704</sup> *Correio do Norte*, Manaus, n. 978, 27 de abril de 1912.

<sup>705</sup> “Estatutos da Sociedade Protetora das Artes Graphicas do Amazonas”. IGHA, Armário I, caixa 15.

<sup>706</sup> *Correio do Norte*, Manaus, n. 980, 30 de abril de 1912.

reuniram-se os trabalhadores, com a presença de várias lideranças operárias e da conferência de Esmeraldo Coelho sobre a borracha:

Á noite na “Sociedade Protectora das Artes Graphicas do Amazonas”, realizou-se uma sessão solene presidida pelo sr. Dr. Astrolábio Passos, diretor da Escola Universitária, sendo por essa ocasião inaugurado na sala de sessões da mesma sociedade o retrato de Guttemberg.

Falou, Aspilicueta, numa vibrante oração contra a burguesia capitalizada. Por essa ocasião, o sr. Dr. Esmeraldo Coelho fez uma magnífica conferência sobre a borracha que, digamos de passagem, devia ter sido feita em ocasião mais adequada. Encerrada a sessão foram obsequiados os presentes com uma farta mesa de doces finos e “champanhe”, sendo erguidos, por essa ocasião, vários brindes.<sup>707</sup>

Inicialmente, os trabalhadores das Artes Gráficas, reuniam-se à rua Barroso, n. 28. No ano de 1912, já consolidada, a sociedade passou a atuar em sua sede própria, no n. 7 da mesma rua. Em 1913, localizou-se a sociedade em outro endereço, na rua José Paranaguá, n. 42. Se considerarmos o tempo de vida das associações de trabalhadores no Amazonas, podemos afirmar que a SPAGA, teve uma vida relativamente longa, uma vez que observa-se sua existência até o ano de 1927.

A sociedade em análise cumpria uma importante função na assistência aos seus associados, abrangendo diversas situações, conforme estipulado no artigo 35 de seus estatutos, aprovado em 1910. Os benefícios oferecidos pela sociedade incluíam:

- a) Em caso de moléstia grave, que impossibilitasse para o trabalho por mais de 15 dias, concedendo aos mesmos uma diária de 3\$000, ajuda médica e farmacêutica;
- b) Promover a defesa daqueles que se acharem incursos em penas criminais, de conformidade com a alínea *d* do artigo 2º, correndo as despesas por conta da Sociedade;
- c) Em caso de morte de qualquer sócio, quite com os cofres sociais, e sua família ou representante desta, receberá o fundo mortuário a que tiver direito, de conformidade com o artigo 33.<sup>708</sup>

A solidariedade era um princípio intrínseco à experiência dos trabalhadores, conforme evidenciado nos estatutos da SPAGA. No artigo 2.º, inciso *f*, os estatutos expressamente delineavam a intenção de “procurar estreitar os laços de solidariedade com as sociedades congêneres do país e do estrangeiro”. Essa disposição refletia o compromisso da sociedade em cultivar relações solidárias não apenas no âmbito local, mas também em escala nacional e internacional.

<sup>707</sup> *Correio do Norte*, Manaus, n. 991, 2 de maio de 1912.

<sup>708</sup> “Estatutos da Sociedade Protectora das Artes Graphicas no Amazonas”. IGHA, Armário I, caixa 15.

A união e a solidariedade eram características frequentemente observadas dentro da categoria dos artistas gráficos do Amazonas. Em situações que resultavam em greves e fechamento de oficinas, observa-se que havia uma cooperação e solidariedade entre os trabalhadores como elementos práticos que permeavam as interações e decisões da sociedade.

Em outubro de 1919, uma greve pacífica dos trabalhadores da imprensa foi iniciada em Manaus, tendo como foco o jornal *A Imprensa*. Durante o ocorrido, foi formada uma comissão de operários da SPAGA que seria responsável por acompanhar os movimentos de paralisação e manter a todos informados dos fatos. A greve dos trabalhadores ocorreu devido aos atrasos salariais não resolvidos pela direção do jornal. No dia 14 de outubro de 1919, foi publicada no *Jornal do Commercio* a seguinte nota:

Uma comissão de operários da Sociedade das Artes Graphicas veio declarar-nos que os operários d'A Imprensa continua em greve pacífica, visto a direção desse órgão não ter dado ainda as necessárias providências sobre o pagamento de seus vencimentos em atraso.

Acrescentou-nos que o referido jornal circulará, hoje, porém confeccionado por alguns lynotipistas das oficinas do Diário Oficial e que ontem a corporação tipográfica da Imprensa enviou um telegrama ao governador dando ciência da situação em que se encontra.<sup>709</sup>

No dia seguinte, a greve continuou, com os trabalhadores da imprensa aguardando o pagamento pendente. Em notícia veiculada no mesmo jornal, foi informado pela comissão que os trabalhadores linotipistas do *Diário Oficial* estavam dispostos a aderir à greve, declaração que imediatamente levou o governador a chamá-los para uma reunião. A reunião ocorreu com a presença de 3 linotipistas, que informaram os motivos da greve pacífica, declarando que apoiavam os demais trabalhadores em suas pautas.<sup>710</sup>

No desenrolar dos acontecimentos, a SPAGA informou que uma comissão de operários da imprensa retomou suas atividades após a direção do jornal realizar o pagamento integral dos salários em atraso, referentes a três semanas, e prometer providências sobre a dívida anterior. A comissão expressou gratidão pelo espaço disponibilizado pelos veículos de comunicação para que eles pudessem informar a população sobre o caso.

Em 1920, os trabalhadores da imprensa oficial novamente declararam-se em greve, pelos mesmos motivos, atraso no pagamento dos salários dos trabalhadores. Em notícia veiculada no *Jornal do Comércio*, era relatado o ocorrido:

<sup>709</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5549, 14 de outubro de 1919.

<sup>710</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5550, 15 de outubro de 1919.

Uma comissão veio declarar-nos que o pessoal das oficinas daquela repartição continua em greve pacífica, porque o respectivo diretor não tomou, até ontem, a menor providência, relativamente ao pagamento de seus salários em atraso.

A referida comissão também nos participou que a Sociedade das Artes Graphicas está patrocinando a sua causa, dentro dos limites da lei, devendo realizar-se, hoje, as dezessete e meia horas, uma sessão de assembleia geral de todos os operários gráficos, em sua sede, a fim de tratar de medidas atinentes ao caso.<sup>711</sup>

A greve iniciada em 9 de outubro de 1920, deliberada em assembleia geral organizada pela SPAGA, recebeu apoio dos trabalhadores da imprensa que, solidários com os trabalhadores da Imprensa Oficial, resolveram declarar-se em greve pacífica. As greves de 1919 e 1920 não apenas elucidavam as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores dos jornais na época, mas também destacavam a solidariedade e a união presentes entre os trabalhadores da imprensa e das artes gráficas. A organização prezava por manter-se unidos contra as injustiças que assolavam a categoria, sobretudo quanto às condições de vida e trabalho.

### 6.3. SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS E SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TIPOGRAFIA

A cidade de Manaus, na segunda década do século XX, encontrava-se em um momento de desafios, marcado principalmente pela decadência da economia gomífera, o que resultou em significativas dificuldades para a população em geral. Esse cenário desafiador foi um dos motivos que impulsionaram a formação e o fortalecimento de organizações por ofício e pluriprofissionais de trabalhadores. Além dos tipógrafos, diversas outras categorias uniram-se em associações para buscar melhores condições de vida e trabalho. Nesse contexto, surgiram novas entidades, algumas das quais se diferenciavam das associações exclusivamente beneficentes, apresentando-se como sindicatos.

O *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos* (STG) foi fundado na cidade de Manaus no ano de 1914, fruto da mobilização dos trabalhadores que iniciou as articulações no dia 12 de julho daquele ano, na sede da Federação Marítima, comparecendo na primeira reunião aproximadamente trinta tipógrafos.

Na sede da Federação Marítima reuniu ontem a Sociedade das Artes Gráficas, comparecendo para mais de trinta tipógrafos. Depois de falarem diversos oradores, foi proposta a criação de uma nova

---

<sup>711</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 5904, 08 de outubro de 1920.

sociedade com o título Sindicato de Trabalhadores Gráficos, o que ficou unanimemente aprovado.<sup>712</sup>

A criação do sindicato reuniu numerosos trabalhadores de diversos grupos pertencentes à categoria, os quais passaram a se organizar coletivamente. Logo após o nascimento do STG, os dirigentes encamparam mobilizações, participando de comissões e representando os trabalhadores em suas demandas sociais. No jornal *A Lucta Social*, foi publicado um texto em que afirmava que o primeiro desejo dos que constituíam um sindicato:

Era criar uma força capaz de resistir as exigências patronais. Quer dizer: o agrupamento tornar-se naturalmente, no terreno econômico, sem a necessidade de uma ideia preconcebida; são interesses que estão em jogo; e todos os operários que têm interesses idênticos aos do agrupamento, podem filiar-se nele, sem necessidade de declararem quais são as suas ideias em matéria filosófica, política ou mesmo religiosa.<sup>713</sup>

Esse desejo foi percebido no dia 3 de setembro de 1914, quando publicaram no *Jornal do Comércio* uma notícia que tratava sobre a visita de duas comissões do STG para informar que a empresa *Amazonas* estava se recusando a pagar os salários dos seus operários:

Tivemos em nossa redação, ontem, duas comissões do “Sindicato dos Trabalhadores Gráficos”. A primeira, composta dos srs. Rodolpho Silva, José Fernandes, Atanásio Mecnas, Antonio Rocha e Antonio Leão, nos veio dizer que a empresa do “Amazonas” se recusará a pagar os salários dos seus operários, pelo que continuava firme a resolução de não mais ali continuar a trabalhar, pretendendo pelos meios jurídicos compelir aquela empresa ao pagamento.

A outra comissão, de que faziam parte os srs. Joaquim Azpilicueta, Ananias Linhares, Tércio de Miranda, Antonio Dias Martins e Baptista Guedes, referiu-nos que, de acordo com o “Sindicato dos Trabalhadores Gráficos”, procurará a empresa do “Amazonas” e que esta, depois de marcar-lhe uma entrevista, se negará a recebê-la para tratar do caso dos operários atrasados em oito semanas de férias.<sup>714</sup>

Observa-se certa autonomia das comissões frente à atuação do sindicato em Manaus. Nota-se também na publicação anterior que a ação dos trabalhadores não se limitava apenas à reclamação, eles propunham uma ação de não continuar a trabalhar na empresa naquelas condições, pretendendo, pelos meios jurídicos, receber os seus vencimentos.

<sup>712</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 3668, 13 de julho de 1914.

<sup>713</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

<sup>714</sup> *Jornal do Comercio*, Manaus, n. 3720, 3 de setembro de 1914.

O STG possuía vínculo com a *Confederação Operária Brasileira* (COB), seguindo as diretrizes dos Congressos Operários ocorridos em anos anteriores ao seu nascimento. No II Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1913, a única agremiação do Amazonas a participar foi a *Associação das Artes Gráficas*, sendo representada pelo trabalhador Rozendo dos Santos.<sup>715</sup> Essa informação traz elementos importantes que precisamos observar. Primeiramente, a respeito da relação entre a associação no Amazonas e a *Confederação Operária Brasileira*, nos estatutos da organização, no capítulo que trata sobre a “organização e fins”, no artigo 1 era anunciado que:

Aceitando o Pacto Social estatuído na C. O. B. (Confederação Operaria Brasileira) a classe gráfica em reunião geral, efetuada a 12 de julho de 1914, na sede da Federação Marítima, resolveu organizar uma agrupação, que corresponda às necessidades e aspirações do momento, denominado Sindicato dos Trabalhadores Gráficos.<sup>716</sup>

A *Confederação Operária Brasileira* tinha duas divisas: bem-estar e liberdade. O sindicato dos gráficos em Manaus seguia tais orientações. É interessante ponderar a finalidade da nova organização, que tinha como escopo promover a união entre os trabalhadores, fazer a propaganda associativa e estreitar os laços de solidariedade:

A) Promover a união de todos os membros associados da classe gráfica desta cidade e procurar por todos os meios modificar as suas condições morais, econômicas e profissionais; B) Promover a propaganda associativa e a educação, por meio de reuniões sociais, conferências e palestras educativas, criando ainda uma biblioteca que possa ser frequentada pelos seus associados; C) Estreitar os laços de solidariedade com o operariado em geral, apoiando qualquer movimento reivindicador, não só da sua classe, como de qualquer outra.<sup>717</sup>

Deste modo, podemos afirmar que a escolha pelo formato organizacional do sindicalismo revolucionário ocorreu seguindo uma determinação de mobilização nacional entre os trabalhadores, tanto que era previsto para o sindicato agir “em conformidade com as bases estatuídas pela C.O.B., nomear delegados as suas federações, ficando filiados no seu organismo central”. Assim, um dos grandes objetivos desse formato de organização no âmbito local era a proposição de um federalismo e a luta pela transformação social.

Destarte, o sindicato previa a proibição de filiação a qualquer escola política ou religiosa e seguia a orientação de que, para a admissão de membros, poderiam filiar-se

---

<sup>715</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*, 1979. Op. cit.,

<sup>716</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 1 de setembro de 1914.

<sup>717</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 1 de setembro de 1914.

somente operários gráficos, não havendo títulos honoríficos, de espécie alguma, como eram previstos em outras sociedades. Assim, dentre as atribuições da administração do sindicato, estava “estabelecer correspondência com as diversas associações do mesmo ofício, a fim de poder informar o sindicato das condições de existência do operariado gráfico em todo o país”,<sup>718</sup> e “obter e facultar ao sindicato documentos e informações sobre o movimento internacional operário”.<sup>719</sup>

Uma das ações defendidas pelo sindicalismo revolucionário era a realização de greves. Em conformidade com os ideais apresentados no II COB, nos estatutos do STG de 1914, a greve era vista como o único meio de garantir resultados às mobilizações:

Art. 11. O Sindicato aceita a ação direta, procurando resolver, todas as questões dos sindicatos ou da classe, diretamente com os interessados; não tem procuradores, nem admite a intervenção de estranhos nos seus negócios internos. *Artigo 12º* - O Sindicato aceita a greve parcial ou geral, como único meio, de melhor fazer vencer as suas reclamações.<sup>720</sup>

A solidariedade era uma prática prioritária entre os trabalhadores gráficos, recebendo financiamento próprio para essa finalidade. Segundo os estatutos, era prevista a destinação de 60% dos seus recursos para a solidariedade geral, que englobava “auxílio para a greve, desemprego, doença ou prisão”.<sup>721</sup> A unidade entre eles era refletida, inclusive, na estrutura administrativa da entidade. O sindicato não se compunha de uma diretoria nos moldes tradicionais, com presidente, vice, secretário e tesoureiro. A administração da entidade era formada por um Conselho Sindical, responsável pela organização dos trabalhadores e por fiscalizar qualquer represália dos patrões e autoridades aos trabalhadores, caso ocorresse, as demandas seriam levadas para assembleia geral e assim, em coletividade, tomavam as devidas providências. O sindicato também garantia em seus quadros uma Comissão de Vigilância, que informava as questões das oficinas para o Conselho Sindical. Na comissão, participavam um delegado de cada oficina, que poderia convocar reunião do conselho, sempre que entendesse que fosse necessário, em sessão especial, não sendo obrigatório ir ao conhecimento da assembleia geral, ou seja, tinham certa autonomia na execução do trabalho.<sup>722</sup> Outro ponto interessante de analisar, diz respeito a instrução, uma das finalidades primordiais do sindicato, em seus estatutos, no artigo 9.º de que tratava sobre os fundos do sindicato, era

<sup>718</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 1 de setembro de 1914.

<sup>719</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 1 de setembro de 1914.

<sup>720</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 1 de setembro de 1914.

<sup>721</sup> “Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de setembro de 1914.

<sup>722</sup> “Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de setembro de 1914.

prevista a destinação de 30% dos seus recursos para a propaganda, manifestada nas publicações de boletins mensais, principalmente, e destinados para a educação dos trabalhadores.<sup>723</sup>

Uma questão que buscamos analisar mais detalhadamente foi se a *Sociedade das Artes Gráficas* e o *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos* estiveram em funcionamento simultâneo na cidade de Manaus e como as lideranças operárias se envolviam nas duas agremiações. De fato, nos jornais que circulavam em Manaus, nos anos de 1914 e 1915, a Sociedade dos Gráficos divulgava notas de convocação para a participação de seus membros em reuniões, as quais tinham como pauta a apresentação de relatório, prestação de contas, sessão de eleição de nova diretoria, posse e discussões sobre assuntos de interesse dos associados.

De acordo com a alínea segunda, art. 32, do estatuto em vigor, realizar-se-á amanhã, as 8 e ½ horas do dia, a av. Eduardo Ribeiro, n. 64, a sessão de assembleia geral, para empossar os companheiros eleitos na direção dos trabalhos desta sociedade durante o corrente ano.

Sendo esta reunião de grande transcendência social, na qual será minuciosamente demonstrado o estado financeiro econômico, torna-se de imperiosa necessidade o comparecimento de todos os colegas afim de prosseguir na luta empenhada a nossa emancipação. Manáos, 10 de janeiro de 1914. Joaquim Azpilicueta, Presidente.<sup>724</sup>

Nesse ínterim, notamos que a presença do sindicato na imprensa continuou registrada, tanto na imprensa comercial, quanto na imprensa operária. Vale ressaltar que identificamos uma circulação constante de lideranças operárias entre as duas agremiações, por exemplo, a de Tércio Miranda.<sup>725</sup> Em uma reunião da *Sociedade das Artes Gráficas* realizada no ano de 1915, Tércio Miranda foi o responsável pela condução da solenidade da sociedade em comemoração ao seu aniversário:

*Sociedade das Artes Graphicas* - A sociedade acima solenizou, anteontem as vinte horas, o quinto aniversário de sua fundação. Aberta a sessão, sob a presidência do sr. Tercio Miranda, foi convidado o primeiro secretário geral da União dos Alfaiates para secretariar a referida sessão. Foi concedida a palavra ao sr. Tercio Miranda, que se

<sup>723</sup> “Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos”. *A Lucta Social*, Manaus, 1 de setembro de 1914.

<sup>724</sup> *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 3487, 10 de janeiro de 1914.

<sup>725</sup> O militante Tércio Miranda aparece na cena histórica amazonense, como sendo uma das lideranças libertárias com maior atuação na propaganda e na organização dos trabalhadores. Nascido em Portugal, Tércio chegou em Manaus por volta de 1912/1913. Participou do segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1913, ocasião que assumiu a função de delegado especial da Confederação Operária Brasileira para organizar os trabalhadores no Norte. Para mais informações, consultar artigo do historiador Luciano Everton Costa Teles: TELES, Luciano Everton Costa. Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914). *Revista Mundos do Trabalho*, Porto Alegre, vol. 9, n. 17, jan-jul de 2017.



explanou longamente, fazendo o elogio de Gutemberg e de sua invenção, sendo muito aplaudido pelos presentes. O associado Araújo Viana apresentou uma moção de solidariedade aos operários gráficos do Porto sobre o último movimento ali havido. A sessão foi encerrada as vinte e três horas.<sup>726</sup>

Encerrando esta seção, abordaremos o *Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia* (STT), fundado em 1926 na cidade de Manaus. Essa entidade contava em seu quadro social com filiados de diversas ramificações gráficas, não se limitando apenas aos tipógrafos. Essa amplitude, no entanto, levou o sindicato a receber duras críticas.

(...) Ultimamente, em 1926, fundou-se o “Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia” (aliás título impróprio em virtude de abranger todas as ramificações gráficas e não só a tipografia como o título indica), mas como essa iniciativa não podia fugir á sole de tantas anteriores, ao princípio tudo era atividade e trabalho em prol do Sindicato (...).<sup>727</sup>

Em notícia veiculada na edição especial do jornal *O Primeiro de Maio*, localizou-se um artigo escrito por J. Luciano, em que fazia duras críticas ao sindicato, afirmando ser este uma classe desunida. Um dos argumentos levantados por Luciano apontava que uma das razões da desunião e dos problemas que enfrentavam dava-se pelo fato de que ela não era uma associação fechada somente para uma categoria profissional, como estava sendo, em sua perspectiva, a *Associação Beneficente dos Empregados da Manáos Tramways*. Segundo J. Luciano:

A “Associação Beneficente dos Empregados da Manáos Tramways”, que não tendo ainda um ano de existência é, contudo, um modelo de associação de classe. E não se julgue que se fecham no mutismo oficial sério, rude do trabalhador quotidiano, não! Cultivam os desportos em sua própria sede, incluem-lhe divertimentos que atraem os associados e que lhe fazem esquecer as fadigas do trabalho exaustivo que praticam diariamente.<sup>728</sup>

Além da crítica a respeito da abrangência da associação, J. Luciano salientou que era importante focalizar e fazer da associação um espaço em que fosse melhorados os benefícios, a educação moral e que propiciasse sociabilidade e lazer para os trabalhadores nas horas vagas, uma associação que fosse “realmente atraente para o trabalhador gráfico”, sem esquecer daqueles que um dia “sacrificaram a vida, a família, o futuro, sem ser em proveito próprio”<sup>729</sup>, e que, como resultado, os trabalhadores usufruíam dos benefícios desses sacrifícios.

<sup>726</sup> *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 4090, 14 de setembro de 1915.

<sup>727</sup> *O Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 1 de maio de 1928.

<sup>728</sup> *O Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 1 de maio de 1928.

<sup>729</sup> *O Primeiro de Maio*, Manaus, edição especial, 1 de maio de 1928.

No que dizia respeito à estrutura administrativa, o STT adotava a mesma abordagem seguida pelo STG. A administração era conduzida por um Conselho Fiscal, sendo a Assembleia Geral a instância máxima de deliberação. Em 1928, o sindicato emitiu uma nota no *Jornal do Comércio*, informando sobre a renovação dos quadros da direção.

Participou-nos o snr. Octavio da Câmara a fundação nesta cidade, em reunião realizada entre os gráficos de Manáos, do Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia, cujos dirigentes são representados por um conselho sindical, composto de doze membros, que são os seguintes: secretário geral, Octavio da Câmara; secretario-tesoureiro, Domingos da Cunha Elvas; diretores, Godofredo Sérvulo da Silva, José Nicoláo Pimentel, Henrique Bernardes, Eustácio José da Fonseca, Themístocles dos Reis, Raymundo Souza, Luiz Lyra de Amorim, Nestor Oliveira e Domingos Baptista Guedes.<sup>730</sup>

O snr. Henrique Souza, participou-nos a renovação do conselho executivo do Sindicato dos Trabalhadores em Tipografia, o qual ficou assim constituído: secretário geral, Henrique Souza; primeiro secretário, J. Nicoláo Pimentel; segundo secretário, José Luciano; tesoureiro, Luiz Lira de Amorim; diretores, Luiz Gonzaga Corrêa, Henrique Bernardes, José Luiz Martins, Domingos Elvas, Joaquim Lucena, Raymundo Silva, Godofredo Sérvulo da Silva e Gordiano Costa.<sup>731</sup>

Diante do exposto, é possível perceber o engajamento dos trabalhadores tipógrafos e gráficos na condução dos movimentos dos trabalhadores em Manaus. É perceptível a força de vontade e a orientação nas associações voltadas para esses segmentos que os levavam a acreditar que o resultado de sua organização seria a vitória. O STT manteve-se ativo até o ano de 1929, quando localizou-se uma nota em que felicitava e desejava boas festas ao *Jornal do Comércio*<sup>732</sup>. Após essa menção, não encontramos informações sobre sua atuação na cidade.

#### 6.4. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS OPERÁRIOS DA IMPRENSA PÚBLICA

Dentre as associações recentemente fundadas, temos essa cujo nome está gravado com título desta notícia que, apesar de ser uma pequena sociedade composta somente de Operários da Imprensa Publica e alguns empregados do Archivo e Bibliotheca, annexa a mesma repartição, vem sendo de grande utilidade para os seus associados, que já tem recebido alguns benefícios para cujo fim foi criada. Esta novel associação que foi fundada a vinte e dois de outubro de 1927, exclusivamente para beneficiar os seus sócios, tem a sua diretoria provisória, composta do srs: Alfredo Gonçalves Bahia, presidente;

<sup>730</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 7911, 30 de junho de 1926.

<sup>731</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8434, 22 de junho de 1928.

<sup>732</sup> *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8593, 6 de janeiro de 1929.

Edmundo Martins de Almeida, tesoureiro; Joaquim de Castro Carneiro, secretário.<sup>733</sup>

No dia 22 de outubro de 1927, surgiu em Manaus a *Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública* (ABOIP), caracterizada por sua natureza beneficente, como sugeria o nome. A composição da entidade incluía trabalhadores do arquivo, biblioteca e imprensa pública, abrangendo também aprendizes, que gozavam dos direitos de associados, embora não pudessem participar de votações nem se candidatar a cargos.

**Figura 19** - Alfredo Gonçalves Bahia - Presidente da ABOIP



**Fonte:** *O Primeiro de Maio*, Manaus, 1 de maio de 1928. Acervo LHIA-UFAM.

Entre os anos de 1928 e 1929, a direção da organização contava com os associados Alfredo Gonçalves Bahia, Joaquim de Castro Carneiro e Edmundo Martins de Almeida, assumindo os cargos de presidente, secretário e tesoureiro, respectivamente.<sup>734</sup> Conforme o relatório apresentado à Assembleia Geral em 2 de setembro de 1928, o quadro social era composto por 30 sócios, sendo 1 honorário, 26 fundadores e 3 efetivos. Vale destacar que o primeiro título honorário da associação foi concedido a Efigênio Ferreira de Salles, então governador do estado, que, segundo constava no relatório, “já experimentou as agruras por que passa um operário e deixou gravado, em nosso meio, o exemplo que deve seguir o homem trabalhador e honesto”.<sup>735</sup>

No ano de 1929, observamos alterações no quadro social da organização, conforme o relatório anual da associação. Nesse período, a entidade contava com 39

<sup>733</sup> *O Primeiro de Maio*, Manaus, 1 de maio de 1928.

<sup>734</sup> *Diário Oficial*, Manaus, n. 7, 23 de outubro de 1928.

<sup>735</sup> “Relatório da Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública”. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus, 02 de setembro de 1928. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Consultado em: 20 de dezembro de 2022.

associados, distribuídos entre 3 honorários, 26 fundadores e 10 efetivos. A principal mudança em relação aos dados apresentados no parágrafo anterior residia na inclusão dos senhores Manoel Osório Sá e do Capitão José Victor Sobrinho como sócios honorários, que se juntaram a Efigênio Salles.<sup>736</sup>

A associação buscava apoiar seus trabalhadores por meio de rendimentos destinados às benesses asseguradas aos sócios. Esses recursos eram subdivididos em categorias específicas, sendo o fundo de garantia direcionado para diversas operações de crédito realizadas com os associados, o fundo de movimento destinado a operações financeiras específicas e, por fim, o fundo de reserva, composto por diversas fontes de renda social, utilizado para suprir as necessidades dos fundos anteriores e promover o desenvolvimento social da entidade. Essas iniciativas evidenciavam o compromisso da entidade com o bem-estar e a assistência financeira de seus membros, em casos de necessidade. O perfil da organização era inteiramente beneficente e atendia às caixas de empréstimo, beneficente, funerária e de pensões. Segundo o artigo 4.º de seus estatutos, que trata da beneficência, previam que:

Art. 4.º – A associação procurará desempenhar a sua missão pelos seguintes meios, auxiliando os seus associados quando enfermos com a beneficência de: 1º classe: 6\$000 diários, durante o 1º mês; 4\$000 diários durante o 2º e 3º mês; 2\$000 diários, até o restabelecimento. 2º classe: 3\$000 diários, durante o 1º mês, 2\$000 diários, durante o 2º e 3º mês; 1\$000 diários, até o restabelecimento.<sup>737</sup>

Havia algumas regras para que os associados fossem contemplados com os benefícios, por exemplo, estar adimplente com a organização, possuir um parecer médico que atestasse que o trabalhador se encontrava em tratamento e prestar ao secretário as informações necessárias, caso fosse solicitado.<sup>738</sup>

#### 6.5. A IMPRENSA OPERÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES URBANOS EM MANAUS

A imprensa operária constituiu-se em um importante instrumento de organização dos trabalhadores, atuando em estreita sintonia com as associações. Para além das mobilizações, esses periódicos cumpriam a função informativa, divulgando atividades e acontecimentos de relevância local, nacional e internacional. Nesse contexto, o jornal

<sup>736</sup> “Relatório da Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública”. IGHA. Op. Cit.

<sup>737</sup> “Estatutos da Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública”. *Diário Oficial*, Manaus, n.8, 17 de março de 1928.

<sup>738</sup> “Estatutos da Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública”. Op. Cit.

operário configurava-se como um espaço privilegiado para a discussão das dimensões da vida cotidiana, tornando-se um aliado na articulação dos interesses coletivos.

No Amazonas, os primeiros jornais operários apareceram no final do século XIX e se estenderam com mais potência pelas primeiras décadas do século XX. É nesse período que se observa uma maior força editorial. Segundo a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, o surgimento dos jornais no Amazonas esteve intimamente ligado ao notável avanço da imprensa na região. Diversos periódicos, como *O Restaurador* (1890), *Gutenberg* (1891-92), *Operário* (1892), *Tribuna do Caixeiro* (1908-09), *Confederação do Trabalho* (1909), *A Lucta Social* (1914), *A União* (1914), *Folha Marítima* (1916), *O Constructor Civil* (1920), *Vida Operária* (1920), *Extremo Norte* (1920), edição especial *O Primeiro de Maio* (1928), entre outros, expressavam queixas de mestres contra aprendizes, de artesãos e industriais contra a concorrência estrangeira, apelos à organização em associação e ao socorro mútuo. Esses veículos refletiam os interesses e necessidades da classe trabalhadora, chegando também a abordar suas posições políticas.<sup>739</sup>

O espaço do jornal era um lugar onde se expressavam posições políticas, aconteciam debates teóricos e se fortaleciam as ideias. Conforme Luciano Teles, a imprensa operária pode ser considerada um dos pilares de assentamento da luta dos trabalhadores em Manaus. O ato de reunir trabalhadores na criação de um jornal representava uma ação de organização da classe, visando o convencimento dos trabalhadores de que existia uma alternativa para um mundo melhor.<sup>740</sup>

Para José Melo, o jornal como veículo de comunicação de massa apresenta três gêneros de informação, são eles: notícias (relatos ou comentário de acontecimentos); propaganda (informação destinada a influenciar pessoas para a adoção de atitudes ou aceitar ideias); e entretenimento (que objetiva divertir e passar tempo).<sup>741</sup> A imprensa operária caracterizava-se pela ênfase na propaganda de ideias e quase tudo que era impresso num jornal operário tinha esta finalidade, mesmo incorporando conteúdos de entretenimento e propaganda comercial.<sup>742</sup>

<sup>739</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A pena e a Forja: Jornais de Trabalhadores no Amazonas no século XIX. *Revista Esboços*, Florianópolis, v.21, n.31, p.251-278, ago, 2014, p. 257.

<sup>740</sup> Além do jornal, o autor destaca a importância da associação e dos partidos políticos, como instrumentos fundamentais de luta da classe trabalhadora. Teles, Luciano Everton Costa. *A Imprensa Operária no Amazonas (1891-1920): algumas dimensões*. Manaus: Editora UEA, 2020, p. 09.

<sup>741</sup> MELO, José Marques de. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo, pioneira, 1972, p. 91.

<sup>742</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892- 1923)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1990, p. 199.

De acordo com José Pacheco Pereira, para além do diferente conteúdo ideológico, o típico jornal operário, dividia-se em três partes principais: 1) Doutrina e teoria; 2) Conhecimentos úteis; e 3) Literatura: contos, folhetos, poemas etc. Os jornais operários seguiam este esquema. A parte doutrinal e teórica era constituída por artigos de propaganda associativa. Estes artigos eram, na maioria dos casos, longos e dissertativos, escritos em sua maioria, por colaboradores intelectuais e autodidatas. As secções de “Conhecimentos úteis” eram uma constante do jornalismo associativo e não resultavam necessariamente da influência de artesões preocupados com a melhora “artística” do seu trabalho.<sup>743</sup>

Os textos publicados na imprensa operária visavam, sobretudo, estimular o espírito de luta e a resistência dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e nas suas associações. Além disso, buscavam desmascarar a exploração exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores e desmistificar as instituições que colaboravam com o sistema capitalista. A intenção era também promover a mobilização em prol de melhores condições de vida, construindo uma imagem de um mundo isento de problemas sociais e estruturais, onde a felicidade e o bem-estar estavam ao alcance de todos. Nos periódicos, eram publicados trechos e artigos de teóricos do movimento, resoluções de congressos e conferências, assim como textos que ofereciam orientação tática para a luta dos trabalhadores. Além disso, eram divulgadas notícias do movimento operário, contribuindo para disseminar informações de seus interesses e fortalecer a consciência coletiva da classe trabalhadora.

A relevância atribuída aos jornais pelo movimento operário estava expressa inclusive em muitos estatutos de organizações operárias. Essas entidades extrapolavam os seus objetivos e finalidades, ou seja, a solidariedade de classe exercida por meio de auxílios, em casos de desemprego, doença, pagamento dos custos de enterros, entre outros. Era o caso da *Sociedade Benéfica União dos Foguistas de Manaus*, fundada em 1906, uma das entidades de trabalhadores mais estáveis do estado, que manteve suas atividades até, pelo menos, a década de 30. Em seus estatutos, no capítulo que aborda os objetivos da sociedade (art. 2), vemos que a entidade tinha como meta “desenvolver a propaganda escrita dos seus princípios por meio de um jornal, e promover conferências

---

<sup>743</sup> PEREIRA, José Pacheco. A origem do movimento operário no Porto. Op. cit., p. 142.

instrutivas em prol da classe”, reservando rendimentos próprios da entidade para cumprir esse propósito.<sup>744</sup>

Desenvolver a propaganda escrita por meio de um jornal, boletim informativo ou folhetos fazia parte da atuação de algumas associações. Pinheiro observa que tanto o *Gutenberg* quanto seu sucessor, *O Operário*, saíram das oficinas da Associação dos Artistas Gráficos, “então em processo de formação e cuja redação e oficina funcionavam na Praça 5 de Setembro”<sup>745</sup>. No editorial do programa, constava que o *Gutenberg*:

De exclusiva propriedade de uma associação artística tipográfica, órgão defensor das nossas causas, galgando um espaço singelo e desembaraçado no cunho das letras, artes, literatura e de tudo, emboscando louros e obras primas à história das suas revoluções.<sup>746</sup>

Para Pinheiro, a organização da categoria dos tipógrafos não era o único objetivo de *Gutenberg*. Desde o primeiro número, o jornal acalentava a ideia de empreender um processo de intervenção política mais audacioso: “organizar o operariado amazonense e criar mecanismo de atuação política, inclusive parlamentar, através da criação de um partido operário”.<sup>747</sup>

Por outro lado, o jornal *Operário*, surgiu em 1892, como continuação do jornal *Gutenberg*. Embora contasse com indivíduos que estavam por trás do jornal anterior, apresentava-se com outro nome e formato. Em seu programa, afirmava ser o “órgão especial da classe dos operários”, dedicando-se especialmente aos interesses gerais dos trabalhadores.<sup>748</sup> Quanto as questões políticas, declarava que “guardará sempre que puder a neutralidade, e quando porventura tenha de emitir os seus assertos fará com a máxima franqueza, não atendendo a outros interesses que os da comunidade”<sup>749</sup>. Semelhante ao *Gutenberg*, em suas folhas eram evidentes textos direcionados aos trabalhadores, abordando a sua participação na política e apresentando candidatos em nome do Partido Operário.<sup>750</sup>

Laura Antunes Maciel argumenta que, para compreendermos os investimentos na criação e manutenção de periódicos, precisam ser buscados “em sua própria experiência,

---

<sup>744</sup> “Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas”. PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma. 2017<sup>a</sup>. p. 316.

<sup>745</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1889-1920)*. 3. Ed. – Manaus: EDUA, 2015, p. 172.

<sup>746</sup> *Gutenberg*, Manaus, anno I, n. 1, 15 de novembro de 1891.

<sup>747</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 182.

<sup>748</sup> *Operário*, Manaus, 12 de dezembro de 1892.

<sup>749</sup> *Operário*, Manaus, 12 de dezembro de 1892.

<sup>750</sup> *Operário*, Manáos, 12 de dezembro de 1892.

em suas justificativas e nos termos em que foram discutidos, em função de seus horizontes sociais e a capacidade de articular os interesses e aspirações coletivas”<sup>751</sup>. Com efeito, era possível vislumbrar na prática o que o “fazer imprensa” representava para os trabalhadores que nele estavam envolvidos, seja diretamente, na produção do periódico, ou como receptor da mensagem produzida. Podem também ser compreendidas como estratégias para a formação de novos profissionais, visando, sobretudo, a possibilidade de aprimorar o conhecimento e as técnicas próprias ao trabalho que exerciam.

Nas primeiras décadas do século XX, durante o I Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906, no Centro Galego, no Rio de Janeiro, dentre as resoluções aprovadas, uma delas abordava a relevância da propaganda entre os trabalhadores, especialmente com conteúdo direcionado para o sindicalismo, isto é, “dos fins e métodos de luta das sociedades de resistência”. O Congresso enfatizava que os meios para tal propagação seriam o jornal, o folheto, o cartaz e o manifesto, ferramentas que possibilitavam disseminar as ideias e posicionamentos dos trabalhadores. Essa deliberação ressaltava a importância da comunicação como instrumento estratégico para fortalecer a conscientização e a mobilização da classe trabalhadora.<sup>752</sup>

Esse debate tornou-se tão importante que, no II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, ampliou-se a resolução sobre a propaganda do sindicalismo, aconselhando os trabalhadores que por meio dos jornais, folhetos, cartazes, manifestos etc., fossem aplicadas, dentre outras coisas, a distribuição massiva dos seus impressos e que todas as agremiações deveriam fazer isso com maior frequência a todos os associados, auxiliando a publicação dos mesmos:

Que a Confederação Operária Brasileira organize uma série de excursões permanentes pelos Estados, nomeando para este fim um ou mais propagandistas, que percorrerão sucessivamente as diversas regiões do Brasil, trabalhando pela sistematização da organização operária, remodelando as que se encontrem calcadas nos velhos moldes e organizando as classes que estejam desunidas. Para este fim, deverá ser criada uma caixa especial – mantida pelas contribuições das sociedades, por subscrições voluntárias, festivais e espetáculos.<sup>753</sup>

Segundo Luciano Teles, as lideranças operárias envolvidas no esforço de estabelecer um organismo de alcance nacional deparavam-se com desafios e dificuldades, o que refletia na irregularidade da periodicidade dos jornais, bem como na limitação de

---

<sup>751</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores. Op. Cit., p. 111.

<sup>752</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Op. cit., p. 107.

<sup>753</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária...* Op. cit., p. 136-137.



seu alcance. “Talvez por essa razão, no início, na região Norte do país, os impactos da Confederação Operária Brasileira não alcançaram expressão significativa.”<sup>754</sup>

Na cena histórica amazonense, o militante Tércio Miranda aparece como sendo uma das lideranças libertárias com maior atuação na propaganda e na organização dos trabalhadores. Oriundo de Portugal, o militante chegou em Manaus por volta de 1912/1913. Participou do II Congresso Operário Brasileiro em 1913, ocasião que assumiu a função de delegado especial da *Confederação Operária Brasileira* para organizar os trabalhadores no Norte. No jornal *A Lucta Social*, foi publicada uma notícia que indicava que Tércio Miranda havia sido escolhido para organizar os trabalhadores no Norte do país, devendo fazer uma viagem de propaganda, tendo sido “a viagem adiada por motivos de saúde”<sup>755</sup>.

Devendo fazer uma viagem de propaganda, por alguns estados do norte do país, na qualidade de delegado especial da C.O.B., declaro a fim de informar as agrupações operárias que com bastante pesar meu e por motivos que se relacionam com a minha vida particular, não posso partir já, como informava *A Voz do Trabalhador*, órgão da mesma C.O.B, no seu último número. Tércio Miranda.<sup>756</sup>

Em Manaus, Tércio Miranda estabeleceu contato com o mundo do trabalho local através do universo dos gráficos. A partir desse ponto, dedicou-se à propagação do ideário libertário, mobilizando a classe trabalhadora para a organização por meio do sindicalismo revolucionário. Segundo Teles, é relevante notar que as trocas de ideias e experiências entre os trabalhadores envolvidos com a imprensa não se limitavam a um único sentido. Ou seja, além das influências provenientes de estrangeiros que migraram para o Amazonas, de militantes de outras capitais do país e de periódicos voltados para o mundo do trabalho de outras cidades, existia uma “via de mão dupla, na qual o Amazonas também era um ponto de origem, mostrando uma troca significativa no movimento operário como um todo”.<sup>757</sup>

A imprensa operária manauara, produzida pelos trabalhadores que tomaram para si a responsabilidade de elaborá-la e fazê-la circular nos espaços urbanos, para melhor ser compreendida, deve ser analisada a partir do tripé realçado por Ferreira, por meio de suas lideranças, de suas associações e, em alguns casos, dos partidos operários<sup>758</sup>. Faremos um

<sup>754</sup> TELES, Luciano Everton Costa. Conexões entre a Confederação Operária Brasileira e a Região Norte: militância e imprensa operária no Amazonas e no Pará (1906-1920). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 14, 2022, p. 9.

<sup>755</sup> TELES, Luciano Everton. Conexões entre a Confederação Operária Brasileira e a Região Norte... p. 11.

<sup>756</sup> [A organização operária do Norte]. *A Lucta Social*, Manaus, ano I, n. 4, 1 de setembro de 1914.

<sup>757</sup> TELES, Luciano Everton. Conexões entre a Confederação Operária Brasileira e a Região Norte... p. 11.

<sup>758</sup> FERREIRA, Maria de Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 6.

esforço para articular esse tripé, o que possibilitará uma melhor compreensão dos mundos do trabalho e da dinâmica associativa.

Analisar os jornais operários e os grupos que compunham é fundamental para compreender as questões relacionadas aos aspectos organizativos dos trabalhadores na cena histórica amazonense. Por meio das folhas operárias, lançaram-se questões voltadas à luta do operariado e a um movimento de ideias, de protagonistas e de jornais<sup>759</sup>. Dentre as dimensões que circulavam no interior dos periódicos, além da organização e mobilização em torno de pautas dos mundos do trabalho, como a diminuição da jornada de trabalho, penalidades e multas injustas, baixos salários, demissões indevidas, instabilidade no emprego, também estavam presentes uma proposta educativa, manifestações artísticas, culturais e as condições de vida dos trabalhadores.

Com efeito, Laura Maciel ressalta que em muitas ocasiões é difícil avançar além das identificações básicas dos jornais e que não devemos considerar essa imprensa como “expressão apenas da militância individual de seus diretores ou editores e, menos ainda, homogeneizar suas características e objetivos construindo classificações e oposições simples”<sup>760</sup>, pois, os jornais não são homogêneos, sendo primordial identificar os diferentes periódicos em termos dos lugares e sujeitos sociais.

Reconstituir os vínculos entre esses jornais e as associações mantidas por trabalhadores não é tarefa fácil, porque nem sempre eles são assumidos ou explicitados. No entanto, é fundamental apontarmos características que aparecem em suas folhas e que demonstram o público para o qual ele era direcionado. Luciano Teles argumenta que essas publicações, impulsionadas por militantes operários, promoviam intensas movimentações de ideias e políticas, estando todas interligadas e representando os fundamentos gerais comuns aos movimentos operários em diversas partes do mundo. Para o autor, “as diferenças entre esses jornais residiam nas formas de ação e nas estratégias utilizadas no processo de luta social”<sup>761</sup>.

Dentre os temas presentes nos jornais operários, estava a questão da organização dos trabalhadores, como atesta publicação do *Jornal do Caixeiro*, a respeito da *Associação dos Empregados no Comércio*:

Vamos caixeiros de Manaus, unamo-nos, façamos confiantemente a construção sólida do edifício da nossa união, com o mesmo pensamento e com o mesmo sincero amor de irmãos que somos de uma classe, que

---

<sup>759</sup> TELES, Luciano Everton Costa. As palavras impressas e a pesquisa histórica: os jornais operários no Amazonas (1890-1928). *Revista Historiae*, vol. 9, n. 1. Rio Grande. 2018, p. 119.

<sup>760</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores. Op. Cit., p. 96.

<sup>761</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 115.

deve e precisa de um centro fortalecido para todos os embates da adversidade.<sup>762</sup>

Os conteúdos de caráter geral também eram “adaptados” à realidade local, conforme observado em alguns exemplares. Um caso ilustrativo é encontrado no jornal *Gutenberg*, no qual o redator Vicente L. de Paula Galvão elaborou um artigo com o propósito de convocar os tipógrafos para uma reunião, na qual seria discutido o processo de organização da categoria em torno de sua entidade, como se evidencia:

[...] colegas do Amazonas, unamo-nos, que não estará talvez, muito longe o dia em que saindo do obscurantismo em que vivemos, dizer ao mundo inteiro: - “Nós, os tipógrafos, aqui no Amazonas somos grandes também; temos a nossa associação, vivemos uns para os outros e, assim unidos podemos aparecer no meio da grande e humanitária sociedade amazonense”! Faço, portanto, um apelo nestas colunas aos meus dedicados colegas, para comparecerem a uma reunião, que brevemente será comunicada. No dia da reunião pede-se o comparecimento de todos.<sup>763</sup>

Em geral, no conjunto da imprensa operária, os conteúdos relacionados aos mundos do trabalho e às próprias associações eram destinados aos seus pares. Esses conteúdos iam desde a fundação das entidades, identificando se eram associações beneficentes, mutualistas e/ou de resistência, passando pela sua ampliação e fortalecimento. Em muitos jornais, havia um espaço próprio para a publicação de tais informações, como no jornal *O Extremo Norte*, que em uma de suas colunas, destinava algumas linhas para a editoria “associações”, informando as deliberações e movimentações das sociedades com as quais mantinha contato.

A diretoria da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas*, pede por nosso intermédio o comparecimento de todos os consórcios, no dia 13 do corrente, às 8 horas, a fim de se proceder as eleições dos membros que tem de dirigir os destinos da mesma, de 1º de maio do corrente ano, á igual data de 1921.<sup>764</sup>

Além do mais, nos jornais, também era retratado o papel do associativismo, sobretudo, como espaço de realização de diversificadas agendas, entre as quais se encontravam a prestação de contas das diretorias e as reuniões para tratar de atividades comemorativas, tais como o Primeiro de Maio e o aniversário de fundação da organização.

<sup>762</sup> *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, n. 17, 09 de agosto de 1908.

<sup>763</sup> *Gutenberg*, Manaus, n. 1, 15 de novembro de 1891.

<sup>764</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 13, 08 de abril de 1920.

Em sua sede social a rua Barroso, reuniram-se às 17 horas do dia 28, os corpos dirigentes das *Artes Gráficas do Amazonas*, para deliberarem sobre a comemoração do dia de hoje. [...] Ofícios, comunicações e cartas de outras Sociedades desta capital, tudo concernente á magna data de 1º de maio, foi de que constou o expediente. Terminada esta parte, ficou assentada a realização de uma sessão solene a efetuar-se hoje as 9 horas, conforme marca os seus Estatutos, para a qual são convidadas todas as associações de Manáos. O sr. Presidente nomeou em seguida várias comissões, que tomarão parte nos festejos de hoje. Durante a sessão solene terão a palavra oradores já comissionados e, depois, será franca a quem dela quiser fazer uso.<sup>765</sup>

Assim, as mensagens que circulavam nos periódicos contribuíram para que tais assuntos alcançassem seu público estratégico. Essa abertura dos jornais para as associações garantia a ampliação da distribuição, tendo em vista ser de interesse da classe a sua organização na cidade. Ressalta-se que os espaços de sociabilidade foram fundamentais, pois, nesses ambientes, os jornais operários circulavam e os militantes proferiam suas palavras, alcançando o maior número possível de pessoas.<sup>766</sup>

Nas folhas operárias, partia-se também para análises estruturais e conjunturais, trazendo discursos sobre o lugar dos trabalhadores na sociedade e o fortalecimento social, referentes também às condições sociais de existência, desigualdade, exploração do trabalho, bem como às formas de ação do operariado, no que tange à sua participação política, protestos, greves e à construção de projetos de identidade coletiva.

No jornal *Vida Operária*, eram inúmeras as pautas de trabalhadores que apareciam em suas páginas, relacionadas às condições de vida e trabalho em âmbito local, estabelecendo também um diálogo com outras localidades. Dentre as pautas, pode-se destacar a situação das mulheres, tais como: o direito de voto, o direito de exercer outras profissões para além da medicina e do magistério, a participação nas diretorias das associações de trabalhadores e na política em geral.

Justo é, pois, que as senhoras brasileiras, possuídas como se acham de uma certa educação e preparo, também como nossas representantes no seio do Parlamento Nacional, ou nos Congressos Estaduais, ou nas Municipalidades, lhes sejam facultados os mesmos direitos de tomarem parte ativa na vida do nosso país, e concorrendo com as suas opiniões no bem-estar do seu surgimento. (...).<sup>767</sup>

Outra pauta que ganhou destaque nas folhas operárias foi a luta pelas oito horas de trabalho. As jornadas diárias dos trabalhadores eram extenuantes, sufocando o

<sup>765</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 16, 01 de maio de 1920.

<sup>766</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 270.

<sup>767</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 2, 15 de fevereiro de 1920.

trabalhador e impossibilitando-o de ter tempo para outras atividades que fazem parte da vida, como o estudo, o lazer, a família e o descanso. Conforme observou Luciano Teles:

A ideia de dividir o dia em três oito horas, sendo uma dessas porções voltadas ao trabalho, provocou um debate público. Nos jornais operários isso significava conquistar tempo para a educação, o lazer e o descanso. [...] A jornada de oito horas por dia foi defendida nos periódicos operários amazonenses, de modo articulado com uma luta internacional iniciada no século XIX.<sup>768</sup>

Com efeito, a pauta sobre as greves empreendidas pelos trabalhadores, quando aparecia nos jornais operários, podia ser percebida de múltiplas formas, a depender de quem estava propagando a mensagem, conforme veremos com mais detalhes adiante. O que podemos afirmar é que a quantidade de vezes que essas pautas apareciam era bastante significativa. Por exemplo, enquanto no *Extremo Norte* a greve era questionada e criticada, no jornal *Vida Operária* era condenada por produzir o que os articulistas chamavam de resultados “contraproducentes da greve”. Já o jornal *A Luta Social* considerava a ação da greve como revolucionária, e os editores do *Tribuna do Caixeiro* a viam como algo inaceitável, tendo em vista, que os trabalhadores do comércio, em muitos casos, buscavam ser aliados de seus patrões e tentavam, de outras formas, conseguir a concretização de suas demandas.<sup>769</sup>

#### 6.6. PROJETOS DE IDENTIDADE DOS TRABALHADORES NOS JORNAIS OPERÁRIOS AMAZONENSES

Tratar da identidade de um grupo representa, sobretudo, intentar sobre seus anseios, angústias e desejos que, nas experiências cotidianas, constroem identidades sociais. Segundo José Mendes, “a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais. As identidades são, portanto, construções relativamente estáveis num processo contínuo de atividade social”. Para o autor, o indivíduo forma sua identidade “do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização”.<sup>770</sup> Para a historiadora Beatriz Loner, a identidade coletiva deve ser entendida como dinâmica e em transformação, porque continuamente ela é influenciada pelas modificações que acontecem na sociedade, nos seus planos econômicos, políticos, culturais, sociais e ideológicos.<sup>771</sup>

<sup>768</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 240.

<sup>769</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 243.

<sup>770</sup> MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 504.

<sup>771</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas*. Op. Cit., p. 39-40.

Por sua vez, Isabel Bilhão observa que a construção da identidade operária perpassa pela busca do reconhecimento entre iguais, pelas identidades sociais e suas relações umas com as outras, influenciando-se mutuamente, e por fim, ela é construída a partir das peculiaridades do local e do contexto em que se encontram. Para a análise da realidade de Porto Alegre, Isabel Bilhão optou por um enfoque que privilegiou a noção de experiência identitária, “na qual a interação das vivências pessoais e sociais, em seus múltiplos papéis e pertencas, deve ser considerada de forma relacional”. Para contemplar esse enfoque, a abordagem da autora priorizou três aspectos da construção identitária: “o reconhecimento, a distinção e a memória coletiva”.<sup>772</sup>

Ao tratar das limitações do conceito de identidade, Isabel Bilhão ressalta que a identidade dos trabalhadores não se focaliza apenas nos domínios do conhecimento do ofício, deve-se também considerar as vivências “fora das fábricas” e oficinas, ou seja, não se pode perder de vista “os particularismos da esfera local com suas peculiaridades de desdobramentos”, observando, sobretudo, “que essa construção identitária não ocorre de forma isolada, tanto no que diz respeito à sociedade na qual está inserida o grupo de identidade quanto, em um contexto mais amplo”.<sup>773</sup>

Em relação à realidade de Manaus, percebe-se que os projetos de identidade dos grupos de trabalhadores organizados em associações foram construídos por meio de um processo gradual, assim como ocorreu com a composição dos jornais. Essa identidade se constitui como uma estrutura de escolhas e determinações, uma vez que não segue um modelo preestabelecido, sendo construída nas interações sociais. Para discutirmos essas dimensões, trazemos para o cerne do debate os jornais operários de Manaus, cujos perfis ideológicos variavam conforme as propostas que defendiam, desde a ênfase na ação direta e na crítica radical à ordem vigente até a defesa da participação institucional e da colaboração entre classes. Por meio deles, foi possível evidenciar aspectos da cultura associativa dos trabalhadores, seguindo seus projetos e programas nas associações.<sup>774</sup> O que se observa é que os grupos que compunham os periódicos, em termos de organização, encaravam de forma diferente certas questões. Conforme salienta o historiador Teles:

Anarquistas, socialistas, reformistas e colaboracionistas encaravam de forma diferente certas questões, como, por exemplo, a greve e a participação política e parlamentar, produzindo rivalidades e divisões que, de acordo com algumas lideranças, prejudicavam enormemente a organização dos trabalhadores, o que era crucial suplantar.<sup>775</sup>

<sup>772</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*. Op. cit., p. 33.

<sup>773</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho*. Op. cit., p. 23-26.

<sup>774</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 238-239.

<sup>775</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 159.

Para o autor, os jornais operários que circularam em Manaus no final do século XIX e início do XX refletiam distintas tendências em suas pautas. O *Gutenberg* (1891-92), *Operário* (1892), *Vida Operária* (1920), *Extremo Norte* (1920) e o *Constructor Civil* (1920), por exemplo, destacavam-se pela defesa de direitos dos trabalhadores e pela crítica às estruturas de exploração, congregando gráficos, marinheiros, construtores civis, pedreiros e foguistas. Já a *Confederação do Trabalho* (1909) e a *Tribuna do Caixeiro* (1908-1909), priorizavam a negociação com patrões e a atuação dentro do sistema vigente, atraindo sobretudo categorias do comércio e da indústria. Por outro lado, *A Lucta Social* (1914) e *A União* (1914), propagavam a organização autônoma dos trabalhadores e a rejeição às estruturas políticas formais, com forte influência entre práticos, carroceiros, boleiros e alfaiates.<sup>776</sup>

Determinar a linha ideológica desses jornais nem sempre é tarefa fácil, ainda mais que, em muitos casos, há poucos exemplares para análise e as informações que deles temos são pequenas referências. De qualquer forma, salienta-se que, embora seja possível identificar tendências distintas nos periódicos, as organizações de trabalhadores a eles vinculadas nem sempre assumiam publicamente posições explícitas, o que não significava, necessariamente, aceitação passiva das condições impostas.

Conforme podemos constatar, algumas entidades apareciam com mais frequência em um ou outro jornal, considerando, as concepções editoriais adotadas por esses periódicos e impressos em geral. Essas posturas refletiam a defesa do tipo de organização que os trabalhadores deveriam adotar, questionando se seriam organizações de cunho beneficente, priorizando a assistência aos trabalhadores, ou se seguiriam uma abordagem mais voltada para a resistência, criando sociedades e sindicatos orientados por estratégias de mobilização direta. Na tabela elaborada pelo historiador Luciano Teles, à qual foram acrescidos os jornais *Confederação do Trabalho*, *O Constructor Civil* e *O Extremo Norte*, é possível identificar as associações e os respectivos jornais que as congregavam.

**Quadro 7 - Jornais Operários e as associações de trabalhadores que agregavam**

JORNAIS OPERÁRIOS	ASSOCIAÇÕES QUE CONGREGAVAM
<i>Confederação do Trabalho</i> (1909)	Associação dos Empregados do Comércio Confederação do Trabalho no Amazonas
<i>A Lucta Social</i> (1914)	Federação Marítima Federação Operária do Amazonas Sindicato dos Trabalhadores Gráficos Sindicatos dos Operários Manipuladores de Pão

<sup>776</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 238-239.

	Sindicato dos Sapateiros Sociedade das Artes Graphicas no Amazonas União dos Chauffeurs, Carroceiros e Boleiros União dos Alfaiates
<b>O Constructor Civil (1920)</b>	Associação da classe das Quatro Artes de Construção Civil Associação das Artes Graphicas do Amazonas Centro Operário Nacional União Operária Nacional União dos Foguistas União dos Marinheiros União dos Pedreiros União dos Alfaiates
<b>Vida Operária (1920)</b>	Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil Associação dos Construtores Civis do Amazonas Associação Amazonense de Cirurgiões Dentistas Centro Beneficente dos Mechanicos Centro Operário do Amazonas Colligação dos Officiais da Marinha Mercante Sindicato dos Cigarreiros Sindicato dos Estivadores do Amazonas Sociedade União Beneficente dos Foguistas no Amazonas Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas União Operária Nacional União de Classe dos Pedreiros União dos Moços e Marinheiros
<b>O Extremo Norte (1920)</b>	Sindicato Operário dos Cigarreiros Sindicato dos Estivadores Sindicato dos Cigarreiros Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas Sociedade das Artes Graphicas no Amazonas Sociedade das Quatro Artes União Operária Amazonense
<b>O Primeiro de Maio (1928)</b>	Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Amazonas Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil Sindicatos dos Estivadores no Amazonas Sindicato dos Alfaiates no Amazonas Sociedade Beneficente dos Cigarreiros Sociedade Beneficente dos Barbeiros em Manáos Sociedade Beneficente dos Sapateiros União Operária Amazonense União Beneficente de Marinheiros e Moços União Beneficente União dos Foguistas no Amazonas União Beneficente dos Chaufers

**Fonte:** TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais...* p. 94. *O Constructor Civil*, Manaus, n. 1, 5 de janeiro de 1920. *Confederação do Trabalho*, Manaus, ano 01, n. 01, 14 de novembro de 1909. *O Extremo Norte*, Manaus, n. 16, 1 de maio de 1920.

Como se pode observar, a imprensa operária esteve sempre ligada a alguma forma de organização dos trabalhadores, sejam sociedades beneficentes, sindicatos, federações ou partidos. Para compreendermos a dinâmica associativa sobre a qual pairavam as folhas operárias em Manaus, vamos analisar os jornais *A Lucta Social* (1914), *Vida Operária* (1920) e *Extremo Norte* (1920). Observa-se que as folhas operárias preenchiam um papel



fundamental para criar articulação entre os trabalhadores, constituindo, como já foi apontado por Laura Maciel, uma “rede de comunicação desenvolvida pelos militantes” sem paralelo na história do trabalhador brasileiro.<sup>777</sup>

### *A LUCTA SOCIAL (1914)*

O jornal *A Lucta Social*, fundado em Manaus no ano de 1914, é resultado da articulação de um grupo de trabalhadores que tinham forte ligação com a *Confederação Operária Brasileira*. Composta por 8 páginas estruturadas em 3 colunas cada, a publicação contava com um número considerável de seções sob a responsabilidade do redator Tércio Miranda. Seu conteúdo era direcionado especificamente aos trabalhadores de Manaus, abrangendo desde moções, apelos e correspondências até artigos sobre a importância da organização, convocações para mobilizações e contos.

Figura 20 - Jornal *A Lucta Social* (1914)



Fonte: *A Lucta Social*, n. 1, ano I, Manaus, 29 de março de 1914.

Em seu programa editorial, destacava-se a crítica tanto aos patrões quanto às incoerências observadas no próprio movimento dos trabalhadores:

Este jornal, que vae criticar e condenar a iniquidade dos grandes, não aplaudirá, apesar disso, as incoerências e a falsa conduta dos pequenos. E tanto assim, que apresentando-se em suplemento publica hoje a título de informação, e para que não haja, mais tarde, motivo de arrependimento, entre os trabalhadores, que vivem dificuliosamente.<sup>778</sup>

<sup>777</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores. Op. Cit., p. 125.

<sup>778</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 27 de fevereiro de 1914.

Sheldon Leslie Maram observa que a imprensa vinculada a correntes mais radicais era direcionada para os trabalhadores com uma escrita de fácil compreensão, repetitiva, chegando até a uma análise simplista da realidade.<sup>779</sup> Mas lembra também que o seu propósito era conduzir os trabalhadores para a ação direta e dar-lhes orientação adequada nessa ação. Os editores do jornal negavam o processo de luta operária pela via parlamentar, defendendo que a transformação social deveria ocorrer através da mobilização direta dos trabalhadores. Segundo eles, o comportamento político a ser adotado dava-se somente pela via da ação direta, como expresso na máxima adaptada de Sócrates:

Conhece-te a ti próprio; o Sindicato completa a máxima proclamando: faz tu mesmo o que te diz respeito. Deste modo o Sindicato levanta-se como uma escola de vontade; o seu papel preponderante é o resultado do Quero de todos os seus membros; se, além disso, constitui a forma mais alta da associação, é porque as forças operárias ali estão condensadas, eficazmente convertidas pela Ação Direta, forma a mais perfeita da atividade consciente das vontades da classe proletária.<sup>780</sup>

A proposta editorial defendida pelo jornal, baseada na ação direta, apresentava-se como uma alternativa de emancipação para o operariado, contrapondo-se a modelos que privilegiavam a negociação com os patrões. Nas páginas do *A Lucta Social*, tem-se claramente uma narrativa que enfatizava o sindicato como uma ferramenta eficaz para a formação política e libertária dos trabalhadores,<sup>781</sup> rejeitando associações vistas como conciliadoras:

[...] Nos centros onde os trabalhadores vegetam, sem ligação entre si, massa humana à mercê do explorador, a greve é muitas vezes o prelúdio do agrupamento; quando o jugo se torna pesado demais, é a greve que as vítimas recorrem, tornando-se então necessária uma coesão momentânea, que sob a ação dos mais conscientes se torna o embrião d'um sindicato.<sup>782</sup>

Com efeito, merece atenção a afirmação de que a greve se tornou o “embrião do sindicato”. Muitos sindicatos nasceram do conjunto de mobilização dos trabalhadores. Além das greves, outros meios de mobilização que podem ser considerados como parte da ação direta, são a boicotagem, o *label* (ação voltada para a fixação de cartazes) e a sabotagem.

<sup>779</sup> MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 89.

<sup>780</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 01 de setembro de 1914.

<sup>781</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 195.

<sup>782</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 01 de junho de 1914.

A greve, na visão dos editores do jornal, manifestava-se como um “episódio de guerra social”. E sua ação modificou-se muito sob a influência do sindicalismo. Para eles, a greve já não era considerada como um “mal” inevitável ou como parte do antagonismo entre o trabalho e o capital, mas sim, considerada como um dos fenômenos desta revolução:

[...] Por consequência, a greve já não é olhada como um “mal”, mas como um bom sintoma d’um acréscimo do espírito de revolta manifestando-se como um fenômeno de expropriação parcial do capital. Reconheceu-se que os seus resultados só podem ser favoráveis para a classe operária; sob o ponto de vista moral, há um acréscimo do espírito de luta, sob o ponto de vista material, o assalto contra um lado da sociedade capitalista, que permite uma diminuição de privilégios da classe exportadora, que se traduz por um aumento de bem-estar e de liberdade para a classe operária.<sup>783</sup>

Assim, para os editores do jornal, a greve poderia ser classificada como sendo greves ofensivas, greves difusivas, greves de dignidade e greves de solidariedade, esta última a mais comum no meio operário. Como podemos observar, a ação direta, uma das principais características do sindicalismo revolucionário francês, foi amplamente usada durante a Primeira República como um dos instrumentos de resistência da classe operária:

Várias podem ser as cousas de greve, pois que toda a forma d’opressão e de exploração podem originar um conflito; no entanto, podemos esboçar a seguinte classificação: greves ofensivas (pedindo melhoria de situação); difusivas (para se oporem a que o patrão retome regalias adquiridas); greves de dignidade (para se subtraírem á insolência dos mestres ou contramestres d’oficina para obter a supressão de práticas humilhantes); greves de solidariedade (declaradas para afirmar a solidariedade com um ou mais companheiros ou com outra corporação).<sup>784</sup>

Os redatores do *A Lucta Social*, em suas folhas, orientava os trabalhadores na sua organização e nas suas bandeiras de luta. Tinham uma proposta política claramente diferenciada de outros grupos que defendiam a participação institucional ou a colaboração entre classes. Em conformidade com Jorge Jardim:

O ponto de união e ausência de discórdia no meio dos trabalhadores estava no afastamento de toda a “política” deste meio, isto é, da política dos partidos, porém isto não significava uma omissão política, e sim uma forma diferenciada de abordá-la. A força política dos trabalhadores estava na sua solidariedade e não nos recursos materiais que pudessem reunir. Por isso toda a luta por melhorias econômicas ou por condições de trabalho e mesmo a luta revolucionária contra o capitalismo, deveria

<sup>783</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 3, 01 de junho de 1914.

<sup>784</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 3, 01 de junho de 1914.

ser feita pela ação direta dos próprios trabalhadores, sem intermediários ou atrelamento e instituições reconhecidas pelas leis burguesas.<sup>785</sup>

Os editores e redatores do jornal foram verdadeiros organizadores e líderes dos trabalhadores, doando suas horas de folga, militavam no movimento operário orientando e construindo associações e elaboravam as matérias formativas e informativas para uma massa trabalhadora que ansiava por dias melhores. O conteúdo presente nas folhas operárias obedecia a uma configuração discursiva lógica e focalizava a estrutura e o funcionamento das sociedades, identificando os conflitos entre as diferentes classes e as formas de organização do trabalho. O jornal fazia uma forte defesa do “sindicalismo” como sendo o tipo ideal de organização operária, criticando abertamente as associações beneficentes:

Os sindicatos operários não podem de modo nenhum ser comparado aos clubes políticos, nem as irmandades religiosas, nem às sociedades de arte ou ciência. (...) E os trabalhadores são os únicos a quem diz respeito inteiramente a defesa dos seus interesses. Por isso eles devem com muita razão excluir dos seus sindicatos todos àqueles que não for trabalhador.

O sindicato operário deve assentar nessa base. Não é bastante vasto para conter não – trabalhadores. (...). O sindicato operário deve ser constituído unicamente de trabalhadores largamente despertados pela situação, que pensem, atuem, e olhem pelos seus próprios negócios, e que nunca esperem obter por meio dos bons ofícios de qualquer outro o que eles achem muito difícil alcançar por si. (D'A Aurora). Pedro Esteve.<sup>786</sup>

A defesa do sindicato como associação de classe, onde o operário fortificava a sua consciência e estudava as questões que interessavam às suas necessidades, de enfrentamento ao burguês e de solidariedade e união aos seus pares, refletia o motivo para se criticar as organizações, sobretudo, beneficentes. Os colaboradores do jornal *A Lucta Social*, em seus discursos, incentivavam os operários a se organizarem em associações de resistência.

Fundemos sociedades de classe, porém, não essas sociedades caçaníqueis, denominadas beneficentes – porque elas são a negação absoluta das ideias reivindicadoras. Organizemo-nos, repito, mas dentro das mais modernas aspirações libertárias, nas bases sólidas do sindicalismo puro – única forma adotada na escola operária-rationalista; isto é, no Socialismo Libertário, porque só de seu seio surgirá a aurora redentora

<sup>785</sup> JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892- 1923)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1990, p. 81-82.

<sup>786</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 27 de fevereiro de 1914.

da liberdade iluminando a senda de uma Sociedade Nova, de Paz e de Concórdia. Zed Ndure.<sup>787</sup>

Como podemos ver, os editores e redatores tinham sua própria impressão acerca da associação e do que era ser associado. Havia a necessidade de respostas às demandas enfrentadas pelos trabalhadores, de um Estado que se recusava a investir em direitos para a população pobre, mas investia nos interesses industriais e das elites. A organização de sociedades de trabalhadores se configurava como uma forma de lidar com a situação proveniente dessa dinâmica. As associações de resistências serviam como espaços de solidariedade, visando atender aos interesses coletivos dos envolvidos.

É com o movimento de classe, com o nome significativo de “Sindicalismo”, que o operariado se tem mancomunado na conquista de melhor salário e de menos horas de trabalho. Porém, como são condições belas a organização do operariado e dos seus feitos valorosos dizê-lo os movimentos de todos os dias das contínuas batalhas entre o capital e o trabalho, afirmando-os seus êxitos, - o operário ou trabalhador de Manáos não deve ficar alheio ao movimento mundial que se ergue a olhos vistos, formando forte base, com alicerces seguros.<sup>788</sup>

O grupo do *A Lucta Social* defendia que somente com o movimento de classe, com o nome de “sindicalismo”, era que os trabalhadores poderiam conquistar melhores salários e menos horas de trabalho. Apontava o caminho em que as associações deveriam se materializar em sindicatos de resistência e pela ação direta buscar a emancipação humana.<sup>789</sup> Acreditava-se que essa estrutura organizacional do operariado poderia trazer feitos valorosos a todos os envolvidos, e que a batalha diária entre o capital e o trabalho, teria uma forte base para o enfrentamento direto a burguesia. Só por meio da união é que eles conseguiriam alcançar respostas positivas às suas demandas.

O sindicato, para esse grupo de trabalhadores vinculados ao jornal em questão, era constituído “pelo agrupamento dos operários do mesmo ofício, da mesma indústria ou executando trabalhos similares”.<sup>790</sup>

O primeiro desejo dos que constituem um sindicato, é criar uma força capaz de resistir as exigências patronais. Quer dizer: o agrupamento torna-se naturalmente, no terreno econômico, sem a necessidade de uma ideia preconcebida; são interesses que estão em jogo; e todos os operários que têm interesses idênticos aos do agrupamento, podem

<sup>787</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 29 de março de 1914.

<sup>788</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 29 de março de 1914.

<sup>789</sup> TELES, Luciano Everton Costa. Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914). *Revista Mundos do Trabalho*, Porto Alegre, vol. 9, n. 17, jan-jul de 2017, p. 118.

<sup>790</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

filiar-se nele, sem necessidade de declararem quais são as suas ideias em matéria filosófica, política ou mesmo religiosa.<sup>791</sup>

O jornal defendia também a criação de federações como uma estratégia fundamental para promover a união e a solidariedade entre os trabalhadores de diferentes ofícios e ramos de atividade. Antes da criação da *Federação Operária do Amazonas*, iniciativa conduzida pelo grupo associado ao *A Lucta Social*, nas páginas voltadas para os trabalhadores, destacava-se a importância da organização em Federação:

O nobre e sublime papel, que compete a Federação é o levantamento moral, intelectual e material das classes operárias. Por isso aqueles que aceitarem a honrosa missão de representar o seu Sindicato, devem ter em conta a responsabilidade moral, que assumem perante a sua classe. Todos devem conservar a sua independência de caráter, quer nas discussões, quer nas ações. Mas todos devem dirigir também a sua ação impulsiva, no sentido de levantar a vida e os interesses do operariado em geral. (...) Pensai no vosso futuro, que é o vosso pão e a vossa vida. Nem o pão nos é dado pelo governante potente, nem a vida nos é concedida pelo deus supersticioso. O pão é a vida e a vida é o nosso esforço, a nossa luta. Precisamos, pois, de harmonizar estas duas coisas, unindo-nos para impor a nossa consciência. – Caio Publio.<sup>792</sup>

Em 1914, na cidade de Manaus, foi constituída a *Federação Operária do Amazonas* (FOA), vinculada à *Confederação Operária Brasileira* (COB). A Federação, assim que fundada, foi liderada pelo militante Tércio Miranda, que procurou juntamente com o grupo operário “*A Lucta Social*”, desenvolver ação no sentido de organizar os trabalhadores na cidade. A nova entidade, tinha como propósito:

- a) Promover a união de todos os salarizados, neste Estado, sem distinção de nacionalidade, para a defesa dos seus interesses morais, materiais, econômicos e profissionais;
- b) Estudar e propagar os meios da emancipação do operariado e defender em público as suas reivindicações econômicas, servindo-se de todos os meios de propaganda;
- c) Reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas da vida econômica regional, movimentando operários e condições do trabalho em todo o país.

A FOA englobava sindicatos que não estavam federados, federações profissionais e industriais, bem como sociedades corporativas ou mistas atuantes no Amazonas. Sua criação foi fundamentada na convicção de que a solidariedade era essencial para todos os trabalhadores, sendo importante unir forças na defesa de seus interesses para alcançar

<sup>791</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 1 de maio de 1914.

<sup>792</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 1 de junho de 1914.

resultados satisfatórios em suas reivindicações. O grupo ligado ao jornal operário “*A Lucta Social*” sustentava a ideia de que a propaganda e a educação promoveriam o desenvolvimento dos laços de solidariedade, aproximando a humanidade de sua emancipação. Com efeito, apresentavam as sociedades organizadas como bases para a formação de um agrupamento estadual federativo:

1º - ter em ligação permanente, por delegados especiais, qualquer federação profissional ou de indústria e de sindicatos que não possuam ainda as suas uniões; 2º - desenvolver a consciência associativa, manifestar-se contra a canção que por vezes se pretende impor a liberdade de pensar, de associação de reunião e apoiar todos os movimentos de reivindicação operária, auxiliando-os moral e materialmente.<sup>793</sup>

Sua estrutura administrativa compreendia a participação de três delegados de cada federação existente no Amazonas e dos sindicatos não federados, até que estes se constituíssem em federações, momento em que teriam seus próprios delegados. Além disso, os grupos e jornais de propaganda operária podiam nomear delegados. Os organismos do interior do estado também poderiam nomear representantes, desde que residentes na cidade, com a ressalva de não acumular mais de três representações. Os mandatos dos delegados eram válidos por dois anos e podiam ser revogados se o conselho federal reconhecesse falta de assiduidade, incompetência moral ou tendências para desviar dos fins da organização federativa. Ao final de seus estatutos, assinava em nome do grupo “*A Lucta Social*” o militante Tércio Miranda.

Como vimos ao longo desta tese, em meados do século XIX e início do século XX, os grupos de trabalhadores que tinham intenção de se constituir em sindicatos precisavam idealizar uma forma de escapar das perseguições e da repressão sofrida pelo patronato, o que resultou em muitas organizações mutualistas e beneficentes criadas nesse período, pelo menos no nome, no entanto, em alguns casos, as suas ações reforçavam a tendência da resistência.

Embora na prática os editores do *A Lucta Social* compartilhasse plenamente das ideias das sociedades mutualistas, é possível perceber, por meio das publicações operárias, que em determinados momentos eles viam a necessidade de “tolerar” tais ideias. Essa tolerância era entendida como um meio de ingressar nas organizações e,

---

<sup>793</sup> “Estatutos da Federação Operária no Amazonas”. *A Lucta Social*, Manaus, 01 de maio de 1914.

assim, preparar o terreno para a prática revolucionária.<sup>794</sup> Mesmo assim, nas páginas operárias, era notória a crítica ferrenha a esse formato de organização no meio operário:

Para se agrupar sem grandes perigos, os trabalhadores disfarçaram as suas sociedades de resistência com caracteres sem cores, por exemplo: o do mutualismo. Os grupos de caridade nunca fizeram sombra a Burguesia, que sabe muito bem que sendo simples calmantes não podem, de maneira alguma, constituir um remédio para o mal da miséria. [...] É por isto que as associações mutualistas foram sempre toleradas e muitas vezes apoiadas pelas classes dirigentes. Mais tarde, quando a força de se exercitar, de se *agitar por si mesmos*, os trabalhadores se sentiram suficientemente fortes para desprezar a lei, deitaram fora a máscara mutualista, e intitularam as suas agrupações com o nome de Sociedades de Resistência. [...].<sup>795</sup>

Com efeito, quando as entidades com características mutualistas tivessem oportunidade, ajustariam a orientação para “sindicalista”. Não sabemos se esse foi o caso da associação “União dos Alfaiates”, mas podemos observar que no ano de 1914, a organização teve como deliberação no seio de sua direção e associados, que fosse alterado a sua orientação política em reunião convocada para debater este assunto:

Esta coletividade, em pleno acordo com a orientação sindicalista, vai transformar os seus estatutos, aceitando as bases dos dois sindicatos já organizados. Satisfeitos com tal resolução, manifestamos aqui a mais expressão da nossa solidariedade.<sup>796</sup>

O grupo *A Lucta Social* se colocava à disposição para ajudar na organização e fundação de associações em Manaus, “aos demais trabalhadores que, ainda não se organizaram aconselhamos a que o façam, dispondo para isso, se necessário for, do nosso pequeno, porém, sincero concurso, que desde já oferecemos – Ter. Mir.”<sup>797</sup>. Outro exemplo da influência do jornal na vida associativa pode ser observado na mediação da unificação de duas sociedades dos práticos na cidade, que contou com a colaboração dos membros do grupo “A Lucta Social”.

Os práticos mostram-nos não desprezar a solidariedade e que assimilando algumas fórmulas novas da organização operária, poderão ter, sem precisarmos de muito tempo, uma sociedade moldada nas modernas aspirações, que o operariado mundial vai aceitando. Tinham estes camaradas duas sociedades em que se dividiam. Pois bem: a consciência na solidariedade manifestou-se, unindo as duas numa só.<sup>798</sup>

<sup>794</sup> TELES, Luciano Everton Costa. Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914). *Revista Mundos do Trabalho*, Porto Alegre, vol. 9, n. 17, jan-jul de 2017, p. 108.

<sup>795</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 1 de setembro de 1914.

<sup>796</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 1 de setembro de 1914.

<sup>797</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 29 de março de 1914.

<sup>798</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 29 de março de 1914.



A sessão de posse da nova diretoria (resultado da unificação das duas sociedades), foi presidida por Ignácio Loyola de Azevedo - vice-presidente, tomando seus lugares Francisco Rodrigues - segundo vice-presidente, Erasmós Berger - primeiro secretário e Francisco Rodrigues - segundo secretário. A solenidade contou com a participação dos representantes da *Federação Marítima*, da *Sociedade dos Mestres de Pequena Cabotagem*, da *Associação dos Maquinistas*, da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas* e da *Sociedade das Artes Gráficas no Amazonas*.<sup>799</sup>

#### *VIDA OPERÁRIA (1920)*

Por sua vez, o jornal *Vida Operária* se apresentou para a sociedade amazonense em fevereiro de 1920. Tinha em seus quadros como diretor Elesbão do Nascimento Luz e como redatores Hemetério Cabrinha e Paulinho Carvalho. Ao longo da sua existência, foram publicados vinte e seis números, sendo o primeiro em 8 de fevereiro de 1920 e o último no dia 26 de setembro de 1920. Tinha como lema “paz, labor e liberdade / honra, dever e justiça”.<sup>800</sup>

Apresentava-se como um programa muito avançado para os primeiros anos do século XX, mostrando que as lutas dos trabalhadores não abrangiam apenas aspectos econômicos imediatistas, mas também uma plataforma política de profundidade. Considerando o texto do jornal, ficava claro que seu objetivo era a conquista de leis que beneficiassem e protegessem o trabalhador, defendendo que essa transformação deveria ocorrer através da via institucional, incluindo a participação no parlamento.

Estruturado em 4 páginas e 4 colunas, com exceção da última página reservada a anúncios, o jornal *Vida Operária* circulava em Manaus por meio de um circuito que incluía sedes associativas, escolas, institutos, bares e botequins. Por meio dessa rede de distribuição, as pautas da plataforma editorial do periódico alcançavam com regularidade seus leitores.

<sup>799</sup> *A Lucta Social*, Manaus, 29 de março de 1914.

<sup>800</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 11, 18 de abril de 1920.

Figura 21 - Jornal *Vida Operária* (1920)

Fonte: *Vida Operária*, Manaus, n. 11, 18 de abril de 1920.

Com efeito, adentrando a análise do jornal *Vida Operária*, ele defendia três elementos como suporte da luta dos trabalhadores, visando os seus direitos políticos e sociais: a associação, o partido político e o próprio jornal. Por meio desses pilares, era possível observar a posição do *Vida Operária* nos temas que tratavam sobre a desigualdade, condições de vida e trabalho dos operários, atuação política e organização dos trabalhadores em associações. Vamos nos ater principalmente às associações.

O jornal defendia que fossem organizadas sociedades que reunissem trabalhadores da mesma categoria ou ramo de atividade, assim como defendia a formação de associações pluriprofissionais, que agrupavam trabalhadores de múltiplas categorias. Isso refletia a própria atuação direta dos membros do jornal, que compunham o quadro de dirigentes das sociedades no Amazonas, por exemplo, Elesbão Luz, membro do *Centro Operário do Amazonas*, e dos redatores, Marcelino Ferreira e Guilherme de Oliveira, membros da *União Operária Nacional*.

A formação de associações era considerada fundamental para a luta em prol de melhores condições de vida e trabalho. Era reconhecida como um instrumento significativo de conscientização, mobilização e luta. Nesse contexto, a organização em associações era vista como essencial para o desenvolvimento do movimento operário.<sup>801</sup>

As classes operárias, devem contar somente com as suas forças. Isso tem sido constantemente demonstrado e mais uma vez ficou provado agora conosco. Querendo alguns camaradas, depois de verem que com o nosso esforço nada se fazia, que recorrêssemos aos tribunais, tiveram

<sup>801</sup> TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais*. Op. cit., p. 186.

a confirmação do que tantas vezes dissemos: A justiça das leis, não vale nada, só tem valor na aplicação contra nós.<sup>802</sup>

A respeito do aspecto organizativo em “associação”, os redatores do *Vida Operária* aceitavam tanto as entidades mutualistas quanto os sindicatos, diferenciando-se de outros grupos que condenavam veemente as associações beneficentes. A relação do grupo *Vida Operária* com as associações era de proximidade, contando com apoio, sobretudo, financeiro das associações para o funcionamento do jornal. O primeiro número do *Vida Operária* contou com o apoio da *Sociedade Benéfica União dos Foguistas*, que doou a quantia de 39\$000 (trinta e nove mil réis) e da *União Operária Amazonense*, que doou 17\$000 (dezessete mil réis), dentre outros colaboradores que individualmente ou em nome da sua instituição, contribuíram com o lançamento do jornal, arrecadando no total 227\$000 (duzentos e vinte e sete mil réis)<sup>803</sup>. Pode-se conjecturar que esses jornais dependiam dos próprios trabalhadores para manterem-se em funcionamento. Laura Antunes Maciel observa que:

Pode-se supor que esses periódicos dependiam dos próprios trabalhadores e da estrutura de suas organizações, para vender suas edições visto que dificilmente poderiam utilizar o mesmo sistema de distribuição e venda avulsa pelas ruas da cidade realizada pelos grandes diários. As redações e as sedes sociais das associações, em geral localizadas nos mesmos endereços, talvez funcionassem como pontos fixos de venda avulsa e como locais de distribuição aos membros da associação ou do sindicato. É provável, também, que as bibliotecas e salas de leitura mantidas por quase todas as associações, facilitassem a difusão não só dos seus próprios jornais, como de outros títulos da imprensa produzida por trabalhadores.<sup>804</sup>

Laura Antunes Maciel aponta que, para a realidade do Rio de Janeiro, havia certa dificuldade em manter esses periódicos em funcionamento e circulação na cidade e apesar das dificuldades, eles procuravam manter sua periodicidade. “Além de identificar seus diretores e de manterem uma comissão de redatores, publicavam seções de ‘expediente’ por meio das quais mantinham um diálogo mais claro com os leitores, informando alterações de endereço”<sup>805</sup>, e informações em geral, como por exemplo, a chamada para que a classe trabalhadora pudesse contribuir com o jornal, assinando-o.

Em todas as edições do jornal *Vida Operária*, reservou-se espaço destinado à divulgação de convocatórias e informes das reuniões das agremiações, garantindo a

<sup>802</sup> *A Lucta Social*, Manaus, n. 6, 1 de novembro de 1914.

<sup>803</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 11, 18 de abril de 1920.

<sup>804</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores. Op. Cit., p. 133.

<sup>805</sup> MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores. Op. Cit., p. 122.

participação de representantes do jornal, sempre que fossem convidados para as sessões de Assembleia Geral e reunião de diretoria administrativa.

*Centro Operário do Amazonas* – Em o dia 25 do mês findo foi este Centro visitado por um dos nossos companheiros de redação que ali fora em propaganda deste órgão. Recebido distintamente pelos camaradas em plena sessão, após a leitura do expediente, de posse da palavra expôs numa brilhante alocução o fim de sua visita: Entre outras coisas, disse o nosso companheiro, que se achando o operariado amazonense organizado e forte, tornava-se preciso antes de tudo, manter em nosso meio um jornal que fosse a sua legítima defesa, sendo as suas últimas palavras abafadas por uma estrondosa salva de palmas.<sup>806</sup>

Como podemos observar, a defesa da importância da propaganda se fazia presente nos discursos dos representantes do *Vida Operária*. Nas folhas operárias, nota-se a existência de uma coluna denominada “indicador social”, destinada propriamente à divulgação das atividades das associações, indicando o nome da organização, data da reunião e local do encontro.

União Operária Nacional – Rua Xavier de Mendonça, n. 66. Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil – Rua Lobo d’Almada, n. 60. Centro Operário – Rua José Clemente, grupo escolar Saldanha Marinho. União de Classe dos Pedreiros – Rua Barroso, n. 15. União Beneficente dos Fogueiros – Rua Municipal, n. 46. Sociedade das Artes Gráficas – Rua Barroso, n. 15. União dos Moços e Marinheiros – Rua Quintino Bocaiuva.<sup>807</sup>

Na coluna “o noticiário”, o *Vida Operária* divulgava mais detalhes da agenda das associações, informando data de reunião, horário programado e pauta em discussão. Certamente, com um assunto definido e divulgado antecipadamente, os trabalhadores chegavam na reunião cientes do que iriam debater e deliberar, tratando-se de eleição de diretoria, assuntos de interesse da classe ou reunião da diretoria, entre outros.

Reúne-se hoje, às 13 horas, em 2º convocação o Sindicato Operário dos Cigarreiros, a fim de proceder as eleições para os corpos dirigentes daquela agremiação.

Reúne-se hoje, às 19 horas, a diretoria da União Operária, a fim de tratar de interesses da classe. A mesma diretoria está convidando todos os sócios a se quitarem, a fim de poderem tomar parte nas próximas eleições, dos corpos dirigentes.

Reúne-se hoje, às 19 horas, a diretoria do Centro Operário, a fim de tratar de assumptos que se prende a classe.<sup>808</sup>

<sup>806</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 2, 15 de fevereiro de 1920.

<sup>807</sup> *Vida Operária*, Manáos, n. 2, 15 de fevereiro de 1920.

<sup>808</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 7, 21 de março de 1920.

A redação do jornal com frequência visitava as associações com o objetivo de divulgar o periódico e convidar os trabalhadores para que pudessem colaborar, assinando o jornal. Exemplo dessa atitude, ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1920, na *Associação das Quatro Artes de Construção Civil*. De acordo com a notícia veiculada, chegando na sede da associação, os redatores do *Vida Operária* foram gentilmente recebidos pelo presidente e pelos respectivos membros da agremiação, com os quais conversaram antes da abertura da sessão. Em seguida, foi concedida a palavra para o redator, que saudou os associados e declarou ter ido fazer a propaganda do *Vida Operária*, “como defensora das classes operárias, e que concitava aos companheiros presentes, no sentido de tomarem cada qual uma assinatura do mesmo jornal.”<sup>809</sup>

Uma das estratégias utilizadas pelo jornal, como mecanismo de se aproximar da classe trabalhadora, foi a participação nas atividades realizadas pelas associações, como o festival organizado pela *Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil*. No dia 13 de março, realizaram em Manaus um “grandioso festival no Alcazar”, em favor da Bolsa do Trabalho e dedicado a todas as classes trabalhadoras do Amazonas. Na ocasião da atividade, a empresa Fontenelle & Cia escolheu o “majestoso filme da Selzarick Pictures: *Herança do Pecado*”. O festival foi parabenizado pelo jornal que mencionou que “em diversos trechos de pungente efeito vimos lágrimas deslizarem dos olhos de muitos assistentes”.<sup>810</sup>

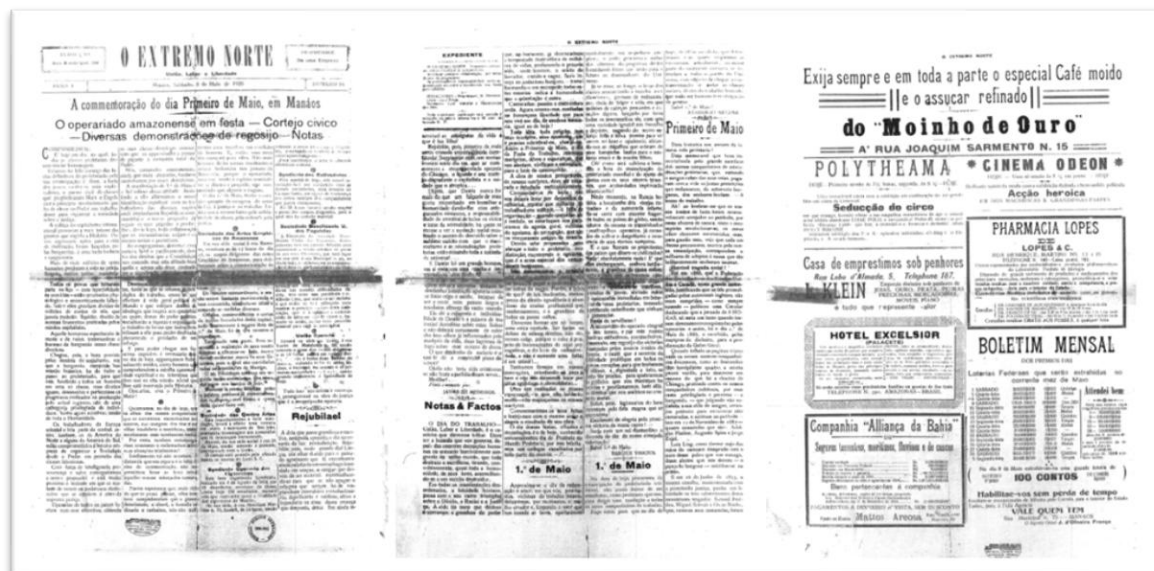
#### *O EXTREMO NORTE (1920)*

O jornal *O Extremo Norte* foi lançado no Amazonas no ano de 1920. Tinha como diretor Nicoláo Pimentel e como redatores os trabalhadores Raul Braga, Luiz Amorim e Themistocles dos Reis. Em cada edição, o jornal era estruturado em 4 páginas com 4 colunas, em que constavam seções fixas, como “notas & factos”, artigos opinativos, crônicas, manifestos, assim como o expediente, com informações sobre a redação, endereço e responsáveis. Seu programa, conforme declarado no cabeçalho, era a “defesa da causa do proletariado, baseado nos princípios do socialismo contemporâneo”.<sup>811</sup>

<sup>809</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 4, 29 de fevereiro de 1920.

<sup>810</sup> *Vida Operária*, Manaus, n. 7, 21 de março de 1920.

<sup>811</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 13, 08 de abril de 1920.

Figura 22 - Jornal *O Extremo Norte* (1920)

Fonte: *O Extremo Norte*, Manaus, n. 16, 1 de maio de 1920.

Em suas páginas, reconheciam que o movimento socialista avançava no Amazonas e já se diferenciava do movimento de dez anos atrás, fazendo menção à liderança de José de Calazans Bezerra e aos seus esforços pela divulgação das ideias políticas, em meados de 1910, “graças aos ingentes esforços de um grupo de propagandistas deste sublime ideal, um dos quais merece menção honrosa”. Sendo o responsável pela proliferação das ideias e pelo socialismo prosseguir no Amazonas “em passos largos, o seu itinerário, a caminho do triunfo”.<sup>812</sup> A mesma notícia aborda também a influência dessas ideias nas agremiações operárias do Amazonas:

A União Beneficente dos Foguistas, age, neste momento, como uma tão perfeita união que chega mesmo a servir de espelho as demais congêneres. A sua diretoria, composta de homens bem experimentados muito tem feito para que a sua boa marcha não decline, o que vem provar a grande dedicação dos seus membros chefiados pelo estimado sr. Alfredo Moreira Lima.

O Sindicato Operário dos Cigarreiros, com o seu programa magnificamente organizado, é outra agremiação valoroso, pois o seu (ilegível) social vem denotando uma verdadeira promessa de um futuro brilhante. [...] E seu presidente o esforçado moço sr. Carlos Reis a quem apresentamos os nossos saúdes pelo belíssimo encaminhamento que vai tendo aquele sindicato.

As Artes Gráficas, como é simpaticamente conhecida, decano das associações operárias do Amazonas é um verdadeiro conjunto do bom. [...] União e Centro Operário, são sociedades que vem se esforçando pelo engrandecimento de seus ideais, pugnando pelos interesses vitais de seus organismos. Quatro Artes, composto quase na sua totalidade de

<sup>812</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 16, 1 de maio de 1920.

elementos lusos, muito tem feito pelo socialismo. São os nossos irmãos de Além-Mar que mais nos alenta, unidos sempre a tudo que diz respeito ao progresso da humanidade. Sobre o Sindicato dos Estivadores damos a palavra ao nosso digno amigo Manoel Sérvulo que prometeu dizer algo sobre esta novel associação. - Cursino Gama.<sup>813</sup>

Observa-se que o jornal fazia menção à *União Beneficente dos Foguistas do Amazonas*, *Sindicato Operário dos Cigarreiros*, *Sociedade Beneficente das Artes Gráficas no Amazonas*, *União Operária*, *Centro Operário*, *Sociedade das Quatro Artes de Construção Civil* e *Sindicato dos Estivadores*. A saudação era feita em tom de respeito e tentativa de aproximação do grupo com as associações. Estas mesmas associações apareciam com frequência nas folhas do jornal, em divulgação das suas atividades, mobilizações, prestando homenagem aos sócios falecidos, solidarizando-se com os familiares, realizando festivais, enfim, em constante movimento.

Para o grupo à frente do jornal, a organização dos trabalhadores era uma necessidade de grande valor para solidificar a política. O grupo externava críticas a algumas associações, que, mesmo sendo mencionadas suas atividades no jornal, eram, sobretudo, ponderadas por terem estatutos que não estavam alinhados com os princípios básicos do socialismo. Um exemplo é a *União Operária Nacional*, que, nas condições mencionadas, “está nas condições citadas porque não tendo forma federativa, como todos nós sabemos, abrange toda a sorte de operário, prejudicando deste modo a organização das Associações por classe”.<sup>814</sup> A crítica era tão ferrenha, que justificavam como motivo da “estagnação” a ignorância de seus dirigentes, afirmando que a associação com essa postura, tendia a desaparecer, o que seria prejudicial para a organização dos trabalhadores. A orientação direcionada para os trabalhadores era que eles deveriam “organizar por classes distintas para o Socialismo no Amazonas não ser uma coisa abstrata”<sup>815</sup>.

Diferentemente de outros grupos que defendiam a organização operária por meio de federações, os redatores do *Extremo Norte* defendiam a organização por “classe”, e assim estavam tentando prosseguir com o movimento operário no Amazonas, fundando sindicatos de ofícios e ramos de atividade, como o Sindicato dos Cigarreiros e dos Estivadores, dos talhadores, dentre outros. As críticas a outras correntes seguiam, sendo publicizadas matérias em que as caracterizavam como “puramente individualistas”, atacando em primeiro lugar o Estado, que considerava “como o seu maior, mesmo como seu único inimigo”.<sup>816</sup>

<sup>813</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 16, 1 de maio de 1920.

<sup>814</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 19, 05 de junho de 1920.

<sup>815</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 19, 05 de junho de 1920.

<sup>816</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 19, 20 de maio de 1920.

Para os redatores do *O Extremo Norte*, a tática do movimento operário moderno, encerrava-se na fórmula: “a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos mesmos trabalhadores”.<sup>817</sup> Ou seja, era preciso que todos participassem do processo de transformação e em todas as instâncias, em prol do melhoramento das suas condições sociais, para alcançar as transformações almejadas.

Em suma, a análise do associativismo dos trabalhadores da imprensa pública e das artes gráficas em Manaus durante as primeiras décadas do século XX demonstra uma intrincada rede de mobilização e organização fundamentais na vida dos trabalhadores. Essas entidades refletiram as dinâmicas sociais, econômicas e políticas da época. Ao longo deste capítulo, examinamos as nuances das estruturas, objetivos e benefícios oferecidos por essas associações, destacando como elas foram fundamentais na busca por melhorias nas condições de trabalho e na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Tornou-se evidente que os projetos de identidade presentes no meio operário do Amazonas não eram homogêneos, apresentando distinções em suas práticas e concepções. Como destacado por Cláudio Batalha, “o movimento operário no Brasil durante a Primeira República era heterogêneo e comportava, em seu interior, uma diversidade de posturas, posições e significados igualmente diversos sobre temas ligados ao mundo do trabalho”.<sup>818</sup> Assim, a participação política, as formas de organização e as estratégias de atuação foram defendidas de maneira plural por esses grupos, que buscavam legitimar seus espaços públicos e políticos na luta social.

No caso das associações, enquanto alguns grupos, como o *Vida Operária*, aceitavam tanto as entidades mutualistas quanto os sindicatos, outros, como o grupo de *Lucta Social*, condenavam as primeiras e incentivavam os trabalhadores a criarem sindicatos de resistência e ação direta. Conclui-se, assim, que a imprensa operária, como instrumento criado pelos e para os trabalhadores, foi fundamental na organização e mobilização da classe, refletindo as identidades, contradições e aspirações que permeavam os diferentes grupos atuantes na Manaus da época.

---

<sup>817</sup> *O Extremo Norte*, Manaus, n. 22, 12 de junho de 1920.

<sup>818</sup> BATALHA, Cláudio. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*, In Cadernos AEL. pp. 43-67, v.6, nº10/11, Campinas, Unicamp, 1999.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi analisar o processo de formação e organização da classe trabalhadora em Manaus entre 1869 e 1930, com especial atenção às particularidades do associativismo em um contexto urbano marcado pela economia extrativista da borracha. A pesquisa buscou compreender como os trabalhadores desenvolveram formas próprias de solidariedade e mobilização, combinando práticas mutualistas com estratégias de resistência. Ao término do percurso investigativo, é possível afirmar que esse objetivo foi plenamente alcançado, uma vez que a documentação analisada possibilitou acessar dimensões simbólicas e organizativas que demonstram a força da ação coletiva dos trabalhadores na cidade.

A pesquisa demonstrou que, em Manaus, os trabalhadores atuaram como sujeitos ativos, evidenciando sua capacidade de organização, mesmo em meio à repressão e à instabilidade econômica. A existência de redes associativas que perduraram por anos, a realização de greves organizadas e a criação de uma imprensa operária articulada reforçam essa perspectiva de protagonismo. As associações operárias desempenharam tanto funções de apoio material e disciplinamento interno quanto de espaços de sociabilidade e mobilização política. A análise da documentação permitiu identificar como os trabalhadores organizados mobilizavam os ritos fraternais e os códigos de honra, em diálogo com as realidades e urgências do mundo do trabalho na Amazônia.

A cultura associativa, conforme definida por Claudio Batalha, não deve ser interpretada como reflexo das estruturas econômicas, mas como um campo de produção simbólica e política. Em Manaus, essa produção manifestou-se nos rituais do 1.º de Maio, nas sessões magnas, nas sessões solenes, nos símbolos das associações e nas páginas dos jornais operários. A identidade de classe que se formava nesse contexto era menos um dado objetivo e mais um processo contínuo de elaboração coletiva, permeado por conflitos, alianças, valores morais e experiências compartilhadas, conforme proposto por Thompson ao afirmar que a classe é um fenômeno que “acontece” nas relações sociais.<sup>819</sup>

Teoricamente, a principal contribuição deste trabalho reside em deslocar o foco analítico da historiografia social do trabalho para um espaço ainda pouco explorado, somando-se aos esforços recentes de superação das visões centralizadoras. Ao destacar a experiência da classe trabalhadora em Manaus, a tese rompe com as generalizações baseadas nos grandes centros industriais e propõe uma leitura atenta às especificidades

---

<sup>819</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

da organização operária na Amazônia. Essa inflexão analítica permite expandir as fronteiras da história social do trabalho no Brasil, integrando novas práticas e territorialidades ao debate nacional.

A pesquisa, contudo, enfrentou algumas limitações que merecem ser destacadas. Muitas associações deixaram poucos vestígios documentais, o que impossibilitou um tratamento uniforme de todas as categorias profissionais. A fragmentação das fontes, especialmente no que tange às experiências femininas e aos trabalhadores racializados, impôs barreiras à construção de uma narrativa plenamente representativa. Ademais, a natureza institucional de grande parte da documentação privilegiou o discurso das lideranças e dos setores letrados, dificultando o acesso às camadas mais silenciosas do operariado amazonense. Tais limites, porém, não invalidam as análises realizadas, mas sinalizam a necessidade de ampliar os instrumentos metodológicos em futuras investigações.

Frente a essas limitações, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação das redes de articulação entre associações urbanas e rurais, os circuitos de sociabilidade dos trabalhadores não formalmente organizados e a participação feminina nas entidades mistas. O uso de fontes judiciais, como os processos, assim como testamentos, inventários, acervos iconográficos e orais, poderá revelar novas dimensões da cultura operária amazonense. Também mostra-se promissor o estudo comparado das rotas de circulação de ideias e impressos entre Manaus e outras cidades portuárias, ampliando a compreensão das conexões transnacionais que influenciaram o movimento operário local.

Conclui-se, portanto, que o associativismo operário em Manaus (1869-1930) superou a função de mero mecanismo de proteção, constituindo-se como um campo dinâmico de criação política, formação identitária e resistência. As entidades analisadas demonstraram notável capacidade de adaptação, sustentadas por vínculos simbólicos que ultrapassavam a esfera da luta econômica. Nas palavras de Beatriz Loner, as classes sociais não são entidades prontas, mas são formadas no cotidiano das lutas e dos gestos partilhados.<sup>820</sup> A história desses trabalhadores nos lembra que essa formação ocorreu nos armazéns portuários, nos bondes, nas tipografias, nas sedes associativas e nos arquivos onde suas memórias persistem. Esta tese buscou escutá-los, compreendê-los em sua complexidade e integrá-los à história nacional com o peso e a relevância que merecem.

---

<sup>820</sup> LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999, p. 2.

## FONTES DA PESQUISA

### ARQUIVOS CONSULTADOS

- Acervo do Laboratório de Imprensa no Amazonas
- Acervo do Museu Amazônico da UFAM
- Arquivo Central da Empresa Amazonas Energia
- Arquivo da Câmara Municipal de Manaus
- Arquivo da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas
- Arquivo do 1º Cartório Rabelo
- Arquivo do Poder Judiciário do Amazonas
- Arquivo público do Estado do Amazonas
- Arquivo Público Municipal
- Biblioteca Arthur Reis e Biblioteca Mario de Andrade (CCPA)
- Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região do Amazonas
- Hemeroteca Nacional Digital Brasileira
- Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

### PERIÓDICOS COMERCIAIS

- *A Capital*, Manaus, 1917.
- *A Federação*, Manaus, 1895-1902.
- *Correio do Norte*, Manaus, 1906-1912.
- *Comércio do Amazonas*, Manaus, 1869-1904.
- *Diário do Amazonas*, Manaus, 1910.
- *Estrella do Amazonas*, Manaus, 1860.
- *Folha do Amazonas*, Manaus, 1910-1915.
- *Jornal Amasonas*, Manaus, 1869-1900.
- *Jornal Imparcial*, Manaus, 1918.
- *Jornal do Comércio*, Manaus, 1904-1930.
- *Quo Vadis?* Manaus, 1902-1904.

### PERIÓDICOS OPERÁRIOS

- *Gutenberg*, Manaus, 1891-1892.
- *O Operário*, Manaus, 1892.
- *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 1908-1909.
- *Confederação do Trabalho*, Manaus, 1909.
- *Correio da Tarde*, Manaus, 1911.
- *A Recordação*, Manaus, 1911.
- *A Lucta Social*, Manaus, 1914.
- *A União*, Manaus, 1914.
- *Folha Marítima*, Manaus, 1916.
- *O Construtor Civil*, Manaus, 1920.
- *O Extremo Norte*, Manaus, 1920.
- *Vida Operária*, Manaus, 1920.
- *O Primeiro de Maio*, Manaus, 1928.

### ESTATUTOS DAS ASSOCIAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO OPERÁRIA DIVERSA

- Estatutos da Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas (1864)

- Estatutos da Sociedade Beneficente “15 de agosto” (1895)
- Estatutos da Sociedade União Beneficente (1897)
- Estatutos da Associação Beneficente Amazonense (1898)
- Estatutos do Club União Marítima (1900)
- Estatutos da Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados Públicos (1902)
- Estatutos da Associação dos Panificadores de Manáos (1904)
- Estatutos da Corporação dos Machinistas no Amazonas (1906)
- Estatutos da Sociedade Beneficente de Práticos no Amazonas (1906)
- Estatutos da Sociedade Beneficente S. José de Riba Mar (1906)
- Estatutos da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas (1907)
- Estatutos da Sociedade Cosmopolita de Benefícios Mútuos “Providencia Amazonense” (1908)
- Estatutos da Confederação do Trabalho no Amazonas (1908)
- Estatutos da Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas (1910)
- Estatutos da Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas (1910)
- Estatutos da Associação Comercial dos Retalhistas (1911)
- Estatutos do Centro Beneficente de Machinistas no Amazonas (1911)
- Estatutos da Associação de Pilotos da Marinha Mercante no Amazonas (1911)
- Estatutos da Sociedade Protectora das Artes Graphicas no Amazonas (1911)
- Estatutos da Federação Operária do Amazonas (1914)
- Estatutos da Associação dos Funcionários Públicos Federais (1915)
- Estatutos da Associação dos Empregados da Manáos Harbour (1917)
- Estatutos Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas (1917)
- Estatutos da União de Classes dos Pedreiros no Amazonas (1918)
- Caixa Beneficente da Guarda Civil de Manáos (1918)
- Estatutos da Sociedade União Operária Nacional no Amazonas (1918)
- Estatutos do Centro Operário do Amazonas (1919)
- Estatutos da Associação Amazonense de Cirurgiões Dentistas (1920)
- Estatutos da Associação dos Funcionários Públicos Federais (1920)
- Estatutos da União Operária Nacional do Amazonas (1920)
- Estatutos da Associação dos Construtores Civis de Manáos (1920)
- Estatutos da União Beneficente de Taifeiros no Amazonas (1921)
- Estatuto da Sociedade União Operaria Amazonense (1924)
- Estatutos da Associação Beneficente Postal do Amazonas (1926)
- Estatutos da Associação Beneficente dos Guardas Aduaneiros da Alfandega (1926)
- Estatutos da Associação Beneficente dos Empregados da Manáos Tramways (1927)
- Estatutos da Associação dos Despachantes do Amazonas (1928)
- Estatutos da Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública (1928)
- Estatutos da Sociedade Beneficente dos Marítimos da Alfandega de Manáos (1928)
- Estatutos da União Operária Amazonense (1929)
- Estatutos da Associação Beneficente dos Operários da Manáos Tramways (1930)
- Estatutos da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas (1930)
- Estatutos da Sociedade Amazonense de Professores (1930)
- Estatutos do Centro Social Econômico e Beneficente dos Talhadores de Manáos (1930)
- Estatutos da Associação Beneficente Postal do Amazonas (1930)

## DOCUMENTAÇÃO OPERÁRIA DIVERSA

- Livros de Atas da União Operária Amazonense, (1917-1926).
- Livros de Matrícula dos trabalhadores da Manáos Tramways Company (1907-1930).
- Relatório da Sociedade Beneficente Nacional do Amazonas, Manaus, 1872.
- Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, Manaus, 1910.
- Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, Manaus, 1911.
- Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, Manaus, 1913.
- Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, Manaus, 1914.
- Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, Manaus, 1915.
- Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, Manaus, 1926.
- Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, 1928.
- Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, 1929.
- Relatório da Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública, Manaus, 1928.
- Relatório da Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública, Manaus, 1929.

## BOLETINS, REGULAMENTOS E ÁLBUNS

- Álbum O Estado do Amazonas. Genova: Stabilimento tipo-litográfico ditta A, 1899;
- AMAZONAS. *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, 1889-1930;
- AMAZONAS. Estado. Coleção das Leis, 1890-1930.
- BRASIL, Coleção das Leis, 1860-1930.
- Plantas de Manaus, 1889-1930;
- Relatório apresentado pelo presidente na Assembleia Legislativa, 08 de jan. de 1928;
- Revistas e Boletins da Associação Comercial do Amazonas.

## MENSAGENS, CENSOS, ALMANAQUES, RELATÓRIOS, MENSAGENS E REGULAMENTOS

- Anuário Estatístico do Brasil – 1908/1912 (volume 1, 2 e 3), 1936;
- Almanack Administrativo e Commercial do Correio de Manáos da Província do Amazonas, Manaus, na Typ. Do Commercio do Amazonas, 1870 e 1871;
- Almanack Administrativo da Província do Amasonas para o anno de 1874, Manaus, na Typ. Do Commércio do Amazonas;
- Almanach Administrativo histórico Estatístico e Mercantil da Província do Amazonas, Manaus, na Typ. Do Amazonas, 1884;
- Almanach do Amazonas Histórico, administrativo, commercial, estatístico e literário, Manaus, nas Officinas do Diário Oficial, 1896;
- Almanach brinde Palais Royal, Manaus, no Palais Royal, 1905, 1906 e 1907;
- Almanack da Pharmacia Amazonas, 1908;
- Almanach Brinde Palais Royal, Manaus, no Palais Royal, 1909;

- Almanak Amazonense de 1912-1913, Paris (França), pela Société Générale D'impression. Edi  o da Empresa do Almanaque Henault (Rio de Janeiro), 1913;
- Almanack Amazonense Paulo, 1926 (sem indica  o de tipografia);
- Almanack da fôrça policial do Estado do Amazonas, Manaus, na Typ. Da Imprensa Pública, 1927;
- Censos industriais de 1907, 1912, 1912-20 e 1920;
- Códigos de Posturas do Município, Manaus, 1901 – 1920;
- Mensagens do governo do Amazonas, 1899-1930;
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, 1889;
- Relatório da Intendência Municipal de Manáos, Manaus, 1899-1930;
- Recenseamento geral do IBGE, 1920 – 4   Censo geral da popula  o e 1   da agricultura e das indústrias.

#### PROCESSOS CRIMINAIS

- AMAZONAS. Delegacia de Polícia do 2   Distrito. *Inquérito policial procedido a requerimento da “Manáos Harbour Limited” relativamente    deflagra  o dos trabalhadores do Armazém n. 12 e 20.* Justiça Pública (A.) x Antônio Freitas de Azevedo (R.). Autuado em 7 mar. 1911. Manuscrito.
- AMAZONAS. Delegacia do 1   Distrito Policial da Capital. *Inquérito procedido com rela  o ao acidente sofrido pelo estivador Francisco Ferreira no batalhão de descarga do navio “São Luiz”, da “The Amazon River”.* Autuado em 12 ago. 1919. Manuscrito.
- AMAZONAS. Juízo de Direito do 2   Distrito Criminal. *Autos de crime por denúncia com base no art. 303 do Código Penal.* Justiça Pública (A.) x Augusto Coelho da Rocha e Manoel de Britto (R.). Autuado em 10 dez. 1925. Manuscrito.

#### INVENTÁRIOS, PETI  OES E TESTAMENTOS

- Autos de Tutela de Henrique Barbosa de Amorim, Manaus, 1869.
- Autoa  o do termo de tutela dos menores José e Silverio requerido por João Diniz Gonçalves Pinto, Manaus, 1881.
- Testamenteiro José Justiniano Braule Pinto. Defunto: José Miguel de Lemos, Manaus, 1886.
- Autos de Inventário dos bens de Nicoláo José de Castro e Costa, Manaus, 1893.
- Autos de Inventário dos bens de Iperidi  o José da Cruz, Manaus, 1898.
- Escriptura de confissão de d  vida com hypotheca que fazem Antônio Dias dos Passos e sua mulher    João Barata Dias, Manaus, 1905.
- Autos de Peti  o em que    req.te: Paulino José de Carvalho, como tutor dos orphans Ignes e Joanna, filhas do falecido Ismael Victorio Gomes, Manaus, 1907.
- Autos de Peti  o em que    req.te: Paulino José de Carvalho, como tutor dos orphans Ignes e Joanna, filhas do falecido Ismael Victorio Gomes, Manaus, 1907.
- Autos de Apela  o extrahido dos autos de Inventário de João Diniz Gonçalves Pinto em que    apelante Manoel Gonçalves Pinto, Manaus, 1909.
- Inventário. Inven.do: Manoel Ribeiro da Cunha. Inv.te: D. Luiza de Faria e Cunha, Manaus, 1909.
- Autos de Presta  o de contas em que    requerente Marcelio Fernandes Bastos, Manaus, 1912.
- Autos de Arrecada  o do Espolio de Manoel Lourenço, Manaus, 1912.
- Autos de Peti  o de Manoel Lourenço da Silva, Manaus, 1912.

- Autos de Petição em que é requerente Joaquim Aspilicoeta Isturvi, Manaus, 1913.
- Auto de Petição em que é requerente José Garcia da Silva, Manaus, 1914.
- Autos de Arrecadação do espólio de Manoel Bezerra e de Pergentino Jose de Souza. Requerente: Ex- ofício. Requerido: O Dr. Curador Geral, Manaus, 1917.
- Autos de arrecadação do espólio de João da Silva Monteiro, Manaus, 1917.
- Autos de Tutela da menor Maria de nazareth. Tutor: Valentim Normando, Manaus, 1918.
- Autos de Prestação de Contas do Req.te: Dr. Marcílio Fernandes Bastos, Manaus, 1919.
- Autos de Levantamento de Amherio. Requerente: Joaquim Aspilicneta. Requerido: A Caixa Econômica, Manaus, 1920.
- Autos de Arrecadação. Requerido: o espólio de Manoel Bezerra, Manaus, 1921.
- Autos de Herança deixada por Manoel Bezerra, Manaus, 1924.
- Autos de Inventario de Francisco Gomes Rodrigues. Requerente: D. Maria Clementina Costa Rodrigues. Requerido: O acervo de Francisco Gomes Rodrigues, Manaus, 1925.
- Autos de depósito de dinheiro (menores filhos de Virgínia de Jesus Barbosa).
- Autos de Arrecadação. Espólio de Manoel lourenço, Manaus, 1940.
- Autos Suplementares de Arrecadação do espólio de Manoel Lourenço, Manaus, 1940.

#### *LEIS E DECRETOS*

- Lei n.1083, de 22/08/1860 – Contém providências sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades;
- Decreto n.2686, de 10/11/1860 – Marca o prazo dentro do qual os bancos e outras companhias e sociedades anônimas devem impetrar a autorização e aprovar seus estatutos;
- Decreto n.2711, de 19/12/1860 – Contém diversas disposições sobre a criação e organização de bancos, companhias, sociedades anônimas e outras, e prorroga por mais quatro meses o prazo marcado pelo art. 1º do decreto n.2686 de 10 de novembro do corrente ano;
- Decreto n.1225, de 20/08/1864 – Autoriza o governo a conceder às corporações de mão-morta licença para adquirir ou possuírem por qualquer título terrenos ou propriedades necessárias para edificação de igrejas, capelas, cemitérios extramuros, hospitais, casas de educação e de asilo e quaisquer outros estabelecimentos públicos;
- Lei n.3150, de 04/11/1882 – Regula o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas;
- Decreto n.8821, de 30/12/1882 – Dá regulamento para a execução da lei n.3150, de 04/11/1882;
- Decreto n.164, de 17/01/1890 – Reforma a Lei n.3150, de 04/11/1882;
- Decreto n.850, de 13/10/1890 – Altera a legislação vigente quanto a realização de capital das sociedades anônimas;
- Decreto n.997, de 11/11/1890 – Dá regras para a execução do decreto n.850 de 13 de outubro último, sobre a constituição das sociedades anônimas;
- Lei n.173, de 10/09/1893 – Abre a possibilidade de as sociedades adquirirem personalidade jurídica mediante o registro de seus estatutos e a publicação de parte deles no Diário Oficial;

- Decreto n.1649, de 12/01/1894 – Manda adotar o modelo do livro de inscrição das associações a que se refere o decreto legislativo n.173, de 10 de setembro último;
- Lei n.973, de 02/01/1903 – Cria o registro facultativo de títulos e documentos;
- Decreto n.979, de 06/01/1903 – Faculta aos profissionais da agricultura e indústria rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses;
- Decreto n.4775, de 16/02/1903 – Manda observar o regulamento para execução da lei n.973, de 02/01/1903, que criou o ofício privativo do registro facultativo de documentos e outros papéis;
- Decreto n.1637, de 05/01/1907 – Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas;
- Decreto n.1850, de 02/01/1908 – Obriga as associações a darem as informações requeridas pela Diretoria Geral de Estatísticas;
- Decreto n.2047, de 18/01/1911 – Concede favores às associações que se propuserem a construir casas para habitação de proletários;
- Lei n.3071, de 01/01/1916 – Sanciona o Código Civil.
- Lei Municipal n. 1059, de 22 de outubro de 1920.
- Lei n.4682, de 24/01/1923 – Eloy Chaves – Cria em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados.
- Decreto 4928 de 24/12/1925 – Manda conceder, anualmente, 15 dias de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem prejuízo de ordenado, vencimentos ou diárias e dá outras providências.
- Lei n. 1301, de 22 de outubro de 1926 – Considera feriado do Estado o dia 30 de outubro – dia dos trabalhadores do comércio.
- Decreto Federal n. 17. 496, de 30 de outubro de 1926 – Referente às férias de 15 dias.
- Lei n. 1379, de 26 de outubro de 1926 – Providências sobre o funcionamento dos Cafês e Botequins.
- Decreto n.19970, de 19/03/1931 -Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências
- Decreto n.24694, de 12/07/1934 – Estabelece a pluralidade sindical e abranda o controle do ministério do Trabalho sobre as associações.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. *Associativismo: proteção social e poder público no segundo reinado: mutuais e beneficentes na pluralização do espaço público da corte (1860-1882)*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.
- ALVES, Kaio César Goulart. *Trabalhadores, sindicatos e greves na cidade do Rio de Janeiro em 1919: influências políticas e culturais compartilhadas no ciclo de agitação social global*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Juiz de Fora, 2021.
- AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2015.
- AMORIM, Ailana Cristina de. *Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ANDES, Pedro Marcos Mansour. *Trabalhadores em Movimento: associativismo e paredes de trabalhadores em Manaus (1945-1967)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *Classe Operária, sindicatos e partido no Brasil (um estudo sobre a consciência de classe: 1930-1935)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. Coordenação Vanya Sant’Anna. Abril Cultura: Brasiliense, São Paulo, 1985.
- ARAÚJO, Moisés Dias de. *O grito dos trabalhadores: movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- AROUCA, José Carlos. *Organização sindical no Brasil: passado – presente – futuro? 2*. Ed. São Paulo: LTr, 2019.
- AZEVEDO, Elciene; CHALHOUN, Sidney et al. *Trabalhadores na Cidade: Cotidiano e Cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2015.
- BARROS, José D’Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Editora Vozes, 10 Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2015.
- BARTZ, Frederico Duarte. *Solidariedades impressas (1917-1920): o jornalismo operário como forma de ligação entre o movimento operário gaúcho e os trabalhadores organizados do centro do país no período das grandes greves*. Vestígios do passado: a história e suas fontes. *Anais do IX Encontro Estadual de História*. ANPUH/RS, 2008.
- BATALHA, Claudio H. M. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: BATALHA, Claudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: Identidade e diversidade na Formação do Operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

- BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Orgs.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- BATALHA, Claudio. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Alves. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Cláudio. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*, In Cadernos AEL. pp. 43-67, v.6, nº10/11, Campinas, Unicamp, 1999.
- BATALHA, Claudio. *Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, n.08, p. 91-97, 1997.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. Manaus: Valer, 1999.
- BENTES, Dorinethe dos Santos. *Outras faces da história: Manaus de 1910-1940*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. “A construção da identidade operária brasileira. Aspectos de uma trajetória historiográfica (do nascimento ao local)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.2, 2010.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina, Eduel, 2008.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. Representações do movimento operário na imprensa. Resumo. *Anais do IV Encontro Estadual da ANPUH/RS*. São Leopoldo, 5 a 9 de outubro de 1998.
- BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- BITTENCOURT, Icaro. *Patrões e mutualismo operário em Cachoeira na passagem entre os séculos XIX e XX: o caso das Sociedades Benéficas Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de maio*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1975.
- BRAGA, Marcos Lucas Abreu. *Anos Vermelhos: Classe, Gênero e Nacionalidade no Movimento Operário de Belém do Pará (1917-1920)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, 2023.
- BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1994.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. “*Salve aurora do dia 1º de Maio*”: Associativismo operário, gênero e cor na cidade de Manaus durante a Primeira República (1890-1930). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.
- CARDOSO, Alcina de Lara e Silvia Pereira de Araújo. *1º de Maio: Cem Anos de Solidariedade e Luta*. Curitiba, Beija-flor, 1986.
- CARDOSO, Alcina Maria de Lara; ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. Jornais Operários – Metodologia para análise história do discurso operário na Primeira República. *Revista História: Questões & debates*, Curitiba, 4(6): 99-110 jun. 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tuci, CROCI, Frederico, Franzina, Emilio (orgs.). – *História do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicalismo no Brasil (Séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.
- CARONE, Edgar. (org). *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. Difel, São Paulo, 1979.
- CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. *Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2015.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 40–77, 2010.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In. BATALHA, Claudio H. M; CORD, Marcelo Mac (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX)*. São Paulo: Editoria da Unicamp, 2014.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, 2008.
- CASTELLUCI, Aldrin A. S. Entre o socialismo e o corporativismo [recurso eletrônico]: trajetórias de quatro líderes do movimento operário no Brasil (1871-1963). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CORD, Marcelo Mac. *Andaime, casadas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, São Paulo, 2009.
- COSTA, Emilia Viotti. *Da monarquia a república. Momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- COSTA, Francisca Deusa Sena. Manaus e a imprensa operária: o discurso do trabalhador também exclui. *Amazônia em Cadernos*. Manaus: UFAM/Museu Amazônico, n.2//3, p.221-232, 1993/94.

- COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando o Viver Ameaça à Ordem Urbana*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, 1987.
- COSTA, Francisco Pereira. *Foi só para espantar o inglês... Entre o labor e a lei: a luta por direitos sociais e trabalhistas no Amazonas (1907-1917)*. São Paulo: Editora Biblioteca 24 horas, 2023.
- COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões – cinema e sociedade: Manaus (1897/1935)*. São Paulo. 448p. (Dissertação de Mestrado - PUC/SP), 1988.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em Serviços: dominação e resistência (São Paulo - 1900/1920)*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Revista Projeto História*, São Paulo, vol. 35, p. 253-270, 2007.
- CRUZ, Rafael Almeida. *Associações mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História: Niterói, 2015.
- DAOU, Ana Maira Lima. *A Cidade, o Teatro e o “paiz das seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Tese de Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Trad. Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo: 1920 -1934*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Cotidiano de Trabalhadores na República. São Paulo 1889- 1920*. Coleção Tudo é História, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil, 1899-1930*. São Paulo, Ed. Atual, 1991.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880 -1920*. Manaus: Valer, 1999.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Edaglit, 1962.
- Derecho sindical y corporativo*. Argentina: Bibliográfica Argentina, 1959.
- DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890- 1920)*. 4. ed, São Paulo, Difel, 1986.
- FENELON, Déa Ribeiro (org). *Cidades*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999.
- FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968)*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2015.
- FIGUEIREDO, Márcio Tiago Aprígio de. *Solidários nos demos as mãos: as associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881-1910)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro: 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008.
- FORTES, Alexandre. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Ed. UNICAMP, Campinas, 1999.

- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FORTES, Alexandre. Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira; FONTES, Paulo; COSTA, Hélio da. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- FORTES, Alexandre; BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da (Orgs.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.
- FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; PETERSEN, Sílvia e XAVIER, Regina. (Orgs.). *Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a História do Trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Manaus: Editora Calderaro, 1990.
- FURLANETTO, Patrícia Gomes. *O associativismo como estratégia de inserção social: As práticas socioculturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- GALVÃO, Nágila Mais de Moraes. *Entre o mutualismo e o sindicalismo: a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- GANANÇA, Alexandre Ciconello. *Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- GIANNOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GOODOLPHIM, Costa. *A Associação: História e desenvolvimento das associações portuguesas*. Typographia Universal – de Thomaz Quintino Antunes, Impressor da Casa Real, Lisboa, 1876.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição, Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2005.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: políticas e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2002.
- GRINBERG, Keila. *Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários*. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- GUALBERTO, Edney dos Santos. *Vanguarda Sindical: União dos trabalhadores gráficos de São Paulo (1919-1935)*. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- HAHNER, June. *Pobreza e Política: Os pobres urbanos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1996.
- HARDMAN, F.F; e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!/: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2002.
- HOBBSBAWM, E.J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

- JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1990.
- JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n.1. 2007.
- JESUS, Ronaldo Pereira. *Resistência e Integração: as classes trabalhadoras e a criação de sindicato único e oficial no Rio de Janeiro*. EDUFOP, Ouro Preto, 2012.
- KOCHER, Bernardo. Luto-luta – *O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro 1890-1940*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.
- LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- LACERDA, David P. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (c. 1860- c. 1890) – tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016*.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma Cidade na Transição: Santos, 1870-1913*. Santos: HUCITEC, 1996.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: Contribuição à História da Pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: EDUSP; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- LEAL, Davi Avelino. Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930). Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.
- LEITE, Marcia de Paula. *O que é greve*. Ed. Brasiliense, Rio de Janeiro, 1988.
- LENE, Hérica. *Os jornais como lugares de memória e fontes de pesquisas*. Trabalho apresentado no XXXIII Congresso de Ciências da Comunicação, GP Teorias do Jornalismo. Caxias do Sul: Anais do XXXIII Intercom, 2010.
- LEUCHTENBERGER, Rafaela. *O lábaro protetor da classe operária: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2009.
- LINDEN, Marcel Van Der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaios para uma história global*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas – SP: Ed. Unicamp, 2013.
- LOBO, Eulália e STOTZ, Eduardo. *Formação do movimento Operário no Rio de Janeiro, 1870-1894*, In Revista Estudos Econômicos, São Paulo, v.15, pp.49-88, 1985.
- LOCKS FILHO, Pompílio. *Regimes políticos e ação coletiva: um estudo sobre o associativismo em Porto Alegre (1930-2012)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2016.
- LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.
- LOPES, José Sergio Leite. *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Marco Zero, 1987.

- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1900.
- MAC CORD, Marcelo. *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- MAC CORD, Marcelo. BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX)*. 1. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul-dez. 2008. Laura Antunes Maciel, 2008.
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Estatutos de Sociedade Mutualista e a História Social do Trabalho: Conjectura em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879). *Revista Crítica Histórica*. Ano I. N. 1, 2010, p.226-241.
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFP, Recife, 2004.
- MAGNANI, Silvia lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MATOS, Maria Izilda e SOLLER, Maria Angélica (Orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em Greve, Polícia em Guarda: Greves e pressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MESQUISA, Otoni M. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: EDUA, 2009.
- MESQUITA, Otoni M. *A Belle Époque Manauara e Sua Arquitetura Eclética*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da UFRJ, 1992.
- MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 4º Edição, Imprensa, São Paulo, 1998.
- MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 32)
- NEGRI, Antônio L. *Imperfeita ou Refeita? O debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa*, In *Revista Brasileira de História*, v.16, n.31 e 32, pp.40-61, São Paulo, Contexto/ANPUH, 1996.

- NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- NOMELINI, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 143-173, ago./dez., 2010.
- OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2019.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardo de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Os lugares da marinhagem: trabalho e associativismo em Manaus, 1905-1919*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2022.
- PAIÃO, Caio Giulliano de Sousa. *Para além das chaminés: memória, trabalho e cidade – a navegação a vapor no Amazonas (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na História Operária Brasileira. In: LEITE LOPES, José Sergio. (Coord.) *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro, UFRJ – Museu Nacional: Marco Zero, 1982.
- PARENTE, Eduardo Oliveira. *Operários em Movimento: A trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2008.
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Identidades e cultura das classes trabalhadoras em Belo Horizonte no início do século XX (1893-1930)*. Mariana, 2011.
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX*. (Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Belo Horizonte, 2016.
- PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; CRUZ, Heloisa de Faria. Na Oficina do Historiador: Conversar sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 255-272, dez, de 2007. Semestral.
- PEREIRA, José Pacheco. A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70). *Revista Social*, vol. XVII (65), p. 135-151, 1891.
- PEREIRA, Ronaldo. *Associações de classe, profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889)*, In *Revista Diálogos*. DH/UEM, v.3, n.3, pp.191-211, 1999.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: mulheres, operários e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.
- PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.



- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa Pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a História Operária Brasileira*. Anos 90. Porto Alegre, nº 3, jun. 1995.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS, 1989.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Origens do 1º de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Editoria da Universidade/UFRGS – MEC, 1981.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910. *História: Questões & Debates*, [S. l.], v. 70, n. 2, p. 261–291, 2022.
- PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. Dilemas da propaganda socialista em Manaus no alvorecer no século XX. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 67, p. 399-432, jan-abr, 2020.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Dilemas da propaganda socialista em Manaus no alvorecer no século XX. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 67, p. 399-432, jan-abr, 2020.
- PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. Imigração, trabalho e imprensa em Manaus, 1890-1928. *Revista Litteris*, n.4, set./2014.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e mundos do trabalho na Belle Époque manauara. XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH. João Pessoa, 2003.
- PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. *Vozes Operárias: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma. 2017a.
- PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017b.
- PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. Identidade Operária e Associativismo Caixeiral: Manaus, 1880-1910. *História. Questões e Debates*, v. 70, p. 261-291, 2022.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. Os estivadores e o movimento operário em Manaus
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Da proteção à projeção: o associativismo espanhol em Manaus (1901-1919). *Revista História*, v. 40, e2021039, São Paulo, 2021.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte Pinheiro. Mulheres em cena: mundos do trabalho e associativismo feminino em Manaus (1900-1920). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 74, p. 122-149, 2022.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2003.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A pena e a Forja: Jornais de Trabalhadores no Amazonas no século XIX. *Revista Esboços*, Florianópolis, v.21, n.31, p.251-278, ago, 2014.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas*. Manaus: EDUA, 2015.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Vivências urbanas: o cotidiano de trabalhadores na contramão dos processos de modernização em Manaus. *Fronteiras do Tempo*. Manaus, vol.1, n2. P.12, dezembro de 2011.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Os estivadores e o movimento operário em Manaus (1899-1925). *Revista Navigator*, v. 19, n. 37, P. 59-72. 2023.

- PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil, 1889-1930*. Vol. 1 e 2. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- POPINIGIS, Fabiane. “Operários de Casaca”? Relações de trabalho e lazer no comércio Carioca na virada dos séculos XIX e XX. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- POY, Lucas. *Las Orígenes de la clase obrera argentina*. Huelgas, sociedades de resistência y militância política em Buenos Aires, 1888-1896. 2da. Buenos Aires: 2015.
- PRAIA, Benta Litaiff. *A Crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relime-Damará, 1995.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; MOURA, Anderson Vieira; LEAL, Davi Avelino. *Amazônia: História, Trabalho e Imprensa*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultura, 2024.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Desvarios anarquistas na Rússia rio-grandense”: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). EDUA, Manaus, 2016.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.
- REIS, Eliane Maia dos Reis. *Três momentos do Mutualismo em Salvador (1850-1887)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.
- REIS, Odair John Dias dos. *Cultura associativa e estratégias de organização no Rio de Janeiro Imperial: [manuscrito] Associações de imigrantes portugueses na corte (1860-1889)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de ouro Preto. Ouro Preto, 2014.
- RÉMOND, René (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Ed. Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1979.
- RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito: Pesquisa 1906-1937*. Editora Arte Moderna, Rio de Janeiro, 1977.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. Imprensa: São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.
- ROLNIK, Raquel. *História urbana: história na cidade?* In: BRESCIANI, Maria Stella (Org). *Cidade & história*, São Paulo: [s.n.], [s.d.]. p.27-29.
- RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. Enciclopédia Einaledi. Lisboa: Imp. Nacional, 1986.
- SÁ, Jorge Franco. *Manaus: higiene, meio ambiente e segurança do trabalho na época áurea da borracha*. Manaus: EDUA, 2014.
- SAMPAIO, Patrícia Melo (org). *Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967)*. – Manaus: EDUA, 2016.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. *Economia da borracha na Amazônia*. Estudos Amazônicos, Belém, 2015.
- SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus (1906-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005.

- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza*. São Paulo: Annablume, 2008.
- SANTOS, Roberto. O Grande Colapso. In: *História Econômica da Amazônia – 1800-1920*. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2019.
- SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3ª ed. Manaus: Valer, 2001.
- SANTOS, José Maurício M. Dos. “*União, força e trabalho*”: trabalhadores, mutualismo e sindicatos no Piauí (1900-1945). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.
- SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. 1ª edição, tradução Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Fernando Teixeira. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos nos entreguerras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA, Ligia Maria Osório. *Movimento sindical operário na Primeira República*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1977.
- SILVA, Salmo Nascimento da Silva. *Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.
- SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus Editora, 1966.
- SIQUEIRA, Uassyr de. *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2008.
- SOEIRO, Antonio Igo Palheta. *Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia (1871-1882)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- SOUSA, Adriano Ferreira de. *A Laboriosa Classe Caixeral: relações de trabalho e associativismo no Comércio de Salvador (1975-1889)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.
- SOUZA, Felipe Azevedo e. *A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c. 1880- c. 1900)*. Tese (Doutorado) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- SOUZA, Felipe Azevedo e. CASTELLUCCI, Aldrin A. À margem dos grandes esquemas: o associativismo político-eleitoral dos trabalhadores de Pernambuco e da Bahia na Primeira República. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 35, n. 75, janeiro-abril de 2021.
- SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação de Mestrado – PUC. São Paulo, 2005.
- SOUZA, Samuel Fernando de. *Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e leis do trabalho nos anos 1930*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

- STEIGLEDER, Clara Natalia. *A sociabilidade na cidade moderna: os bondes e a Porto Alegre de 1890 a 1945*. Tese de doutorado, Porto Alegre, 2016.
- TAVARES NETO, João Rozendo. *A república no Amazonas: disputas políticas e relações de poder (1888-1896)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- TELES, Luciano Everton Costa. *A imprensa operária no Amazonas (1891-1920): algumas dimensões*. Manaus: Editora UEA, 2020.
- TELES, Luciano Everton Costa. A imprensa operária no Amazonas nos anos iniciais do século XX: caminhos de pesquisa. *Manduarisawa – Revista Discente do Curso de História da UFAM*, vol. 7, ano 2, p. 48-60, 2023.
- TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus: UFAM, 2008.
- TELES, Luciano Everton Costa. As palavras impressas e a pesquisa histórica: os jornais operários no Amazonas (1890-1928). *Revista Historiae*, vol. 9, n. 1. Rio Grande. 2018.
- TELES, Luciano Everton Costa. Conexões entre a Confederação Operária Brasileira e a Região Norte: militância e imprensa operária no Amazonas e no Pará (1906-1920). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 14, p. 1-16, 2022.
- TELES, Luciano Everton Costa. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.
- TELES, Luciano Everton Costa. Entre versos e estrofes: a imprensa anarquista na Amazônia na década de 10 do século XX. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 28, p. 1-17, 2021.
- TELES, Luciano Everton Costa. Mundos do trabalho no Amazonas: as lideranças operárias socialistas – Joaquim Azpilicueta, Nodemos Pacheco, Manoel Sérvulo e Cursino Gama (1914-1928). *Revista Antíteses*, vol. 11, n. 21, p. 430-460, jan-jun, 2018.
- TELES, Luciano Everton Costa. Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914). *Revista Mundos do Trabalho*, Porto Alegre, vol. 9, n. 17, jan-jul de 2017, p. 101-119, 2017.
- TERRA, Paulo Cruz e. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Geral, 2012.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*, 3vol, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial* Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A Imprensa Como Fonte Para a Pesquisa Histórica*. Projeto História, nº 3. São Paulo, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1984, p. 47-54.
- VIEIRA, Toni André Scharlau. *Comunicação sindical: proposta de uma política para as entidades*. Canoas: Ed. ULBRA, 1996.

- VILLANOVA, Simone. Sociabilidade e cultura: a história dos “pequenos teatros” na cidade de Manaus (1859-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.4, agosto-dezembro de 2010.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro/ ALENCAR, José Almino (orgs.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Experiências de economia social: mutualismo, filantropia e corporativismo*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.
- WAUTIER, Anne Marie. A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas. Ijuí (RS): Unijuí, 2001.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- WITTMANN, Maria Cristina Gonçalves. *Trilhos Urbanos*. Monografia, Pelotas, 2006.
- ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, nº 4, São Paulo, Educ, 1985.